Petrobras
'A governança vive um desafio, porque o Estado não definiu o papel das estatais', diz Francisco Petros B7

Previdência privada
Mudanças tributárias elevam captação de fundos no 1º trimestre a R$ 11,1 bi, 56% do total de 2023 C3

WEB Summit Rio
Infraestrutura para atender aplicações de IA esbarra na busca por fontes renováveis de energia, diz Nielsen B4

Quinta-feira, 18 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5983 | R$ 6,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO
Valor

Fusões e aquisições no setor de energia podem movimentar R$ 30 bi neste ano

Estratégia Grandes transações estão em andamento; segundo bancos, quedas da inflação e dos juros trouxeram de volta à mesa de negociação algumas operações

Fernanda Guimarães e Robson Rodrigues
De São Paulo

O setor de energia deve ter um ano movimentado no país em relação a fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês). Segundo projeções de bancos, as transações podem movimentar R$ 30 bilhões, chegando a R$ 40 bilhões no prazo de 18 meses. No ano passado, os negócios no segmento alcançaram cerca de R$ 20 bilhões.

Grandes operações já estão em andamento. Uma delas é a venda das térmicas da Eletrobras, que deve girar cerca de R$ 8 bilhões. Outro processo é o da AES Brasil. A Auren, controlada pelo grupo Votorantim e CPPIB, já têm cerca de 5% da empresa e fez oferta vinculante. A proposta, contudo, não agradou.

De acordo com os bancos, a queda da inflação e da taxa básica de juros favorece as negociações e traz de volta à mesa algumas operações. A portuguesa EDP, que tenta vender suas hidrelétricas no Amapá, recontratou o Bradesco BBI para seu processo. Na última tentativa, o fundo canadense CDPQ buscou comprar os ativos, mas as discussões não prosperaram.

Um fator adicional é a redução no preço da energia, que diminuiu a avaliação de preço das empresas ("valuation") e tem funcionado como impulsor de novas conversas. As companhias passam a colocar na balança opções entre novos investimentos ("greenfields") ou aquisições, que podem fazer mais sentido nesse contexto, segundo fontes da área.

"No setor de energia elétrica, ao contrário de outros, é comum a reciclagem de ativos, mesmo entre os estratégicos", diz Eduardo Miras, do Citi no Brasil.

O executivo destaca, ainda, o peso de operações de óleo e gás. Neste mês, a Azevedo & Travassos comprou campos na Bacia do Potiguar e voltou à exploração de petróleo. Recentemente, Enauta e 3R assinaram acordo para fusão.

Hugo Pacheco, da RGS Partners, avalia que as transações em geração solar distribuída também serão relevantes. As gestoras Nova Milano, Squared e Brookfield entraram no segmento com aquisições e injeção de capital. **Página B1**

Campos Neto se livra da amarra de novo corte de 0,5 ponto

Alex Ribeiro, Gabriel Roca, Victor Rezende e Gabriel Shinohara
De São Paulo e Brasília

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, abriu mão ontem do compromisso de promover uma nova redução de 0,5 ponto percentual da Selic na reunião de maio do Comitê Política Monetária (Copom). Em Washington, ele disse que as incertezas internacionais e fiscais aumentaram muito para permitir que o Copom siga com a antiga promessa. No mercado de juros, os contratos futuros passaram a embutir maior probabilidade de uma redução de 0,25 ponto na taxa no próximo mês. A curva de juros chega a apontar alguma chance de um novo ciclo de alta no fim do ano. Num cenário de incerteza, os comentários de Campos Neto elevaram a possibilidade de novas reavaliações sobre o rumo da Selic. Para o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, se a reunião fosse hoje, a chance maior seria de corte de 0,25 ponto. **Páginas C1 e C2**

EUA deverão triplicar tarifa sobre alumínio e aço da China

Agências internacionais

Os Estados Unidos deverão triplicar a tarifa sobre o aço e o alumínio importados da China, dos atuais 7,5% para 22,5%. A medida — que ainda levará semanas para entrar em vigor — foi anunciada ontem pelo presidente Joe Biden, falando a trabalhadores da indústria siderúrgica, na sede do sindicato da categoria, o United Steelworkers, em Pittsburg, na Pensilvânia. Candidato à reeleição, Biden busca conquistar o apoio dos trabalhadores, a quem também prometeu bloquear a venda da U.S. Steel, um dos símbolos da indústria americana, para a japonesa Nippon Steel.

A elevação da tarifa nos Estados Unidos poderá ter como reflexo um aumento das importações de aço chinês pelo Brasil, conforme especialistas ouvidos pelo **Valor**. "O efeito é que a China vai tentar colocar seu aço em outros países", diz Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador associado do FGV Ibre. **Página A15**

Planalto age para conter crise com Lira

De Brasília

Após gestos em várias frentes, o Planalto atuou para conter a escalada da crise entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Da Colômbia, o presidente Lula convocou emissários para controlar a turbulência e acenou a auxiliares que poderá se reunir com Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ontem, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), almoçaram com Lira, a fim de acalmar o parlamentar do PP.

Lira havia sinalizado que, a pedido de lideranças, colocaria em votação "pauta bomba" e instalaria várias comissões parlamentares de inquérito, com potencial para tumultuar os trabalhos na Casa, sobretudo a regulamentação da reforma tributária.

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, também fez movimentos para apaziguar ânimos com o Congresso após críticas de que estaria "ultrapassando a linha" com decisões sobre inquéritos como o das "fake news" e milícias digitais. **Página A12**

Vitória do design

ANA PAULA PAIVA/VALOR

O designer e empresário Airon Martin, dono da Misci, viu as vendas no e-commerce dispararem depois que a apresentadora americana Oprah Winfrey comprou uma bolsa da marca na loja do Shopping Cidade Jardim. "Uma vitória para o design nacional e a regionalidade da Misci", diz. Página B6

Arcabouço não estabiliza dívida, projeta FMI

Sergio Lamucci, Marcelo Osakabe e Alexandra Bicca
De São Paulo e Washington

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta aumento da dívida bruta do Brasil de 84,7% do PIB em 2023 para 86,7% neste ano, também estimando alta nos cinco anos seguintes. Para o Fundo, o indicador alcançará 93,9% do PIB em 2029, o ano mais distante para o qual fez previsões. Nos cálculos do FMI, o novo arcabouço não vai estabilizar a dívida nesse horizonte. O diretor de Finanças Públicas do FMI, Vitor Gaspar, disse que "colocar o Brasil numa trajetória descendente de dívida requer um esforço fiscal mais ambicioso e contínuo". O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou como positiva a revisão da trajetória da dívida pelo FMI, que indica uma alta um pouco menos acentuada do que na previsão feita em outubro. **Páginas A5 e A6**

Déficits de hoje terão que ser pagos por impostos sobre as gerações futuras
Benito Salomão A16

A América Latina poderia resolver alguns dos problemas dos EUA
Marcelo Averburg A17

Indicadores

Ibovespa	17/abr/24	-0,17 %	R$ 47,7 bi
Selic (meta)	17/abr/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	17/abr/24		10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	17/abr/24		5,2463/5,2469
Dólar comercial (mercado)	17/abr/24		5,2428/5,2434
Dólar turismo (mercado)	17/abr/24		5,2698/5,4498
Euro comercial (BC)	17/abr/24		5,5836/5,5853
Euro comercial (mercado)	17/abr/24		5,5952/5,5958
Euro turismo (mercado)	17/abr/24		5,6497/5,8297

Destaques

Biomm terá similar do Ozempic
A brasileira Biomm fechou uma parceria com a farmacêutica indiana Biocon para distribuir no Brasil um similar do Ozempic, da Novo Nordisk, que tem a patente do princípio ativo (semaglutida) até julho de 2026. A intenção é já pedir o registro do produto, para que o lançamento seja feito imediatamente após a patente expirar. As ações da Biomm subiram 38% ontem na B3. **B3**

Sanções à Venezuela
Os EUA anunciaram a retomada de sanções ao setor de petróleo da Venezuela, depois de o governo de Nicolás Maduro ter violado acordo firmado em outubro para a realização de eleições livres no país. Empresas americanas e europeias que voltaram à Venezuela após o acordo poderão seguir no país, mediante licenças semestrais do Departamento do Tesouro americano. **A15**

Inteligência artificial

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Há cinco meses à frente do Slack, aplicativo de mensagens para empresas, Denise Dresser aposta em recursos de inteligência artificial (IA) generativa para ampliar a fatia no mercado de softwares para comunicação e trabalho on-line. Página B4

Privatização da Sabesp terá duas etapas

Taís Hirata
De São Paulo

O governo paulista anunciou detalhes sobre a oferta para privatização da Sabesp. O plano prevê duas etapas. Primeiro, será feito processo competitivo entre potenciais acionistas de referência, que terão 15% da companhia e maior controle sobre a gestão. Nessa fase, devem ser selecionados dois grupos com as melhores ofertas. Na etapa seguinte, haverá uma espécie de disputa em que os demais investidores "escolherão" o vencedor. Na segunda fase, serão feitos dois "bookbuildings" junto ao restante do mercado, ou seja, serão coletadas intenções de investimento para cada acionista de referência. Na disputa, vencerá o "bookbuilding" que somar maior valor. Se houver sócio de referência que, na visão do mercado, seja mais capacitado a conduzir a empresa, ele terá vantagem. **Página B5**

INÊS249

Fontes têm muito a dizer sobre a Petrobras

Nelson Niero

Não fosse o duelo entre Elon Musk e Alexandre de Moraes, que causou um grande estrondo nas mídias locais e globais na semana passada, a Petrobras provavelmente teria tido uma boa chance de continuar a dominar enfadonhamente o noticiário nacional com mais uma de suas conflagrações internas.

"Por que você está exigindo tanta censura no Brasil?", perguntou o megaempresário, que dispensa apresentações, nos comentários de um tuíte feito pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em homenagem a seu ex-colega e agora ministro da Justiça do governo, Ricardo Lewandowski. Foi o que bastou para incendiar as redes e não se falar em outro assunto.

A intervenção de Musk se deu depois da divulgação pelo jornalista americano Michael Shellenberger do "Twitter Files Brazil", uma série de troca de mensagens que indicam a interferência de Moraes no então Twitter, hoje X, e em outras redes sociais, para exigir que contas fossem suspensas. O ministro incluiu Musk no inquérito das milícias digitais e um comitê da Câmara americana pediu acesso aos e-mails com ordens judiciais que foram emitidas por ele contra o X no Brasil.

O barulho que se seguiu tirou do foco o que já vinha sendo chamado de "crise da Petrobras", que basicamente envolve mais uma disputa de poder entre facções políticas que acreditam piamente na propaganda de que o petróleo, de preferência já transformado em papel-moeda, é nosso, ou melhor, deles. Quem, que da plateia assiste a esse espetáculo despudorado, não se cansou desses exploradores de hoje, de ontem e de sempre? "A solução é a privatização", disse ao **Valor** o economista Marcelo Mesquita, que na semana que vem, quando acontece a assembleia geral de acionistas, deixa o conselho da companhia depois de ter passado por sete gestões em oito anos.

Mesquita, sócio da gestora Leblon Equities, tem razão, mas provavelmente sabe que é quase impossível se levar a cabo uma façanha dessas. A última vez que se tentou tirar algum privilégio da Petrobras foi na década de 1990, com a abertura do mercado de petróleo depois de quatro décadas de monopólio.

A resistência foi tão grande, da oposição e da situação, que havia cuidado até com as palavras: dizia-se "flexibilização", não quebra do monopólio. A lei, aprovada em 1997 pelo "neoliberal" Fernando Henrique Cardoso — um termo usado pela esquerda para desclassificar opositores, numa versão mais light do "fascista" usado atualmente —, deixa bem claro que a União manteria o controle acionário da Petrobras. A Petrossauro de Roberto Campos, o avô, tem um instinto aguçado de sobrevivência.

O efeito da "flexibilização" foi positivo para a gestão da estatal, mas lento para o mercado: só em 2022 a participação da empresa na produção de petróleo caiu para menos de 70%.

Na semana anterior ao choque de titãs Musk-Moraes, a petroleira sofreu uma das mais impressionantes blitzkriegs de sua história. A celeuma, que envolve a distribuição de dividendos extraordinários e a troca do comando, já vinha se formando desde fins de janeiro, mas teve seu ápice na quarta-feira retrasada, numa metralhadora de notícias de variadas mídias.

Uma primeira nota dizia que os dividendos seriam pagos, numa vitória do Ministério da Fazenda, que quer ajuda para fechar as contas, contra o Ministério das Minas e Energia, que quer o dinheiro guardado para investimentos.

Era uma boa notícia para os acionistas minoritários, que recebem a remuneração junto com o controlador. A ação disparou imediatamente, no que depois se soube foi só aquela primeira subida da montanha-russa. Milhões jorrando nos carrinhos PETR3 e PETR4 . Só que os investidores não sabiam que, em vez da Disney, estavam na Petrolândia. "Aloizio Mercadante é cotado para assumir a presidência da Petrobras", gritava na tela a informação vinda de um personagem notório e ao mesmo tempo anônimo: o "Fontes" . Nos carrinhos lotados, os acionistas só tiveram tempo engolir a seco antes de entrar naquela descida que faz o estômago vir até a boca.

Notícias, especulações, boatos foram se sucedendo enquanto as ações iam para cima e para baixo, levando com ela o Ibovespa e todos os outros. As ações preferenciais chegaram a subir 2,63% para depois cair 2,70%. Movimentos como esse com a Petrobras provocam abalos sísmicos de grande magnitude. São R$ 530 bilhões de valor de mercado, quase 15% do Ibovespa. O mercado americano tem as Sete Magníficas, entre elas a Tesla, de Musk. Nós só temos uma.

Se não tivesse controle estatal, como sabe Mesquita, a Petrobras estaria produzindo mais riqueza e menos terremotos. O petróleo continua subindo, lucros estão garantidos, há reservas para aterrorizar um milhão de ambientalistas. Não há crise? Fabrica-se uma. No caso da Petrobras, elas sempre podem criar uma oportunidade.

Desde janeiro, o trader especialista em opções Hégler Henrique vem acompanhando nas suas redes sociais um investidor que tem uma "bola de cristal": ele se posiciona antes de sair alguma notícia sobre a Petrobras, sempre na ponta certa. Numa das operações, algumas opções valorizaram-se mais 1.800%. Só o regulador do mercado poderia descobrir quem é o milionário. Talvez o sr. Fontes possa dar uma pista.

Nelson Niero é editor de S.A. do Valor Econômico.
E-mail nelson.niero@valor.com.br

Educação Evento da Academia Brasileira de Ciência reuniu físico Serge Haroche, químico David MacMillan e neurocientista May Britt-Moser

Prêmios Nobel debatem impasse orçamentário e recursos para a ciência

Danilo Thomaz
Para o **Valor**, de São Paulo

O financiamento, as tendências para a inovação, a relação com o setor privado e os impasses orçamentários envolvendo a produção científica foram os principais temas discutidos na tarde desta quarta-feira (17) pelo físico Serge Haroche, o químico David MacMillan e a neurocientista May Britt-Moser. O encontro que reuniu o trio de cientistas ganhadores do Nobel em suas áreas foi promovido pela Academia Brasileira de Ciência (ABC) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), onde foi realizado o evento. O evento da tarde de quarta-feira foi o último de uma série, que incluiu debates na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e na Universidade de São Paulo (SP).

Ganhador do Nobel de Física de 2012 "por métodos experimentais inovadores que permitem a medição e a manipulação de sistemas quânticos individuais", o francês Serge Haroche, professor do Collège de France, afirmou que todas as descobertas disruptivas recentes da ciência são fruto de um trabalho de longo prazo.

"Na física, a descoberta das ondas gravitacionais é disruptivo. Encontramos novos fatos sobre a expansão do universo. A pesquisa básica, que levou décadas, é o que possibilitou criar uma vacina [em um ano] para a covid. Essas descobertas foram feitas por pessoas que atuam na ciência há muito tempo."

Haroche afirma que essa necessidade de longo prazo coloca o setor científico em conflito com os formuladores de políticas públicas. "A visão [dos formuladores] é de curto prazo", afirma.

Ganhador do Nobel de Química de 2021 pela criação de catalisadores (substâncias que aceleram reações químicas) mais ambientalmente sustentáveis — para emprego na indústria farmacêutica e agroquímica, por exemplo —, o professor da Universidade de Princeton David MacMillan citou o modelo americano como exemplo para o desenvolvimento de cientistas. "Quando você é um acadêmico jovem nos Estados Unidos, você recebe muitos recursos e lhe falam para fazer algo disruptivo ou você vai perder seu emprego", conta.

A neurocientista May Britt-Moser, ganhadora do Nobel de Medicina de 2014, afirmou que, por mais importante que seja o financiamento a jovens cientistas, devem-se manter os "dinossauros", como ela mesmo se classifica. "Eu ainda consigo pensar em coisas novas", afirma. "Precisamos dos jovens, precisamos que todos sejam criativos. Não entrei na ciência para ganhar o Prêmio Nobel, entrei porque era divertido, fiquei viciada em encontrar respostas."

A segunda parte do encontro da tarde foi dedicada à questão da diversidade no meio científico e acadêmico. Além de Britt-Moser, participaram do debate o pesquisador Anderson F. Brito, do Instituto Todos pela Saúde, o presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos, Vinicius Soares, e a antropóloga da Universidade de Wisconsin-Madison Karen Strier.

Brito e Soares destacaram a importância das políticas afirmativas para mudar o perfil da universidade brasileira. "Nós não estamos lá ainda, em termos de diversidade racial, de gênero e de minorias religiosas", afirma Britto. "No Brasil, esse é um movimento muito recente."

Britt-Moser afirmou que, desde o início de sua carreira, discutia-se na universidade "que nós precisamos de diversidade", até mesmo para avançar cientificamente. "Mas como conseguir a diversidade? Essa é outra pergunta", afirma a neurocientista, que vê as universidades norueguesas se tornarem menos internacionais e mais europeias nos anos recentes. "Temos lutado contra esse princípio", afirma. "Queremos uma vida melhor, uma ciência melhor e por isso precisamos de diversidade."

O último painel discutiu a relação entre sociedade e ciência. O debate reuniu MacMillan e a pesquisadora Flávia Calé, da Universidade de São Paulo, o diretor do Instituto Butantan, Esper Kallás, e a chefe de Meio Ambiente da Embrapa, Paula Packer.

A discussão esteve centrada na relação dos diferentes entes do setor farmacêutico — da academia ao setor privado. MacMillan afirmou que o Brasil tem "uma grande vantagem competitiva" em comparação com outros países. "Tem as melhores químicas do planeta, as principais farmacêuticas estão aqui. Há várias conexões que podem ser feitas e poderiam ser valiosas para o Brasil", afirmou. "É preciso ter cientistas na indústria. Uma grande parte das descobertas acontece na academia. Qual tipo de ponte podemos fazer?", disse Kallás.

O financiamento científico também foi um ponto importante na discussão. "Os jovens cientistas não conseguem viver do seu trabalho", afirmou Calé. "Não temos recursos suficientes para entregar tudo que precisamos para o Brasil. Não temos recursos suficientes para fazermos pesquisas. Não é muito dinheiro. É pouco dinheiro para um grande país", afirmou Packer.

O engajamento entre setor privado e academia foi o tema do encerramento, que contou com Serge Haroche e MacMillan. "Unam-se à academia", disse MacMillan, em recado aos representantes da indústria. "É preciso encontrar o que há em comum [entre academia e setor privado]."

Antes, o cientista citou uma iniciativa em Princeton, onde um pitching científico ajudou a levantar US$ 100 milhões para diferentes projetos. "A indústria [com essa iniciativa] pôde encontrar pessoas que estavam fazendo coisas que interessavam a ela. Essa interação só pode ser benéfica. Quanto mais se facilita isso, melhor será para a economia."

Haroche, por sua vez, afirmou que o desenvolvimento científico tem também o dever de fazer as pessoas recuperarem a ideia de progresso e esperança. "É preciso que o cidadão sinta que a ciência está aí para dar esperança por estarmos trabalhando por um futuro melhor", disse.

> "Precisamos dos jovens, precisamos que todos sejam criativos"
> *May Britt-Moser*

DIVULGAÇÃO

Encontro com os vencedores do Prêmio Nobel para debater fomento à ciência

Inteligência artificial vai elaborar aulas em SP

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

O governo de São Paulo planeja implementar um projeto-piloto para incluir inteligência artificial (IA) na elaboração das aulas dos alunos das escolas estaduais.

Segundo a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), a ideia é aprimorar o conteúdo e incluir a IA em etapas dos processos de atualização do ensino de estudantes do terceiro bimestre dos anos finais do ensino fundamental e médio.

"Esse processo de fluxo editorial ainda será testado e passará por todas as etapas de validação para ser avaliada a possível implementação", revela em nota.

Segundo a Seduc, as aulas que já foram produzidas por um professor curriculista — especialista na elaboração de currículos de ensino — e já estão em uso na rede serão aprimoradas pela IA com a inserção de novas propostas de atividades. Atualmente, são 90 professores curriculistas no Estado.

Conforme a pasta, o conteúdo será avaliado e editado pelos curriculistas em duas etapas diferentes e deve passar por revisão de direitos autorais e intervenções de design. Segundo a secretaria, se a aula estiver adequada com os padrões pedagógicos, será disponibilizada uma versão atualizada das aulas feitas em 2023.

Sem se identificar, professores da rede estadual disseram que as reuniões realizadas para alinhamento pedagógico não dão margem à discussão e se limitam a informar sobre as mudanças.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou em um evento nesta quarta-feira, 17, que a ferramenta será usada como uma facilitadora.

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) deve discutir uma campanha contra o uso da IA e a valorização do professor.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Assine o Valor Econômico: assinevalor.com.br ou ligue: 0800 7018888 Valor Econômico

INÊS249

ALLISON SHELLEY/FMI

Vítor Gaspar: "Endividamento e custos incertos de financiamento pedem política fiscal e gerenciamento da dívida prudentes"

Contas públicas Elaboradas antes das novas metas, projeções do Fundo apontam país com um dos endividamentos mais altos entre emergentes

FMI projeta aumento da dívida bruta do Brasil pelo menos até 2029

Sergio Lamucci e Marcelo Osakabe
De São Paulo

A dívida bruta pública brasileira vai aumentar de 84,7% do PIB em 2023 para 86,7% do PIB neste ano, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), que também estima alta nos cinco anos seguintes. Para a instituição, o indicador alcançará 93,9% do PIB em 2029, o ano mais distante para o qual o Fundo fez previsões. Esses números indicam que, nos cálculos do FMI, o novo arcabouço fiscal, que entrou em vigor neste ano, não vai estabilizar a dívida nesse horizonte. As previsões do Fundo para o resultado primário (que exclui gastos com juros) nos próximos anos, por sua vez, tiveram uma piora em relação aos números divulgados em outubro.

A estimativa da instituição para o endividamento bruto brasileiro em 2024 é a quarta maior de um grupo de 36 países emergentes, liderada por Egito, com 96,4% do PIB, Ucrânia, com 94% do PIB, e China, com 88,6% do PIB. As projeções fazem parte do Monitor Fiscal, relatório divulgado ontem. Segundo o documento, a média dos emergentes neste ano deve ficar em 70,3% do PIB. Acompanhada com atenção pelos especialistas em contas públicas, a dívida bruta é um dos indicadores mais importantes de solvência de um país.

Dois dias após a equipe econômica anunciar o afrouxamento das metas fiscais para o próximo ano, o FMI apontou a importância de um "esforço mais ambicioso" para que o país consiga recolocar a dívida em uma trajetória cadente. Questionado sobre a mudança da meta brasileira na entrevista em que apresentou a nova edição do Monitor Fiscal, o diretor do Departamento de Finanças Públicas do FMI, Vítor Gaspar, evitou comentar o assunto diretamente, mas afirmou que a incerteza sobre a consolidação fiscal "permanece alta".

"O endividamento e os custos incertos de financiamento pedem, no Brasil como em outros países, uma política fiscal e gerenciamento da dívida prudentes", afirmou Gaspar. "Colocar o Brasil numa trajetória descendente de dívida requer um esforço fiscal mais ambicioso e contínuo, que deve ser ancorado na nova regra fiscal ao mesmo tempo que proteja o gasto social e o investimento."

Embora espere aumentos contínuos do endividamento bruto do Brasil ao longo dos próximos anos, o FMI passou a estimar uma trajetória de alta um pouco menos acentuada no período. Em outubro do ano passado, o Fundo projetava dívida bruta de 90,3% do PIB em 2024 e de 96% do PIB em 2028, acima dos 86,7% do PIB e dos 93,4% do PIB projetados, pela ordem, no relatório publicado ontem — em outubro, o FMI não tinha divulgado previsões para 2029.

Desde outubro de 2023, o Fundo melhorou as projeções de crescimento para a economia brasileira, um fator que ajuda a melhorar a trajetória esperada para a dívida como proporção do PIB. O FMI esperava em outubro um crescimento de 1,5% em 2024 e de 1,9% em 2025, números que subiram para 2,2% e 2,1% na edição do Panorama Econômico Mundial divulgado na terça-feira, com a atualização das projeções de crescimento.

O FMI usa um critério diferente do utilizado pelo Banco Central (BC) brasileiro para calcular a dívida bruta do país. Enquanto o Fundo considera na conta os títulos do Tesouro na carteira do BC, a metodologia da autoridade monetária brasileira os exclui. Pelo conceito brasileiro, a dívida bruta ficou em 75,5% do PIB em fevereiro deste ano, tendo encerrado 2023 em 74,4% do PIB.

As estimativas do governo para a dívida bruta mostram uma trajetória bem mais favorável do que a do FMI. Pelas previsões apresentadas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, divulgado na segunda-feira, mesmo com um afrouxamento das metas fiscais, o indicador deverá subir até 79,7% do PIB em 2027, passando a recuar gradualmente ao longo dos anos seguintes; em 2029, ficaria em 79,3% do PIB. Em 2034, em 74,5% do PIB. Já o consenso dos economistas ouvidos pelo BC indica alta contínua do indicador até 2031, quando atingiria 85,686% do PIB, recuando modestamente nos dois anos seguintes. Em 2033, ano mais distante para o qual há projeções, a dívida bruta ficaria em 85% do PIB.

> Estimativas do governo mostram uma trajetória bem mais favorável do que a do FMI

As projeções do FMI foram elaboradas antes da divulgação das novas metas de resultado primário do governo central pela equipe econômica no PLDO. O governo reduziu o alvo de 2025 de um superávit de 0,5% do PIB para zero, enquanto a meta de 2026 caiu de um superávit de 1% do PIB para um saldo positivo de 0,25% do PIB. No Monitor Fiscal, o FMI estima que haverá um déficit primário de 0,6% do PIB em 2024 (a meta deste ano do governo foi mantida em zero) e de 0,3% do PIB em 2025. No ano seguinte, o rombo deverá ser zerado, nas projeções do Fundo.

Em outubro do ano passado, o FMI tinha projeções melhores para o resultado primário do Brasil. A estimativa era de um déficit de 0,2% do PIB em 2024, enquanto as previsões para 2025 e 2026 eram de superávits de 0,2% do PIB e de 0,7% do PIB, pela ordem. As projeções mais fortes de crescimento obviamente melhoram a trajetória esperada para a dívida como proporção do PIB, ao passo que as estimativas mais fracas para o resultado primário a pioram.

A série de dados para o resultado do primário do Brasil que aparece no Monitor Fiscal de 2015 a 2023 não coincide com os números do setor público consolidado, que inclui o governo federal, Estados, municípios e estatais não financeiras, excluindo Petrobras e Eletrobras. As estatísticas tampouco são as da série do governo central, que reúne Tesouro, INSS e Banco Central. No arcabouço, as metas do governo são para o resultado do governo central.

No relatório, o FMI diz que algumas economias têm implementado reformas fiscais para fortalecer os arcabouços fiscais e impulsionar o crescimento potencial (aquele que não acelera a inflação), citando como exemplo o Brasil. De acordo com o Fundo, o país introduziu novas regras fiscais — uma referência à lei do novo arcabouço, aprovada em 2023 — e passou no Congresso a reforma tributária, uma iniciativa para simplificar e melhorar a eficiência do sistema de impostos.

O FMI e o Banco Mundial realizam nesta semana em Washington a tradicional reunião de primavera (no hemisfério Norte).

Ver também página A6

COMÉRCIO EM PAUTA
Trabalho que valoriza o Brasil

PROGRAMA DA CNC BUSCA STARTUPS PARA ATENDER A DESAFIOS DO SETOR TERCIÁRIO

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) lança hoje, 18 de abril, o programa CNC Hunting, que buscará startups para atender a desafios que as empresas do setor terciário estão enfrentando no mercado brasileiro. O lançamento está marcado para as 15h30, durante o Web Summit Rio 2024, na Arena Senac-RJ, e será transmitido ao vivo pelo canal do Senac-RJ no YouTube. O diretor de Economia e Inovação da CNC, Maurício Ogawa, fará a apresentação do programa, que é uma parceria com a plataforma de investimentos Sai do Papel.

Para participar, a startup deve apresentar solução para um ou mais dos três desafios propostos. O primeiro é "planejamento tributário e fiscal", em que se buscam ferramentas inovadoras para simplificar processos fiscais, garantir conformidade legal e aprimorar a gestão financeira dos associados ao Sistema CNC-Sesc-Senac. O segundo é "análise de dados", que visa capacitar empresários e colaboradores e antecipar tendências do comércio de bens, serviços e turismo para atender consumidores dinâmicos.

Por fim, o terceiro eixo é a "transição para o mercado livre de energia", em que a CNC procura soluções que simplifiquem o processo e ofereçam flexibilidade, eficiência energética e promoção da sustentabilidade.

A startup precisa já estar em fase de tração ou escala em todo o território nacional. Inscrições e mais informações estão no site cncinnovation.portaldocomercio.org.br

Claudia Dantas

Web Summit Rio 2024, promovido no Riocentro, será palco do lançamento do programa da CNC

CONSULADO AMERICANO PREMIA O SESC POR AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, recebeu, em nome do Sesc, o Prêmio Brazilian Environmental Leader Award (Bela), realizado pelo Consulado Geral dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro.

A premiação tem por objetivo reconhecer lideranças brasileiras que atuam no combate à crise climática e na proteção do meio ambiente. "No momento que a questão ambiental está mobilizando o mundo na busca de ações e soluções para um planeta mais sustentável, o Sistema CNC-Sesc-Senac pode apresentar diversas iniciativas que contribuem para esse importante campo", disse Tadros.

A homenagem foi um reconhecimento às significativas contribuições do Sesc envolvendo a área de conservação de vários biomas brasileiros e de educação ambiental. Entre as diversas áreas naturais protegidas que a instituição mantém está a RPPN Sesc Pantanal, em Mato Grosso, que é a maior Reserva Particular do Patrimônio Natural do País; a RPPN Sesc Tepequém, em Roraima; a Reserva Natural Sesc Bertioga, em São Paulo; e a Reserva Ecológica Sesc Iparana, no Ceará.

Em todos esses espaços, o trabalho de conservação é integrado ao Turismo Social, que propicia a recepção de hóspedes de todo o Brasil, e ainda à educação ambiental, que engaja as comunidades na conservação da natureza.

Gabriela Walker

O cônsul-geral interino, Steven Royster, na entrega do prêmio ao presidente José Roberto Tadros

SENAC NA COMUNIDADE OFERECE MAIS DE MIL VAGAS GRATUITAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Senac-RJ, em parceria com diversas instituições sociais da região metropolitana do Rio de Janeiro, está com inscrições abertas em cursos gratuitos de capacitação profissional dentro do projeto Senac na Comunidade. Serão oferecidas 1.590 vagas ao longo do ano de 2024 para qualificações nas áreas de tecnologia, gastronomia, beleza, gestão, jardinagem, logística, entre outras.

O objetivo do projeto é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades por meio da formação profissional, estímulo à empregabilidade e geração de renda. Para se inscrever, é necessário apresentar RG, CPF, comprovantes de residência e de escolaridade.

Os cursos são voltados para jovens a partir de 12 anos e adultos em situação de vulnerabilidade social, moradores das regiões e entorno dos espaços parceiros. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail senacnacomunidade@rj.senac.br.

www.portaldocomercio.org.br
@sistema.cnc @sistemacnc @sistemacnc @tvcnconline

INÊS249

Contas públicas Em encontros do G20 e FMI, Ministro da Fazenda afirma que governo está atento à tramitação de medidas para mudança da meta fiscal de 2025

Avaliação do FMI sobre trajetória da dívida 'é positiva', diz Haddad

Alexandra Bicca
Para o **Valor**, de Washington

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou nesta quarta-feira, 17, como positiva a revisão da trajetória da dívida brasileira projetada pelo FMI no relatório Monitor Fiscal, divulgado também nesta quarta. O Fundo recomendou ao Brasil fazer "um esforço fiscal mais ambicioso".

"O fato de que o FMI está dizendo que a nossa dívida está estabilizando num patamar menor do que eles supunham inicialmente é significativo, mas o desafio existe", disse Haddad.

O Fundo estima que a dívida bruta vai subir de 84,7% do PIB em 2023 para 86,7% neste ano. E seguirá numa crescente nos próximos cinco anos, mas em ritmo menor do que o previsto anteriormente. O FMI também estima que o superávit fiscal ocorrerá apenas em 2027. O governo brasileiro estima que isso ocorrerá em 2026.

Haddad disse que o governo segue vigilante em relação às medidas em tramitação no Congresso, caso da MP 1.202, sobre compensações de créditos tributários. Ele afirmou ainda que, se necessário, o governo recorrerá ao Judiciário se medidas aprovadas impactarem a reforma da Previdência.

O ministro disse que medidas a respeito do déficit zero estão avançando no Congresso.

Questionado sobre os comentários do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, acerca da relação entre políticas fiscal e monetária, Haddad disse que não comentaria sem conhecer o contexto. Na segunda-feira, Campos Neto disse, após o governo mudar a meta fiscal para 2025, que o trabalho do BC fica mais difícil se houver percepção de que não existe âncora fiscal.

Haddad também afirmou que tem esperanças de alcançar um acordo em julho, dentro do G20, para chegar a uma declaração conjunta sobre tributação internacional. Ele ressaltou que isso é prioridade nessas reuniões do FMI e da presidência do Brasil no G20.

"Em um mundo onde as atividades econômicas são cada vez mais transnacionais, nós temos que encontrar maneiras novas e criativas de tributar tais atividades, direcionando receitas para esforços globais comuns, como acabar com a fome e a pobreza e combater as mudanças climáticas", disse o ministro.

Haddad tem priorizado a taxação de super-ricos como um dos principais temas da presidência brasileira do G20. Na reunião ministerial do grupo em São Paulo, no fim de fevereiro, o ministro da Fazenda disse que trabalha para uma proposta "equilibrada, porém ambiciosa" sobre o tema.

O ministro, contudo, não deu detalhes sobre essa declaração conjunta, ou pontos que podem

DIOGO ZACARIAS/MF

"O FMI dizendo que a dívida está estabilizando num patamar menor é significativo"
Fernando Haddad

avançar na construção deste consenso. Haddad disse que é viável soltar um comunicado político em julho ou novembro, em meio aos eventos do G20 no Brasil, lembrando que essa é uma proposta que depende do consenso de todos os países.

Para o ministro, o apoio da França à proposta brasileira é "muito significativo". Ele destacou ainda que o Brasil vai se dedicar às agendas definidas pelo presidente Lula: taxação de super-ricos e combate à fome e à pobreza.

Em entrevista coletiva após ao debate do qual participaram a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, e o ministro de Economia e Finanças da França, Bruno Le Maire, Haddad também falou sobre as brechas tributárias que por muito tempo permitiram para as pessoas fazerem planejamento tributário do seu patrimônio.

Segundo ele, o país tem uma das alíquotas mais baixas sobre heranças. E, na avaliação dele, buscar receitas é fundamental para o mundo, que tem causas urgentes como combate à miséria, mudanças climáticas e pobreza.

Pela manhã, em painel sobre combate à fome que a solução para problemas mundiais depende de ações coletivas e esforços internacionais. Haddad destacou que é preciso sair da abordagem técnica e defendeu uma abordagem política como parte da solução.

"Os que vivem em pobreza, passam fome, e os desafios globais em relação ao meio ambiente também exigem de nós um esforço internacional, porque nenhum país isoladamente vai conseguir resolver esse problema", disse.

Haddad disse que a grande novidade desse G20 é que há apoio de todos os países-membros e chances de sair algo consistente. Ele lembrou que o momento da economia global é crítico e que durante a pandemia de covid os países buscaram diluir os impactos com medidas de "expansão fiscal de curto prazo sem precedentes".

"As cadeias de valor foram prejudicadas por uma série de eventos. Em seguida, a fragmentação geoeconômica aumentou ainda mais, minando o comércio e o crescimento econômico em todo o mundo. O resultado foi uma combinação perversa de inflação elevada a níveis muito altos de dívida, especialmente no Sul Global, forçando os governos a tomar decisões muito difíceis", disse.

Cai regra de investimento para emenda parlamentar

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A equipe econômica desistiu de reservar até metade do valor destinado às emendas parlamentares no Orçamento de 2025 para cumprimento do piso de investimento, criado pelo novo arcabouço fiscal e estimado em torno de R$ 73 bilhões para o ano que vem. A ideia constava no texto-base do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), conforme revelou o **Valor**, mas foi retirada da versão final encaminhada ao Congresso Nacional, na última segunda-feira.

A decisão atendeu a um pedido do Palácio do Planalto. A equipe econômica queria contar com metade das emendas para cumprir o piso, porque argumentava que elas já são destinadas a financiar obras e projetos públicos. Também era uma forma de destinar mais recursos do Executivo para outras despesas que não investimentos. A ideia, contudo, foi barrada pela Casa Civil, apurou o **Valor**.

Técnicos do ministério palaciano argumentaram que o piso de investimento foi criado justamente para o Executivo reservar recursos próprios para obras. É, segundo eles, uma medida fundamental para viabilizar o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao contar com emendas para o piso, o governo estaria reservando menos dinheiro próprio para obras, indo contra determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A resistência do Planalto já havia sido revelada pelo jornal "Folha de S.Paulo". O **Valor** apurou que a Junta de Execução Orçamentária (JEO) arbitrou para tirar a previsão que havia sido incluída, sem debate, segundo uma fonte, pela equipe econômica no texto-base.

Na versão final do PLDO de 2025, o governo manteve apenas a previsão para que metade do valor reservado às emendas seja destinada a ajudar a cumprir o piso mínimo de investimento em saúde, regra que já vem sendo aplicada em anos anteriores.

Apesar da decisão de não contar com os recursos dos parlamentares para atingir o piso de investimento em obras, o governo promoveu algumas mudanças nas regras de indicação de emendas individuais e de bancada para que os recursos sejam direcionados a projetos de interesse do Executivo e para tentar garantir que obras iniciadas sejam concluídas.

O PLDO 2025 propõe que as emendas sejam destinadas, prioritariamente, a projetos em andamento, o que já é uma proposição de praxe do governo. A novidade é que, quando um obra financiada por emenda tiver prazo superior a um ano, o parlamentar terá o obrigação de destinar parte da sua reserva todo ano para aquele investimento, até a conclusão do empreendimento. "Quando as emendas dispuserem sobre o início de investimento com duração superior a um exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada por emenda do autor, deverão ser objeto de emenda pelo mesmo autor, a cada exercício, até a conclusão do investimento", diz o trecho incluído no projeto.

O governo afirma que essa regra já constou em PLDOs de anos anteriores para emendas de bancada, mas agora foi estendida também às individuais. O objetivo seria "fomentar a continuidade dos investimentos nos anos subsequentes e garantir a entrega dos bens e serviços à sociedade", argumenta a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, em mensagem encaminhada ao Congresso.

Outra novidade do PLDO 2025 é determinar que emendas que financiem obras ou projetos com duração superior a um ano deverão estar relacionadas a projetos incluídos no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. PLDOs anteriores previam apenas que as indicações deveriam ser compatíveis com o plano plurianual, o que deixava a alocação obrigatória vaga, explicam técnicos da equipe econômica.

Eles acreditam que o dispositivo não sofrerá resistências, porque o PPA, apesar de elaborado pelo Executivo, foi aprovado pelo Congresso Nacional, além de ser o plano de médio prazo de país. Eles também afirmam que a obrigação de o parlamentar indicar todo ano parte das suas emendas para projetos por ele iniciados está em linha com recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).

As novidades inseridas, contudo, não constam na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, aprovada pelo Congresso Nacional e em vigor. O texto atual dá mais liberdade para os parlamentares indicarem suas emendas, enquanto a proposta do governo para 2025 traz regras de direcionamento desses recursos, o que pode gerar resistência dos congressistas. As mudanças terão de ser aprovadas pelo Legislativo para entrar em vigor.

O PLDO 2025 reserva R$ 39,6 bilhões para emendas individuais e de bancada. Não há previsão para emendas de comissão, o que costuma ser incluído por parlamentares durante a tramitação da proposta.

Distribuição investirá R$ 120 bi em 4 anos

Energia

Rafael Bitencourt
De Brasília

O governo quer garantir o investimento de R$ 120 bilhões pelos próximos quatro anos no segmento de distribuição de energia ao definir os critérios claros da renovação de contratos no setor. Atualmente, cerca de 20 concessionárias aguardam a publicação do decreto com as diretrizes para assinar a prorrogação das concessões, entre 2025 e 2031, com prazo adicional de 30 anos.

A fala do ministro foi dirigida a executivos do segmento de distribuição e autoridades públicas que participaram do "Fórum Distribuição de qualidade para a inclusão e transição energética". O evento foi realizado pela Editora Globo em parceria com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), com divulgação dos jornais **Valor** e "O Globo".

A previsão de investimentos das distribuidoras foi apresentada por Silveira ao defender a importância da estratégia de manter os atuais grupos econômicos, que considera já comprometidos com o desenvolvimento do mercado de energia. "Tenho a visão pública de que o caminho mais seguro é o processo de renovação", disse Silveira, ao reiterar a decisão do governo de buscar a prorrogação dos atuais contratos, em vez de abrir processo de relicitação.

Apesar de elogiar a capacidade de investimento do setor, Silveira disse ter chegado à constatação de que os atuais contratos "não estão adequados às expectativas do consumidor", seja daqueles do setor industrial, seja das pessoas comuns. A ideia, disse, é "modernizar os contratos com mais compromissos". Para o ministro, os critérios de renovação darão a sinalização "clara e objetiva" de onde as distribuidoras deverão investir.

No evento, o presidente da Abradee, Marcos Madureira, ressaltou que as distribuidoras abarcadas pelo atual processo de renovação representam mais de 60% do mercado de energia do país. Ele disse que atualmente as concessionárias, como um todo, investem R$ 32 bilhões por ano e respondem por mais de 200 mil empregos diretos.

"As distribuidoras fazem basicamente toda a captação de recursos e os repasses para a geração, a transmissão. Fazem o recolhimento de tributos e encargos, assegurando estabilidade econômica e financeira no setor", afirmou o presidente da entidade. Segundo ele, essa contabilidade é feita com o faturamento anual de quase R$ 270 bilhões no segmento de distribuição.

Durante o fórum, o ministro de Minas e Energia afirmou que o setor elétrico se desenvolveu, especialmente o segmento de geração, apoiado em incentivos — atualmente criticados por especialistas por tornar a conta de luz cara. Isso proporcionou ao país, disse, uma matriz com 88% de energia limpa e renovável. "Os estímulos e os incentivos que aconteceram nos últimos anos, que custaram muito para brasileiros e brasileiras, foram importantes. Agora, precisa ser estimulada a ponta do consumo", afirmou

Silveira também falou da necessidade de resolver o alto custo da geração nos sistemas isolados. Ele sugeriu a substituição de usinas térmicas, na maior parte concentradas na região amazônica, por pequenos reatores nucleares.

A proposta envolve o interesse do governo de aproveitar as reservas de urânio para reduzir a despesa anual de R$ 12 bilhões com a operação das térmicas a base de óleo diesel.

O uso de usinas nucleares de pequeno porte tem crescido em outros países. O setor entende que, apesar de produzir rejeito radioativo, essas usinas são consideradas de fonte "limpa", porque não emitem gases poluentes na atmosfera.

bradesco
vida e previdência

Bradesco Fundo de Aposentadoria Programada Individual FAPI FIX
CNPJ/MF nº 02.185.027/0001-21

Assembleia Geral de Condôminos
Edital de Convocação

A Bradesco Vida e Previdência S.A., na qualidade de Administradora do referido Fundo, vem, pelo presente, convidar os senhores Condôminos para participarem da Assembleia Geral de Condôminos, de forma não presencial, a realizar-se, excepcionalmente, pelo processo de Consulta Formal, mediante resposta, até 30 de abril de 2024, do item apresentado a seguir: as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Solicitamos a manifestação formal com a orientação de voto para o item acima (Aprovação, Reprovação ou Abstenção), a ser direcionada para o endereço de *e-mail* fapi@bradescoseguros.com.br, com o **CNPJ/MF nº 02.185.027/0001-21** no assunto da mensagem, acompanhada de arquivo contendo documento de identificação com foto (RG ou CNH). Barueri, SP, 18 de abril de 2024. Bradesco Vida e Previdência S.A. "Administradora".

bradesco
vida e previdência

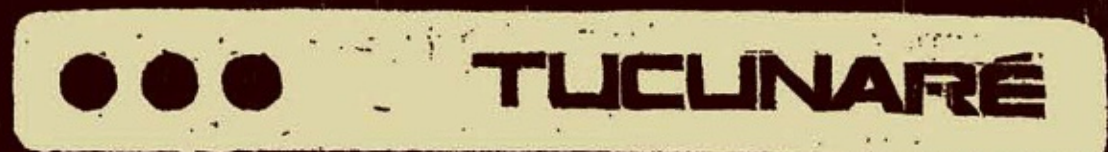
Bradesco Fundo de Aposentadoria Programada Individual FAPI RF Plus
CNPJ/MF nº 02.297.533/0001-02

Assembleia Geral de Condôminos
Edital de Convocação

A Bradesco Vida e Previdência S.A., na qualidade de Administradora do referido Fundo, vem, pelo presente, convidar os senhores Condôminos para participarem da Assembleia Geral de Condôminos, de forma não presencial, a realizar-se, excepcionalmente, pelo processo de Consulta Formal, mediante resposta, até 30 de abril de 2024, do item apresentado a seguir: as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Solicitamos a manifestação formal com a orientação de voto para o item acima (Aprovação, Reprovação ou Abstenção), a ser direcionada para o endereço de *e-mail* fapi@bradescoseguros.com.br, com o **CNPJ/MF nº 02.297.533/0001-02** no assunto da mensagem, acompanhada de arquivo contendo documento de identificação com foto (RG ou CNH). Barueri, SP, 18 de abril de 2024. Bradesco Vida e Previdência S.A. "Administradora".

AES CAJUÍNA AB2 HOLDINGS S.A.
CNPJ/MF nº 45.024.679/0001-97 - NIRE 35.3.0058507.1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 29 de fevereiro de 2024, às 10h00, na sede social da **AES Cajuína AB2 Holdings S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, ESC 121, Sala D05, Torre A - Torre Nações Unidas, Cidade Monções, CEP 04571-936. **2. Presenças:** Presente a acionista **AES Tucano Holding I S.A.** ("Acionista Única" ou "AES Tucano Holding I"), representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no "Livro de Presença de Acionistas". **3. Convocação:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4°, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. Mesa:** Verificado o quórum para instalação desta Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a mesa foi composta pela Presidente, a Sra. Sabrina Cassará Andrade da Silva, e pela Secretária, a Sra. Larissa Villar Silva. **5. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** aprovar os termos e condições do "Protocolo e Justificação de Incorporação da AES Cajuína AB2 Holdings S.A. pela Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.", inscrita no CNPJ/MF sob o n° 37.020.274/0001-52 e NIRE sob n° 2430001391-4, localizada no município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Trincheira, S/N, Zona Rural, CEP 59.535-000, celebrado entre as administrações da Companhia e da Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. ("Tereza 07") em 28 de fevereiro de 2024, que estabelece os termos e condições aplicáveis à incorporação da totalidade do patrimônio líquido da Companhia, a valor contábil, pela Tereza 07, nos termos do artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações, dando causa à extinção da personalidade jurídica da Companhia e à sua sucessão, em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade, pela Tereza 07 ("Incorporação"), na forma do **Anexo I** desta ata da Assembleia ("Protocolo e Justificação"); **(ii)** ratificar a contratação da Empresa Especializada (conforme definido abaixo) para a elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Companhia, a ser incorporado pela Tereza 07, no âmbito da Incorporação, elaborado com base no balanço patrimonial da Companhia na data-base do laudo (31 de janeiro de 2024), na forma do **Anexo 4.1** do Protocolo e Justificação ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** aprovar o Laudo de Avaliação; **(iv)** aprovar a Incorporação, com a consequente extinção da Companhia; e **(v)** autorizar aos administradores da Companhia a prática de todos os atos necessários para a efetivação e conclusão da Incorporação. **6. Deliberações:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia desta Assembleia, a Acionista Única deliberou, sem ressalvas: (i) aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação; (ii) ratificar a contratação da **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.,** sociedade com sede na Rua do Passeio, n° 62, 6° andar, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 08.681.365/0001-30, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o n° 005112/O-9, como empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação ("Empresa Especializada"); (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) aprovar a Incorporação e a consequente extinção da Companhia, nos termos previstos no Protocolo e Justificação; e (v) autorizar aos administradores da Companhia, diretamente ou por meio de procuradores devidamente constituídos, a prática de todos os atos necessários para a efetivação e conclusão da Incorporação, incluindo a subscrição do aumento de capital da Tereza 07, na forma do artigo 227, parágrafo 2°, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, parágrafo 1°, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024. Mesa: **Sabrina Cassará Andrade da Silva -** Presidente; **Larissa Villar Silva -** Secretária. Acionista Única: **AES Tucano Holding I S.A. Sabrina Cassará Andrade da Silva -** Procuradora; **Larissa Villar Silva -** Procuradora. **JUCESP** n° 143.681/24-2 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

No mundo dos negócios, cada balanço conta uma história.

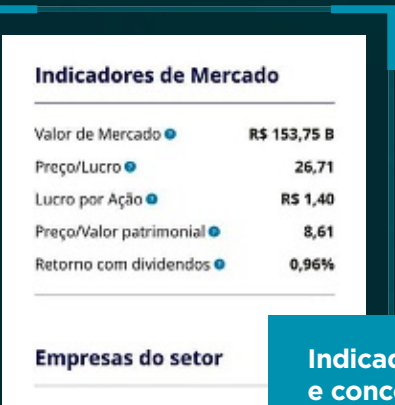
Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Balanço detalhado e fatos relevantes: Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.

Ganhos x perdas da empresa

Indicadores de mercado e concorrentes: Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.

Indicadores de Mercado

Valor de Mercado	R$ 153,75 B
Preço/Lucro	26,71
Lucro por Ação	R$ 1,40
Preço/Valor patrimonial	8,61
Retorno com dividendos	0,96%

Empresas do setor

Valor das ações e recomendações: Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.

SUA EMPRESA

R$ 36,63 ▲6,89%

Consenso de analistas | SUA EMPRESA

Enriqueça sua experiência e destaque-se.

VALOR EMPRESAS 360

Para quem investe sabendo

valor.globo.com/empresas360

Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360 e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**

Brasil

Relações externas Principal crescimento deve ocorrer nas vendas de petróleo bruto, produto mais exportado pelo país ao mercado americano

Crise no Oriente Médio pode ampliar vendas do Brasil para os EUA

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Abrão Neto, CEO da Amcham: "Houve desempenho contundente das exportações aos Estados Unidos"

Marta Watanabe
De São Paulo

A intensificação do conflito no Oriente Médio pode ter impacto no comércio Brasil-Estados Unidos caso as cotações de petróleo sejam afetadas, dado o espaço importante da commodity e seus derivados nas trocas bilaterais, avalia a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil). A expectativa é de alta dos embarques totais brasileiros aos americanos em 2024. A exportação aos EUA cresceu acima da média do total embarcado pelo país no primeiro trimestre e ajudou no superávit de US$ 855,6 milhões, o primeiro para o período em 16 anos.

O petróleo bruto é o principal produto brasileiro vendido aos americanos e respondeu por 19% da receita de embarques aos americanos de janeiro a março. Na importação brasileira origem EUA, os combustíveis são o segundo item mais comprado, com 9,9% da pauta. O valor dessa importação, porém, diminuiu 46% de janeiro a março deste ano contra igual período do ano passado.

O principal item dentre os combustíveis é o diesel, produto no qual os americanos têm sofrido grande concorrência dos russos. Abrão Neto, CEO da Amcham, lembra que as primeiras análises após os ataques que levaram ao aumento da tensão no Oriente Médio indicam impacto ainda restrito nos preços de petróleo, mas esse cenário precisa ser acompanhado.

Segundo o "Monitor do Comércio Brasil - Estados Unidos", divulgado pela Amcham, as exportações brasileiras aos americanos cresceram 19,5%, taxa cinco vezes maior que a de 3,2% de alta total das vendas externas do Brasil. Considerando a balança bilateral, o aumento dos embarques permitiu o primeiro superávit num primeiro trimestre desde 2008.

Para Abrão Neto, essa é uma marca a ser notada. Ele diz, porém, que as relações bilaterais têm mostrado equilíbrio nas trocas comerciais e ressalta a tendência de desempenho crescente da corrente de comércio, que é a soma das importações e das exportações. "Houve aumento da corrente de comércio de quase 5% contra o primeiro trimestre do ano passado, chegando ao valor de US$ 18,8 bilhões, que é a segunda melhor corrente de comércio para o período", ressalta. O valor, indicam os dados da Amcham, fica atrás somente da corrente de US$ 19 bilhões dos primeiros três meses de 2022.

"Houve desempenho contundente das exportações aos Estados Unidos. Tivemos no primeiro trimestre recorde para o período em valor e em quantidade." O aumento em volume foi de 33,1% em janeiro a março de 2024 contra iguais meses do ano passado.

O bom desempenho, diz o CEO, não foi pontual, porque a alta veio disseminada na pauta de exportação. Entre os dez principais produtos que o Brasil exporta aos EUA, destaca, houve crescimento em valor em nove deles. Em volume, mostram os dados da Amcham, houve alta em oito. O embarque do principal item exportado, o petróleo bruto, somou US$ 1,83 bilhão de janeiro a março, mais que o dobro dos US$ 755 milhões em iguais meses de 2023. Além da demanda crescente dos EUA, o aumento é explicado pela crescente produção de petróleo no Brasil, diz a Amcham. Ferro-gusa, combustíveis e aeronaves também tiveram aumento de valor no mesmo período. Dos dez produtos que o Brasil mais vende aos americanos, oito são da indústria de transformação.

Abrão Neto ressalta o aumento da exportação de bens industriais, que representam atualmente 75% dos embarques aos americanos e atingiram novo recorde de valor de janeiro a março deste ano, com total de US$ 7,3 bilhões, com alta de 5,7% contra iguais meses de 2023. O valor embarcado em bens industriais aos americanos, observa, supera o que foi destinado aos dois principais blocos comerciais que são parceiros do Brasil na exportação desse tipo de produto. Segundo dados do levantamento, o Brasil exportou de janeiro a março US$ 4,9 bilhões em bens industriais à União Europeia e outros US$ 3,9 bilhões para o Mercosul.

> Exportação brasileiras para os Estados Unidos cresceu 6 vezes mais que balança total

"Nossa expectativa para 2024 é de crescimento nas exportações brasileiras aos EUA. Se vamos manter fôlego na casa de dois dígitos é algo a ser acompanhado, mas a expectativa é de manter o dinamismo do comércio bilateral, possibilitado pela previsão de crescimento de ambas as economias."

No lado da importação, houve uma queda de 7,8% no total desembarcado com origem EUA. Mas a redução, diz Abrão, não reflete a tendência geral das compras brasileiras de itens americanos, já que a queda foi puxada pelo desempenho dos óleos combustíveis, cuja importação caiu mais de 45% no primeiro trimestre deste ano em relação a igual período de 2023.

Em termos absolutos, explica, a importação de óleos combustíveis caiu cerca de US$ 760 milhões de janeiro a março deste ano contra iguais meses de 2023, quase os mesmos US$ 758 milhões de diferença da importação total brasileira origem EUA em igual período. Para Abrão, a queda está dentro de cenário global no qual há mudança no fornecimento de petróleo e derivados, fenômeno que acontece há cerca de dois anos. Outro fator que pode ter influenciado, cita Abrão, é a oferta do diesel americano, que, segundo alguns indicadores, está reduzida neste ano.

O CEO destaca que quando se olha os dez produtos mais desembarcados vindos dos EUA, houve alta em oito deles, o que mostra a tendência de crescimento das importações. O executivo ressalta, entre as compras externas, a alta em itens como motores e máquinas não elétricos, polímeros de etileno e aeronaves, esse último item representativo de um ramo que vem se recuperando e que conta com integração de cadeira produtiva consolidada entre os dois países.

Fabrizio Panzini, diretor de relações governamentais da Amcham, ressalta a importação no ramo de aeronaves, que cresceu 64,1% em 2024 contra 2023. As exportações no mesmo segmento subiram 57,5%, sempre de janeiro a março. O nível de crescimento, diz o diretor, mostra o dinamismo de um ramo muito importante no comércio bilateral e cujas trocas se aceleram mais rapidamente em 2024. .

Para Abrão Neto, o conjunto de dados do comércio Brasil-EUA no primeiro trimestre mostra um crescimento consistente. "Esperamos que o marco comemorativo dos 200 anos de relações diplomáticas entre os dois países resulte em novos impulsos ao comércio e aos investimentos."

Lula pede fim do 'medo' de comércio na AL

Murillo Camarotto, Renan Truffi e Mariana Assis
De Bogotá e Brasília

Em visita à Colômbia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu o aumento da integração comercial na América Latina, enquanto o país vizinho manifestou interesse em ingressar no Brics, grupo de nações emergentes que busca fazer um contraponto às principais potências globais.

A pauta econômica foi um dos principais pontos do encontro entre Lula e o presidente colombiano, Gustavo Petro. Segundo o brasileiro, os países latino-americanos devem "perder o medo" para ampliar a integração e o comércio regionais. Na avaliação do petista, o Brasil sempre "virou as costas para a América Latina".

"Hoje o fluxo comercial do Brasil com a América do Sul é de US$ 42 bilhões, mas poderia ser US$ 60 bilhões, US$ 70 bilhões se nós não tivéssemos medo de nós mesmos", disse Lula durante fórum com empresários dos dois países, em Bogotá.

O presidente se queixou também das burocracias que, segundo ele, ajudam a dificultar a expansão do fluxo comercial e da integração regional. "A gente nunca esteve tão separado", queixou-se.

Ao lado de Gustavo Petro, Lula sugeriu que os países da região trabalhem, por exemplo, na ideia de criação de um banco regional de desenvolvimento. "Não é possível viver atrás de Banco Mundial o tempo todo", disse Lula.

Em relação ao ingresso no Brics, Lula se comprometeu a defender o pleito junto aos demais sócios do bloco. Fundado inicialmente por Brasil, Rússia, China e Índia, o Brics recebeu tempos depois a África do Sul e, mais recentemente, foi expandido com a entrada de Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes e Irã.

FERNANDO VERGARA/AP

> "Temos condições de triplicar o comércio entre Brasil e Colômbia" *Lula*

De acordo com o presidente, os latino-americanos precisam "definir o tamanho que a gente quer ser". "E a minha proposta é parar de ter medo. Temos condições de triplicar o comércio entre Brasil e Colômbia", completou o brasileiro.

Em outra frente, Petro sugeriu parcerias estratégicas entre os dois países, sobretudo em questões ligadas à produção de energia limpa. "Temos vantagens enormes sobre a maioria dos países do planeta para produzir energia limpa."

Além da pauta ambiental, democracia foi outro tema da visita de Lula ao país vizinho. Discurso do presidente distribuído pelo Palácio do Planalto afirma que Brasil e Colômbia têm em comum o fato de terem aprendido "que as urnas e a democracia são o caminho a seguir". A declaração seria feita em pronunciamento durante almoço com Petro. No entanto, o governo informou, posteriormente, que a fala não foi proferida.

"Pela primeira vez na história, temos, ao mesmo tempo, governos que partilham do compromisso de tornar nossas sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis", diz o discurso.

Segundo o texto, as relações entre Brasil e o país vizinho são "essenciais para a prosperidade da América do Sul". "Somos duas grandes democracias multiculturais, marcadas pela valiosa contribuição de indígenas e de afrodescendentes", continua o pronunciamento distribuído, que entende que a floresta amazônica "nos une com suas riquezas humanas e naturais e o potencial de uma bioeconomia tropical".

Murillo Camarotto viajou a convite da Apex

Importação de países vizinhos deveria ser mais fácil, diz Apex

De Bogotá

O Brasil deveria flexibilizar suas exigências para importação de produtos de países vizinhos e, com isso, ampliar as exportações brasileiras na região. Tal postura foi defendida nesta quarta-feira (17) pelo presidente da Apex Brasil, Jorge Viana, durante um fórum empresarial em Bogotá (Colômbia).

"Ficamos fazendo exigências com esses países vizinhos do mesmo jeito que fazemos com países da Europa e da Ásia. Isso não cabe. Eu acho que o Brasil deveria flexibilizar radicalmente a importação de produtos dos vizinhos", disse ele ao **Valor**.

Na sua avaliação, essa estratégia ajudaria o país a ampliar as exportações na região. Citou como exemplo um impasse em torno do café colombiano, que está sendo discutido paralelamente à visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Colômbia.

Segundo o presidente da Apex, a resistência dos agricultores brasileiros em aceitar a abertura do mercado nacional ao café colombiano estaria impedindo acordo para a entrada de carne suína brasileira no mercado da Colômbia.

Ele avalia que a eventual entrada de café colombiano no Brasil não teria impacto significativo para a produção nacional e, de quebra, abriria um mercado de 150 mil toneladas de carne suína, hoje fechado para os produtores brasileiros.

Havia uma expectativa de que a abertura do mercado colombiano para a carne suína brasileira fosse anunciada durante a visita de Lula ao país, mas fontes que participam das negociações em Bogotá acreditam que as chances de um acordo são baixas. *(MC)*

O repórter viajou a convite da Apex

Startups brasileiras miram mercado colombiano

Murillo Camarotto
De Bogotá

Empresas brasileiras de tecnologia estão abrindo filiais na Colômbia para expandir negócios dentro e fora da América do Sul. A onda de investimentos chega na esteira de uma ousada política de incentivos fiscais adotada pelo governo colombiano, que almeja fazer de suas principais cidades, Bogotá e Medellín, os principais hubs de inovação do continente, ou o Vale do Silício sul-americano.

Nesta semana, dezenas de empresários do setor estiveram em Bogotá para um fórum organizado paralelamente à visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo da viagem, além das questões políticas, é incrementar o volume de negócios entre os dois países, em âmbito comercial e nos investimentos diretos em um momento em que as relações com a Argentina estão em xeque.

No primeiro trimestre deste ano, as vendas para a Argentina apresentaram queda de 28% em relação ao mesmo período do ano passado e ainda não há clareza sobre como os negócios bilaterais vão se desenrolar no governo de Javier Milei. Ao mesmo tempo, a América do Sul vem perdendo participação relativa nas exportações brasileiras, e a Colômbia surge como um candidato promissor para a contenção deste processo.

Os setores de TI com maior potencial de crescimento nos próximos anos estão focados em realidade aumentada, inteligência artificial, sistemas tecnológicos automatizados, internet das coisas, plataformas baseadas em nuvem, cibersegurança e blockchain.

"A política que vem sendo implementada pelo governo colombiano permite que as empresas de TI locais tenham vantagens fiscais não apenas para negócios no país, mas também para prestação de serviços fora da Colômbia", explica Marcello Martins, gerente do escritório da Apex Brasil em Bogotá. "Isso representa uma grande vantagem para expansão regional dessas empresas", completou.

Além do incentivo fiscal, pesa a favor da Colômbia a quantidade de acordos comerciais que o país mantém, "uma rede muito mais ampla do que a do Brasil", destacou a diretora de Negócios da Apex, Ana Paula Repeza. Dessa forma, empresas baseadas na Colômbia podem se beneficiar desses acordos e incrementar suas operações internacionais.

É exatamente o que busca Vinicius Valério, gerente de Novos Negociadores da startup Pontotel, que fornece sistemas de ponto eletrônico para empresas. Após conseguir seu primeiro cliente internacional na Argentina, ele considera montar uma operação na Colômbia para se aproveitar do hub que, reconhece, o país está se tornando.

"Estamos aqui para tentar uma primeira parceria, participar do fórum empresarial e das rodadas comerciais e, futuramente, olhar para uma filial na Colômbia", disse. Há atualmente 30 empresas brasileiras do setor de tecnologia com filiais na Colômbia.

No lado colombiano, há também interesse dos players locais em acessar o mercado brasileiro — ainda restrito apesar do destaque do aplicativo colombiano Rappi. Julio Puentes, vice-presidente da Procolombia, agência de promoção de exportações, disse esperar que os negócios entre Brasil e Colômbia cresçam "muito além dos protocolos de intenções".

Organizações brasileiras de maior porte no setor também estão reforçando as operações na Colômbia, casos da Stefanini e da Totvs. A Stefanini, uma das principais empresas brasileiras de TI, chegou à Colômbia há mais de 20 anos após adquirir uma empresa local. Hoje tem uma operação diversificada e emprega mais de 1,5 mil pessoas.

CEO da Stefanini na Colômbia, Diego Ossa também destaca a localização geográfica, a alta conectividade e a qualidade da mão de obra como fatores que ajudam a Colômbia a se consolidar como hub tecnológico na América do Sul.

"Estamos no meio do caminho entre Argentina, Chile, Brasil e Estados Unidos, não apenas na distância, mas também no fuso-horário. Temos talento bilíngue e boa oferta acadêmica. Isso tem atraído empresas importantes do setor para a Colômbia", disse o executivo ao **Valor**.

De acordo com ele, o país "entendeu" que suas exportações deveriam ir além de hidrocarbonetos e café e que a indústria dos serviços, sobretudo de software, era um potencial a ser explorado. "É o fomento desses ecossistemas que possibilita o surgimento de um Rappi", completou.

O repórter viajou a convite da Apex

INÊS249

Poderes Rui Costa e José Guimarães foram escalados para controlar turbulência; presidente acenou com encontros com Lira e Pacheco

Lula aciona emissários para colocar freio na crise com o Congresso

Andrea Jubé
De Brasília

Após gestos em várias frentes, o Palácio do Planalto conteve a escalada da nova crise entre o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Da Colômbia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escalou emissários para controlar a turbulência, e acenou a auxiliares que poderá se reunir com Lira e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) nos próximos dias.

Nessa quarta-feira, o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), almoçaram na residência oficial com Lira, a fim de acalmar o parlamentar do PP. Ele havia sinalizado que, a pedido de algumas lideranças, colocaria em votação uma "pauta bomba" e instalaria várias comissões parlamentares de inquérito (CPIs), com potencial para tumultuar os trabalhos na Casa, sobretudo, a regulamentação da reforma tributária.

Após o almoço, Rui Costa reuniu-se em seu gabinete com Padilha para relatar a reunião com Lira. Num sinal de que estão afinados e de que não haveria ruído entre eles, registraram o encontro em fotos publicadas nas redes sociais da Secretaria de Relações Institucionais. Lira já declarou, publicamente, que não dialoga com Padilha, e que reconhece como seus interlocutores junto ao governo os ministros Rui Costa e Fernando Haddad, da Fazenda.

Em paralelo, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira (PT), deu declarações públicas de que Lira pode indicar quadros para a vaga de superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas. O antigo titular do cargo, César Lira, era primo do chefe da Câmara, que reclamou a aliados que ficou sabendo da exoneração do apadrinhado pelo Diário Oficial da União (DOU).

Na terça-feira, Paulo Teixeira afirmou que Lira tinha conhecimento da substituição de César Lira, a pedido de representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e de lideranças da agricultura familiar. O indicado de Arthur Lira ocupava o cargo havia três anos, e era visto pelo MST como ligado ao "bolsonarismo".

"O que a gente pediu é um perfil que possa dialogar com a agricultura familiar e com os assentamentos", disse Teixeira em entrevista ao portal Uol, ao afirmar que Lira poderia indicar um nome.

A percepção de fontes do Planalto que acompanharam de perto os movimentos dessa quarta-feira é de que a crise foi controlada e os ânimos, serenados. O início da crise remonta à semana passada, quando Lira desferiu novos ataques a Padilha no dia seguinte à votação no plenário, que manteve a prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Lira chamou Padilha de "desafeto" e "incompetente".

Segundo aliados, o desfecho da votação contrariou Lira, que havia articulado com seu grupo político a revogação da prisão, mediante o acordo de que o parlamentar fluminense fosse julgado pelo Conselho de Ética. O governo havia informado Lira de que trabalharia, sem alarde, pela manutenção da prisão.

Mas Lira disse a interlocutores que Padilha teria comemorado com aliados a "derrota" do presidente da Câmara naquela votação, e reclamou de um vídeo gravado pelo ministro e divulgado nas redes sociais. Para agravar o cenário, atribuiu a Padilha uma articulação junto com Paulo Teixeira pela demissão de seu primo do Incra. Mas interlocutores de Padilha negam que ele tenha falado em "derrota" de Lira, e que houvesse sua digital na demissão do parente de Lira do Incra.

Lula acenou a auxiliares que quer conversar sobre a relação do governo com o Congresso na volta da Colômbia com Lira e com Pacheco, mas não há data agendada para esses encontros. Lula também está irritado com o presidente da Câmara pelos ataques a Padilha. Na semana passada, o presidente fez defesas reiteradas ao ministro. Afirmou que ele ocupa o cargo mais difícil da Esplanada, e que "só por teimosia", vai continuar na função por muito tempo ainda.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Rui Costa: ministro e José Guimarães, almoçaram na residência oficial com Lira, para acalmar o parlamentar do PP

Em missão de paz, Moraes encontra Lira e Pacheco

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez movimentos nessa quarta-feira para tentar apaziguar os ânimos com o Congresso após sucessivas críticas de que estaria "ultrapassando a linha" com as decisões tomadas em inquéritos que tramitam na Corte.

Pela manhã, ele esteve com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Em seguida, decidiu ir ao Senado para participar do ato de entrega do novo Código Civil. A participação não estava confirmada e pegou todo mundo de surpresa. Até mesmo o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi avisado em cima da hora.

Os gestos de Moraes fazem parte de um movimento mais amplo para tentar conter as investidas do Congresso sobre o Supremo, que envolve também outros ministros da Corte. Na segunda-feira, o decano Gilmar Mendes ofereceu um jantar em sua casa para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O aumento da tensão entre os Poderes dominou a pauta do encontro, que também serviu para os ministros cobrarem mais empenho da base governista para barrar o avanço de pautas e, especialmente, de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que mirem o Poder Judiciário.

Segundo o **Valor** apurou, a conversa entre Moraes e Lira começou "dura", mas terminou de forma amigável e com promessas de melhorar a relação. Procurados, Lira não retornou sobre o encontro, que ocorreu na residência oficial do presidente da Câmara. Já a assessoria de imprensa do STF também não se manifestou.

Lira contou a aliados que Moraes pediu para conversar para diminuir os conflitos na relação e entender por que a Câmara quase liberou o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) da prisão preventiva, apesar de as investigações da Polícia Federal (PF) apontarem que ele foi o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol), em 2018.

A prisão foi mantida por margem de 20 votos, em um "recado" dos deputados a Moraes sobre a insatisfação com o modo como as investigações que miram parlamentares têm sido conduzidas pelo Supremo. Há reclamações, por exemplo, de que não haveria "flagrante em crime inafiançável" que justificasse a prisão preventiva de Brazão. Também chamou a atenção o fato de o congressista ter sido algemado no dia da prisão.

Na conversa, o presidente da Câmara apontou que o incômodo não é apenas dos deputados, como comprova o fato de o Senado ter aprovado, na terça-feira, uma proposta de emenda constitucional (PEC) para criminalizar qualquer porte de drogas. O texto foi uma reação ao julgamento do STF que flexibiliza as regras em relação à maconha. Além disso, o Senado aprovou ano passado uma PEC para restringir as decisões monocráticas dos ministros do Supremo.

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Moraes com Pacheco: visita surpresa ao Senado para entrega do Código Civil

Entre os motivos para as críticas, ressaltou Lira, estão o bloqueio de redes sociais dos parlamentares e operações policiais dentro dos gabinetes da Câmara. Isso tem gerado pressão, especialmente por parte dos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), para a criação de um grupo de trabalho que elabore uma PEC para deixar claros os limites dessas ações do Judiciário sobre o Congresso.

Outro ponto de preocupação no STF é o aviso de que Lira instalará CPIs solicitadas pela oposição. Uma das que aguardam na fila é a do "abuso de autoridade" dos ministros do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Neste caso, contudo, líderes dizem que a chance de a CPI prosperar é muito pequena, porque, embora exista desconforto com Moraes, ele é só um entre os 11 ministros.

De acordo com os relatos de Lira, Moraes teria reconhecido alguns excessos, embora não concorde com todas as críticas direcionadas a ele. No encontro, o presidente da Câmara prometeu ajudar a distensionar a relação entre os dois Poderes desde que o Judiciário faça o mesmo e pare de "invadir as competências" do Legislativo.

Além dos conflitos entre os Poderes, o STF também passa por um momento de acomodação interna. Após um período de forte unidade, por conta da pandemia e dos ataques do então presidente Jair Bolsonaro (PL), as divergências que sempre existiram dentro da Corte voltaram a aparecer.

O atual presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, tem sido alvo de críticas pela maneira como tem conduzido os trabalhos e pela suposta falta de traquejo político para enfrentar as investidas contra os colegas.

Aliados do ministro minimizam as queixas e afirmam ser natural que o ministro não abra mão de sua visão de mundo só porque assumiu a presidência da Corte. O mesmo vale para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão comandado por ele, que tem como função fiscalizar a atuação dos magistrados.

Na terça-feira, Barroso protagonizou um embate com o corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, para tentar frear uma investida contra magistrados que atuaram em casos da extinta Operação Lava-Jato.

Sem poupar críticas, Barroso classificou como "ilegítima e arbitrária" a decisão monocrática (individual) de Salomão de afastar dois juízes e dois desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

No plenário, Barroso conseguiu reverter o afastamento dos juízes federais Gabriela Hardt e Danilo Pereira Júnior, respectivamente a ex e o atual titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, mas o colegiado manteve a decisão em relação a Thompson Flores e Loraci Flores de Lima.

Presidente da Câmara recua após críticas de aliados

De Brasília

Após ensaiar uma escalada da crise com o Palácio do Planalto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu recuar e segurou, pelo menos temporariamente, o andamento de medidas que tinham o potencial de desagradar ao governo. Críticas de aliados aos seus recentes movimentos, recomendações para que mudasse o tom e uma visita do ministro da Casa Civil, Rui Costa, teriam contribuído para o reposicionamento.

Nessa quarta-feira, plenário aprovou apenas requerimentos de urgência a projetos sem polêmica e encerrou rapidamente as votações. Parlamentares não se debruçaram sobre requerimentos que enfrentavam resistência do governo. O alagoano nem sequer participou da sessão.

Segundo apurou o **Valor**, líderes partidários demonstraram insatisfação com os ataques feitos por Lira ao ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT). Na semana passada, o presidente da Casa disse que o auxiliar de Lula é seu desafeto pessoal e "um incompetente".

Na avaliação de lideranças partidárias, essa postura de Lira não agrega em nada para uma eventual melhora na relação entre Legislativo e Executivo e "apenas cria novas indisposições com o governo".

Esse sentimento foi compartilhado com Lira na terça-feira. Horas depois, ele levou adiante a votação de alguns itens do pacote de pautas desfavoráveis ao governo, como a votação de um requerimento de urgência do projeto que impõe sanções administrativas e restrições a ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas. Essa votação provocou reação de governistas, que alegaram que esse não era o combinado na reunião de líderes.

> Líderes partidários demonstraram insatisfação com os ataques feitos ao ministro Padilha

Ao presidente da Câmara, deputados avaliaram que ele cometeu alguns exageros nos últimos dias — apesar de reconhecerem que Padilha errou e não entregou coisas que prometeu, pontuaram que atacar publicamente não resolverá a situação.

Por outro lado, parlamentares também reprovaram a reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) às críticas de Lira a Padilha. O presidente disse que o auxiliar permaneceria no cargo "só por teimosia".

A leitura de alguns congressistas é que o presidente "abusou da ironia" para defender o ministro responsável pela articulação política, o que não contribui para o arrefecimento da crise entre os Poderes.

A demissão de César Lira, primo do parlamentar do PP, da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas, sem avisá-lo, foi considerada um "descuido imperdoável".

Aliados de Lira reconhecem que a ida de Rui Costa à residência oficial da presidência da Câmara foi um gesto importante para acalmar os ânimos.

Com isso, propostas consideradas uma afronta para o governo não foram apreciadas, como o requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto que estabelece que proprietários de terras invadidas possam retomá-las por sua própria força ou utilizar força policial, independentemente de ordem judicial.

Nos bastidores, aliados de Lira comemoraram a mudança de postura, mas ponderam que "essa é a fotografia do momento" e alertam que novos recados ao Planalto podem ser dados eventualmente. *(MR e RDC)*

Senado amplia isenção de IR das pessoas físicas

Julia Lindner
De Brasília

Em votação simbólica, o Senado aprovou, nessa quarta-feira (17), o projeto de lei (PL) que amplia a isenção de imposto de renda para as pessoas físicas com rendimentos de até R$ 2.824 por mês, valor equivalente a dois salários mínimos. A matéria reproduz medida provisória (MP) que já está em vigor desde fevereiro, mas perde validade em junho. O PL vai à sanção presidencial.

O texto precisou ser aprovado por meio de um projeto de lei em razão do veto do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), à edição de medidas provisórias, num cabo de guerra com o Senado sobre a tramitação desse tipo de matéria.

Para evitar novos atritos, o líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (PT-CE), apresentou, em fevereiro, o mesmo texto através de um projeto de lei. A iniciativa garantiu que o PL começasse a tramitar pela Câmara.

O texto garante isenção de rendimentos no valor de até R$ 2.259,20, mas cria uma alternativa para que pessoas que recebem até dois salários mínimos (R$ 2.824,00) não paguem o tributo devido a uma "dedução simplificada" de R$ 564,80, sem necessidade de comprovação de gastos. A medida, contudo, pouco beneficia quem recebe valores maiores ou possui gastos com saúde e educação para abater do imposto.

No Senado, a oposição tentou ampliar a faixa de isenção para aqueles que ganham até três salários mínimos, mas o governo articulou contra a medida. A emenda do senador Dr. Hiran (PP-RR) acabou rejeitada.

INÊS249

Congresso Texto que beneficia juízes e procuradores foi estendido para outras categorias e terá impacto fiscal anual de R$ 42 bilhões

CCJ do Senado aprova PEC que recria quinquênio

Julia Lindner e Guilherme Pimenta
De Brasília

Em uma derrota para o governo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 18 votos a 7, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que recria o quinquênio para juízes e procuradores. Pelo texto, eles teriam direito a um adicional de 5% do salário a cada cinco anos, no limite de 35%. A matéria, tida como prioridade pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), segue agora para o plenário da Casa.

O relatório do senador Eduardo Gomes (PL-TO) também incluiu outras categorias entre as beneficiárias, como delegados da Polícia Federal, membros da Advocacia Pública da União e da Defensoria Pública.

A medida, se aprovada, terá impacto anual de R$ 42 bilhões nas contas públicas, segundo dados do Ministério da Fazenda apresentados pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que orientou contra a proposta.

Outra conta, do Centro de Liderança Pública (CLP), estima que o pagamento do quinquênio apenas para juízes e procuradores, como constava na versão inicial, terá impacto anual de R$ 1,8 bilhão. Já um cálculo da Associação dos Funcionários do Ipea (Afipea) prevê que a versão aprovada na CCJ levará o impacto a R$ 9,9 bilhões anuais nas contas da União.

Integrantes da Fazenda veem o avanço da PEC com preocupação e um "mau sinal". Na visão de membros da equipe do ministro Fernando Haddad essa é mais uma pauta que vai "desancorar as expectativas" em função da ampliação de despesas de forma permanente.

Durante o encaminhamento da votação, Jaques Wagner falou que a PEC representa uma "bomba que pode estar por vir".

"Como ex-governador, quero dizer que é a pior política de gestão de pessoal que tem é a do anuênio ou quinquênio, porque ela não fala em meritocracia, não estimula a melhoria do serviço público", disse Wagner.

Ele também rebateu argumentos de defensores da matéria de que a medida não terá impacto orçamentário por se restringir ao orçamento já existente do Judiciário.

"O que acontece é que o Poder vai gastando e quando chegar em outubro ele vai pedir suplementação ao governador para poder pagar sua folha. É assim que acontece. Alguém nega essa suplementação?", questionou o líder, ao encaminhar voto contrário.

O tema divide até mesmo a base aliada do governo. A matéria, além de ter contado com a articulação direta do presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), teve voto favorável de nomes como Omar Aziz (PSD-AM) e Ana Paula Lobato (PSB-MA).

Em uma tentativa de contenção de danos, o governo já sinalizou caminhos possíveis para uma eventual negociação em relação ao texto. Além de reduzir as categorias beneficiadas, está em discussão a possibilidade de limitar o quinquênio apenas para os tribunais superiores. Os governistas também esperam conseguir incluir alguma trava para evitar que aposentados possam pleitear o benefício de forma retroativa. Na visão deles, o texto terá dificuldade de avançar da forma que está.

Aliados do presidente do Senado e do presidente da CCJ reconhecem que será preciso enxugar o texto. "Também não é festa", disse um interlocutor de um deles sobre a inclusão de novas categorias pelo relator.

Esta não é a primeira vez que Pacheco tenta aprovar a medida. No fim de 2022, ele fez um esforço para colocar o texto em votação, mas teve que recuar por falta de apoio e pelo risco de derrota. A matéria foi arquivada e teve que ser reapresentada no ano passado.

Ao discutir a PEC, o relator, Eduardo Gomes, garantiu que a tramitação respeitará o prazo mínimo de cinco discussões para a deliberação do texto em plenário e que estará aberto a fazer ajustes no plenário.

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Jaques Wagner: líder do governo no Senado disse que PEC representa "uma bomba que pode estar por vir"

Relatora aceita reduzir Perse, mas quer corte menor nos setores

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Com possibilidade de ser votado na próxima semana, o projeto de lei que restringe o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) deve atender parcialmente o governo na redução do número de atividades econômicas beneficiadas, mas não no volume pretendido pelo Ministério da Fazenda.

Até mesmo aliados do governo têm reconhecido nas reuniões para tratar do projeto que a redução de 44 para 12 CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) seria "drástica e injusta". O número de categorias contempladas com a isenção dos impostos federais será fechado apenas no início da próxima semana, após o Ministério da Fazenda dar um panorama dos impactos fiscais do parecer preliminar da relatora Renata Abreu (Podemos-SP).

Ela se reuniu nessa quarta-feira com os líderes da base governista para ouvir sugestões e participará de novos encontros com deputados e empresários nos próximos dias. Paralelamente, ela já vem "batendo números e eventuais ajustes no texto" com integrantes da equipe econômica do governo Lula (PT).

"Será necessário um aumento de CNAEs. Todos os líderes estão imbuídos de ver o que é justo. Isso também ocorre para evitar judicializações após o avanço no texto", disse um parlamentar que participou da reunião. "Será difícil diminuir para menos de 30 CNAEs, como quer a Fazenda", acrescentou outro deputado.

Durante a reunião, a relatora sinalizou aos líderes que quer colocar um faseamento que se adeque ao custo e que garanta a segurança jurídica. O formato, porém, ainda está indefinido e só será fechado após as simulações das propostas que estão na mesa de negociação. A meta dela é que a renúncia fiscal com o Perse fique no valor combinado durante a votação ano passado: R$ 5 bilhões por ano.

Há inclusive impasse sobre a duração do programa. Enquanto o governo preferiria cortar mais rapidamente o benefício, mesmo que o programa dure até 2026, parte das empresas de eventos prefere até uma antecipação do fim do programa, mas com garantia de corte menor.

Pela redação proposta pelo Ministério da Fazenda, a alíquota de PIS, Cofins e CSLL sairia dos atuais 0% para 55% da alíquota normal a partir de abril de 2024. Em 2025, a alíquota seria de 60% da padrão e, em 2026, de 75%. No caso do Imposto de Renda, a isenção total continuaria ao longo deste ano, mas seria cortada para 60% da alíquota regular em 2025 e 75% em 2026.

Uma ala de parlamentares mais próxima dos setores de entretenimento defendeu que as regras não mudem para 2024 e passem a ser válidas apenas a partir de 2025, porque as empresas já organizaram seus planos com base no benefício. A relatoria concordaria com essa visão. Isso, contudo, atrapalharia os planos da equipe econômica de contar com um reforço na arrecadação já este ano.

Outro problema é que o governo federal não abre mão de excluir as empresas do lucro real, com faturamento acima de R$ 78 milhões, do programa. A relatora estuda incluir a previsão de que a empresa não poderá acumular os benefícios do Perse e a compensação do prejuízo fiscal. "Isso se resolve na lei agora prevendo que a empresa do lucro real possa optar se ela quer o benefício do Perse ou a se quer usufruir a compensação do prejuízo fiscal", afirmou um parlamentar ao **Valor**.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,40	0,52	0,70	0,08	-0,01	-0,04	-0,60	0,29	0,25
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	2,4	0,3	1,8	0,7	-0,4	-0,9	1,3	-2,3	0,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,3	0,2	1,5	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8	0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	1,0	0,3	0,9	-0,1	0,9	0,6	1,0	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,0	2,8	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-1,7	2,4	0,1	1,0	0,0	1,0	-0,4	0,3	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,3	0,9	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,6	0,1	0,3	0,5	-0,1	-0,3	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência abr/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2024	Janeiro-fevereiro 2023	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**164,9**	**148,2**	**11,33**	**56,5**	**48,1**	**17,37**
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	65,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	**467,2**	**410,7**	**13,74**	**186,5**	**159,0**	**17,31**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,2**	**-18,56**	**60,4**	**-7,24**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	abr/24	mar/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice abr/24	Número índice mar/24	Número índice dez/23	Número índice abr/23
IBGE									
IPCA	-	0,16	1,42	4,62	3,93	-	6.869,14	6.773,27	6.649,99
INPC	-	0,19	1,58	3,71	3,40	-	7.064,43	6.954,74	6.868,53
IPCA-15	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
IPCA-E	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
FGV									
IGP-DI	-	-0,30	-0,97	-3,30	-4,00	-	1.094,76	1.105,54	1.128,81
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	1,07	3,48	3,64	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,50	-1,84	-5,92	-6,79	-	1.270,47	1.294,35	1.341,66
IPA-Agro	-	0,92	-1,59	-11,34	-11,56	-	1.756,96	1.785,32	1.926,82
IPA-Ind.	-	-1,02	-1,94	-3,77	-4,89	-	1.073,32	1.094,53	1.117,39
IPC-DI	-	0,10	1,27	3,55	2,93	-	743,02	733,67	725,48
INCC-DI	-	0,28	0,68	3,49	3,36	-	1.095,74	1.088,31	1.061,64
IGP-M	-	-0,47	-0,91	-3,18	-4,26	-	1.113,84	1.124,07	1.152,31
IPA-M	-	-0,77	-1,75	-5,60	-7,05	-	1.310,88	1.334,20	1.389,86
IPC-M	-	0,29	1,41	3,40	3,14	-	726,53	716,46	707,62
INCC-M	-	0,24	0,68	3,32	3,29	-	1.093,50	1.086,15	1.061,07
IGP-10	-0,33	-0,17	-0,73	-3,56	-3,81	1.135,05	1.138,81	1.143,35	1.180,05
IPA-10	-0,56	-0,40	-1,62	-6,02	-6,40	1.344,60	1.352,24	1.366,78	1.436,52
IPC-10	0,21	0,48	1,78	3,43	3,13	733,68	732,11	720,87	711,43
INCC-10	0,33	0,27	1,09	3,04	3,32	1.081,84	1.078,34	1.070,21	1.047,12
FIPE									
IPC	-	0,26	1,18	3,15	2,87	-	683,22	675,27	667,00

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 1ª prévia abr/24 -0,25% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana abr/24 0,23%
Fontes : FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2023

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
		No prazo legal		
1ª ou única	31/05/2023		-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023	Valor da declaração	3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	
		Pagamento com atraso		

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24 Valor	fev/24 % do PIB	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	fev/23 Valor	fev/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.693,6**	**60,91**	**6.565,1**	**60,06**	**5.706,7**	**55,70**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	4,9	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,30
Dívida fiscal líquida	**7.465,0**	**67,93**	**7.351,1**	**67,26**	**6.449,8**	**62,95**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.340,8	66,80	7.219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.749,5	52,32	5.619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	53,5	0,49	54,0	0,49	36,3	0,35
Empresas Estatais	49,4	0,45	49,6	0,45	56,8	0,55

Necessidades de financiamento do setor público — Fluxos acumulados em 12 meses	fev/24 Valor	fev/24 % do PIB	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	fev/23 Valor	fev/23 % do PIB
Total nominal	**1.015,1**	**9,24**	**991,9**	**9,07**	**565,9**	**5,52**
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	**268,2**	**2,44**	**246,0**	**2,25**	**-93,2**	**-0,91**
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,94
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2023	Janeiro-fevereiro 2022	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**

Discriminação	fev/24 Valor	fev/24 Var. %	jan/24 Valor	jan/24 Var. %	fev/23 Valor	fev/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	-	0,8	-	-0,1	-
Discrepância estatística	0,8	-27,56	1,1	-140,57	1,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-57,8**	**-**	**82,0**	**-**	**-41,0**	**-**
Juros Noniminais	**-56,9**	**-21,18**	**-72,2**	**30,46**	**-57,8**	**23,20**
Result. Nominal do Gov. Central	**-114,7**	**-**	**9,7**	**-**	**-98,8**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS249

A receita da liturgia de Lewandowski para a crise

Maria Cristina Fernandes

A harmonia entre os Poderes está na Constituição. Na ausência dela, o país vive sob inconstitucionalidade. Foi assim, citando o ex-presidente da República e daquela Casa, Michel Temer, que o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, abriu a sessão na Comissão de Segurança Pública da Câmara.

A frase não foi pinçada a esmo. Na véspera, o ministro havia acompanhado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em jantar com quatro ministros do Supremo, além do titular da AGU, Jorge Messias. O encontro foi pautado pela preocupação com a relação entre os Poderes, notadamente com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O governo perdeu a oportunidade de cavalgar na planície a confirmação da prisão do deputado Domingos Brazão (sem partido-RJ). A deixar Lira dando seus coices sozinho, preferiu servir-lhe de plateia. Na primeira fila, sentou-se Lula, que se disse disposto a manter o ministro Alexandre Padilha, alvo de Lira, só por "teimosia".

Depois o próprio Padilha achou por bem fazer graça em rede social, o ministro Paulo Teixeira concluiu que seria a hora de demitir o primo de Lira do Incra de Alagoas, e, finalmente, o ministro Fernando Haddad, para conter o nervosismo no mercado tascou uma reflexão sobre as diferenças na "sensibilidade" do Congresso para a pressão fiscal.

Lira é presidente da Câmara em fim de mandato, com um candidato à sucessão difícil de emplacar e ambiciona chegar ao Senado num Estado lulista. Além disso, dos últimos cinco ocupantes do seu cargo, o que se deu melhor deixou a política (Rodrigo Maia). O que mais se estrepou foi preso (Eduardo Cunha). Como, no caso dele, a primeira opção é o caminho mais curto para a segunda, teme o destino, mas o Executivo teima em requentar seu café.

Os ministros do STF não gostaram do grupo de trabalho para reabrir o foro privilegiado e da ameaça de CPI sobre abuso de autoridade. Reagem, no entanto, tarde demais. Tiveram a oportunidade de emparedá-lo quando Lira havia deixado todas as suas digitais no "kit robótica", mas o ministro Gilmar Mendes achou por bem arquivar o caso.

Resta administrá-lo e, principalmente, gerenciar a massa de manobra da qual Lira se vale para ameaçar os Poderes. Quem melhor mostrou como fazê-lo esta semana foi o ministro da Justiça. Lira usa o bolsonarismo desde sempre. Pois Lewandowski domou-o em sua ida à Câmara. Mostrou que a fatia mais belicosa do bolsonarismo, a bancada da bala, não precisa ir a Lira se precisar negociar. Até uma sala ofereceu na Justiça para as reuniões da bancada.

Baixou o tom dos parlamentares na lhaneza. Com a formalidade que lhe caracteriza, informou ter lido o currículo de cada um e atestado sua experiência no tema, chamou-os de "doutos parlamentares" e "suas excelências", elogiou as perguntas e, quando não tinha como se comprometer com o pedido, disse que daria "continuidade ao diálogo". Fez-se acompanhar de quase todos os secretários da Pasta, além dos diretores-gerais da PF e da PRF, numa sinalização de respeito à comissão. Tratou-os por iguais e saiu aplaudido.

Lewandowski nunca frequentou CACs, mas acenou com direito adquirido de clubes fechados por decreto para deixar alternativas em aberto. Não é favorável ao porte desenfreado de armas mas ganhou tempo para negociar as queixas sobre as restrições até 31/12, quando o tema sai do Exército.

Não arredou pé de suas convicções, nem mesmo para defender o ministro Alexandre de Moraes, alvo número 1 daquela Casa. Disse-lhes que a melhor maneira de reagir ao inquérito das "fake news" seria votando uma lei. Ao ouvir as queixas sobre o corte no orçamento das polícias, uniu-se ao lamento sem deixar de lembrá-los de que o governo trabalha com meta fiscal aprovada pelo Congresso.

No dia seguinte, ao comentar sobre as quatro horas do encontro, Lewandowski disse que a liturgia reduz a agressividade. Criticou a inflexibilidade em relação à oposição e defendeu a acomodação de algumas demandas desde que o governo saiba do que não pode abrir mão.

Deixou claro que sua risca de giz foi o veto a artigo da nova lei de execuções penais que proibia saídas temporárias de presos por razões familiares. A defesa do veto na Câmara não foi a mais difícil que enfrentou. Foi obrigado a dobrar dois ministros palacianos no tema.

Tanto Padilha quanto o ministro Rui Costa eram contrários ao veto pelo potencial de encrenca. Numa reunião de todos com Lula, Lewandowski bateu o pé. Disse que o governo tem que saber que valores devem ser preservados. E que o veto seria um deles. Lula lhe deu razão.

Não foi a única vez que se impôs no Palácio do Planalto, repartição costumeiramente descrita como aquela em que ninguém fala antes de saber a opinião do chefe. A homologação de seis terras indígenas tinha a oposição aberta de Rui Costa. Lewandowski não abriu mão de levar o assunto a Lula — "E aí você diz ao presidente que é contra e por que, mas preciso expor as razões para a homologação".

O ministro mal tinha chegado quando veio a fuga dos presos em Mossoró. Começou desacreditado de que daria conta da recaptura e das pressões políticas. Passados menos de três meses, impôs-se no Palácio, na Esplanada e até sobre sua antiga Casa. No dia seguinte de sua ida à Câmara, o ministro Alexandre de Moraes encontrou Lira e surpreendeu ao aparecer sentado à mesa do Senado, onde um terço quer seu impeachment, na apresentação do anteprojeto do novo Código Civil. A liturgia de Lewandowski faz escola.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Partidos Legenda, que está na quarta sondagem, quer profissional que se dedique exclusivamente à campanha do pré-candidato Alexandre Ramagem

PL tem dificuldade para fechar com marqueteiro no Rio

Camila Zarur
Do Rio

O PL está com dificuldades para fechar com o marqueteiro que vai cuidar da campanha do pré-candidato do partido à prefeitura do Rio, o deputado federal Alexandre Ramagem. A sigla tem conversado com Pablo Nobel, responsável pela corrida eleitoral vitoriosa do governador de São Paulo, Tarcísio Freitas (Republicanos), em 2022.

O publicitário é o quarto a ser procurado pela legenda para assumir a função. Outros três marqueteiros recusaram o convite alegando estarem focados em disputas eleitorais de outros Estados. Nos bastidores, fontes afirmam que também pesou para as negativas a existência de "muitas vozes" dentro do PL que dão ordens na campanha de Ramagem. Afirmam que quem for cuidar do marketing do deputado terá que acatar as determinações do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seus filhos, além do presidente do próprio partido, Valdemar Costa Neto. O cenário é admitido, reservadamente, pelos próprios dirigentes da sigla no Rio.

Nas palavras de um desses interlocutores que está a par das negociações, quem aceitar fazer o marketing de Ramagem terá que lidar com "uma campanha com vários donos em áreas estratégicas".

Por ter feito a campanha de Tarcísio, candidato bolsonarista ao Executivo paulista em 2022 e ex-ministro de Bolsonaro, Nobel teve contato com o clã do ex-chefe do Planalto e conhece como ele se comporta em disputa eleitoral. O publicitário também deixou recentemente o marketing político da deputada federal Tabata Amaral (PSB-PL) à Prefeitura de São Paulo, o que abriu caminho para o trabalho no pleito carioca.

Procurado, o PL do Rio disse que "não confirma nem nega que as conversas estejam acontecendo". Antes de ingressar na pré-campanha de Tabata, Nobel reforçou o time de comunicação do então candidato à Presidência argentina Javier Milei, eleito ao cargo no final do ano passado.

De acordo com interlocutores, as conversas entre Nobel e o PL do Rio desenrolam-se há cerca de uma semana. Dirigentes do partido devem se encontrar com o publicitário nesta quinta-feira (18) para discutir a questão. A sigla quer fechar o marqueteiro de Ramagem até o fim deste mês.

Entre os sondados para cuidar da comunicação do bolsonarista no Rio está Duda Lima, que fez a campanha presidencial de Bolsonaro em 2022. Ao longo da disputa ao Planalto, o marqueteiro teve embates e foi alvo de críticas do vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente responsável por cuidar das redes sociais do pai.

Carlos e Ramagem são próximos desde que Bolsonaro foi alvo de um ataque a faca na eleição de 2018, em evento em Juiz de Fora (MG). Na ocasião, o deputado federal, que é delegado da Polícia Federal, era o chefe da segurança do então candidato ao Planalto.

Embora Carlos esteja focado na própria reeleição à Câmara Municipal do Rio, o filho do ex-presidente deve acompanhar de perto a candidatura de Ramagem.

A recusa oficial de Duda Lima para não assumir a campanha deu-se porque ele está fazendo o marketing do atual prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição, que conta com o apoio da família Bolsonaro. Apesar de no início do ano ter sido dado como certo que faria a comunicação de Ramagem, o publicitário atuará como consultor em questões pontuais, como faz para o PL em nível nacional.

De forma reservada, dirigentes do PL reconhecem que quem assumir a função precisará acatar as decisões de Bolsonaro, de seus filhos e de Costa Neto. A palavra final, afirmam, é do ex-presidente.

Outro procurado foi Paulo Vasconcelos, que fez a campanha do governador do Rio, Cláudio Castro (PL), em 2022, reeleito no primeiro turno. No currículo, o mineiro tem as campanhas de Aécio Neves (PSDB) e Henrique Meirelles (MDB). Agora está à frente da comunicação do prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), que deve tentar a recondução.

Outro marqueteiro cogitado para Ramagem era Alexandre Oltramari, responsável pela campanha que levou Wilson Lima (União Brasil) ao governo do Amazonas. Oltramari, porém, está comprometido com o candidato do governador amazonense à Prefeitura de Manaus, Roberto Cidade (União Brasil).

O PL não quer alguém que tenha que se dividir entre campanhas e não consiga focar integralmente na candidatura de Ramagem. Segundo dirigentes da sigla ouvidos pelo **Valor**, o marqueteiro que assumir esse papel terá dois grandes desafios e, por isso, precisará ter dedicação total ao bolsonarista. O primeiro é melhorar a imagem do deputado, que não é visto como um político carismático e que está, até o momento, apagado nesta primeira etapa de pré-campanha.

O segundo desafio é conseguir fazer uma comunicação que faça frente ao prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), apontado como favorito. No caso de Paes, a casa está um pouco mais arrumada: ele deve seguir com o marqueteiro que fez sua campanha em 2020, Marcelo Faulhaber. O prefeito também conversa com o ex-deputado federal e consultor político Rodrigo Bethlem, ex-desafeto e atual aliado. Rompidos há quase uma década, os dois se reaproximaram neste ano e Paes deve contar com a consultoria de seu ex-secretário de Ordem Pública.

DOMINGOS PEIXOTO/AGÊNCIA O GLOBO — 16/3/2024

Ramagem com Bolsonaro: campanha deve ser determinada pelo ex-presidente, filhos e Valdemar Costa Neto

Campanha eleitoral do deputado deve ter vários donos em áreas estratégicas

Para Múcio, PEC dos militares é necessária

Mariana Assis
De Brasília

O Ministro da Defesa, José Múcio, afirmou nessa quarta-feira que militares que vão para a vida política e depois voltam aos quartéis levam consigo o "proselitismo do político" e desafiam a hierarquia das Forças. A declaração foi dada em um momento em que o Congresso analisa uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que impede a participação de militares da ativa nas eleições.

"Quando nós mandamos para cá um projeto dizendo que nós incentivamos militares a ir para política, mas não voltar para os quartéis porque ele volta com proselitismo do político e começa a competir com o poder hierárquico do comandante dele", afirmou Múcio, que participa de uma audiência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Pela proposta em discussão, integrantes das Forças Armadas devem ir para a reserva caso decidam se candidatar. Na avaliação do chefe da Defesa, essa medida é necessária porque o retorno de candidatos ao meio militar cria núcleos políticos nas corporações.

"O cara tem um grupo de colegas sargentos, tenente, cabo que vai para a campanha dele e volta comprometido com o que ele defendeu", disse o ministro, que acrescentou: "E quando volta, volta criando núcleos como são as polícias militares dos estados do Brasil que são dificílimas de serem comandadas porque são cheios de núcleos políticos".

A audiência terminou por volta das 15h. Ao **Valor**, o ministro brincou que "sobreviveu" a quase seis horas de audiência e avaliou que foi um "bom diálogo" com os parlamentares. Na sessão, Múcio também defendeu mais investimentos na área da defesa, embora admita que as medidas nesse segmento não têm "apelo eleitoral".

"Estamos estudando as possibilidades e sensibilizando os atores políticos quanto à necessidade de haver maior previsibilidade de orçamentária para a condução dos projetos estratégicos", afirmou ele aos parlamentares.

O ministro comparou os investimentos que o Brasil faz em defesa com os dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). De acordo com ele, o país está em defasagem de recursos quando comparado aos vizinhos da América do Sul. Segundo ele, os integrantes do bloco destinam 2% do Produto Interno Bruto (PIB) à área, a média mundial é de 2,3% e, no Brasil, esse percentual é de 1,1%.

Petistas e bolsonarista podem relatar caso Brazão

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Após os primeiros possíveis relatores do processo de cassação contra o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) declinarem da missão, os deputados Jack Rocha (PT-ES), Rosângela Reis (PL-MG) e Joseildo Ramos (PT-BA) foram sorteados nessa quarta-feira para a tarefa. Brazão é suspeito de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol-RJ) em 2018.

O presidente do Conselho de Ética, Leur Lomanto Júnior (União-BA), não estava presente e o sorteio foi conduzido pelo deputado Chico Alencar (Psol-RJ).

Sorteados na semana passada, os deputados Bruno Ganem (Podemos-SP), Ricardo Ayres (Republicanos-TO) e Gabriel Mota (Republicanos-RR) recusaram a missão, o que obrigou o colegiado a realizar um novo sorteio.

Durante a sessão, Alencar destacou que a desistência dos três sorteados para um caso é inédito na atual legislatura e pontuou que espera que os três novos possíveis relatores aceitem a tarefa.

"Um caso inédito neste mandato do Conselho deputados sorteados em lista tríplice declinarem da nobre e sempre incômoda tarefa de relatarem uma representação em desfavor de algum colega. Mas é um direito desistir, declinar", disse o deputado do Psol. "Foi formalizado que, por ordem de razões particular, eles, os três sorteados, não estavam dispostos a encarar esta missão. Espero que os próximos três topem", completou.

O regimento prevê que são excluídos do sorteio parlamentares pertencentes ao mesmo Estado do representado, do mesmo partido ou bloco parlamentar e da sigla autora da representação.

O presidente do Conselho de Ética deve conversar com os possíveis relatores e decidir até a próxima semana o nome que ficará com a tarefa. Na votação no plenário, Jack Rocha e Joseildo votaram a favor de que Brazão continuasse preso e Rosângela Regis defendeu que fosse solto.

O regimento estabelece que o relator dos processos tem até dez dias úteis para elaborar um relatório preliminar em que deverá recomendar o arquivamento ou o prosseguimento da investigação. Se o processo continuar, o representado apresentará sua defesa e será feita coleta de provas. Depois dessa fase, o relator produzirá novo parecer, em que pode pedir a absolvição ou aplicação de punição, que vai de censura à perda do mandato parlamentar. Cabe recurso à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas a palavra final, de qualquer forma, será do plenário da Casa.

Geopolítica Washington cita descumprimento de acordo por eleições livres na Venezuela; críticos apontam ação como inócua

EUA retomam sanções contra a Venezuela, mas com exceções

Dow Jones Newswires

Os EUA anunciaram ontem a retomada de sanções ao setor de petróleo da Venezuela, mas permitirão que algumas companhias americanas e europeias continuem o país mesmo após o fracasso nos esforços de Washington para persuadir o regime venezuelano a realizar reformas democráticas.

Depois de o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, ter violado acordos firmados em outubro com os EUA para realizar eleições livres e justas, a Casa Branca ficou sob pressão para impor novamente restrições à vital indústria energética da Venezuela.

De acordo com as novas diretrizes divulgadas ontem, uma série de empresas de energia ocidentais que entraram na Venezuela após o acordo de outubro poderão obter licenças individuais renováveis após seis meses ao Departamento do Tesouro dos EUA para seguir produzindo em solo venezuelano. Sem a licença, essas empresas terão de encerrar operações no país até 31 de maio.

As empresas que ainda não estão na Venezuela, mas desejam entrar no país, podem fazê-lo após solicitar uma licença. Já Chevron; Eni, da Itália; Repsol, da Espanha, e outras empresas que receberam licenças especiais desde antes do acordo do ano passado para operar na Venezuela não precisam de novas concessões e podem continuar normalmente com as operações ao lado da petrolífera estatal Petróleos de Venezuela.

As diretrizes refletem a dificuldade que o governo de Joe Biden tem tido em responsabilizar Maduro pelas suas ações antidemocráticas de uma forma que não perturbe os mercados regionais de energia e não aumente os preços da gasolina nos EUA.

Os americanos também se preocupam em evitar tomar medidas que possam aproximar a Venezuela de adversários americanos como Rússia, Irã e China, disse Antero Alvarado, consultor petrolífero que atua em Caracas.

A nova política de exigir que as empresas procurem licenças individuais irá provavelmente beneficiar as grandes empresas petrolíferas com poder de lobby em Washington e capazes de arcar com o custoso processo. Também beneficiará as companhias marítimas que ajudaram a Venezuela a transportar petróleo no mercado paralelo e cujos serviços podem ser necessários, disse Alvarado.

As licenças individuais serão concedidas de acordo com os interesses de segurança nacional e de política externa dos EUA, disseram as autoridades. Explicaram que Maduro ainda tem tempo para reverter as práticas antidemocráticas e realizar eleições justas em 28 de julho.

"Os EUA tinham de mostrar que estavam fazendo alguma coisa", disse Alvarado sobre a política. "Mas no final, as coisas não mudam muito, apenas acrescentam muito mais burocracia."

As autoridades americanas recusaram-se a identificar as empresas que seriam obrigadas a solicitar licenças ou a dizer quantas estavam na lista. Ainda não está claro qual impacto a nova política terá na produção de petróleo na Venezuela, que produz muito menos do que os seus principais concorrentes na América Latina, no Brasil e no México. A Venezuela produz cerca de 800 mil barris/dia.

> "Os EUA tinham de mostrar que fazem algo. Mas, no final, nada muda muito'
> *Antero Alvarado*

Desde que assinou o acordo eleitoral de outubro em Barbados, em outubro, com a oposição apoiada pelos EUA, Maduro proibiu a sua principal rival, María Corina Machado, de concorrer contra ele, e bloqueou também a substituta dela. Ele prendeu dezenas de ativistas dissidentes e impediu que a maioria dos 8 milhões de migrantes que fugiram da Venezuela sob seu governo de 11 anos se registrassem para votar nas próximas eleições.

"Infelizmente, Maduro e os seus representantes não cumpriram o espírito e a letra desse acordo", disse um funcionário dos EUA. "Mas as nossas ações não devem ser vistas como uma decisão final de que a Venezuela não pode realizar eleições democráticas", afirmou.

Os EUA suspenderam em outubro as sanções impostas pelo ex-presidente Donald Trump, que proibiram totalmente o bombeamento e o transporte de petróleo venezuelano para isolar o governo de Maduro por fraude eleitoral e abusos desenfreados dos direitos humanos.

Em campanha, Biden promete triplicar tarifas sobre aço e alumínio chinês

Agências internacionais, de Pittsburgh

GENE J. PUSKAR/AP

O presidente dos EUA, Joe Biden, instruiu seu governo a aumentar das tarifas sobre as importações de aço e alumínio da China, dando início ao que se espera que seja uma série de medidas protecionistas contra Pequim durante uma eleição presidencial em que o comércio é um ponto crítico.

Biden, que discutiu as medidas ontem durante uma visita à Pensilvânia, um Estado sem inclinação clara nas eleições de novembro, pediu ao departamento comercial (USTR) para que mais do que tripliquem as tarifas básicas sobre produtos chineses de aço e alumínio de 7,5% para 25%. Essa taxa mais elevada seria um acréscimo à outra tarifa de 25% sobre o aço e de 10% sobre o alumínio impostos sob o governo de Donald Trump. Um alto funcionário do governo disse que as tarifas mais altas afetariam apenas 0,6% da demanda americana por aço.

A decisão de Biden ocorre num momento em que o governo estuda aumentar as tarifas sobre uma série de exportações chinesas para os EUA, incluindo veículos elétricos, baterias e produtos solares. O aumento da taxação sobre os metais entraria em vigor como parte da decisão do governo Biden sobre como ajustar as tarifas que datam da época do ex-presidente Trump na Casa Branca, disseram altos funcionários do governo.

Liu Pengyu, porta-voz da embaixada da China em Washington, disse que "os EUA está cometendo o mesmo erro repetidas vezes" ao buscar aumento de tarifas. Numa declaração, ele também rejeitou as taxas já em vigor como "a personificação do unilateralismo e do protecionismo dos EUA".

As medidas comerciais ocorrem num momento político e diplomático complicado para a Casa Branca. Biden enfrenta um adversário republicano que primeiro impôs amplas tarifas sobre produtos chineses e agora faz campanha para aumentá-las ainda mais. Biden e Trump disputa o apoio dos sindicatos que defendem medidas protecionistas.

"Estas são ações estratégicas e direcionadas que irão proteger trabalhadores americanos e garantir uma concorrência leal", disse Biden durante uma visita à sede da United Steelworkers, sindicato que reúne trabalhadores do setor siderúrgico. Ele também prometeu que seu governo vai bloquear a aquisição da U.S. Steel por uma empresa japonesa, buscando usar a política comercial para obter votos de trabalhadores na Pensilvânia, um Estado não definido do ano eleitoral.

> "Estas são ações que irão proteger os trabalhadores americanos"
> *Joe Biden*

O governo Biden também prometeu prosseguir investigações contra países e importadores que tentam saturar os mercados existentes com aço chinês e que está trabalhando com o México para garantir que as empresas chinesas não possam contornar as tarifas enviando aço para lá para posterior exportação para os EUA.

A representante comercial dos EUA, Katherine Tai, disse ontem que o seu gabinete, lançou uma investigação formal do setor marítimo, logístico e de construção naval da China, atendendo o pedido de um grupo de cinco grandes grupos sindicais. O governo da China classificou a investigação como um erro "baseado na necessidade da política interna".

A China produz cerca de metade do aço mundial e sua capacidade está muito acima das necessidades do seu mercado interno. Ela vende aço no mercado mundial por menos da metade do custo da produção nos EUA, disseram altos funcionários do governo Biden.

O primeiro passo para o aumento das tarifas é a conclusão de uma revisão das práticas comerciais chinesas. Assim que Biden der a autorização oficial, haverá um edital e um período de comentários que poderá levar semanas.

As importações chinesas de aço pelos EUA atingiram quase 3 milhões de toneladas em 2014, segundo dados do Departamento do Comércio. Em 2023, esse volume caiu para 600 mil toneladas, de um total de 25,6 milhões de toneladas de aço importados pelos EUA.

"O aço chinês tem sido sujeito a taxas antidumping e compensatórias muito altas nos EUA há muitos anos, e os produtos que continuam a fluir são, em grande parte, itens de nicho de alto valor, como tubos sem costura ou aços para embalagens", disse Matthew Watkins, analista na CRU. "Não consigo ver um aumento nas tarifas sobre a China fazendo uma diferença significativa nos atuais padrões de importação de aço dos EUA."

O eventual aumento de tarifa pode causar ainda um aumento das exportações de aço e alumínio da Cinha para o Brasil.

Para José Augusto de Castro, presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil (AEB), a elevação da importação de aço chinês no Brasil levaria a um aumento da tarifa brasileira, que hoje na média está abaixo de 10%.

Entre janeiro e março, o Brasil importou 1,298 milhão de toneladas de aço, o que representou, segundo o Instituto Aço Brasil, um aumento de 25,4% frente a igual período do ano passado. A maior parte desse volume vem da China.

Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador associado do FGV Ibre, ressalta que, caso se repita o que ocorreu no passado recente quando os EUA subiram as tarifas sobre bens chineses, pode ocorrer uma triangulação comercial. Ele explica que em 2018 e 2019, quando os EUA elevaram tarifas, diminuíram as importações dos EUA vindas da China, mas subiram na mesma proporção as compras de países como o Vietnã, que até então não tinha tradição em exportar aqueles bens para os EUA.

Ele também acredita que o Brasil, caso se confirme o aumento das alíquotas por parte dos EUA, deverá elevar suas tarifas sobre o aço chinês. "Acaba sendo isso. Uma guerra comercial nunca acaba sendo só entre dois países", pondera. *(Colaborou Rafael Rosas, do Rio)*

Déficits dos EUA e da China representam riscos à economia global, diz FMI

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

SAMUEL CORUM/BLOOMBERG — 16/04/2024

Os enormes déficits fiscais dos EUA da China alimentam pressões inflacionárias e representam "riscos significativos" para a economia global, informa relatório Monitor Fiscal, do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado ontem. Os gastos desenfreados de Washington e de Pequim poderiam "ter efeitos profundos para a economia global e ameaçar as projeções fiscais de outras economias", afirmou o FMI.

O Fundo disse esperar que os EUA registrem um déficit fiscal de 7,1% no ano — mais de três vezes a média de 2% de outras economias avançadas. O economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, disse que a posição fiscal dos EUA era "particularmente preocupante", sugerindo que poderia complicar as tentativas do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de recolocar a inflação em sua meta de 2%. "Isso causa riscos de curto prazo para o processo de desinflação, bem como riscos no quadro fiscal e financeiro de longo prazo para a economia global", disse Gourinchas.

> "Posição fiscal dos EUA é bastante preocupante"
> *Pierre-Olivier Gourinchas*

O FMI também levantou preocupações com a China, que deve registrar um déficit fiscal de 7,6% em 2025 — mais do dobro da média de 3,7% de outros países emergentes — enquanto Pequim enfrenta uma procura fraca e uma crise imobiliária.

Os EUA e a China estão entre os quatro países citados pelo Fundo com "necessidade urgente de tomar medidas políticas para resolver os desequilíbrios fundamentais entre despesas e receitas". Os outros são Reino Unido e Itália.

Os gastos desenfreados dos EUA e da China, em particular, poderiam "ter efeitos profundos para a economia global e representar riscos significativos para as projeções orçamentais de base noutras economias", afirmou o FMI.

O Capítulo 1 do Monitor Fiscal, sob o título "Política fiscal no grande ano eleitoral" destaca ainda que "apesar da queda da inflação em muitos países, da melhora das condições de financiamento e de os riscos de grandes perturbações globais terem sido evitados, as vulnerabilidades da economia mundial persistem".

O documento ressalta, como aspecto positivo, que embora a política monetária tenha permanecido restritiva em mais de 85% das economias mundiais em 2023, apenas 44% delas apertaram a política fiscal ao longo do ano passado — bem abaixo dos cerca de 70% em 2022.

"Os gastos permaneceram elevados como resultado do legado de medidas fiscais para enfrentar a pandemia", afirmou o FMI. "Como consequência, o impulso para a normalização da política fiscal — que traria os saldos das reservas de volta aos níveis pré-pandêmicos — foi insuficiente", diz o documento.

O risco mais agudo para as finanças públicas decorre do número recorde de eleições realizadas em 2024, o que levou os economistas do FMI a qualificá-lo como "o grande ano eleitoral". "Anos eleitorais estão frequentemente associados a derrapagens fiscais, e este risco é ainda ampliado pelo atual contexto de aumento da procura por programas sociais", afirma o documento.

Com o grau de vulnerabilidade para as finanças públicas ainda elevado, a previsão é que políticas de aperto fiscal aumentem em 2024. As taxas de rentabilidade das obrigações de dívida pública de longo prazo nos EUA permanecem elevadas — sensíveis à evolução da inflação e às decisões de política monetária. "Isto poderá levar a condições de financiamento voláteis em outras economias", diz o monitor.

"Esforços decisivos de consolidação fiscal são necessários para salvaguardar finanças públicas sustentáveis e reconstruir os amortecedores fiscais num contexto de dívida elevada, abrandando as perspectivas de crescimento em médio prazo e taxas de juros ainda altas", informa o FMI. "O ajuste fiscal também deveria apoiar o 'último quilômetro' da desinflação, especialmente em economias superaquecidas", diz.

Após quedas acentuadas em 2021 e 2022, a dívida pública em geral voltou a subir em 2023 e permaneceu acima dos níveis pré-pandêmicos — em 9 pontos percentuais do PIB. "O parcela de países de baixa renda e mercados emergentes em ou em alto risco de superendividamento permaneceu elevada", disse o FMI.

Por último, o Monitor Fiscal afirma que uma intensificação dos fatores geopolíticos e das catástrofes naturais poderiam aumentar as pressões para ampliar o apoio fiscal. No médio prazo, a dívida pública mundial deverá manter uma tendência ascendente, impulsionada pelas duas maiores economias do mundo, a China e os Estados Unidos.

Curtas

Israel decidirá sobre Irã

O premiê israelense, Benjamin Netanyahu, afirmou ontem que Israel tomará "sua própria decisão" sobre a resposta aos ataques do Irã, após um encontro com os ministros das Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, e do Reino Unido, David Cameron, que pedem por uma moderação na retaliação israelense. "Agradeço aos nossos amigos pelo seu apoio na defesa de Israel, apoio manifestado tanto em palavras quanto em ações. Eles também têm todo tipo de sugestões e conselhos, o que eu aprecio. No entanto, também gostaria de esclarecer: tomaremos nossas próprias decisões. O Estado de Israel fará o que for necessário para se defender de seus inimigos onde eles estiverem", afirmou o premiê, segundo um comunicado.

Região teme guerra ampla

A Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos pediram máxima "contenção" no Oriente Médio para poupar a região "dos perigos de uma guerra ampla e suas consequências desastrosas", em um comunicado conjunto divulgado hoje, à medida que aumentam as tensões na região após os ataques do Irã a Israel no final de semana.

Plano de saúde argentino

O governo argentino ordenou ontem que os planos de saúde revertam aumentos nas mensalidades dos últimos cinco meses e retornem aos valores de dezembro de 2023. De dezembro até março a inflação argentina foi de cerca de 90%, mas os aumentos aplicados pelas empresas ficaram bem acima deste índice, segundo o governo do direitista Javier Milei.

INÊS249

Valor ECONÔMICO

Varejo mostra economia com bom ritmo no início do ano

O desempenho do varejo em fevereiro surpreendeu os economistas. No caso do varejo, a expectativa era de queda nas vendas, mas elas cresceram. O volume de vendas no varejo restrito subiu 1% em fevereiro em comparação com janeiro, na série com ajuste sazonal, segundo o IBGE. A mediana da expectativa junto a 26 consultorias e instituições financeiras apurada pelo **Valor Data** era de queda de 1,6%. Na comparação com fevereiro de 2023, o varejo restrito cresceu 8,2%, bem acima do esperado, de 3,5%. Foi o segundo mês consecutivo de crescimento do varejo, acumulando 6,1% no período, com 2,8% apenas em janeiro; e, em 12 meses, a alta é de 2,3%.

No varejo ampliado, que inclui as vendas de veículos e motos, partes e peças, material de construção e atacarejo, o crescimento foi de 1,2% entre janeiro e fevereiro; e, na comparação com fevereiro de 2023, de nada menos que 9,7%. Em 2024, a alta acumulada é de 10,1%, enquanto o resultado nos 12 meses até fevereiro é de 5,7%.

No primeiro bimestre, o volume de serviços cresceu 3,3% frente ao mesmo período de 2023; em 12 meses, ficou em 2,2%. Os analistas esperavam novo avanço em fevereiro, o que não ocorreu. Em relação a fevereiro de 2023 houve expansão de 2,5%. Mas observa-se muitas vezes na economia um pêndulo entre os gastos com o varejo e com os serviços. Quando se compram mais bens, geralmente se gasta menos em serviços. Pode ser isso que tenha ocorrido neste início de ano.

Vários fatores explicam o comportamento do varejo. O aumento do salário mínimo, o pagamento de precatórios, o mercado de trabalho apertado e a oferta de crédito aumentaram a renda e estimularam o consumo. O bom desempenho foi disseminado, com destaque para o crescimento de 9,9% no volume de vendas de artigos farmacêuticos e de perfume em fevereiro. Dos dez setores do conceito ampliado, sete tiveram alta. As vendas do varejo mais dependentes de crédito, como veículos, cresceram 2,4% em fevereiro em relação a janeiro.

Mas o fator mais importante é o aumento do salário mínimo. Já no fim do ano passado, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) estimava que o reajuste do salário mínimo injetaria quase R$ 70 bilhões na economia. Os Estados do Nordeste e do Norte, regiões nas quais o salário mínimo faz mais diferença, tiveram desempenho de varejo melhor do que o da média em sua maior parte.

Economistas do Itaú Unibanco observam que, em geral, quando o reajuste do salário mínimo fica acima da inflação, como neste ano, há um pico de consumo no varejo ampliado nos primeiros meses, em comparação com os anos em que não há reajuste dessa magnitude. Eles também notaram que o desempenho da arrecadação de alguns impostos, como PIS, Cofins, IPI e Imposto sobre a Importação, às vezes antecipa o comportamento das vendas no varejo ampliado. Em fevereiro, a arrecadação subiu mais de 16%, em termos reais, em comparação com o mesmo mês de 2023, segundo cálculos feitos a partir dos dados da Receita.

A taxa de desemprego aumentou ligeiramente neste início de ano, como costuma acontecer nesse período, por causa da dispensa de trabalhadores que foram contratados de forma temporária em novembro e dezembro por conta do Natal. A taxa de desemprego passou de 7,4% em dezembro para 7,6% em janeiro e 7,8% em fevereiro. No entanto, a massa salarial continua crescendo, e aumentou R$ 19,3 bilhões em um ano, para o nível recorde de R$ 307,3 bilhões, uma alta de 6,7% no trimestre encerrado em fevereiro, em comparação com o mesmo período de 2023.

O impacto do pagamento dos precatórios é igualmente relevante. A operação injetou cerca de R$ 96 bilhões na economia em janeiro e fevereiro. Cerca de R$ 45 bilhões desse total eram referentes a precatórios alimentícios para as pessoas físicas, o que estimula as compras desses produtos no varejo e gera um impacto positivo de 0,3 a 0,4 ponto percentual no PIB, segundo cálculos do Itaú Unibanco.

Alguns analistas revisaram as projeções para o PIB do ano, que chegaram perto dos 2,9% do ano passado em alguns casos. No Boletim Focus, as estimativas para o PIB ficaram em 1,95%, de acordo com as expectativas colhidas na semana passada. O resultado do Monitor do PIB, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, respalda o otimismo ao registrar avanço de 0,8% em fevereiro e crescimento de 3% em 12 meses, assim como o IBC-Br, que subiu 0,4% no mês.

Esses resultados explicam em parte por que a inflação, depois de queda forte, resiste a aproximar-se da meta, e, pelas expectativas do Focus, começou a afastar-se discretamente dela. O governo quer turbinar o crédito com vários novos programas e afrouxou as metas fiscais, mas precisa ter atenção a que os juros parem de cair em um nível bem mais alto que o desejado.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Ideia de impor disciplina fiscal com regras rígidas a governos perdulários não funcionou. Por **Benito Salomão**

Arcabouço fiscal, novos instrumentos e velhos impasses

"É preciso ser claro que nenhuma instituição poderia prevenir um déficit, se é isso que um governo ou legislatura estão determinados a fazer" (Alesina e Perotti, 1996, p. 406).

Nesta semana, o **Valor** noticiou a revisão da meta primária para os exercícios de 2025 e 2026. No bojo da concepção do novo arcabouço fiscal, o governo propôs um modelo flexível para as metas primárias que poderiam flutuar entre bandas de 0,25% do PIB para mais e para menos. Como argumentado em artigos anteriores, esse padrão de metas flexíveis entre bandas é inspirado no Regime de Metas de Inflação (RMI) que funciona bem no Brasil há 25 anos. Porém, uma regra que performa bem para uma política pode não funcionar adequadamente para outra, devido às especificidades. Vamos a elas.

A começar pela disponibilidade de instrumentos à disposição da autoridade, a política monetária possui um único instrumento — a taxa nominal de juros — ao passo que a política fiscal possui ao menos dois instrumentos: o gasto e o imposto. Do ponto de vista empírico, a distinção dos instrumentos fiscais interessa para o resultado de política, pois seus efeitos em termos de impactos no PIB (o multiplicador fiscal) e no endividamento público são bastante heterogêneos.

Mas essa não é a única especificidade. É preciso fazer considerações acerca do grau de autonomia de cada política. Desde o Plano Real, em 1994, a autoridade monetária no Brasil usufruiu de grande autonomia. Em 2021 essa autonomia ganhou contornos legais com a aprovação da autonomia operacional do Banco Central no Congresso que blindou a política monetária da discricionariedade oriunda interesses político-eleitorais.

A política fiscal não apresenta a mesma autonomia. Uma vez que ela é executada por vias de um orçamento concebido no poder Executivo e aprovado no Legislativo, sua submissão à lógica político-eleitoral é automática. Em termos coloquiais, políticos elaboram o orçamento, o aprovam e o executam, o que escancara um padrão de constante discricionariedade que Buchanan e Wagner (1977) chamam de viés de déficit. Os efeitos desse viés nas democracias constitucionais é o acúmulo de déficits na forma de endividamento público, resultando na transferência intergeracional de riqueza, pois segundo a tradição de modelos de gerações sobrepostas, déficits de hoje devem pagos por impostos recaídos sobre as gerações futuras.

Para atenuar tais efeitos, a partir dos anos 1980, regras fiscais passaram a ser incorporadas no radar da política econômica. Desde então, inúmeras controvérsias envolvendo-as surgiram. Em primeiro lugar qual regra fiscal? Como argumentado anteriormente, a política fiscal possui ao menos dois instrumentos, o imposto e o gasto que, se analisados conjuntamente, produzem um resultado primário. Portanto, as regras podem incidir sobre impostos, gastos, resultados primários/operacionais ou dívida pública. A extensa literatura envolvendo o tema não é conclusiva sobre a superioridade de um instrumento em relação aos demais. Além disso, a adoção de um tipo de regra numa localidade pode funcionar melhor do que em outra, não há um padrão geral e as especificidades importam para o desempenho.

LOUIS/PIXABAY

Uma outra polêmica envolvendo regras fiscais diz respeito ao seu descumprimento. Isso porque o governo austero não precisa de regras para as disciplinar, já o governo perdulário não as cumpre. Durante algum tempo se acreditou que a adoção de regras demasiadamente rígidas poderia impor disciplina fiscal mesmo a governos perdulários. Porém, isso não funcionou devido à existência da ilusão fiscal. Puviani (1903) define ilusão fiscal como uma miopia da sociedade que a impede de controlar adequadamente o uso dos recursos públicos e o tamanho do governo. Diante disso, governantes se valem dessa miopia também visando burlar regras fiscais

No Brasil, desde 1999 inúmeras regras fiscais se valeram de diversos instrumentos e foram instituídas, descumpridas e, em alguns casos, substituídas. O Regime de Metas Primárias (RMP) data de janeiro de 1999 e, em 2006, houve sua primeira adaptação quando o governo de então optou por perseguir metas apuradas em valores nominais ao invés das antigas metas percentual do PIB.

Isso parece ser mera adaptação formal, porém abriu caminho para a crise das pedaladas fiscais anos mais tarde. Apenas para refrescar a memória, as pedaladas consistiram num clássico exemplo de ilusão fiscal em que o governo fechava o resultado do primário de um exercício fiscal obrigando bancos oficiais a pagarem políticas públicas na ponta, sem o devido repasse do Tesouro no tempo hábil.

Após as pedaladas, o Brasil mergulhou em déficits fiscais consecutivos que duram 10 anos — a exceção foi o ano de 2022 cujo superávit se deu à custa de truques como a postergação de precatórios para os exercícios fiscais posteriores. Com a crise do antigo RMP, uma regra ainda mais rígida foi proposta e aprovada em 2016. O famigerado Teto de Gastos previa o congelamento real da despesa primária por 10 anos, podendo ser renovado por outros 10 anos. O teto era uma regra simples, incidente sobre um único instrumento (o gasto primário), porém tida como rígida. Em um contexto de crescimento compulsório do gasto obrigatório, o teto estrangulou o gasto discricionário resultando no subfinanciamento de inúmeras políticas públicas. Embora o colapso do teto tenha coincidido com o advento da pandemia, já havia vestígios de seus descumprimentos antes disso, em 2019.

O fim do teto requereu a apresentação de uma nova regra. O novo arcabouço fiscal foi apresentado sob a prerrogativa de ser sustentável, por ser mais flexível do que o teto. Em outras palavras, a instituição de bandas nas quais poderiam flutuar o gasto e as metas primárias permitiria o cumprimento da regra e daria um horizonte de previsibilidade aos agregados fiscais. Em artigo neste espaço dedicado a comentar tal regra, em maio do ano passado, argumentei que mesmo o arcabouço mais flexível dependeria de reformas adicionais para se perenizar.

Foi exatamente isso o que aconteceu. Agora, o governo revê a meta primária para os dois próximos anos, ressuscitando o velho padrão de discricionariedade fiscal dos últimos 15 anos e exacerbando as incertezas quanto a sustentabilidade dos agregados. O ajuste fiscal será postergado para a próxima legislatura. Se isso acontecer, Lula pode estar criando uma armadilha para si próprio, na inversão do ciclo de negócios, diante de condições macroeconômicas deterioradas, e ser obrigado a lidar com um ajuste fiscal futuro em uma conjuntura muito mais adversa do que a atual.

Benito Salomão é doutor em Economia pelo PPGE/UFU

Racismo cultural no setor elétrico

Edvaldo Santana

Eu era criança quando, em 1960, o etíope Abebe Bikila venceu a maratona da Olimpíada de Roma. Percorreu descalço os mais de 42 km. Fui saber desse feito heroico em 1969, numa aula de Educação Física. Dali em diante, Bikila é minha referência em superação. É meu talismã.

"Cadê nossa gente, professor?" Foi com essas quatro palavras que fui interpelado por uma jovem engenheira negra. Era o dia 12 de março, no Rio, num excelente workshop, uma tentativa de desvendar a agenda do setor elétrico brasileiro (SEB). Tinha por lá não mais que oito pessoas negras, num universo de 500. Era visível o quadro de segregação.

Minha primeira sensação foi de tempo perdido. De 47 anos de serviço jogados fora. Por que as negras e os negros não estavam naquele evento? A resposta, que não dei à jovem engenheira: é o resultado da força centrífuga da humilhação, que nos empurra para fora. É a força não inclusiva que nos tolera. O branco não percebe, mas, nesse tipo de ambiente, o negro fica como se ali não fosse seu lugar. É o não pertencimento.

E não foi a primeira vez que um negro me procurou com esse tipo de angústia. Logo que deixei a agência reguladora de energia, um jovem engenheiro quis saber por que nas reuniões e nos eventos, científicos ou não, eu era o único negro.

No ano passado, numa importante universidade mineira, tradicional na formação de engenheiros, foi impactante. Na inauguração de um moderníssimo laboratório, todos os estudantes-pesquisadores eram brancos. Mas o dinheiro era público. Foi chocante a justificativa de um conhecido professor, que já exerceu diversos cargos de relevância no SEB.

Na mesma semana, o Ministério de Minas e Energia (MME) postou numa rede social a foto da posse do CEO da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Todos os presentes, por volta de 200, eram brancos. Este ano, no dia que o CEO da Agência Internacional de Energia (AIE) esteve no auditório do MME, toda plateia era formada de pessoas brancas.

Se você não percebeu, dia 9 de abril, na solenidade de lançamento da MP da conta de luz, apenas homens brancos falaram. Uma olhada nas imagens da plateia, pelos mais diferentes ângulos, só caras brancas. Parecia uma solenidade no Palácio Real de Estocolmo. No dia seguinte, um conjunto de especialistas foram ao Planalto explicar o setor elétrico para o presidente Lula. Repare nas fotos. Novamente, só pessoas brancas. É natural que Edvaldo não tenha sido chamado à reunião. Mas por que não outras pessoas negras? Sim. Elas existem.

Aconteceu dia 12, no Rio, o segundo encontro de líderes do SEB. Convidado cinco dias antes, não tive como comparecer. Já não tinha como viabilizar passagem e hospedagem. Mas vi as fotos. Só líderes brancos. Se lá tivesse ido, teria que ficar pelos cantos.

São intransponíveis as barreiras aos negros no SEB. Em mais de 100 anos, não chega a 10 os que tiveram posições de relevo

No dia 13, o Globo publicou a "carinha" de cada um dos conselheiros da Petrobras, "a empresa do nosso povo". Parece o conselho de uma empresa familiar dinamarquesa. Há uma imagem recente da diretoria da petroleira com o Lula. Só um dos diretores, o mais afastado do centro da foto, parece ser negro.

O quadro é o mesmo na Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional. E é assim também na Eletronuclear, na agência reguladora, na câmara de comercialização, na EPE e no operador do sistema. No universo de empresas privadas, o quadro é semelhante. E não é diferente nas entidades de lobbies do SEB.

São intransponíveis as barreiras para os negros no SEB, mais ainda para as mulheres negras. Em mais de 100 anos de história, não chega a 10 o número de negros que ocuparam posições importantes. É fácil verificar.

E você já não se constrange com isso. No seu subconsciente, "é assim mesmo, paciência. Não tenho culpa". Tem sim. Não permita a normalização desse quadro de angústia. O nome disso é racismo. Sem meio termo.

Ano passado estive, em Brasília, no encontro da Frente Nacional dos Consumidores, uma excelente iniciativa. Um ex-colega de trabalho tirou algumas fotos do evento. No auditório com umas 150 pessoas, só tinha um negro — Edvaldo. E, insisto, era uma frente de consumidores. No intervalo do almoço, numa mesa com quatro pessoas, surgiu a pergunta: por que tão poucos negros no setor elétrico?

Fomos unânimes na compreensão de que não poderia continuar assim. Com uma ressalva, feita por um colega de mesa: "desde que não baixe o nível". Este é o racismo na sua forma cultural, que olha o negro como menos qualificado. Vem na mesma linha do branco que não se senta ao lado do negro porque, em tal cultura, o negro fede.

Um detalhe: esse colega de mesa é o principal executivo de uma grande empresa e já exerceu cargos de direção em distribuidora, comercializadora e geradora, com passagens no regulador e na câmara de comercialização.

Não se esperaria muito de um setor que se empenha para ser não inclusivo, que normaliza o racismo. É daí que vem a perversa política de rateio dos custos dos subsídios, que faz o mais pobre pagar pelo mais rico. Na proporção de R$ 30 bilhões ao ano, até 2040 será totalizado mais de R$ 500 bilhões, na maior transferência de renda do pobre para o rico ao longo da história e, é provável, entre todos os países do mundo.

Viola Davis, numa cerimônia de premiação, discursou que no início de sua trajetória olhava uma linha no horizonte. Nela estavam várias mulheres brancas, que lhe acenavam. Na mente de Viola, ela jamais ultrapassaria aquela linha, mas ultrapassou. E concluiu: a diferença entre a mulher branca e a negra é a oportunidade.

A linha imaginária da Viola Davis é a linha da hipocrisia. É, repito, aquela força centrífuga que nos joga para fora. O negro já não corre descalço, como Bikila, mas carrega o fardo do racismo. Não deixe perpetuar o "cadê nossa gente, professor?". Não permita que o racismo se transforme em argumento. Isso também é racismo.

Edvaldo Santana é doutor em engenharia de produção e ex-diretor da Aneel.

Frase do dia

"Podiam ter esperado mais para jogar a toalha. Antecipar revisão da meta neste momento é muito ruim".

De Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, do FGV Ibre, citando que o cenário internacional se tornou menos favorável

Cartas de Leitores

Nova meta fiscal

Com um Lula gastador e dissociado da equipe econômica, inexiste possibilidade de meta fiscal sensata ser alcançada. É o que estamos assistindo neste governo sem rumo. Foi uma derrota para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a divulgação na segunda-feira (15) de uma nova meta fiscal. E o governo, sem nada se ruborizar, diz ainda que o superávit primário de 1%, que havia prometido para 2026, agora ficou para 2028, ou seja, para um próximo presidente. Isso gera incertezas e assusta o mercado. E para alegrar a plateia petista, o governo anunciou que o salário mínimo será de R$ 1.502, um reajuste de 6,37%, que vai gerar uma despesa de R$ 36 bilhões em 2025. Em vez de distribuir dinheiro que não existe, Lula deveria primeiro se preocupar em dar sustentabilidade para um inadiável equilíbrio fiscal, hoje inexistente. E pelas incertezas que cria, impede a obtenção de um crescimento robusto e sustentável, prejudica a criação de bons empregos e a garantia de justiça social.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

•

O governo (Partido dos Trabalhadores) deveria alterar o mote: de gasto é vida para déficit é vida.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Oposição destrutiva

Lira não vai sossegar enquanto não detonar o governo. Para tanto vai usar a oposição bolsonarista. É incapaz de aceitar que Lula não lhe entregue o que quer, como fez Bolsonaro. E o Brasil que se dane!

Eliana França Leme
efleme@gmail.com

Conselhos de Alcolumbre

O Brasil talvez seja o único país do mundo no qual um "favorito" para assumir, por escolha de pares, uma presidência de cargo importante do Poder Legislativo formula recomendações ou advertências antes de ser eleito ou indicado. O nobre senador Davi Alcolumbre (União-AP) que já presidiu a casa alta entre 2019 e 2021, considerado favorito para ocupar o mesmo comando a partir do próximo ano, "aconselhou" os ministros da Suprema Corte a darem um "passo atrás", o que quer que isto signifique, em relação ao clima de atrito que se estabeleceu entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF), capaz inclusive, segundo o parlamentar, de convergir para um inédito processo de impeachment contra um dos magistrados.

Trata-se de visão possível de acontecer diante dos rumos randômicos às vezes observados no plenário do órgão mais importante do Poder Judiciário, embora uma opinião emitida com um ano de antecedência por um possível candidato a liderar o Senado, numa terra, a de Pindorama, onde frequentemente "volta para o futuro" tenha todas as características de campanha eleitoral indevida. Muita calma nessa hora.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Região oferece oportunidades para amenizar dores de cabeça dos EUA. Por **Marcello Averbug**

Por que os EUA podem mudar papel da AL

Desde final da década de 1990 vem declinando a relevância atribuída pelos Estados Unidos à América Latina (AL). As últimas demonstrações significativas de interesse do governo americano pelos vizinhos do sul ocorreram em meados do século passado: a) a Aliança Para o Progresso, nos anos 60, ofertante de volumosos recursos para investimentos; b) o apoio aos golpes que destituíram o presidente João Goulart e, em 1973, o presidente chileno Salvador Allende.

Essas iniciativas refletiam a atmosfera reinante sob a Guerra Fria, pela qual um dos pesadelos americanos provinha do perigo de o comunismo avançar na AL. Assim, a ajuda econômica e o nefasto combate a governantes considerados ameaçadores enquadravam-se na lógica da estratégia dos EUA naquela época.

Com o desmoronamento da União Soviética e diluição da Guerra Fria, os EUA ascenderam ao trono de potência mundial sem rival de porte equivalente. A premência em evitar a penetração do comunismo na AL perdeu fôlego e, então, Washington sentiu-se capaz de distanciar-se da região sem o perigo de graves prejuízos. Nem mesmo Cuba continuou sendo alvo de aguda inquietação, conforme evidencia o fato de a reconciliação iniciada pelo presidente Barack Obama ter retrocedido sob Donald Trump e permanecer ignorada por Joe Biden.

Após o fim da União Soviética outras preocupações passaram a absorver o foco da política externa americana. E não faltaram encrencas em vários pontos do planeta para demandar a interferência, nem sempre justificável, dos EUA. Basta citar como exemplos o Iraque, Afeganistão, Irã, Israel versus palestinos, Síria, Líbano e conflitos na África, além da ascensão da China e radicalização dos atritos com a Rússia.

Porém, a dinâmica dos mais recentes acontecimentos econômicos e políticos mundiais evoluiu de tal maneira que, hoje, tornou-se conveniente lembrar aos americanos que a América Latina possui potencial para oferecer aos EUA oportunidades para amenizar algumas de suas dores de cabeça. Não sob modelo imperialista, mas sim sob o esquema de uma parceria benéfica a ambas as partes.

Os EUA deveriam redescobrir a AL como alternativa à dependência de importações asiáticas. Aliás, essa é apenas uma das várias óticas mediante as quais os EUA deveriam reavaliar sua visão sobre os vizinhos do sul sem instintos de superioridade

Por que destaco o fato de a AL possuir o mencionado potencial? É o que tentarei demonstrar a seguir.

Inúmeros fatores condicionam atualmente a vulnerabilidade da economia americana, entre os quais destaco os mencionados por Shannon K. O'Neil, do Nelson and David Rockefeller for Latin American Studies, em artigo publicado pelo Foreign Affairs de abril 2024.

O' Neil informa que 80% do suprimento de minerais críticos à economia americana provém do exterior, principalmente Ásia, havendo uma forte dependência à China em materiais como níquel, manganês e grafite. Cerca de 60% dos microchips e 90% dos tipos mais avançados de chips semicondutores usados nos EUA são fabricados em Taiwan. A China tornou-se o maior fornecedor de vários antibióticos, anticoagulantes e medicamentos para quimioterapia e diabetes, assim como a principal origem de ingredientes para a indústria farmacêutica da Índia, relevante fonte de medicamentos importados pelos Estados Unidos.

Poderiam ser citados inúmeros outros exemplos de concentração externa de supridores de bens imprescindíveis à segurança e tranquilidade econômica americana. Evidentemente, a diminuição dessa delicada dependência requer um esforço para diversificar em termos geográficos o elenco das importações.

E é sob essa ótica que os EUA deveriam redescobrir a AL. Aliás, essa é apenas uma das várias óticas mediante as quais os EUA deveriam reavaliar sua visão sobre os vizinhos do sul, sem instintos de superioridade e com o espírito de estabelecer laços de relacionamento frutíferos para todos os integrantes do continente americano. Tal redescoberta seria a melhor oportunidade para a AL conquistar um intercâmbio com o "primo rico" que seja vantajoso ao desenvolvimento econômico e social de seus países.

No que diz respeito à diversificação das fontes de suprimento dos EUA, a AL oferece alternativas concretas. No segmento de minerais, a região possui amplas reservas de vários deles, inclusive dos necessários à fabricação de baterias de elevada capacidade. Segundo O'Neil, estima-se que 60% das reservas mundiais de lítio (principalmente no Chile, Bolívia e Argentina), 23% das de grafite e 15% das de manganês e níquel encontram-se em solo latino-americano, de onde já se extraem expressivo montante de cobre. América Central e México também têm o que oferecer em vários setores de atividade.

Na área de insumos e produtos farmacêuticos a região encontra-se bem-posicionada, abrigando competentes instituições de pesquisa, tais como Instituto Butantan e Fundação Oswaldo Cruz, que pertencem ao grupo dos 15 maiores produtores mundiais de vacinas.

Constata-se, portanto, o quanto pode crescer o papel da AL como exportadora aos EUA, atenuando assim o peso de alguns dos atuais ofertantes. Mas a possibilidade de aproveitar plenamente esse potencial depende da superação de deficiências infraestruturais presentes na AL. Por esse motivo surge como indispensável a montagem de um esquema de financiamento internacional a esse setor, principalmente via Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Aliás, a China assumiu a iniciativa de oferecer financiamento a projetos de investimento na região, além de já ser o maior parceiro comercial do Brasil, Chile, Peru e Uruguai e absorver forte volume das transações comerciais dos demais países da região.

Outro aspecto negligenciado pelos norte-americanos é o de que quanto mais próspera e estável politicamente for a AL maior será o grau de segurança dos EUA, dada a proximidade territorial, e menor a tensão proveniente da onda de imigrações ilegais de que é alvo.

Em vista do exposto anteriormente, cabe perguntar: o que os EUA estão esperando para, na escala de prioridades em sua política externa, elevar a graduação atribuída à América Latina?

Marcello Averbug é consultor econômico em Washington, economista aposentado do BNDES e autor do livro "Escritos Itinerantes: Economia e Política".

Especial

Controle Inadimplentes têm seus salários retidos e, em alguns casos, proibidos de comprar bilhetes de viagens em trem-bala e aéreo e de se hospedar em hotéis

Chineses relutam em gastar, com medo de serem incluídos em 'lista suja' do governo

Brian Spegele
Dow Jones Newswires, de Foshan

TOMOHIRO OHSUMI/BLOOMBERG

Trem de alta velocidade na China (foto) se torna proibido para pessoas que não pagaram suas dívidas

Quando deixou seu vilarejo para se tornar operária de fábrica aos 16 anos, Qin Huangsheng imaginava uma vida melhor na cidade.

Agora, com pouco mais de 40, ela tem uma dívida pessoal de US$ 40 mil e um salário-base de US$ 400 por mês. Cobradores a perseguem. Ela está proibida de comprar passagens no trem de alta velocidade da China, apenas uma das penalidades que o governo cada vez mais vem impondo às pessoas que não pagam suas contas.

Nos trens lentos e antigos nos quais lhe resta viajar, às vezes Qin olha para os outros passageiros e se pergunta: "Será que são todos maus devedores como eu?"

Pessoas em toda a China estão sobrecarregadas por suas dívidas e por um sistema que as pune pela inadimplência. Pequim tem reprimido devedores com o confisco de salários ou a restrição ao acesso a empregos públicos, além de limitar seu acesso a trens de alta velocidade e viagens aéreas. Muitos são impedidos de comprar apólices de seguro caras e informados de que não podem sair de férias ou se hospedar em hotéis luxuosos. Caso não cumpram as orientações, as autoridades podem detê-los.

O número de pessoas em uma "lista suja" de inadimplência feita pelo governo, disponível publicamente, aumentou quase 50% desde o fim de 2019, chegando hoje a 8,3 milhões. Os tribunais podem incluir pessoas na lista quando elas não cumprem decisões judiciais para pagar o que devem ou se considera que não cooperaram com os procedimentos legais.

Ao contrário dos EUA, a China não permite que a maioria das pessoas — incluindo aquelas que passam apenas por uma fase de má sorte — declare falência pessoal para se livrar de dívidas inadimplentes e seguir em frente com suas vidas, uma política que alguns acadêmicos chineses vêm criticando como injusta.

A dívida dos consumidores aumentou 50% nos últimos cinco anos e chegou a cerca de US$ 11 trilhões hoje. Embora seja mais baixa que os US$ 17,5 trilhões devidos pelos americanos, é uma quantia enorme para um país onde as pessoas ganham bem menos.

Com os preços imobiliários em queda, o risco de deflação aumentando e a persistência do problema do desemprego, líderes chineses têm grande interesse em fazer com que as pessoas gastem mais. No entanto, cada dólar a mais usado para pagar dívidas é um dólar a menos que poderia ser usado para gastar em roupas novas ou pagar por uma viagem. A ameaça de punição por atrasos nas dívidas vem deixando as famílias mais conservadoras com seu dinheiro.

No primeiro trimestre, as vendas no varejo de bens de consumo na China subiram 4,7% em comparação ao mesmo período de 2023, divulgou o governo na terça-feira, ficando atrás do crescimento total de 5,3%. À medida que muitos na China contêm seus gastos, o governo vem dando prioridade a impulsionar a indústria e as exportações, uma estratégia que agrava as tensões comerciais com o Ocidente.

Com tantos consumidores chineses sob pressão financeira, empresas ocidentais como Apple, Estée Lauder e GM anunciaram vendas mais fracas na China.

Autoridades chinesas não responderam a perguntas sobre o sistema da lista suja de inadimplentes. O governo disse em outras ocasiões que seu alvo são apenas os que têm capacidade de pagar as dívidas e se recusam a fazê-lo.

Por trás do endividamento pessoal. A longa onda de expansão imobiliária da China foi um grande motivo para o aumento das dívidas, pois muitas pessoas tiveram de captar crédito para comprar casas. Alguns compradores assumiram ainda mais dívidas para comprar propriedades como investimento, às vezes, deixando-as vazias. Agora, que o boom acabou e os preços caíram, muitos ficaram presos a dívidas que não conseguem pagar.

O número de imóveis em processo de execução e colocados à venda aumentou 43% em 2023 para cerca de 400 mil, de acordo com a firma de análises imobiliárias China Index Academy.

O aumento do endividamento pessoal também é, em parte, resultado do maior número de pessoas usando cartões de crédito ou recorrendo a linhas de crédito pessoal para lidar com as despesas, ante da estagnação da economia.

Muitos economistas consideram improvável uma crise financeira no estilo da americana na China no futuro próximo. O controle estatal do sistema bancário permite ao governo a capacidade de absorver perdas e injetar capital em emergências. Além disso, as dívidas dos consumidores, em grande parte, mantiveram-se estáveis nos últimos dois anos, uma vez que muitas pessoas priorizam usar qualquer dinheiro extra para pagar dívidas, em vez de fazer compras ou investir em ações.

Ainda assim, a persistência das dívidas pessoais é um problema para a líderes da China.

"Fortes aumentos nas dívidas dos consumidores tendem a levar a resultados macroeconômicos ruins, mesmo na ausência de uma crise financeira", disse Amir Sufi, economista da Universidade de Chicago. A China não conta uma solução simples. "Uma vez que o ciclo começa, em geral é um ciclo que é doloroso, longo e difícil de prever quando vai acabar", afirma.

Sistema duro para captadores. A China tem tentado há anos elevar os gastos pessoais para que a economia passe a depender menos do crescimento nos setores imobiliário e de infraestrutura. Os bancos emitem dezenas de milhões de cartões de crédito a cada ano, com saldos a pagar tendo saltado 50% entre 2018 e 2023 para bem mais de US$ 1 trilhão.

Aplicativos do setor privado, como Alipay e WeChat, também começaram a ajudar consumidores a obter crédito, à medida que cresceu a popularidade dos sistemas de pagamento dessas empresas.

No entanto, quando as dívidas não são pagas, a renda de uma pessoa pode ser confiscada pelo Estado para cobrir o passivo, deixando os devedores com um pequeno valor mensal para sobreviver.

Um homem de 38 anos entrou com petições nos tribunais da cidade de Guangdong (Cantão), no sul do país, para aumentar o valor mensal não confiscado de 9,5 mil para 12 mil yuans, o equivalente a cerca de US$ 1,6 mil, para ajudar a pagar por um recém-nascido. Os juízes negaram o pedido no fim de 2023 e ainda concluíram que o valor deveria ser reduzido em quase 40% porque ele já recebia muito, de acordo com registros judiciais.

Surgiu um mercado paralelo para atender às pessoas na lista de inadimplentes. Em um caso, autoridades de Xangai desmantelaram um grupo de cambistas que reservavam passagens de trem de alta velocidade em nome de devedores proibidos de fazê-lo. No início de 2021, as autoridades localizaram um devedor que usava o serviço e o detiveram, de acordo com um tribunal local.

O sistema atual dá prioridade à proteção dos credores — muitas vezes poderosas instituições estatais — em detrimento de ajudar indivíduos que passam por dificuldades. Acadêmicos que estudam o problema dizem que a China precisa com urgência de um sistema nacional de falência pessoal para alcançar o objetivo do líder Xi Jinping de tornar o país mais equitativo, um sistema que force credores e devedores a dividir os custos de créditos inadimplentes.

"Um sistema de falência pessoal é um mecanismo de redistribuição de riqueza", escreveu Li Shuguang, um acadêmico que assessorou o governo sobre a política de falências, em um comentário on-line em uma revista chinesa.

Os progressos nesse sentido têm sido impedidos em parte pelos críticos, para quem tal sistema apenas incentivaria mais pessoas a driblarem suas dívidas.

A saga de uma mulher. Para Qin, a ex-operária de fábrica, o acesso fácil ao crédito teve péssimas consequências. Em 1999, aos 16 anos, Qin pegou um ônibus noturno de sua casa, numa região rural do sul da China, para Dongguan, centro urbano sujo e industrial, ao norte de Hong Kong.

Seus pais, que são agricultores, não tinham condições de pagar a taxa de menos de US$ 15 para que ela pudesse fazer o exame de admissão do ensino médio. Ela prometeu se virar sozinha e encontrou trabalho em fábricas produzindo chinelos e bijuterias douradas.

Alguns anos depois, Qin conseguiu seu primeiro cartão de crédito. Com ele, comprou um computador para aprender a digitar e conseguir um emprego melhor.

Quando a fatura foi paga, Qin disse ter tentado cancelar o cartão. "Guarde-o para uma emergência", disse o atendente do banco.

A carreira de Qin prosperou e ela acabou se mudando para a metrópole de Guangdong. Em 2010, ela gerenciava licitações para uma empresa que fornecia equipamentos de segurança contra incêndios para projetos imobiliários. Seu pé-de-meia não parava de crescer, graças às comissões lucrativas que ganhava no boom imobiliário.

Quando o setor imobiliário desacelerou, ela mudou de área. Um conhecido estava envolvido em uma startup que desenvolvia software para ajudar proprietários de pequenas empresas a coletar dados do WeChat para auxiliar em esforços de marketing.

Qin disse ter investido o equivalente a cerca de US$ 150 mil de suas economias no empreendimento.

A startup queimou o investimento inicial dela enquanto tentava fazer o software funcionar. Então, Qin disse ter concordado em começar a colocar em seu cartão de crédito algumas despesas da firma, como suprimentos de escritório, aluguel e salários, e a usar linhas de crédito pessoal obtidas por meio do WeChat e do Alipay.

As apresentações da empresa sobre seus produtos eram muito bem recebidas, disse. No entanto, com a pandemia da covid-19, as perspectivas murcharam. As dificuldades da empresa deixaram Qin com o equivalente a dezenas de milhares de dólares em dívidas.

Sem a opção de falência pessoal, Qin concluiu que a única maneira de sair do problema era conseguir um novo emprego. "Enquanto eu estiver viva, posso trabalhar duro para recuperar o dinheiro", disse.

Ela ainda teve mais dificuldades inesperadas pelo caminho. Em 2021, ao se preparar para uma viagem de negócios a Xangai, a mais de 1,1 mil quilômetros a nordeste de Guangdong, Qin percebeu que havia perdido o acesso ao trem de alta velocidade, que exige a apresentação de um documento de identidade do governo para compra de passagens. Ela pegou o trem lento — e depois deixou aquele emprego, em parte, porque as restrições de viagem o tornavam impossível para ela.

Autoridades locais não responderam às perguntas sobre o caso de Qin, e o "The Wall Street Journal" não teve como verificar alguns detalhes de sua história.

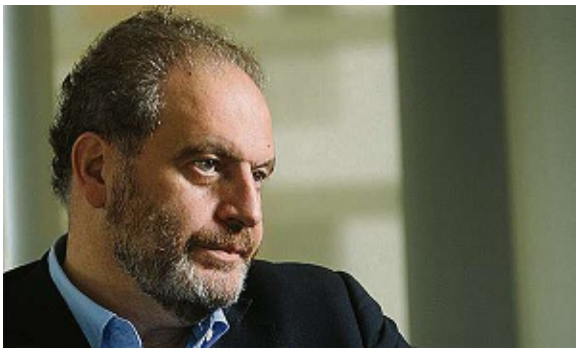
Hoje, Qin trabalha em uma loja em Foshan, ao sul de Guangdong, vendendo artigos da medicina tradicional chinesa. Com um salário-base de US$ 400 mensais, ela tem dificuldade para fazer a dívida cair, mas disse ter conseguido dar um jeito, até agora, para pagar dois de seus cartões de crédito, e que restam cerca de US$ 40 mil a pagar.

Qin tenta manter-se otimista, na esperança de que os medicamentos passem a ter mais demanda à medida que a população da China envelhece, abrindo a porta para bonificações e quem sabe até para gerenciar a própria loja. Ainda assim, ela precisou ser criativa para conseguir dinheiro para pagar as dívidas.

Sua função atual requer que Qin receba pagamentos dos clientes usando uma carteira digital no WeChat. Mas ela disse que esse recurso de sua conta foi congelado várias vezes desde 2022, o que a obrigou a pedir ajuda à família. Mas ela decidiu não contar aos pais o verdadeiro tamanho dos problemas. Se soubessem, Qin disse que eles "não conseguiriam dormir". *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Farmacêuticas
A Biomm fecha parceria com a indiana Biocon para distribuir no Brasil um remédio similar ao Ozempic B3

INÊS249

Farmacêuticas
Biomm fecha acordo com Biocon e vai vender similar do Ozempic, conta Marchezini B3

Commodities
Manufatura e infraestrutura na China sustentam cotações dos metais B3

Concorrência
Cade condena construtoras envolvidas no caso do "PAC das Favelas" B5

Agronegócio
Estudo mostra os 'furos' da conectividade em zonas rurais no Brasil B8

Consolidação Operações são estimuladas, sobretudo, por reciclagem de ativos e redução de portfólio

Fusões e aquisições no setor de energia devem movimentar R$ 30 bilhões neste ano

Fernanda Guimarães e Robson Rodrigues
De São Paulo

Na carteira de operações dos grandes bancos, as transações vinculadas ao setor de energia elétrica têm representado um peso significativo, especialmente em termos de volume financeiro. A estimativa das instituições financeiras é de que as operações de venda e compra de empresas (M&A, na sigla em inglês) movimentem ao menos R$ 30 bilhões em 2024, podendo chegar até em R$ 40 bilhões em um horizonte de 18 meses.

Se confirmada a expectativa, o volume financeiro tem potencial de praticamente dobrar o anotado no ano passado, quando operações de fusões e aquisições do setor alcançaram cerca de R$ 20 bilhões, em um ano morno para transações no Brasil.

Das operações que já estão na mesa, uma de grande peso é o pacote de térmicas da Eletrobras, processo que já entrou na segunda fase, com três interessados, e pode girar em cerca de R$ 8 bilhões, conforme antecipou o **Valor**. Outro relevante é o da AES Brasil, que decidiu sair do país. Uma das interessadas é a Auren (controlada pelo grupo Votorantim e CPPIB), que tem 5% da AES — a empresa chegou a fazer proposta vinculante, mas não agradou a AES Corp.

A portuguesa EDP engrossa a lista. Ela tenta vender sua hidrelétricas no Amapá e e reengajou no início do ano o Bradesco BBI no processo. Na última tentativa, o fundo canadense CDPQ fez proposta para comprar os ativos, mas o grupo não encontrou condições do que classificou como "justas" de venda.

Para o responsável pelo banco de investimento do Citi no Brasil, Eduardo Miras, o setor de energia segue ocupando espaço importante no pipeline do banco, com operações típicas de reciclagem dos ativos do portfólio. "No setor de energia elétrica, ao contrário de outros segmentos, é comum a reciclagem de ativos, mesmo entre os estratégicos." Isso significa que empresas e investidores financeiros de tempos em tempos vendem ativos para buscar outras oportunidades que podem trazer mais retorno.

No ano passado, a aposta era de um mercado mais movimentado para o setor, mas, ao final, o cenário de fusões e aquisições foi aquém do esperado de forma geral. Com isso, algumas transações foram postergadas por conta de valores que ficaram aquém do esperado pelos vendedores. O ambiente mais fraco também veio na esteira do baixo preço da energia e queda da atividade em toda indústria, especialmente pelo ambiente de juros ainda altos e bolsa local fechada para aberturas de capital, há mais de dois anos, prejudicando as frentes de financiamento.

> "É comum a reciclagem de ativos, mesmo entre estratégicos" *Eduardo Miras*

Mesmo assim, grandes operações bilionárias saíram do papel e marcaram o ano, tal como a venda de 50% de participação societária em oito ativos de transmissão da Neoenergia ao GIC. Outro negócio foi fechado pela EDP Brasil, que vendeu ativos de transmissão por R$ 2,7 bilhões ao fundo de infraestrutura da Actis.

Diante do cenário de redução da inflação e o arrefecimento do juros para este ano, as operações de M&As voltaram à mesa este ano e podem alavancar as transações em 2025. Segundo fontes de mercado, existe outro impulso. A privatização recente de duas gigantes do setor, como Copel, no ano passado, e Eletrobras, colocaram na mesa mais duas empresas que antes estavam praticamente de fora do cenário de M&A, mas que agora não têm mais amarras para a venda de ativos, ou mesmo para novos investimentos em empresas. A Copel, por exemplo, está recebendo propostas para a venda da Compagas, mais uma transação esperada para ser concluída em 2024.

Miras, do Citi, aponta que a recente queda do preço da energia tem funcionado neste momento como um impulsor de novas conversas, já que as empresas passam a colocar na balança opções entre novos investimentos (greenfields) ou estratégias de M&A, que podem fazer mais sentido nesse contexto. O executivo do Citi também coloca na conta de operações do setor os negócios envolvendo a indústria de óleo e gás, que estão ganhando corpo e devem acelerar ao longo do ano.

O pontapé neste segmento foi dado no fim de 2023, quando o Grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, entrou no setor de óleo e gás, com a aquisição da Fluxus. Em abril deste ano, a Azevedo & Travassos comprou campos na Bacia do Potiguar e voltou à exploração de petróleo. Mais recentemente, Enauta e 3R assinaram um acordo para fusão.

O mesmo aquecimento vem sendo sentido no Santander Brasil. Por lá, as operações envolvendo energia e "utilities" são numerosas e chegam a praticamente metade do volume, se a análise for valor financeiro, aponta Leonardo Cabral, responsável pela área de renda variável e M&A do banco espanhol no país. O executivo aponta que operações envolvendo compradores estrangeiros devem também ganhar força, dado o interesse no setor no Brasil.

E o passado recente tem mostrado a força do setor e um amplo movimento de reciclagem de ativos. Dados da butique de M&A RGS Partners, enviados ao **Valor**, mostram que, entre 2013 e 2023, o setor elétrico puxou o segmento de M&As e mercado de capitais no Brasil, por conta da forte pressão pela descarbonização da matriz energética com fontes renováveis, notadamente eólica e solar.

O sócio da RGS Partners, Hugo Pacheco, acredita que, no ano, as operações em geração distribuída solar devem ser destaque. Operações recentes comprovam a tese. As gestoras Nova Milano, Squared e Brookfield, por exemplo, entraram no setor com importantes aquisições e injeção de capital.

Isso ocorre devido a mudanças na regulação, que desencadeou uma "corrida pelo ouro" na construção de ativos para aproveitarem os subsídios. Recentemente concluídos, esses empreendimentos agora passam das mãos dos antigos proprietários, que assumiram riscos da construção, para os fundos de investimento ou consolidadores, que preferem assumir a propriedade dos empreendimentos sem se expor ao risco da construção.

"No ambiente regulatório, por conta da abertura do mercado livre de energia, já estamos vendo uma grande conversão de novos consumidores para este novo ambiente de contratação de energia e começamos a ver também uma movimentação dentro de algumas comercializadoras, que deve completar o movimento de M&A", projeta Pacheco.

Procuradas, Copel, Ibitu, Sterlite, Enel não quiseram se manifestar. A AES disse que sua controladora, AES Corp, avalia alternativas para financiar o crescimento da companhia e melhorar sua estrutura de capital. A Eletrobras e Cemig não responderam ao pedido de entrevista.

Megatransações
Compra e venda de ativos de energia podem ganhar pulso nos próximos anos

2022	
Equatorial Energia compra Celg-D, da Enel Brasil	R$ 1,57 bilhão
Copel compra eólicas da EDP	R$ 1,8 bilhão
Eneva conclui compra da Celse	R$ 6,7 bilhões*
2023	
Actis compra ativos de transmissão da EDP Brasil	R$ 2,7 bilhões
Starboard e Perfin compram usina a carvão da Engie	R$ 2,2 bilhões*
CDPQ compra Intesa, da Equatorial	R$ 714 milhões.
Engie compra usinas solares da Atlas	R$ 3,24 bilhões
Âmbar compra térmica a gás da Copel	R$ 321 milhões
Squared compra 49% da Órigo	R$ 2 bilhões
CDPG compra da Engie fatia da TAG	R$ 3,1 bilhões
2024	
Âmbar conclui compra de usina a carvão da Eletrobras	R$ 72 milhões
Brookfield compra portfólio solar da Trinity	Mais de R$ 600 milhões
Vale compra participação da Aliança na Cemig	R$ 2,7 bilhões

Projetos sobre a mesa
Térmicas da Eletrobras
Usinas de geração da Ibitu
Brookfield busca sócios para entrar em biometano
Hidrelétricas da EDP no Amapá
AES vendendo ativos para deixar o Brasil
Copel busca comprador para Compagás
Sterlite quer vender linhas de transmissão para sair do Brasil
Cemig quer interessados em comprar sua fatia na Taesa e em Belo Monte
Enel tem intenção de vender distribuidora no Ceará**

*Inclui dívidas, **Processo está em estado de espera, já que a concessão vence em 2028 e depende de trâmites regulatórios

LEO PINHEIRO/VALOR

Leonardo Cabral, do Santander, vê movimento forte de energia e "utilities"

Destaques

Unigel busca apoio

Depois de chegar a um acordo com mais de um terço dos credores acerca dos detalhes finais do plano de recuperação extrajudicial homologado em fevereiro, a Unigel tem, agora, até 20 de maio para buscar a adesão da maioria simples dos titulares dos créditos a serem reestruturados, e assegurar a execução do plano. A petroquímica tenta equacionar R$ 3,9 bilhões em passivos financeiros, em operação que pode resultar na cessão de 50% da empresa aos credores. Em comunicado na manhã desta quarta-feira (17), a empresa informou que chegou a um entendimento junto a um grupo de bondholders "quanto ao detalhamento final das principais condições comerciais" do plano de reestruturação.

Copel paralisa térmica

A decisão da Copel de paralisar a operação comercial da termelétrica de Figueira (PR), movida a carvão mineral, e aguardar a decisão do governo federal sobre a devolução da concessão, despertou o interesse de grupos que entraram em contato com a empresa manifestando a intenção de comprar a usina, apurou o **Valor**. Localizada no norte do Paraná, a termelétrica tem 20 megawatts (MW) de potência instalada e não possui contratos de fornecimento de energia vigentes. Em outubro de 2023, a Copel protocolou no Ministério das Minas e Energia (MME) documento informando a intenção de devolver a concessão da térmica à União. Enquanto aguarda resposta, a Copel obteve a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para hibernar a unidade e zerar a emissão de gases de efeito estufa.

Assembleia da Oi é suspensa

Iniciada em 5 de março, a Assembleia Geral de Credores (AGC) da Oi foi suspensa novamente nesta quarta-feira (17) para que credores financeiros internacionais possam finalizar os termos do acordo acertado com a companhia em 10 de abril. A AGC está prevista para ser retomada na quinta-feira (18), a partir das 14h. A interrupção da assembleia foi pedida por um grupo de credores da companhia e aprovada pela maior parte (58,51%) dos detentores de créditos negociados no processo de recuperação judicial. Também foi aprovada na reunião a extensão até amanhã do "stay period", período em que a empresa fica protegida contra ações e execuções de credores. Essa foi a quarta suspensão da AGC da Oi.

Prejuízo da Alcoa

A fabricante de alumínio americana Alcoa registrou prejuízo líquido de US$ 252 milhões no primeiro trimestre, expansão de 9,1% sobre o prejuízo de US$ 231 milhões de um ano antes. Diluído por ação, o prejuízo avançou de US$ 1,30 para US$ 1,41. Na mesma base de comparação, a receita caiu 2,7%, para US$ 2,6 bilhões. No segmento de alumina, a receita de terceiros subiu 6% devido ao maior preço médio realizado e maiores remessas. Já no segmento de alumínio, a receita de terceiros diminuiu 3% devido ao menor preço médio realizado, causado pelo impacto negativo do programa de hedge de reinício da fundição da Alumar, que terminou em dezembro de 2023, e pelo cronograma dos embarques. O Ebitda ajustado somou US$ 132 milhões no primeiro trimestre, queda anual de 45%. "Os preços e os mercados das matérias-primas estão melhorando e estamos implementando melhorias no curto prazo para fortalecer ainda mais a Alcoa no futuro", afirmou o diretor-presidente da companhia, William F. Oplinger, em comunicado divulgado à imprensa.

MATTOS FILHO
Anunciamos as novas sócias e sócio do escritório

Joana Pimentel
Societário/M&A

Ligia Godoy
Contencioso e Arbitragem

Marcelo Guimarães Francisco
Tributário

Maria Fernanda Fidalgo
Fundos de investimento e Asset Management

Natalia De Santis
Financiamento e Dívida

Natália Mauad
Infraestrutura e Energia

Natalie Matos
Tributário

Acesse o *QR code* e saiba mais

SÃO PAULO CAMPINAS RIO DE JANEIRO BRASÍLIA NOVA IORQUE LONDRES
mattosfilho.com.br

INÊS249

Estudo Segurança da informação ganha relevância, mas gestores da área têm dificuldade para "traduzir" os riscos para o alto escalão

Líderes de cibersegurança dizem que falta entendimento do C-level

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

No Brasil, mais da metade (59%) dos chefes de segurança da informação (CISOs, na sigla em inglês) veem o tema da proteção digital com apreensão, ante 39% da média global. É o que indica um estudo da consultoria FTI Consulting, obtido com exclusividade pelo **Valor**. O relatório também destaca problemas de comunicação entre CISOs e membros do C-level no enfrentamento das ameaças aos sistemas corporativos. "A cibersegurança já não é mais um assunto técnico, restrito a departamentos específicos nas companhias", ressalta Adriana Prado, diretora executiva de comunicação estratégica da FTI. "É um tema de negócio, com grande potencial de impacto reputacional."

O levantamento ouviu 787 executivos do C-level de empresas com mais de 500 funcionários, de diferentes segmentos, nos Estados Unidos, México, Colômbia, Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Cingapura e Austrália. No Brasil, foram entrevistados 56 gestores. Do total analisado, 23% são diretores financeiros (CFOs), antes de CEOs (19%) e vice-presidentes (10%). "A pesquisa analisa os principais desafios da atuação dos CISOs, um cargo de relevância crescente nas companhias", diz Prado. "Esses executivos são responsáveis pela prontidão cibernética da organização, têm um papel crucial na resposta a incidentes, mas, muitas vezes, se sentem incompreendidos pela alta liderança."

De acordo com o relatório, 43% dos líderes brasileiros afirmam que os CISOs enfrentam problemas para "traduzir" os riscos de cibersegurança em termos financeiros — acima da média global, de 30%. Como resultado, segundo a análise, 39% do alto escalão no país afirma que tem mais trabalho de perceber um "retorno tangível" sobre o investimento feito na proteção dos sistemas — contra 31% na pesquisa global.

Quase todos os executivos — 98% no Brasil e 94% nos outros países — relatam que as questões de cibersegurança ganharam mais destaque nos últimos 12 meses e estão alocando recursos extras para a prevenção de ataques de hackers.

No mercado nacional, a projeção é de um aumento médio de 53% nos orçamentos de segurança digital em três a cinco anos, contra 36% da média global — parte dos montantes deve ser destinada à capacitação dos CISOs.

No Brasil, os gestores defendem que os CISOs recebam treinamentos para aperfeiçoar, principalmente, capacidade de comunicação, apontada por 41% como uma "necessidade imediata". Equipar os diretores de segurança com essa habilidade é crítico para que as corporações avaliem as suas vulnerabilidades tecnológicas e se protejam, diz Prado. "Quando o CISO fala uma coisa e o CEO entende outra ou se o CISO ameniza uma fragilidade [da empresa] para quem toma as decisões, isso não só impede que ele assegure os investimentos necessários para a segurança, como deixa a liderança 'no escuro', em relação às áreas mais vulneráveis da companhia", analisa.

A boa notícia, segundo Prado, é que a comunicação é uma habilidade que pode ser desenvolvida e aplicada pelos CISOs nas interações do dia a dia. "A função desses diretores é fundamental em um cenário de ameaças on-line que crescem em volume e sofisticação", diz. "Empoderá-los, a fim de que possam atuar com mais eficiência e confiança, é um investimento essencial para a resiliência dos negócios."

Na avaliação de Glauco Sampaio, CISO da Cielo, habilidades de contato continuam essenciais na posição. "Líderes de segurança são agentes de comunicação e porta-vozes do tema na empresa", diz o executivo, que ocupa cargos de chefia na área desde 2004. "Saber se comunicar com todos os públicos é primordial."

O gestor também aponta a importância de saber "traduzir" os riscos de cibersegurança para o C-level. "Os executivos e a alta gestão não têm o conhecimento técnico sobre segurança para entender detalhes e nem é esse o papel deles", detalha. "Nós, CISOs, devemos agir como tradutores dessas questões, com uma linguagem compreensível para todos."

De acordo com o diretor, na Cielo desde 2019, quando se consegue quantificar os impactos de uma situação de risco, a conversa com os pares flui melhor. "Mas, mesmo quando não é possível mostrar [um cenário de vulnerabilidades] em números, temos de ser capazes de apresentar o real impacto das ameaças."

> "Mesmo quando não é possível mostrar em números, temos de apresentar o real impacto das ameaças"
> *Glauco Sampaio*

No dia a dia, Sampaio diz que um dos principais desafios na cadeira é trabalhar a criação e a manutenção de uma cultura de proteção on-line, que permeie a empresa e estimule os funcionários a abraçarem a "causa". "Precisamos fazer a segurança ser uma responsabilidade de todos."

Para isso, a estratégia é apostar na transparência, assegura. "É preciso trabalhar de forma transparente, explicando os 'porquês' de cada necessidade de segurança e a visão de impacto real no negócio", ensina.

Outro entrave no comando da blindagem de sistemas, segundo Sampaio, é montar e reter as equipes de segurança. "Como é um tema 'quente', que está na pauta de todas as empresas, a disputa por profissionais qualificados se torna intensa e desafiadora para os CISOs", afirma o executivo, que aposta na capacitação de talentos para mudar o quadro de escassez de mão de obra. "Acredito na formação de novos profissionais na área de segurança", diz. "Novos em termos de primeiro emprego, mas também entrantes no setor, vindos de outros segmentos, como direito, compliance e até mesmo marketing e recursos humanos."

José Luiz Santana, CISO do C6 Bank desde 2018 e na área de cibersegurança há 20 anos, chama a atenção para a participação dos diretores de segurança no alinhamento das estratégias corporativas. "A posição ainda é recente nas companhias, se comparada a outros cargos no C-level", analisa. "Sem se sentar à mesa onde as grandes decisões são tomadas, o CISO não terá a autonomia necessária para proteger a corporação contra os riscos cibernéticos."

DIVULGAÇÃO

Santana, CISO do C6 Bank, diz que é preciso ter a autonomia para proteger a corporação

No C6 Bank, Santana também é o sócio responsável pelas áreas de cibersegurança e prevenção a fraudes, e mantém um relacionamento próximo das áreas de negócios do banco. "[Nesse cargo], o executivo precisa estabelecer fortes relações de confiança com seus pares, para que o gerenciamento do risco aconteça com sinergia e o mínimo de atrito possível", orienta. "O caminho é entender o negócio da empresa que o CISO deve proteger e estabelecer pontes com os departamentos que vão ajudar na construção de uma infraestrutura de tecnologia segura."

Santana diz que quando o CISO consegue uma integração maior com as outras diretorias, ele deixa de executar apenas a gestão de risco e passa a gerar inovação para a empresa, como um diferencial competitivo, oferecendo serviços inéditos.

Nessa linha, uma das novidades do C6 Bank é um recurso de segurança para clientes, desenvolvido "dentro de casa", conhecido como "locais seguros". O sistema permite reduzir os limites das transferências bancárias feitas fora dos endereços cadastrados pelos usuários. "Com a ferramenta, é possível também escolher os endereços em que as informações de investimento podem aparecer na tela do aplicativo", explica. "Fora desses locais, a carteira aparece zerada e não é possível resgatar as aplicações."

Pacto Global vai mapear ações de diversidade no Brasil

Iniciativa

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Um grande mapa das ações relacionadas às áreas de diversidade, equidade e inclusão nas empresas brasileiras deve ser traçado a partir de uma pesquisa recém-lançada pelo Pacto Global da ONU – Rede Brasil e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).

O objetivo do levantamento é entender como as organizações estão se movimentando para conferir maior heterogeneidade em seus quadros de funcionários, o que têm feito para diminuir as desigualdades salariais e de condições de trabalho, além de levantar o que fazem para promover maior representatividade de grupos minorizados em cargos de liderança. "A proposta é atingir o maior número possível de empresas, sejam elas pequenas, médias ou grandes, participantes ou não participantes do Pacto Global, para podermos analisar inclusive se o cenário sofre algum tipo de mudança quando se altera essa configuração, ou sua localização, por exemplo", explica Carlo Pereira, CEO do Pacto Global da ONU no Brasil.

Atualmente, segundo dados do CEERT, as pessoas negras ocupam apenas 4,7% dos cargos de liderança das 500 maiores empresas do país. O salário de mulheres negras, de acordo com levantamento do Insper, chega a ser 159% menor que o de homens brancos com a mesma escolaridade e formação universitária, e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dão conta de que pessoas negras representam 75,2% da população com os menores ganhos. Um estudo da organização sem fins lucrativos Oxfam apontou que 75% das pessoas perceberam que a cor de pele influencia nas contratações das empresas.

Disponível até 20 de maio no endereço eletrônico https://pesquisa.diversidade.org.br, o questionário a ser preenchido pelas empresas aborda as práticas desenvolvidas internamente pelas organizações para pessoas funcionárias — com foco em raça, gênero, profissionais com deficiência e egressos do sistema prisional — em relação à contratação, promoção e permanência dessas pessoas em um ambiente saudável e respeitoso.

O CEERT fará a análise dos dados coletados para identificação dos pontos críticos desse mapeamento, que darão subsídio às futuras ações, segundo as instituições organizadoras. "A ideia é, a partir dos dados trazidos pela pesquisa, identificar as questões mais graves e estruturar um plano de ações e iniciativas com outras organizações e atores da sociedade civil e órgãos do governo, além de acionarmos empresas parceiras do Pacto Global, participantes ou não de movimentos da nossa área de direitos humanos, como Raça é Prioridade, Elas Lideram 2030, Mente em Foco, Salário Digno, para atuarmos e promovermos, em conjunto, o aumento da diversidade, equidade e inclusão no setor corporativo", explica Pereira.

Segundo ele, a partir de possíveis lacunas identificadas na pesquisa será possível desenhar estratégias para valorização da diversidade em geral e equidade de gênero e racial, para que as empresas sejam cada vez mais justas, plurais e democráticas.

O efeito devastador de ignorar os talentos

Rumo certo

Rafael Souto

Contratar e manter os melhores profissionais sempre esteve em evidência nas organizações, mas nos últimos anos, em especial no mundo pós-pandemia, isso se intensificou. Na mesma velocidade que a exigência nos negócios aumenta por conta da competitividade, a busca por talentos virou uma obsessão nas empresas.

Como diz o ex-presidente do Banco dos Brics, o economista Marcos Troyjo, vivemos a era do "talenteísmo". Já o célebre Jack Welch, considerado o maior CEO do século XX, dizia que os melhores profissionais precisavam ser mapeados e promovidos com maior velocidade. Afirmava que esses "top talents" não passavam de 20% da empresa. Identificá-los e valorizá-los era uma missão crítica do time da General Electric, presidida por Welch.

Com o passar do tempo, a ideia de talento vem sendo aprofundada. Empresas como Heineken e PPG afirmam, por exemplo, que todos são talentos. A diferença entre eles é que apenas alguns serão os "top talents", grupo dos que estão acima das expectativas.

Os conceitos atuais definem talento como a soma do desempenho e potencial. Desempenho tem a ver com as entregas, as metas e os compromissos assumidos. Também inclui o "como" as coisas são feitas, as atitudes e comportamentos que levam ao resultado. Alto desempenho significa aquele funcionário que entrega resultados superiores dentro dos valores e práticas da empresa.

Já o potencial tem a ver com a capacidade de aprender. É a chamada agilidade de aprendizagem. Isso inclui autoconhecimento, aprendizagem técnica e emocional, agilidade para se adaptar e alcançar resultados em situações adversas. Os potenciais são aqueles capazes de influenciar o futuro da organização. Ou seja, os talentos são aqueles que têm alta performance e alto potencial. Esses profissionais são fundamentais para o sucesso de um projeto empresarial. A densidade de talentos em uma empresa é fator decisivo para o crescimento. O desafio é atrair e manter essas pessoas.

No entanto, os dados vêm mostrando o quanto esses talentos estão sendo desperdiçados. Um estudo do Gallup mostrou que apenas 20% dos profissionais entendem que suas habilidades são plenamente exploradas. Por outro lado, uma pesquisa conduzida pelo LinkedIn mostrou que 94% dos profissionais permaneceriam na empresa se visualizassem perspectivas de desenvolvimento, e mais de 60% dizem que estão dispostos a pedir demissão se não puderem visualizar oportunidades de crescimento.

Identificar os talentos e construir em conjunto possibilidades de desenvolvimento parece ser uma das estratégias para mantê-los. E o desafio começa em encontrar essas pessoas. A liderança precisa mapear de forma assertiva para, a partir daí, elaborar ações de desenvolvimento personalizadas.

Nesse ponto, temos um grave problema, tendo em vista que mais de 70% dos líderes fazem as avaliações de performance no último dia do prazo e com um apito estridente da área de RH sinalizando que a avaliação precisa ser feita. Isso retira qualidade e pode comprometer a identificação dos talentos.

O acompanhamento e as conversas frequentes de desenvolvimento entre líder e liderado também são escassas. A maior parte dos gestores se concentra em controlar metas, rotinas e processos, e dedica pouco tempo para dar feedbacks, apoiar o desenvolvimento e dialogar com seu time. Esse distanciamento aumenta o risco de perda de talentos.

A cultura organizacional com pouca abertura e falta de segurança psicológica pode ser um grave ofensor ao engajamento. Pessoas com alta entrega e capacidade de aprender querem ambientes que forneçam oportunidades e sejam inclusivos. Querem contribuir e precisam de espaço para colocar seu protagonismo em ação.

Os talentos desafiam líderes ultrapassados a compreenderem que a carreira de um talento precisa de acompanhamento, diálogo e construção coletiva.

Rafael Souto é sócio-fundador e CEO da Produtive Carreira e Conexões com o Mercado

Vaivém

Stela Campos

ADM

Marcelo Braga é o novo vice-presidente de nutrição humana da ADM. O executivo já atuou em diversas empresas do setor de alimentos e bebidas, como Tovani, Tate & Lyle, Naturex e Kerry.

Roche

Viviane Leite assumiu como líder de estratégia de ecossistema no pilar de saúde pública na Roche Farma Brasil. Alan Burd é o novo líder de estratégia de ecossistemas para o pilar de prestadores e gestão de contas e Rafaella Nascimento é a nova líder do Roche On - Concierge de Oftalmologia.

Vittude

Glauco Callia é o novo head de medicina corporativa da Vittude, plataforma de terapia on-line e cuidados para a saúde mental.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Farmacêutica Empresa fez uma parceria com a indiana Biocon, válido a partir de 2026, quando expira a patente da Novo Nordisk

Biomm vai distribuir no Brasil similar do Ozempic

Cibelle Bouças
De São Paulo

A brasileira Biomm fechou uma parceria com a farmacêutica indiana Biocon para distribuir no Brasil um similar do Ozempic, da Novo Nordisk. O medicamento tem como princípio ativo a semaglutida, que pertence à classe de substâncias análogas ao hormônio GLP-1, atuando na regulação da glicemia e do apetite.

A Novo Nordisk tem direito de exclusividade sobre semaglutida até expirar a patente do produto, em 17 de julho de 2026. A partir daí, outros fabricantes poderão produzir similares com o mesmo princípio ativo.

O presidente da Biomm, Heraldo Marchezini, disse que a empresa já vai submeter o pedido de registro à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para que o medicamento esteja pronto para lançamento no varejo assim que a patente expirar. "Vamos nos preparar para lançar no dia seguinte à expiração da patente", disse o executivo.

Com a notícia, as ações da Biomm dispararam 38% ontem na B3, a maior alta desde 1º de junho de 2017, quando subiram 47%, após a empresa ter assinado um acordo com a americana MannKind Corporation para distribuição de insulina humana inalável em pó.

Os medicamentos da classe GLP-1 incluem a semaglutida e a liraglutida. No Brasil, o mercado desses medicamentos é estimado em R$ 4 bilhões pela IQVIA, sendo que a semaglutida movimenta R$ 3 bilhões por ano. Nos últimos dois anos, as vendas do medicamento cresceram 39% ao ano no país. "Esse ritmo de crescimento indica que há uma demanda reprimida no país. Existe uma fatia do mercado de diabetes que não é atendida. Um segundo elemento é que também existe uma demanda grande para tratamento da obesidade", disse. Segundo ele, o preço ainda será definido, de acordo com as condições do mercado. "Será um preço mais acessível que o atual."

CLAUDIO BELLI/VALOR

"Será um preço mais acessível que o atual"
Heraldo Marchezini

O executivo observou que o medicamento foi desenvolvido inicialmente para tratamento do diabetes. "É natural que nós que atuamos no mercado de produtos para diabetes estejamos nessa categoria. Temos competência para entrar. As empresas que já estão nesse mercado no mundo têm fundamento forte no tratamento do diabetes", afirmou.

De acordo com o presidente, a nova fábrica da Biomm, em Nova Lima (MG), na região metropolitana de Belo Horizonte, fruto de investimentos de R$ 800 milhões e que será inaugurada no dia 26, está adequada à produção da semaglutida futuramente — no início, o produto será importado da Índia.

A unidade tem capacidade para produzir 20 milhões de unidades de carpules (seringas) — e, em breve, canetas — por ano. Também tem capacidade para produzir 20 milhões de frascos de biomedicamentos, como a insulina humana recombinante. A capacidade da fábrica é suficiente para suprir mais de 80% da demanda nacional por insulina.

"Estamos num momento único de visualização de todo o potencial da Biomm como fabricante de biomedicamentos e com a constituição de um portfólio muito sólido, com características para atender as demandas da população brasileira", afirmou.

A inauguração da fábrica faz parte dos esforços da companhia para se consolidar como referência no país em biomedicamentos voltados sobretudo para tratar de forma holística problemas que afetam pacientes de diabetes. A Biomm tem trabalhado para diversificar o seu portfólio, com medicamentos das áreas de endocrinologia, oncologia e antitrombóticos.

"A produção no Brasil é o caminho para o país sair da dependência internacional de medicamentos para diabetes", disse o presidente da Biomm. ***Colaborou Ana Beatriz Bartolo***

China sustenta preço dos metais, mas futuro é incerto

Commodities

Stella Fontes
De São Paulo

O modelo de crescimento econômico da China baseado em manufatura e infraestrutura, em meio ao ajuste estrutural visto no mercado imobiliário local e ao desempenho "modesto" do consumo, segue dando suporte às cotações das commodities metálicas. Contudo, não está claro até quando essa estratégia será viável, tendo em vista o rápido avanço da "desglobalização" e o excesso de capacidade instalada em diferentes indústrias chinesas, na avaliação da economista Laura Pitta, do Itaú BBA.

"Quando olhamos os dados recentes, a produção industrial, que cresce entre 4% e 5%, e o investimento em infraestrutura, que sobe entre 7% e 10%, são suficientes para compensar a desaceleração no setor de propriedades. Mas a preocupação é até quando isso vai ser alcançado", disse Pitta, em entrevista ao **Valor**.

Em relatório divulgado na quinta-feira passada, intitulado "China: uma economia em duas velocidades", a economista apontou que o impulso vindo de manufatura e infraestrutura reflete as políticas adotadas por Pequim para desenvolver setores voltados à eficiência energética, como o de veículos elétricos e painéis solares, ou expandir a indústria doméstica de semicondutores após sanções impostas pelo Ocidente.

Apesar da fraqueza no setor imobiliário, o Itaú BBA avalia como possível crescimento próximo a 5% da economia chinesa em 2024 — 4,7% é a projeção do banco —, se a produção industrial mantiver ritmo de crescimento anual acima de 5% e "mesmo com uma queda na construção por volta de 50%, observada no pior momento do setor no início desse ano".

Do ponto de vista das commodities metálicas, o desempenho positivo em manufatura e infraestrutura, confirmado pelos dados da economia chinesa no primeiro trimestre divulgados nesta terça-feira (16), vem assegurando a demanda e dando suporte aos preços, bem como às moedas de países emergentes. Os preços do minério de ferro, por exemplo, seguem acima de US$ 100 apesar da fraqueza do setor imobiliário, um importante consumidor de aço, observou a especialista.

"Para prazos mais longos, nas commodities o minério de ferro tem um cenário estrutural mais desafiador, diante do uso intensivo de aço pelo setor imobiliário e em menor escala nos setores automobilístico e de exportação", pondera a especialista, no relatório.

Por outro lado, o estímulo à manufatura, segue Pitta, não tem se refletido em aumento do consumo e as exportações seguem fortes. Além disso, o excesso de capacidade ociosa gera pressão baixista para os produtos industriais, o que explica o cenário de deflação de preços ao produtor (PPI) na China. Esse movimento pode ter "repercussões globais", conforme o Itaú BBA, dado que a China responde por quase 15% das exportações mundiais e 30% do valor adicionado da manufatura global.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Uberlândia Centro Clínica Odontológica Ltda. -** CNPJ: 26.043.748/0001-65 - Endereço: Rua Santos Dumont, 131, Centro - Requerente: Mariana Gonçalves de Souza - Vara/Comarca: 3a Vara de Uberlândia/MG

Requerido: **Via Mar Distribuidora de Bebidas Ltda. -** Endereço: Não Consta - Requerente: Via Mar Distribuidora de Bebidas Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Dvn Comércio de Produtos Siderúrgicos Ltda. -** CNPJ: 02.538.202/0001-17 - Requerente: Sandis Comercial, Importação e Exportação de Materiais Hidráulicos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Pedido julgado improcedente.

Requerido: **Farimax Indústria e Comércio de Farinhas Eireli -** CNPJ: 28.927.997/0001-49 - Requerente: Puma Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara de Arapongas/PR - Observação: Face ao deferimento da recuperação judicial impetrada pela requerida.

Requerido: **Jurp Artigos de Couros Ltda. -** CNPJ: 05.758.809/0001-09 - Endereço: Rua Olympia da Silveira Franco , 180, Bairro Jardim Arizona - Requerente: Evolut Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Rbritorezende Comércio de Móveis Ltda. Epp -** CNPJ: 10.684.372/0001-38 - Endereço: Sia Trecho 03, Lotes 910 e 920, S/nº, Zona Industrial, Guará - Requerente: Rbritorezende Comércio de Móveis Ltda. Epp - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Petição inicial de auto falência indeferida.

Reformas de Sentença de Falência

Empresa: **Gradual Automação e Tecnologia Ltda. ME -** CNPJ: 07.361.854/0001-42 - Endereço: Rua Duartina, 138, Bairro Jardim Bela Vista, Guarulhos - Requerente: Andaimes Metax Equipamentos Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado o acordo celebrado entre as partes, foi revogada a sentença de quebra da requerida.

Empresa: **Kasfloor Plus Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 40.817.802/0001-03 - Endereço: Rua Francisco Santos, 77/10, Galpão B, Bairro Cidade Aracília, Guarulhos/sp - Requerente: Lgf Refinamento de Borrachas Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado o acordo celebrado entre as partes, foi revogada a sentença de quebra da requerida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Extra Import Comércio e Importação de Vestuário Ltda. -** CNPJ: 33.311.215/0001-82 - Endereço: Alameda Manoel Ribas, 41, Centro - Vara/Comarca: Vara Cível de Wenceslau Braz/PR

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Ana Paula Ferri, Produtora Rural -** CNPJ: 54.468.195/0001-28 - Endereço: Rodovia Go 221, Km 35, Zona Rural - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: 1a Vara de Caiapônia/GO

Empresa: **Carol e Clara Locações e Serviços Ltda. -** CNPJ: 29.781.740/0001-94 - Endereço: Rua Marechal Mascarenhas de Morais, 308 A, Bairro José Brandão - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 1a Vara de Caeté/MG

Empresa: **D. Rizzi, Nome Fantasia Dionatam Rizzi, Produtor Rural -** CNPJ: 53.024.586/0001-90 - Endereço: Estrada Assentamento Santa Rosa Ii, 9,5 Km de Boa Esperança do Norte, S/nº, Lote 81, Distrito de Boa Esperança do Norte, Sorriso/mt - Administrador Judicial: Mpb Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Judson Gomes da Silva Bastos - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Ediomar Rizzi, Produtor Rural -** CNPJ: 53.024.388/0001-27 - Endereço: Estrada Assentamento Santa Rosa Ii, 10 Km de Boa Esperança do Norte, S/nº, Lote 55, Distrito de Boa Esperança do Norte, Sorriso/mt - Administrador Judicial: Mpb Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Judson Gomes da Silva Bastos - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Elízia Ceolin Ferri, Produtora Rural -** CNPJ: 54.478.863/0001-06 - Endereço: Rodovia Go 221, Km 40, Zona Rural - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: 1a Vara de Caiapônia/GO

Empresa: **Genir Luiz Ferri, Produtor Rural -** CNPJ: 54.468.641/0001-02 - Endereço: Rodovia Go 221, Km 40, Zona Rural - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: 1a Vara de Caiapônia/GO

Empresa: **Gt Bios Indústria e Comércio de Óleos Ltda. -** CNPJ: 00.070.221/0001-36 - Endereço: Rua Boa Vista, 1020, Galpão 01, Bairro Pito Acesso - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 1a Vara de Caeté/MG

Empresa: **Gt Bios Indústria e Comércio de Óleos Ltda., Filial 1 -** CNPJ: 00.070.221/0002-17 - Endereço: Rodovia Governador Mario Covas, S/nº, Km 65, Bairro Litorâneo, São Mateus/es - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 1a Vara de Caeté/MG

Empresa: **Gt Bios Indústria e Comércio de Óleos Ltda., Filial 2 -** CNPJ: 00.070.221/0003-06 - Endereço: Rodovia Ba 522, Nº 7165, Galpão 01, Bairro Mamão, Distrito Industrial, Candeias/ba - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 1a Vara de Caeté/MG

Empresa: **Marcos Roberto Ferri, Produtor Rural -** CNPJ: 54.468.767/0001-79 - Endereço: Rodovia Go 221, Km 35, Zona Rural - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: 1a Vara de Caiapônia/GO

Empresa: **Marlon Rizzi, Produtor Rural -** CNPJ: 53.023.622/0001-00 - Endereço: Sitio São Pedro, Assentamento Piratininga,s/nº, Lote 35, Distrito Piratininga, Nova Ubiratã/mt - Administrador Judicial: Mpb Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Judson Gomes da Silva Bastos - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Next Distribuidora, Comércio, Transportes e Logística Ltda. -** CNPJ: 19.960.967/0001-43 - Endereço: Rua Padre Anchieta, 1150, Bairro Merces - Administrador Judicial: Credibilità Administração Judicial e Serviços Ltda. Me, Representada Pelo Dr. Alexandre Corrêa Nasser de Melo - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Sebominas Transporte e Logística Ltda. -** CNPJ: 16.577.642/0001-98 - Endereço: Rua da Boa Vista, 1020, Bairro Pito Acesso - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 1a Vara de Caeté/MG

Empresa: **Sebominas Transporte e Logística Ltda., Filial 1 -** CNPJ: 16.577.642/0002-79 - Endereço: Rua Frei Teodoro, 657, Bairro Lagoinha, Carlos Chagas/mg - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 1a Vara de Caeté/MG

Empresa: **Sebominas Transporte e Logística Ltda., Filial 2 -** CNPJ: 16.577.642/0003-50 - Endereço: Rodovia Ba 522, S/nº, Km 01, Fazenda Mamão, Distrito Industrial, Candeias/ba - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 1a Vara de Caeté/MG

Empresa: **Sebominas Transporte e Logística Ltda., Filial 3 -** CNPJ: 16.577.642/0004-30 - Endereço: Rodovia Br 161, S/nº, Km 03, Fazenda Pixaim, Zona Rural, Muquem de São Francisco/ba - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 1a Vara de Caeté/MG

Empresa: **Sebominas Transporte e Logística Ltda., Filial 4 -** CNPJ: 16.577.642/0005-11 - Endereço: Rua Ministro Orozimbo Nonato, 442, Cjto. 1101, Bairro Vila da Serra, Nova Lima/mg - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 1a Vara de Caeté/MG

Empresa: **Sg Consultoria e Serviços Ltda. -** CNPJ: 23.376.978/0001-58 - Endereço: Rodovia Curitiba a Ponta Grossa, Br 277, Nº 1241, Bairro Mossungue - Administrador Judicial: Credibilità Administração Judicial e Serviços Ltda. Me, Representada Pelo Dr. Alexandre Corrêa Nasser de Melo - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Thêmis Leite de Lima Couto Ferri, Produtora Rural -** CNPJ: 54.468.719/0001-80 - Endereço: Rodovia Go 221, Km 35, Zona Rural - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: 1a Vara de Caiapônia/GO

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Confetti Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 74.287.129/0001-69 - Endereço: Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, 2472, Bairro Jurubatuba - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sales Importador e Distribuidor de Material de Construção Ltda., Nome Fantasia Hiper Sales Importador e Distribuidor -** CNPJ: 09.268.625/0001-03 - Endereço: Av. Augusto Franco, 2500 B, Bairro Ponto Novo - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sales Material de Construção Ltda. Ou Sales Comércio Atacadista e Varejista de Material de Construção Ltda., Nome Fantasia Hiper Sales Construção -** CNPJ: 15.082.514/0001-00 - Endereço: Av. Augusto Franco, 2500, Bairro Ponto Novo - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Bruna Muller, Produtora Rural -** CNPJ: 53.023.648/0001-40 - Endereço: Sítio São Pedro, Assentamento Piratininga, S/nº, Lote 35, Sala 01, Distrito Piratininga, Nova Ubiratã/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Empresa: **Janete Sacheti Rizzo, Produtora Rural -** CNPJ: 53.023.110/0001-35 - Endereço: Assentamento Santa Rosa Ii, S/nº, Lote 55, Sala 01, Zona Rural, Sorriso/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Empresa: **Juliana Dos Santos Lopes, Produtora Rural -** CNPJ: 53.024.902/0001-24 - Endereço: Estrada Assentamento Santa Rosa Ii, 9,5 Km de Boa Esperança do Norte, S/nº, Lote 81, Sala 01, Distrito de Boa Esperança do Norte, Sorriso/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

INÊS249

Inovação Para a CEO Denise Dresser, futuro da plataforma de mensagens é ser um espaço de conversação baseado na inteligência artificial

IA é arma do Slack para avançar em aplicativos para o trabalho

ROGERIO VIEIRA/VALOR

João Luiz Rosa
De São Paulo

Denise Dresser tem uma missão importante à frente do Slack, o aplicativo de mensagens para empresas. No comando da companhia desde novembro do ano passado, ela é a terceira pessoa a assumir a posição de CEO em menos de um ano. Antes vieram a brasileira Lidiane Jones, que ficou no cargo por 10 meses até se mudar para o Bumble, de namoro on-line, e o canadense Stewart Butterfield, cofundador do Slack. Butterfield deixou a empresa em meio a um êxodo de executivos no fim de 2022, dois anos depois de o negócio ser adquirido pela Salesforce, fornecedora de software empresarial. Cabe a Dresser, agora, garantir a estabilidade gerencial do Slack e expandir sua participação no concorrido mercado de softwares para comunicação e trabalho on-line.

A adoção da inteligência artificial é uma das principais estratégias para aumentar a fatia de mercado. A companhia lança hoje o Slack AI, que adiciona recursos de IA generativa aos já existentes. Entre as vantagens, destaca Dresser ao **Valor**, está a facilidade de uso. "Sem nenhum treinamento, o usuário só precisa pressionar um botão para resumir todo o conteúdo de um canal [espaço dedicado a um projeto, assunto ou equipe] e fazer pesquisas", diz. Por exemplo, é possível pedir um resumo das conversas de uma reunião ou obter vídeos e áudios em clipes curtos. A versão em português do Slack AI está a caminho, mas ainda não tem data de lançamento.

O Slack foi criado em 2014 por Butterfield, que também é cofundador do Flickr, o aplicativo de compartilhamento de fotos. A rápida escalada da companhia levou-a a abrir o capital em meados de 2019, com uma oferta inicial de ações na Bolsa de Nova York. Mas esse capítulo foi curto. No fim de 2020, a Salesforce adquiriu a empresa por US$ 27,7 bilhões, em dinheiro e ações, na maior aquisição de sua história. Na época, Marc Benioff, CEO da Salesforce, classificou o negócio como uma "combinação perfeita".

Para analistas internacionais, um dos desafios de Dresser — uma executiva experiente, que passou 12 anos em diversos cargos de direção na Salesforce — é fazer com que o Slack se torne o padrão de mensagens para a base de clientes da Salesforce, realçando a importância da aquisição, ao mesmo tempo em que conquista clientes próprios, de fora dessa base, para reafirmar o caráter do Slack como marca autônoma.

"É uma evolução. Dez anos atrás, o Slack causou uma ruptura na maneira como as pessoas trabalham. O que estamos fazendo é acelerar [as mudanças] na direção de aonde queremos chegar, que é fazer do Slack um sistema operacional dedicado ao trabalho", afirma Dresser. "Estamos indo para o próximo nível, o que significa mudar de um [modelo de] crescimento por produto para um [de] crescimento por cliente."

A ascensão repentina do trabalho remoto deu enorme fôlego aos aplicativos de colaboração na esteira da pandemia. Com o retorno gradativo ao trabalho presencial, no entanto, surgiram temores de que essas plataformas pudessem importância rapidamente. Dresser diz que não é o caso do Slack.

O número de fluxos de trabalho ou "workflows" — uma sequência estruturada de processos — aumentou 41% no Slack desde o ano passado. Atualmente, são enviadas em média 700 milhões de mensagens por dia pela plataforma, com quase 3 milhões desses fluxos, diz Dresser. "Vemos um aumento muito rápido no uso da tecnologia. Trata-se de extrair conhecimento real, e você faz isso de onde estiver, sentado no escritório ou remotamente."

Para a executiva, o futuro é simplificar ainda mais a maneira de se trabalhar, transformando o Slack numa interface de conversação alimentada por IA. O próprio GPT, modelo de linguagem concebido pela Open AI, foi feito no ambiente do Slack, diz Dresser. Numa conversa com Bill Gates para o podcast "Unconfused Me", no início do ano, Sam Altman, CEO da Open AI,

> "Trata-se de extrair conhecimento real, de onde você estiver"
> *Denise Dresser*

disse que o aplicativo que ele mais acessa em seu smartphone é o Slack, não o ChatGPT.

A questão é que o Slack não está sozinho na disputa. A lista de competidores é longa e inclui nomes como Adobe, Asana, Atlassian e Dropbox. O Slack conta com o apoio da Salesforce, que fez várias aquisições recentemente e cujo faturamento, de US$ 34,9 bilhões no ano fiscal mais recente, cresceu 11% em relação ao anterior. Mas na concorrência figuram algumas das maiores empresas do mundo, como o Google e, principalmente, a Microsoft.

Em meados de 2020, o Slack entrou com uma queixa contra a Microsoft na Comissão Europeia, na qual acusa a rival de vincular ilegalmente o Teams ao pacote de produtividade Microsoft Office, que reúne softwares como Outlook, Word e Excel, e é dominante entre os programas de produtividade. Com isso, alega o Slack, a Microsoft estaria usando seu poder de mercado para fazer concorrência desleal.

Em julho do ano passado, a Comissão Europeia anunciou que abriria uma investigação sobre o caso. Meses depois, a Microsoft decidiu separar o Teams do Office na Europa, o que foi visto como uma tentativa de pacificar os ânimos e evitar um eventual processo antitruste. Mas os críticos da Microsoft perguntam se a decisão não veio tarde demais para a concorrência.

"Penso que se trata de um reconhecimento de que a queixa apresentada foi válida", diz a CEO do Slack. "Incentivamos a Comissão Europeia a continuar a perseguir esse objetivo com rigor."

Em sua primeira viagem ao Brasil, Dresser diz que alguns dos maiores clientes da Salesforce estão no país, o que abre muitas oportunidades de negócios e de trazer inovação para a plataforma. Entre os exemplos estão o iFood, que usa o aplicativo para ajudar a gerenciar sua rede — "são 65 milhões de pedidos, 200 mil entregadores, 300 mil restaurantes", ressalta a executiva — e o Inter, de serviços financeiros, que levou dois dias para criar um sistema baseado em IA e uma semana para coloca-lo no ar. O resultado, diz ela, foi um ganho de 30 minutos em produtividade por dia e uma economia de US$ 150 mil.

Primeira pessoa de sua família a ingressar na universidade, Dresser tem uma formação incomum para a CEO de uma empresa de tecnologia — ela é graduada em contabilidade. "Honestamente, não é que eu sonhasse ser contadora. Mas eu era boa em matemática, o que me permitiu ir bem nos estudos", conta.

Depois de entrar na faculdade, conseguir um emprego tornou-se mandatório. "Eu tinha um irmão com necessidades especiais severas. Assim, desde muito jovem, aprendi sobre o poder de ajudar as pessoas a alcançarem coisas que elas nunca pensaram ser possíveis, diz a executiva. Ao se fixar no Vale do Silício, na Califórnia, o mundo da tecnologia se mostrou um destino natural.

Leitora assídua e mãe de dois filhos — o mais velho acaba de ir para a universidade — Dresser tenta ficar o maior tempo possível em família para fugir à síndrome do ninho vazio. Não é fácil. "Passo 50% do mês viajando", diz a CEO.

'Centros de dados devem ser mantidos por energia renovável'

Daniela Braun
Do Rio

A expansão de centros de dados para suportar a demanda computacional exigida por aplicações de inteligência artificial (IA) esbarra na oferta de fontes de energia e em como a agenda ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês) deve ser priorizada pelos conselhos das empresas, diz Jens Nielsen, fundador e executivo-chefe (CEO) da organização não governamental World Climate Foundation.

"Se a eletricidade [que supre estes centros de dados e a IA] for gerada por combustíveis fósseis, há um problema com esses gastos dramáticos que estão sendo empregados na IA e nos centros de dados, mas se for associada à energia eólica, solar e hidrelétrica, é positivo", disse Nielsen, que veio ao Rio para participar do evento de tecnologia Web Summit e falou ao **Valor**.

Os investimentos bilionários em expansão de data centers anunciados por gigantes de tecnologia como Amazon, Alphabet, controladora do Google, e Microsoft, elevam a pressão sobre a capacidade global de fornecimento de energia elétrica. "Em algum momento a realidade da rede de energia irá atrapalhar a IA", disse Daniel Golding, diretor de tecnologia da Appleby Strategy Group e ex-executivo do Google, em entrevista ao "Financial Times".

A eficiência energética dos computadores que processam as aplicações de IA também ganha mais relevância. "A IA tem potencial para superar todas as inovações transformadoras criadas no século passado, mas requer um imenso poder dos data centers para alimentar uma necessidade insaciável de computação", disse ontem Renee Haas, CEO da desenvolvedora britânica de chips Arm Holdings, cuja arquitetura é a base da criação de microprocessadores de empresas-chave para a IA como Nvidia, Google e Amazon.

Nielsen também nota o interesse de 'big techs' em recursos sustentáveis como uma forma de gerar escala e baratear fazendas de energia solar e eólica, bem como atrair investimentos a para países com estes recursos. "Quando grandes corporações como Apple e Google instalam centros de dados como fizeram no meu país, o fazem porque temos recursos de energia eólica", diz Nielsen citando o exemplo de sua terra natal, a Dina-

FOTÓGRAFO

> "Se a eletricidade for gerada por combustíveis fósseis, há um problema ""
> *Jens Nielsen*

marca, sede da organização sem fins lucrativos, que atua como mediadora em parcerias público-privadas para iniciativas climáticas, de biodiversidade e saúde.

O exemplo pode se aplicar ao Brasil, que encerrou 2022 com 61,9% de sua matriz elétrica composta por recursos hídricos [bem acima da média mundial de 15,5%], 11,8% de geração eólica e 4,4% de energia solar, segundo o Balanço Energético Nacional (BEN), do Ministério de Minas e Energia. "Acho que o Brasil deve ter muitas vantagens na conexão ou no fornecimento de recursos para data centers", diz Nielsen.

Mas a oferta de recursos renováveis não anda sozinha, pondera o especialista, referindo-se à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, a Cop30, que acontece novembro de 2025, em Belém (PA). "A COP30 é a mais importante desde o Pacto de Glasgow [que estabeleceu a redução de emissões globais de carbono em 45% até 2030] e o Acordo de Paris [compromisso firmado entre 195 países para reduzir emissões de gases de efeito estufa]", diz Nielsen.

Nesta quinta-feira (18), Nielsen participa de um painel sobre oportunidades de inovação na COP30, no último dia Web Summit Rio, ao lado da ambientalista e ativista de direitos humanos Helena Gualinga.

A repórter viajou a convite do Web Summit

Ordem judicial deve ser cumprida, diz Google

Carolina Nalin
O Globo, do Rio

O presidente do Google no Brasil, Fábio Coelho, enfatizou ontem a importância do cumprimento das ordens judiciais no Brasil. Questionado sobre o papel das empresas no combate à desinformação, durante painel no Web Summit, evento de tecnologia que acontece no Rio, Coelho foi enfático ao dizer que as regras do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) precisam ser cumpridas.

"Todas as empresas têm responsabilidades por tratar da questão da desinformação. [...] As ordens da Suprema Corte estão aí para serem cumpridas", disse Coelho à plateia que lotou o auditório do palco principal do evento, com capacidade para 2 mil pessoas.

"E o cidadão também tem papel nisso. Não deveríamos repassar informações falsas ou estimular esse tipo de produção de conteúdo, isso não ajuda o processo democrático. Deixar as pessoas terem sua opinião é importante, mas têm coisas que são 'fake news' e que têm que ser removidas da internet", disse o executivo.

Coelho destacou a importância da internet para oferecer maior acesso ao conhecimento e dar espaço para opiniões, mas enfatizou que a web não é terra de ninguém. "Esse espaço [digital] tem que ser respeitado e tem que ter regras", disse. "Quatro plataformas nossas têm mais de 3 bilhões de usuários. Com grandes poderes, vêm grandes responsabilidades", disse.

Questionado se há alguma linha que não pode ser cruzada para que as empresas de tecnologia não interfiram no estado democrático de direito, Coelho destacou que há limites que não podem ser cruzados nem pela sociedade. "O exercício da cidadania pressupõe liberdade de expressão. Não inclui racismo, crime de ódio. Pelo lado das empresas, tem os termos de uso [para serem respeitados]. Na justiça, decisões em primeira instância podem ser discutidas. Mas quando chega no STF ou TSE, essas decisões têm que ser cumpridas. Isso não se discute, a internet não é um espaço onde vale qualquer coisa", frisou.

A regulação da inteligência artificial também foi abordada no painel. Coelho defendeu uma solução "ousada e responsável", para não minar a inovação. "No passado tivemos a construção do Marco Civil [da Internet] que foi bastante compreensível em termos de diálogo, e esperamos que pessoas que não são da área (da IA) entendam também [o debate]", disse.

Um dos maiores eventos de tecnologia e inovação do mundo chega em sua 2ª edição no Brasil.

15 a 18 de abril de 2024, no Riocentro, Rio de Janeiro.

Acompanhe a cobertura completa do festival nos veículos da Editora Globo.

APRESENTAÇÃO

APOIO

PARCERIA ESTRATÉGICA DE MÍDIA

Saneamento Primeiro passo é a escolha de dois grupos com potencial para serem acionista de referência

Privatização da Sabesp será feita em duas etapas

Taís Hirata e Cristiane Agostine
De São Paulo

O governo paulista anunciou na noite de quarta-feira (17) detalhes sobre a oferta para privatização da Sabesp, porém, algumas definições ainda serão definidas. O plano prevê que ela será feita em duas etapas. Primeiro, será feito um processo competitivo entre os potenciais acionistas de referência, que terão 15% da companhia e maior controle sobre a gestão. Nessa fase, devem ser selecionados dois grupos, que oferecerem os maiores preços. Na etapa seguinte — que fará parte do mesmo processo, mas não necessariamente acontecerá no mesmo dia— haverá uma espécie de disputa entre os dois sócios, na qual os demais investidores "escolherão" o vencedor.

Nessa segunda fase, serão feitos dois "bookbuildings" junto ao restante do mercado, ou seja, serão coletadas as intenções de investimento para cada um dos acionistas de referência. Na disputa, vencerá o "bookbuilding" que somar o maior valor total — os critérios específicos para essa seleção, porém, ainda serão fechados, dado que deverá haver uma conjugação de critérios entre preço e volume. Dessa forma, caso haja um sócio de referência que, na visão do mercado, é mais capacitado para conduzir a empresa, ele terá uma vantagem na concorrência.

O detalhamento da oferta ainda será feito nas próximas semanas. Não está claro, por exemplo, se o preço pago pelo sócio de referência será igual ao valor das ações compradas pelo restante do mercado. Segundo fontes, essa possibilidade hoje está em estudo, mas que depende de análises jurídicas e regulatórias.

O modelo foi apresentado por Natalia Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, em coletiva de imprensa no Palácio dos Bandeirantes.

A figura do acionista de referência foi criada pelo governo estadual para que a companhia de saneamento tenha um sócio com visão de mais longo prazo e capacidade de conduzir as mudanças necessárias na administração da empresa após a venda do controle.

Esse acionista terá uma trava para a venda de suas ações (o chamado "lock-up") de até cinco anos, prazo em que terá que fazer a universalização dos serviços.

A partir daí, o sócio poderá vender as ações, porém, o governo colocou uma regra para tentar manter o acionista na empresa: caso a empresa fique com uma participação inferior a 10%, será desfeito o acordo de acionistas, que será firmado entre Estado e a companhia para definir as regras de governança entre as partes. Os termos desse acordo serão fechados antes da oferta.

A questão da governança entre os futuros sócios é considerada central para os potenciais acionistas de referência, que querem saber quais os mecanismos de controle eles efetivamente terão. Hoje, são diversos os grupos citados como interessados em assumir essa posição, entre eles, Equatorial, Aegea, Cosan, Votorantim, Veolia, IG4 Capital, entre outros. Porém, a avaliação é que a definição da governança será central para a decisão.

Na quarta, também foi dado um passo importante no processo: a Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em primeira votação, o projeto que trata da privatização da Sabesp. A proposta permite a manutenção do contrato da capital com a empresa depois da desestatização. O projeto teve 36 votos a favor e 18 contrários na primeira votação. A Câmara Municipal fará audiências públicas até o fim do mês, antes da segunda e última votação, ainda sem data marcada para ser realizada.

SILVIA COSTANTI / VALOR
Natalia Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, explicou os próximos passos do processo

Cade condena construtoras do 'PAC Favelas'

Antitruste

Beatriz Olivon
De Brasília

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou as empresas Delta Construções, OAS (Coesa) e Queiroz Galvão (atual Álya) e duas pessoas físicas por cartel em licitação no "PAC Favelas", projeto de urbanização do Complexo do Alemão, de Manguinhos e na Rocinha. O caso chegou ao órgão antitruste no contexto das investigações da Operação Lava-Jato e é o primeiro julgado pelo órgão. Existem mais 32 investigações abertas.

A conduta ocorreu após o anúncio do PAC em janeiro de 2007 para custeio de obras urbanas. As infrações consistiam em acordos para fixação de preços de propostas, condições e vantagens em licitações públicas, divisão de mercado entre concorrentes por meio de consórcios e apresentações de propostas de cobertura e troca de informações sensíveis para frustrar o caráter competitivo da licitação.

A investigação envolveu as empresas Andrade Gutierrez Engenharia, Construções e Comércio Camargo Corrêa, Empresa Industrial e Técnica (EIT), Camter Construções e Empreendimentos, Construtora Norberto Odebrecht, Delta Construções, Construtora OAS, Construtora Queiroz Galvão e Carioca, além de pessoas físicas.

A Andrade Gutierrez e três pessoas físicas fizeram acordo de leniência. Sendo as primeiras a delatar o cartel, ficaram de fora da condenação. Carioca, Odebrecht e duas pessoas físicas colaboraram firmando Termo de Cessação de Conduta, o que reduziu a punição e deixou o processo administrativo suspenso até que os termos do acordo sejam quitados.

A Coesa havia feito acordo mas o descumpriu, por isso, perdeu os benefícios que haviam sido acertados. Foi submetida à condenação regular e multas.

Por maioria de votos, foram aplicadas multas de R$ 907,8 mil para a Delta, R$ 6,2 milhões para a Álya e R$ 14,8 milhões para a Coesa. A empresa também foi multada em R$ 2 milhões pelo não cumprimento do acordo com o Cade (TCC). Ela pode compensar R$ 14,8 milhões com quantia paga em acordo de leniência feito na Controladoria Geral da União (CGU). A multa pelo descumprimento não pode ser compensada.

Duas pessoas físicas foram condenadas: Gustavo Souza, da Queiroz Galvão, e Paulo Meriade, da Delta. Souza recebeu multa de R$ 797 mil e Meriade, de R$ 45 mil.

Foram arquivadas as investigações com relação a Camter, EIT, Caenge e Camargo Correa. Para a maioria dos conselheiros, faltaram provas da efetiva participação das empresas no cartel. Um conjunto de pessoas físicas também ficou de fora por falta de provas, prescrição e, em um caso, falecimento.

No voto, o presidente do Cade, Alexandre Cordeiro, destacou que a Delta não apresentou defesa e que a OAS descumpriu acordo com a autarquia. Citou ainda e-mail da Queiroz Galvão que traz discussões sobre propostas de preços para os consórcios, evidência de compartilhamento de custos e troca de informações.

O voto do presidente foi acompanhado pelos conselheiros Gustavo Augusto, Victor Oliveira Fernandes, José Levi e Carlos Jacques Vieira Gomes, para o caso da OAS. O conselheiro estava impedido nas outras análises.

As multas ficaram abaixo do que havia sugerido pelo relator, conselheiro Sérgio Ravagnani, que votou pela condenação de todas as empresas que não fizeram acordo, seguido pela conselheira Lenisa Prado. Ambos já deixaram o Cade.

Procurada, a Queiroz Galvão disse que não comentaria a decisão. Os demais condenados não foram localizados.

Foram três empresas e duas pessoas físicas punidas por cartel em licitação

BRF S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 01.838.723/0001-27 - NIRE 42.300.034.240

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

(Lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

[illegible] chapa. **7.2.3.1.** Realizada a votação, foram eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia pelo sistema de votação majoritária por chapa, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2026: (i) **Marcos Antonio Molina dos Santos**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.252.134 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 102.174.668-18, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000; (ii) **Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 33.647.816-1 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 182.070.698-21, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000; (iii) **Sérgio Agapito Lires Rial**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 04.621.473-0 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 595.644.157-72, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000; (iv) **Marcos Fernando Marçal dos Santos**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 36740929 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 387.480.138-11, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000; (v) **Flávia Maria Bittencourt**, brasileira, em união estável, engenheira química, portadora da Cédula de Identidade RG nº 09.846.794-7 DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 011.971.887-11, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000; (vi) **Pedro de Camargo Neto**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 297.279.878-34, portador da Carteira de Identidade nº 3.806.848-5, expedida pela SSP/SP, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000; (vii) **Augusto Marques da Cruz Filho**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 5.761.837-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 688.369.968-68, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000; (viii) **Eduardo Augusto Rocha Pocetti**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.610.378-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 837.465.368-04, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000; e (ix) **Márcio Hamilton Ferreira**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 08.949.776-2 IFPRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 457.923.641-68, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000. Foi consignado que a chapa acima informada recebeu 1.180.271.090 votos favoráveis (representando 94,39% dos votos), 67.138.604 votos contrários (representando 5,37% dos votos) e 3.002.235 abstenções (representando 0,24% dos votos). **7.2.3.2.** Fica registrado que os Srs(as). Flávia Maria Bittencourt, Pedro de Camargo Neto, Augusto Marques da Cruz Filho e Eduardo Augusto Rocha Pocetti declararam que atendem aos requisitos previstos no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e no artigo 6º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/2022 para serem qualificados como Conselheiros Independentes. **7.2.3.3.** Os acionistas foram informados que os conselheiros eleitos na presente Assembleia estão em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração mencionada no artigo 147, §4º, da Lei nº 6.404/76, bem como que a posse dos conselheiros de administração ora eleitos fica condicionada: (i) à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e (ii) à efetiva assinatura da declaração acima referida. **7.2.4.** Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 1.181.788.344 votos favoráveis (representando 94,51% dos votos), 66.189.248 votos contrários (representando 5,29% dos votos) e 2.434.337 abstenções (representando 0,19% dos votos), a eleição do Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e da Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, acima qualificados, como, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração. **7.2.5.** Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 1.060.497.404 votos favoráveis (representando 84,81% dos votos), 96.023.466 votos contrários (representando 7,68% dos votos) e 93.891.059 abstenções (representando 7,51% dos votos), a fixação da remuneração global anual referente ao exercício de 2024 para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no valor de até R$124.100.000,00 (cento e vinte e quatro milhões e cem mil reais), o qual abrange o limite proposto para a remuneração fixa (salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos), benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo, bem como a remuneração variável (participação nos resultados) e valores relacionados ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações e ao Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia. Fica consignado que a acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ solicitou que a Companhia divulgue de forma mais detalhada e completa os componentes da remuneração global da administração, justificando as variações mais significativas e as metas atreladas a bônus, especialmente metas ASG. **7.2.6.** Aprovada a eleição dos membros, efetivos e suplentes, do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2025: **(i)** como membro efetivo, o Sr. **Marco Antônio Peixoto Simões Velozo**, brasileiro, divorciado, economista e contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 942.753.277-72 e no CRC/RJ sob nº 093.788/O-6, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000, e, como seu suplente, o Sr. **Attílio Guaspari**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 610.204.868-72, portador da Cédula de Identidade nº 2.816.288, expedida pela SSP/SP, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000, sendo que tais candidatos receberam 1.247.926.269 votos favoráveis (representando 99,80% dos votos); **(ii)** como membro efetivo, o Sr. **Ricardo Florence dos Santos**, brasileiro, casado, engenheiro químico e administrador, portador da cédula de identidade RG nº 6.231.779 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 812.578.998-72, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000, e, como seu suplente, o Sr. **Antonio Mathias Nogueira Moreira**, brasileiro, casado, gestor financeiro, portador da cédula de identidade RG nº 05064851-96 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 906.527.465-00, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000, sendo que tais candidatos receberam 1.247.925.388 votos favoráveis (representando 99,80% dos votos); **(iii)** como membro efetivo, o Sr. **Alexandre Eduardo De Melo**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 25.663.069-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 261.179.768-44, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000, e, como seu suplente, o Sr. **José Luiz de Souza Gurgel**, brasileiro, casado, economista e contador, portador da cédula de identidade RG nº 7.039.783-1 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 918.587.207-53, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000, sendo que tais candidatos receberam 1.247.921.685 votos favoráveis (representando 99,80% dos votos). Fica registrado que os membros eleitos para o Conselho Fiscal foram os únicos candidatos apresentados para a eleição realizada na presente Assembleia Geral. **7.2.6.1.** Os acionistas foram informados que os conselheiros fiscais eleitos na presente Assembleia estão em condições de firmar, sem ressalvas, a declaração mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, bem como que a posse dos conselheiros fiscais eleitos fica condicionada à: (i) assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e (ii) efetiva assinatura da declaração acima referida. **7.2.7.** Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 1.245.679.548 votos favoráveis (representando 99,62% dos votos), 1.747.949 votos contrários (representando 0,14% dos votos) e 2.984.432 abstenções (representando 0,24% dos votos), a fixação da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2024 em montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros), nos termos do § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/1976. **7.3. Em Assembleia Geral Extraordinária: 7.3.1.** Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, **(a)** com 1.248.882.816 votos favoráveis (representando 99,80% dos votos), 47.422 votos contrários (representando 0,004% dos votos) e 2.454.383 abstenções (representando 0,20% dos votos), a alteração do artigo 3º do Estatuto Social; **(b)** com 1.248.826.953 votos favoráveis (representando 99,80% dos votos), 126.389 votos contrários (representando 0,01% dos votos) e 2.431.279 abstenções (representando 0,19% dos votos), a alteração do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social; **(c)** com 1.248.390.804 votos favoráveis (representando 99,76% dos votos), 561.835 votos contrários (representando 0,04% dos votos) e 2.431.982 abstenções (representando 0,19% dos votos), a alteração do artigo 7º, *caput*, do Estatuto Social; **(d)** com 1.248.887.424 votos favoráveis (representando 99,80% dos votos), 60.043 votos contrários (representando 0,005% dos votos) e 2.437.154 abstenções (representando 0,19% dos votos), a alteração do artigo 20º, *caput*, do Estatuto Social, nos termos da Proposta da Administração divulgada ao mercado. Em vista disso, os referidos dispositivos estatutários passam a apresentar a seguinte redação: *"**Artigo 3.** Constituem o objeto social principal da Companhia o exercício das seguintes atividades, em território nacional ou no exterior: (...) (xv) prestação de serviços administrativos para terceiros; e (xvi) prestação de serviços de análise laboratorial e técnicos para terceiros. (...) **Artigo 5.** O capital social da Companhia é de R$13.653.417.953,36 (treze bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.682.473.246 (um bilhão, seiscentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e quarenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. (...) **Artigo 7.** A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até que o número de ações em que se divide o capital social passe a ser de 2.103.000.000 (dois bilhões, cento e três milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração. (...) **Artigo 20.** O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição."* **7.3.2.** Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 1.248.636.278 votos favoráveis (representando 99,78% dos votos), 310.993 votos contrários (representando 0,02% dos votos) e 2.437.350 abstenções (representando 0,19% dos votos), a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a redação que integra a presente Ata como seu Anexo I. **7.3.3.** Aprovado, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 1.248.625.648 votos favoráveis (representando 99,78% dos votos), 308.385 votos contrários (representando 0,02% dos votos) e 2.450.588 abstenções (representando 0,20% dos votos), os termos e condições dos instrumentos de protocolo e justificativa das incorporações da VIP S.A. Empreendimentos e Participações Imobiliárias ("VIP") e da PSA Laboratório Veterinário Ltda. ("PSA" e, em conjunto com a VIP, "Sociedades Incorporadas"), as quais, direta e indiretamente, têm a BRF como única sócia, pela Companhia ("Incorporações"), celebrados pelos administradores da Companhia e das Sociedades Incorporadas ("Protocolos"), conforme Anexo II e Anexo III à presente ata. **7.3.4.** Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 1.248.650.368 votos favoráveis (representando 99,78% dos votos), 304.452 votos contrários (representando 0,02% dos votos) e 2.429.801 abstenções (representando 0,19% dos votos), a ratificação da nomeação e contratação da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. inscrita no CNPJ sob o nº 10.830.108/0001-65 e no CRC/SP sob o nº 2SP-025.583/O-1, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, São Paulo/SP, representada pelo Sr. Octavio Zampirollo Neto, contador, inscrito no CRC/SP sob o nº 1SP-289.095/O-3 ("Empresa Avaliadora"), como empresa especializada responsável pela elaboração dos Laudos de Avaliação a valor contábil das Sociedades Incorporadas ("Laudos de Avaliação"). **7.3.5.** Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 1.248.645.718 votos favoráveis (representando 99,78% dos votos), 298.868 votos contrários (representando 0,02% dos votos) e 2.440.035 abstenções (representando 0,19% dos votos), os Laudos de Avaliação preparados pela Empresa Avaliadora, os quais integram os Protocolos na forma dos respectivos Anexos A. **7.3.6.** Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 1.248.637.309 votos favoráveis (representando 99,78% dos votos), 309.796 votos contrários (representando 0,02% dos votos) e 2.437.516 abstenções (representando 0,19% dos votos), as Incorporações, com a consequente extinção das Sociedades Incorporadas, nos termos e condições estabelecidos nos Protocolos. Fica consignado que, nos termos dos Protocolos, as Incorporações não acarretarão aumento de capital nem a emissão de novas ações pela Companhia, uma vez que esta detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social das Sociedades Incorporadas. Consequentemente, as Incorporações também não acarretarão a necessidade de qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia. **7.3.7.** Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 1.248.895.100 votos favoráveis (representando 99,80% dos votos), 46.491 votos contrários (representando 0,004% dos votos) e 2.443.030 abstenções (representando 0,20% dos votos), a autorização para administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das Incorporações e a ratificação de todos os atos realizados. **8. Voto a Distância:** A Companhia registra o recebimento de boletins de voto a distância para a presente Assembleia Geral, os quais foram devidamente computados conforme consta dos mapas de votação elaborados pelo agente escriturador e pela própria Companhia, na forma do artigo 48, incisos I e II, da Resolução CVM nº 81/2022, ficando tais mapas de votação arquivados na sede da Companhia. **9. Documentos Arquivados na Companhia:** (i) Edital de Convocação; (ii) Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal, do relatório anual resumido do Comitê de Auditoria e Integridade e dos comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia; (iii) Instrumentos de mandato e documentos de representação apresentados pelos acionistas presentes; e (iv) Mapas de votação elaborados pelo agente escriturador e pela própria Companhia. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da Ata contendo o sumário dos fatos ocorridos, a qual, depois de aprovada, foi assinada pelos membros da Mesa, sendo que os acionistas que participaram da presente Assembleia por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia tiveram sua presença registrada pelos membros da Mesa e são considerados assinantes da referida ata, na forma do artigo 47, §§ 1º e 2º, da Resolução CVM nº 81/2022. Itajaí (SC), 28 de março de 2024.

INÊS249

Luxo Nova coleção de moda de Airon Martin será exibida no dia 23 em São Paulo — a estratégia é ampliar a presença em lojas multimarcas

Design brasileiro atrai Oprah e vendas da Misci aumentam

Angela Klinke
Para o Valor, de São Paulo

No próximo dia 23, dia de São Jorge, o designer Airon Martin, criador da marca Misci, apresenta no prédio da Bienal de São Paulo sua coleção anual de moda. O desfile será dentro da Contemporânea Showroom, uma feira destinada a lojistas.

"Vai ser mais uma incursão ao interior do Brasil, uma estética recorrente da minha marca, que tem a sustentabilidade e o artesanato como pilares", diz ele sobre o tema da nova coleção. O designer priorizou o evento comercial ao São Paulo Fashion Week porque entrou no atacado no ano passado e quer expandir sua presença no mercado nacional.

Martin tem três lojas em São Paulo, e-commerce próprio e vende ao exterior pela Farfetch. Uma casualidade na última semana turbinou seu projeto de ampliar o portfólio de lojas multimarcas.

Em passagem pelo Brasil para uma conferência em São Paulo, a apresentadora Oprah Winfrey, com fortuna estimada em US$ 2,8 bilhões, entrou em sua loja no shopping Cidade Jardim e comprou três bolsas, sendo uma delas o modelo Bambolê (R$ 2.280).

"Foi totalmente orgânico. Ela viu na vitrine, entrou e comprou. Uma vitória para o design nacional e da regionalidade da Misci. É também um tapa na cara do consumidor brasileiro que precisa sempre de um gringo para referendar o que é feito no Brasil", diz Martin.

A vinda de Oprah foi um fenômeno de audiência. Não só por compartilhar com o público sua própria história de superação que inspira gerações pelo mundo. Mas também por suas escolhas de consumo, que legitimam a busca por autenticidade.

Bastou a cena ganhar as redes para que a "conversão no ecommerce superasse seis vezes a meta do mês de uma forma geral, incluindo a Bambolê", disse Martin. O tíquete médio na plataforma é de R$ 1,7 mil. A divisão de acessórios, que representa em média 35% do negócio, vai bater os 40% este mês, segundo ele. A previsão de crescimento da Misci para este ano é de 200%, o mesmo resultado do período anterior.

Martin passou 2023 fazendo um "trabalho educativo" nas lojas multimarcas de luxo do interior do país. Falou com lojistas e consumidores para mostrar o poder do design nacional expresso em suas peças. Fazia apresentações em que destacava a "excelência dos acabamentos das roupas, o polimento das ferragens das bolsas, a criatividade do design."

A bolsa, diz ele, é o símbolo maior de validação hoje ao representar um contexto social. "Oprah tem a bolsa que quiser e agora tem uma Misci. O impacto é muito maior no mercado brasileiro do que no nosso processo de internacionalização."

Em sua avaliação, marcas nacionais de moda de "influenciadoras", que são sucesso de vendas, precisam de uma bolsa de R$ 40 mil de uma grife de luxo internacional para chancelar suas roupas. "E isso não acontece com a Misci. Foi o contrário para a Oprah, por exemplo."

Ele observa que o luxo no interior do país cresceu muito. "E sem lado político." Uma afirmação de quem ganhou notoriedade quando a socióloga Rosângela da Silva, a primeira-dama Janja, comprou peças suas no início de mandato do atual presidente Lula. "Fiz uma conversa numa butique, em Campo Grande, onde havia apoiadores do ex-presidente [Jair Bolsonaro] e uma deputada do PT. O importante é o país se enxergar como uma potência no design", diz.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Esse é o ápice da criação para um design, quando vende"
Airon Martin

Além do efeito Oprah, outra estratégia que deve impulsionar o atacado da Misci é uma coleção em parceria com a estilista Lenny Niemeyer. Será distribuída em 200 lojas multimarcas. Essa aproximação com a grife carioca fez com que Martin começasse a planejar a abertura de uma loja no Rio de Janeiro em 2025.

Martin se define como designer de produtos e serviços, e não como estilista. Desde o início, diz, buscou fazer peças conceituais que tivessem apelo comercial. "Esse é o ápice da criação para um design, quando vende."

Natural de Sinop (MT), neto de avó e mãe solos, ele se formou no Instituto Europeu de Design, em São Paulo, e referenda suas criações nesse "Brasil profundo" onde cresceu. "É pelo regional que nos tornaremos globais. É por isso que as marcas independentes estão crescendo tanto no mundo."

Foi assim que sua coleção "Mátria Brasil", uma homenagem a um país em que as mulheres são as chefes da família, uma coleção em que ele buscava restabelecer o verde e amarelo para todos os brasileiros. "O boné com a frase 'Mátria Brasil' estampada se tornou o uniforme de muitos gringos que chegam ao país." No ano passado, foi a cantora e compositora espanhola Rosalia quem exibiu a peça quando veio a São Paulo se apresentar no Lollapalooza.

As vendas internacionais, por meio da Farfetch, já são 17% do resultado da marca, com a Coreia do Sul se destacando nesse cenário. "Vendemos mais lá que no Rio de Janeiro este ano", conta. "Acho que é porque saímos na revista britânica de negócios e design 'Monocle'. Ou vai ver é porque uma companhia coreana [Coupang, com sede em Londres] comprou a Farfetch."

A brasilidade é seu mantra e é assim que ele pretende conquistar lojistas na feira da próxima semana. "O desfile também é uma estratégia para atrair para as próximas edições os compradores internacionais que costumavam frequentar o país antigamente." Para ele, o "luxo da artesania e da criatividade é revolucionário para a imagem do Brasil."

Nesse movimento de expansão, o efeito Oprah também reforçou o interesse de compradores para a empresa? "Já tive muitas conversas com grupos desde que criei a marca em 2018. Mas nada que me motivasse a vender. Eu sou muito caro e Misci, agora, já faz parte do meu sobrenome."

Como o dono da LVMH pavimenta a troca de gerações

Adrienne Klasa
Financial Times, de Paris

Bernard Arnault gastou quatro décadas para desenvolver e transformar a empresa de construção que herdou de seu pai na líder de artigos de luxo LVMH, e tornou-se uma das pessoas mais ricas do mundo nesse processo. Meticuloso, exigente e às vezes implacável, o empresário de 75 anos continua profundamente envolvido na gestão de seu império e não gosta de falar sobre sucessão com pessoas de fora. Mas nos bastidores o bilionário, que em 2022 elevou para 80 anos o limite de idade para o exercício de seu cargo de executivo-chefe, está preparando com muito cuidado o terreno para que seus cinco filhos possam comandar a empresa de quase 400 bilhões de euros no futuro.

Dois de seus filhos estão prontos para entrar no conselho de administração da LVMH, na sua reunião anual, marcada para esta quinta-feira. Outros dois já fazem parte do colegiado e apenas o mais novo ainda ficará sem uma vaga. Arnault organiza, assim, a transição de gerações, na sua família e entre os executivos que trabalham no grupo.

"Cinco anos atrás, era possível argumentar que, se algo acontecesse com Arnault, você teria um CEO interino que não fosse membro da família enquanto esperava que as crianças crescessem e ganhassem mais experiência", disse Erwan Rambourg, chefe mundial de pesquisa de consumo do HSBC. "Hoje você não precisa mais dessa pessoa intermediária porque elas já estão nesse nível."

O que está em jogo é o comando futuro do maior grupo de artigos de luxo do mundo, que abarca desde casas de moda, como a Dior e a Louis Vuitton, até hotéis e a joalheria Tiffany, em um momento em que o setor como um todo passa por desaceleração, após o boom sem precedentes da época da pandemia de covid-19.

Fontes próximas ao grupo dizem que ainda é muito cedo para dizer quem assumirá o cargo mais alto: embora sua filha mais velha, Delphine, ocupe a posição mais importante dentro de seu império, como CEO da Dior e membro do comitê executivo, analistas apontam para a possibilidade de outros cenários, em que dois ou mais herdeiros poderiam comandar a empresa em conjunto.

O tamanho e a participação de mercado da LVMH também significam que sua próxima geração de líderes precisará ser mais criativa para manter o crescimento e não mais poderá contar com a China, que foi o motor da expansão do setor durante boa parte da última década, para garantir impulso.

Arnault, cuja família detém 48% do capital acionário da LVMH e 64% dos direitos de voto, quer evitar o destino de outras dinastias empresariais francesas, em que sucessões mal administradas podem fazer fortunas naufragarem.

No mundo rarefeito da elite empresarial francesa, a queda dos Lagardères — cujo grupo, que abrangia desde mísseis até meios de comunicação, acumulou dívidas e acabou vendido em pedaços pelo filho depois da morte inesperada de seu patriarca — destaca-se como uma advertência exemplar. Arnault pôde acompanhar de perto esse desmoronamento, primeiro como amigo próximo e parceiro de tênis do pai, e depois como investidor na holding familiar, enquanto o filho tentava evitar uma aquisição hostil pelo tubarão empresarial Vincent Bolloré, o que acabou por não conseguir.

Impedir que a LVMH tenha um destino semelhante é primordial. Todos os filhos de Arnault trabalham no grupo, onde foram emparelhados com mentores que estão entre seus principais executivos. Eles foram preparados para seus papéis desde pequenos e, quando adolescentes, acompanhavam o pai em visitas de fim de semana a lojas ou em viagens até operações no exterior.

Nesta quinta-feira, os acionistas votarão sobre as nomeações para o conselho de Alexandre Arnault, que tem 31 anos e é CEO da Tiffany, e de seu irmão Frédéric, de 29 anos, que há pouco tempo assumiu como chefe da LVMH Watches. Delphine, a CEO da Christian Dior, de 48 anos, e Antoine, chefe de imagem e comunicação do grupo, de 46 anos, ocuparam suas vagas quando tinham mais ou menos a mesma idade.

O filho mais novo de Arnault, Jean, que é diretor da unidade de relógios da Louis Vuitton e tem 25 anos, deve se juntar aos irmãos no conselho no momento certo, segundo fontes próximas à LVMH. A família Arnault e a LVMH não quiseram fazer comentários.

CHESNOT/GETTY IMAGES

Família Arnault: Bernard (centro) e sua mulher Helene (de saia) e os filhos (a partir da esq.) Frederic, Delphine, Antoine e Alexandre

Além das mudanças nos papéis da família, o diretor-gerente do grupo, Antonio Belloni, de 69 anos, deixará o cargo depois de 23 anos como braço direito de Arnault. Ele será substituído por Stéphane Bianchi, chefe da área de relógios e joias da LVMH, que é um veterano da sucessão familiar no grupo de cosméticos Yves Rocher.

"Os diretores não executivos e os independentes estão lá para respeitar as normas de governança, mas a família Arnault também tem 200 bilhões de euros investidos nesse empreendimento", afirmou uma fonte familiarizada com as operações da empresa. "É uma evolução natural da representação da família."

Desde o início de 2023, três dos cinco filhos de Arnault foram nomeados para novos cargos dentro do grupo e nas suas holdings. Isso inclui a ida de Delphine para o comando da Dior, a segunda maior marca do grupo, em fevereiro do ano passado.

À medida que a próxima geração sobe na empresa, os principais auxiliares do patriarca se afastam para facilitar isso. "Não se nega nada a uma criança dos Arnault", disse uma fonte próxima ao grupo. "No fim das contas, trata-se de um grupo familiar."

Para a família, as nomeações para cargos de gestão são consideradas mais importantes do que as para posições administrativas, segundo a fonte familiarizada com as operações da empresa. "O fato de que Delphine foi nomeada para a Dior é muito mais significativo do que o fato de que Frédéric e Alexandre passarão a integrar o conselho", afirmou ela.

Pela estrutura que Arnault montou na holding familiar em 2022 para reforçar o controle e a unidade a longo prazo, cada membro da família tem um voto igual e é preciso que haja unanimidade para aprovar decisões importantes relativas à LVMH, como mudanças na sua participação acionária ou na direção estratégica do grupo.

Arnault considera a experiência operacional como um campo de treinamento para isso e tem almoços regularmente com os cinco filhos para discutir a empresa.

"Ele tem a convicção de que [os filhos] serão melhores acionistas se conhecerem o negócio de ponta a ponta", disse outra fonte próxima ao grupo. "Quando se trata de quem vai substituí-lo e de como isso vai funcionar, ainda é cedo para dizer. Mas minha esperança é que o mérito prevaleça sobre os sentimentos."

O caso Lagardère não foi o único que fez Arnault refletir enquanto trabalha para garantir um império duradouro. Outro é o do declínio e dissolução do conglomerado americano General Electric, ao mesmo tempo em que muitos dos ativos que comprou para construir seu império – o que inclui a Christian Dior – foram obtidos de dinastias familiares que passavam por momentos difíceis.

"Bernard Arnault é obviamente eterno, mas também é claro que não está ficando mais jovem, por isso é importante ter à sua frente uma equipe nova de pessoas com um horizonte de tempo mais longo", afirmou a segunda fonte próxima ao grupo. "Quanto mais gradualmente isso puder ser feito, melhor."

Para os investidores, a transição no comando era esperada, à medida que os principais gestores da LVMH, como Belloni, Sidney Toledano, de 72 anos, e Michael Burke, de 67, ficam mais velhos. O histórico da LVMH na escolha de líderes é forte e Arnault é conhecido por ser implacável na remoção daqueles que não estão à altura do trabalho, mas essa dinâmica vem mudando conforme a geração seguinte da família sobe na empresa.

"É difícil estar à altura. Tivemos uma geração de Burke, Belloni e Toledano, que são gestores extraordinários", disse Flavio Cereda, gerente de carteira de artigos de luxo da gestora de fundos GAM.

"O risco hoje é de que ele se deixe cegar pela família... talvez dar responsabilidade demais aos filhos, em vez de ter um gestor externo que poderia fazer um trabalho melhor", disse Cereda. "Deixe-me esclarecer que não temos nenhum indício disso, mas antes não havia esse risco porque, à exceção dos [dois filhos mais velhos] do primeiro casamento, os outros eram jovens demais."

Embora o foco tenha estado em grande parte na transição familiar, a promoção de Bianchi para o cargo de diretor-gerente do grupo está direcionada para a nova fase da LVMH.

O executivo de 59 anos entrou na empresa em 2018, o que faz dele um relativo recém-chegado pelos padrões da LVMH, em que se pode contar em décadas o tempo em que a maior parte dos gestores do topo está ao lado de Arnault. A Bianchi é atribuído o mérito de ter ajudado a empresa familiar Yves Rocher a superar uma transição geracional difícil depois da morte de seu fundador e ter preparado o neto Bris Rocher – que tinha apenas 19 anos quando Bianchi se tornou executivo-chefe, em 1998 – para assumir a empresa.

A promoção de Bianchi é "um sinal enorme de preparação da geração seguinte", disse Rambourg, do HSBC. "Ele tem uma reputação fenomenal na França, por ter salvado o grupo Yves Rocher e preparado a geração seguinte lá. É por isso que você quer alguém assim."

Ele foi contratado como um possível candidato para uma liderança futura, um bom exemplo do costume da LVMH de trabalhar com várias opções. "Há pessoas que se dedicam mais a estar na linha de frente... [Bianchi] é um dos integrantes da comunidade executiva e do grupo mais sênior que é capaz de ser um líder de líderes e um bom instrutor", disse a segunda fonte familiarizada com o grupo.

Os líderes futuros da LVMH também precisarão ter ainda mais habilidade para que a empresa continue a crescer em um mercado de artigos de luxo mundial mais maduro, em que o grupo já é dominante, e sem contar com o mesmo tipo de impulso vindo da China.

Cereda estima que a participação da LVMH no mercado mundial de artigos de luxo pessoais passou de 14% em 2018 para 24% hoje – e pode aumentar para 30% nos próximos anos.

"Você quer inovadores, uma gestão inteligente e claramente alinhada... mas enquanto antes eram principalmente pessoas de fora que trabalhavam com Arnault há muito tempo, hoje você tem pessoas que não estão lá há tanto tempo e você tem os filhos, portanto ele tem de encontrar o equilíbrio certo", disse ele.

Afinal de contas, se "um gestor externo não funciona – se não se dá bem com a família, discorda de Arnault, ou não entrega resultados –, não vai durar muito tempo". ***(Tradução de Lilian Carmona)***

INÊS249

Governança Conselheiro Francisco Petros diz que há caixa para distribuir remuneração aos acionistas

‘Petrobras deve pagar 100% do dividendo’

Kariny Leal, Fábio Couto e Francisco Góes
Do Rio

As tentativas de mudança na cúpula da Petrobras não contribuem para a estabilidade da empresa, na avaliação do advogado e economista Francisco Petros. “Não é a minha opinião, é a manifestação que vejo internamente na companhia”, diz Petros, que é conselheiro da estatal e vai tentar a recondução para um novo mandato na assembleia de acionistas na semana que vem. Ele avalia que a discussão sobre a troca de comando não é positiva e cria certa paralisia na empresa, além de exacerbar a volatilidade das ações.

Nesta entrevista, na qual disse que fala em nome pessoal e não da empresa, faz críticas em relação ao sistema de governança no Brasil, incluindo o Estado e as estatais, em especial de economia mista, como a Petrobras. Diz ser favorável a 100% de distribuição de dividendos extraordinários, tema que deve ser definido na assembleia do dia 25 deste mês, e defende os investimentos da Petrobras em transição energética. A seguir os principais pontos da entrevista:

NILANI GOETTEMS/ VALOR

Para Francisco Petros, a solução para a instabilidade na gestão “passa pela pacificação do tema e através da explicitação das preferências do governo”

Valor: *Situações recentes demonstram que a governança da Petrobras não funciona de forma adequada. Qual é a sua avaliação?*

Francisco Petros: A governança corporativa é um sistema que requer equilíbrio. É como o poder político, que tem o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. A independência pode ser garantida por lei, mas o equilíbrio depende mais da institucionalidade e do comportamento. A governança está vivendo um desafio no Brasil porque o Estado não definiu claramente o papel das estatais e a própria governança do Estado em relação às estatais. São assuntos mal resolvidos.

Valor: *Por quê?*

Petros: O problema que a Petrobras vive hoje é menos em relação às pessoas e mais em relação ao sistema. A lei das estatais está sob uma jurisdição que trata da inconstitucionalidade de alguns exercerem o poder. E também a lei das estatais, como um todo, sofre uma contestação sobre sua natureza e seu ‘enforcement’ [aplicação].

Valor: *A lei foi flexibilizada e isso enfraqueceu sistemas de governança como o da Petrobras...*

Petros: Principalmente quando se sabe que, do ponto de vista da lei, muitos problemas formais podem ser resolvidos, como proibições. Mas há também a análise material. Por exemplo, uma pessoa que exerce determinado cargo pode ou não exercer um cargo de direção [em estatal]? Quando entra no mérito material dessas decisões, esse escrutínio deveria ser respeitado. O escrutínio, que nos Estados Unidos é chamado de ‘enforcement’, reduziu muito para aprovar pessoas ou rejeitá-las.

Valor: *E por que isso aconteceu?*

Petros: Há um mal-entendimento sobre o papel do Estado e o papel das empresas estatais, em especial de economia mista. Existe uma confusão funcional dos papéis [do Estado e das empresas de economia mista].

Valor: *Uma avaliação é que as empresas de economia mista não funcionam bem no Brasil porque ficam espremidas entre os interesses do mercado e do governo. Qual é a sua visão sobre o tema?*

Petros: Entendo que certas empresas estatais têm um papel a cumprir, mas deveriam existir diretivas estratégicas do Estado para definir claramente qual é esse papel e como influenciará a empresa. A partir daí, e dando a devida transparência, o investidor privado tem o predicado de investir ou não naquela empresa. Todavia, quando a empresa está em plena ação e esse papel é confuso, em certos momentos há inquietações do porquê aquelas decisões são tomadas em função do poder de controle do Estado.

> “O tamanho do caixa da Petrobras no fim de 2023 é exagerado”

Valor: *Os dividendos extraordinários são um exemplo disso?*

Petros: Em relação aos dividendos, há fundamentos para pagar 100% [do extraordinário] e existem fundamentos para não pagar nada [desse adicional]. Isso depende mais de uma observação do fenômeno como um todo, que se baseia em dois pilares: o primeiro, se tem fortaleza financeira suficiente para financiar investimentos; e o segundo, se não tem um caixa exagerado.

Valor: *O ministro Fernando Haddad disse nesta semana que a Petrobras não tem problema de caixa. Isso responde ao seu primeiro ponto, que seria possível distribuir 100%?*

Petros: Sou favorável a 100% da distribuição [dos dividendos] porque acho que o tamanho do caixa da Petrobras no fim de 2023 é exagerado e pode ser causa de ineficiência de gestão financeira. Distribuir 100% não imporia nenhum risco sobre os investimentos. Do meu ponto de vista, há caixa e deve pagar 100%, e essa minha escolha olha para os objetivos e interesses da companhia. Não sei se o ministro Haddad tem o mesmo óculos que estou utilizando, possivelmente ele tenha interesse do ponto de vista do Tesouro Nacional. Mas acho que existem formas e razões para defender ambas as posições.

Valor: *A questão do dividendo extraordinário só vai ser resolvida na assembleia do dia 25?*

Petros: O que o conselho decidiu não foi distribuir, foi recomendar à assembleia a distribuição. Portanto, essa questão será examinada na assembleia, mas eu não pertenço ao governo, então não posso opinar, mas acredito que sim.

Valor: *O presidente da Petrobras fez uma proposta de dividendos que não vingou, mas agora pode ser retomada. Será essa solução?*

Petros: O que posso dizer é que espero que a situação seja resolvida a contento do interesse da empresa. Há na Petrobras pessoas preparadas e capacitadas nas assessorias executivas e no conselho. Não vejo, no caso do presidente Pietro [Pietro Mendes] ou do presidente Prates [o CEO Jean Paul Prates], impedimento de ambos do ponto de vista pessoal para o exercício das funções. O que me preocupa é o sistema e o que o chamo de reserva institucional. O exercício de um determinado poder ou governança deve ser feito com certo distanciamento do limite legal, jamais ser ultrapassado. Nunca é bom que se imponha, porque está na lei, aquilo que por conveniência ou oportunidade deveria requerer certo grau de moderação.

Valor: *Em 2022, o senhor criticou os altos dividendos pagos à época pela Petrobras. Mudou de ideia?*

Petros: Estávamos antecipando dividendos e o acúmulo de caixa era algo que não tinha ainda alcançado valores tão elevados. Havia preocupação com a sustentabilidade de um pagamento tão grande. Entendi que algum nível de moderação era necessário. Agora é diferente porque o caixa foi formado, há certa segurança em relação ao cenário do preço do petróleo para os próximos 24 meses e o acúmulo de caixa é elevado, acima de R$ 20 bilhões.

Valor: *O senhor votou a favor da reserva de capital em 2023?*

Petros: O fato de ter uma reserva não é indicativo de que isso corrobora decisão de reter. O IFRS [regra contábil] obriga que, ao fim do exercício social, os lucros têm de ter destinação final. Se não distribui, precisa ter uma rubrica contábil para reter. Ter uma reserva não é um mal ou bem em si. Votei pela estabilidade das regras. As regras precisam ser estáveis, inclusive as contábeis.

Valor: *Como está a discussão sobre os investimentos da companhia em função da transição energética?*

Petros: Existem correntes que variam entre dois extremos. Um deles é identificar nas empresas de petróleo o fim em si mesmo de explorar e refinar petróleo. Existe outra visão que diz que com esse capital acumulado de energia fóssil, existe oportunidade de participar da transição energética. No meio desses extremos existem variações. A transição energética virá. Essa transição gera oportunidades e riscos, sobre os quais não existem evidências ou avaliações categóricas de como será o processo de transição. Deverá ser um processo de transição fragmentado. O que a Petrobras decidiu, via conselho, é um plano de investimento que mantém o DNA no que a empresa faz de melhor, que é exploração e refino, e que tem a maioria dos investimentos. Mas a empresa decidiu também dar direcionamento estratégico para segmentos e subsegmentos de transição energética que podem se constituir em oportunidades que são mais arriscadas.

Valor: *O senhor é a favor?*

Petros: Sou a favor da adoção de políticas pró-transição porque as empresas precisam ter compromisso com interesses difusos, como o ambiente. Atuar na transição energética é dar contribuição, por meio de seus próprios negócios, em favor do planeta.

> “Substituição do presidente da companhia não foi demandada pelo conselho”

Valor: *Qual é o risco?*

Petros: O risco para a empresa é o que existe no mercado. Não existe certeza de como esse processo de substituição de combustíveis fósseis por energias renováveis se dará. São setores dependentes de regulações. A imprevisibilidade dos riscos e retornos é alta. Mas quando não sabe exatamente o que está fazendo, faça devagar.

Valor: *Há paralisia na empresa pelas instabilidades criadas no caso da permanência do CEO?*

Petros: A substituição do presidente da companhia não foi demandada pelo conselho. Essa é uma decisão do governo manifestada na assembleia ou via empresa. As divergências existentes em relação ao presidente do conselho da Petrobras e ao presidente-executivo dizem respeito a relações dentro do governo. A solução desse problema passa pela pacificação do tema e através da explicitação das preferências do governo sobre o nome que quer colocar. A preservação da governança da companhia deveria ser prioritária para o Estado brasileiro, não só para o governo. O clima de mudancismo baseado numa lógica que é do governo não contribui para a estabilidade da companhia. Não é a minha opinião, é a manifestação que vejo internamente na companhia.

Valor: *As ações da empresa sofrem com todos esses movimentos.*

Petros: A discussão, na forma como está elaborada, não é positiva para a empresa. Podemos apurar isso pelos resultados que ela produz. Há certa paralisia da companhia e também o excesso de volatilidade sobre as ações. Todavia, a solução do problema não reside na empresa e nem no conselho, reside no acionista controlador.

Valor: *A suspensão de conselheiros por decisão judicial, agora revertida, agrava a instabilidade?*

Petros: Sim. Mas isso é resultado de uma ação de um deputado do Estado de São Paulo e não se comunica nem com o conselho e nem na relação entre os conselheiros. Tanto o ex-ministro Sergio Rezende quanto o presidente Pietro Mendes merecem respeito pelas funções que ocupam no conselho.

Valor: *No caso de Mendes qual é o tipo de conflito no qual ele se enquadra perante a CVM?*

Petros: Não gostaria de entrar em caso concreto das pessoas porque reduz o debate. A responsabilidade de quem indica para o exercício de uma governança e, em especial, de uma empresa de economia mista é significativa. Essa escolha deveria atender a interesses de capacitação profissional, de restrições eventuais, tempo de dedicação e eventuais existências de conflitos. É fundamental que essa avaliação seja feita com um grau de reserva institucional, observando o candidato ante o cargo e a empresa. A adoção de critérios por parte de quem indica deveria se aprofundar. O Estado brasileiro tem de se capacitar a escolher melhor aqueles que exercem a governança das empresas estatais.

Valor: *Qual sua visão sobre eventual privatização da Petrobras?*

Petros: A privatização é uma espécie de política industrial cujo elemento central é a transferência do controle do Estado para o setor privado para atender a certos objetivos, como a eficiência e melhoria do desempenho. Isso foi feito no caso de estradas, de distribuição de energia elétrica, algumas com sucesso e outras nem tanto. É uma decisão de Estado, que tem de ser feita com uma discussão na política e na sociedade. Mas a privatização da empresa não se confunde com o exercício dos deveres de diligência de quem seja conselheiro ou diretor. Não concordo com a ligação direta de que por ser pública a governança tem de ser ruim.

Valor: *O conselho tratou da permanência de Prates?*

Petros: O poder de controle do governo define quem é o presidente da Petrobras. Não é uma decisão do conselho, embora seja formalmente porque é o colegiado que elege o CEO. Mas isso é feito em função de uma indicação de quem controla.

Romi abre temporada com bons resultados — na Alemanha

Balanços

Nelson Niero
De São Paulo

A fabricante de máquinas Romi inaugurou a temporada de divulgação de resultados do primeiro trimestre com bons resultados — na Alemanha. No Brasil, a história foi bem diferente, especialmente por causa da fraca demanda dos setores agrícola e de energia. A situação no país, avisa a Romi, continua “desafiadora”.

A subsidiária alemã, que fabrica centros de usinagem de grande porte e máquinas para aplicações especiais, teve um trimestre excelente, que ajudou a compensar a queda no Brasil.

A receita da Burkhardt+Weber, comprada pela Romi em 2011, cresceu 146% no trimestre, na comparação com o mesmo período do ano passado, reflexo da entrega de um equipamento para uma empresa americana, não revelada, da área de defesa.

A B+W tem uma boa exposição no setor de defesa”, disse Luiz Cassiano Rosolen, diretor-presidente, quando perguntado na teleconferência, realizada ontem, sobre os possíveis efeitos do conflito no Oriente Médio.

A carteira de pedidos da unidade alemã, a menor entre as três da Romi, teve um aumento de 60,7% na comparação anual, ante as quedas de 10% na Máquinas Romi, a principal, e de 52,5% no segmento de peças fundidas e usinadas.

O lucro líquido da empresa caiu 50%, para R$ 17,9 milhões, o pior resultado nos primeiros três meses desde 2018. A receita caiu 20%, para R$ 208,5 milhões, a menor desde o primeiro trimestre de 2020.

O que derrubou a área de fundição foi o setor de energia eólica e de agro. “A recuperação tem sido mais lenta que o esperado”, disse Fábio Taiar, diretor de relações com investidores.

Ele destacou o bom desempenho do segmento de aluguel de máquinas, que funciona como uma espécie de hedge para momentos de incerteza nos ambientes doméstico e externo. “Quando o cliente não está confortável em fazer um investimento na compra de máquinas, tem a opção do aluguel”.

Na apresentação, a empresa citou o Índice de Confiança do Empresário Industrial, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que se manteve estável neste ano em 52,8 pontos no fim de março — comparado a 49,9 pontos em março de 2023 e 55,4 pontos em 2022.

Na mensagem inicial da teleconferência, Rosolen disse que 2024 “continua apresentando grandes desafios”, mas que a empresa continua otimista. Ele destacou o volume de novos pedidos, o que permitiu fechar o trimestre com uma carteira 20,8% acima do fim de 2023 — 4,5% acima do primeiro trimestre do ano passado.

Perguntado sobre a mudança no cenário de juros e dólar, Rosolen disse que a alta da Selic teria impacto direto no humor de seus clientes.

Com o bom desempenho da unidade alemã, a Europa passou a ter uma fatia de 16% do faturamento, comparado a 13% no ano passado, enquanto o Brasil caiu de 80% para 65%. Outro destaque foram os Estados Unidos, de 3% para 13%, reflexo da venda feita pela B+W. A América Latina continuou fraca, de 3% para 4%, mas os executivos notaram que já há uma recuperação na Argentina, o principal destino dos equipamentos da Romi na região.

BR TRANSPETRO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

DECLARAÇÕES

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas, incluindo o relatório da administração, relatório do auditor independente, parecer do conselho fiscal, relatório do comitê de auditoria estatutário, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

• Valor RI | Central de Resultados (globo.com); • Demonstrações Financeiras | default (transpetro.com.br)

RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO 2023

MENSAGEM DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

Antes de apresentar os resultados que consolidam cada vez mais nossa condição de maior empresa de logística de petróleo, derivados e biocombustíveis da América Latina, precisamos registrar nosso profundo agradecimento à força de trabalho da Transpetro. Não poderíamos mencionar os recordes, as marcas históricas ou o crescimento alcançado pela companhia sem reconhecer os verdadeiros responsáveis pelo extraordinário desempenho do último exercício.

Nossos trabalhadores e trabalhadoras deram mais uma demonstração de sua capacidade técnica única e nos levaram a obter números expressivos em todos os setores de nossa atuação. À nossa valorosa força de trabalho, o mais precioso ativo da empresa, o nosso muito obrigado!

Em que pese os desafios que tivemos de enfrentar no primeiro ano da nova gestão da companhia, superamos as dificuldades com muita dedicação e competência, garantindo o crescimento dos nossos negócios. Ao longo do ano, assinamos mais de 110 novos contratos e ampliamos ainda mais nosso rol de clientes entre empresas distribuidoras, petroquímicas, transportadoras e refinadoras.

Realizamos também processo de pré-qualificação de estaleiros nacionais com o objetivo de avaliar o mercado e identificar potenciais parceiros do projeto de renovação e ampliação da frota própria da companhia. Um grupo de trabalho, formado em parceria com a Petrobras, nossa controladora, está estruturando o projeto, que integra o Plano Estratégico 2024-2028+.

A ampliação da frota da Transpetro permitirá o melhor balanceamento dos custos de afretamento da Petrobras, além de garantir a oferta de classes de navios de menor liquidez no mercado, e ainda terá como consequência o apoio à retomada da indústria naval brasileira e à geração de empregos no país.

A gestão de pessoas ocupou lugar de destaque na Transpetro em 2023. Em conformidade com o nosso direcionador estratégico 'atenção total às pessoas', desenvolvemos um conjunto amplo de iniciativas que tornou a empresa mais diversa e inclusiva. Após a reestruturação administrativa promovida pela nova gestão, o número de mulheres em função gerencial saltou para 97, um aumento de 48% se comparado com a estrutura anterior. Também elevamos em 17% o número de empregados que se autodeclaram pretos, pardos, indígenas ou amarelos em postos de liderança.

A abertura de concurso público, a concessão de licença maternidade para mães não gestantes e a ampliação da licença paternidade, a instalação das "Salas de Afeto" para apoiar as lactantes nos terminais, bem como o combate incondicional a qualquer tipo de violência foram outras medidas adotadas para tornar nosso ambiente de trabalho mais agradável e harmônico.

A atuação integrada de nossas áreas de Dutos e Terminais, de Transporte Marítimo e Corporativa resultou no aumento de 3,2% do volume movimentado nos terminais e oleodutos que operamos e no recorde da disponibilidade operacional de nossa frota, que atingiu a marca de 99% quando descartamos as docagens.

Em consequência disso e da orientação estratégica da nova gestão pela busca de novos negócios em terra e mar, garantimos um lucro líquido no exercício de R$ 498 milhões (14% superior ao registrado em 2022) e um Ebitda ajustado de R$ 4.930 milhões, praticamente o mesmo patamar do último ano. Esse resultado foi obtido sem a alienação de nenhum ativo da Transpetro e com austeridade.

Se analisarmos nosso desempenho pelo indicador Nopat ajustado - métrica de topo financeira da companhia, que estabelece o lucro líquido operacional após impostos –, conseguimos um resultado de R$ 968 milhões, 3,8% acima do valor projetado para 2023.

Igualmente positiva foi nossa capacidade de geração de caixa, medida pelo Fluxo de Caixa Operacional. Confirmando os esforços empreendidos para melhor a saúde financeira da companhia, superamos o patamar dos R$ 2.033 milhões líquidos dos pagamentos de arrendamento.

Quando desconsideramos os investimentos (R$ 509 milhões) e os pagamentos de dividendos realizados no ano (R$ 202 milhões), o caixa consolidado do exercício chega a R$ 2.700 milhões (R$ 2.575 milhões da Transpetro e R$ 125 milhões de nossas controladas, a Transbel e a TIBV).

Os resultados alcançados pela companhia nos permitiram repassar para a sociedade em 2023 cerca de R$ 2.548 milhões sob a forma de tributos gerados (próprios e retidos de terceiros) aos governos federal, estadual e municipal.

Outro destaque de nossa atuação em 2023 foi a ampliação das operações *Ship to Ship* (STS) no Porto de Itaqui (Maranhão), na Baía de Todos os Santos (Bahia) e no Porto de Mucuripe (Ceará). Graças a isso e a uma agenda de eficiência cada vez mais robusta, superamos o recorde de manobras de transferência direta de produtos entre navios nos terminais, com 873 operações realizadas, um aumento de 33,3% no comparativo com o ano anterior. Também ampliamos as operações *Barge to Ship* em Itacoatiara (Amazonas), expandindo as opções logísticas para o mercado regional e internacional. A nossa ampliação de operações nesse tipo de modal foi essencial para mitigar o desabastecimento de combustíveis na região Norte, que enfrentou uma seca histórica em 2023, dificultando a navegação nos rios amazônicos.

Esses números não só confirmam nossa condição de maior *STS Provider* do país como reafirmam nossa prontidão para oferecer soluções de logística integrada e serviços de qualidade aos nossos clientes. Tudo isso mantendo sempre os cuidados necessários com a integridade das nossas instalações, com a segurança e a saúde das pessoas e com a preservação do meio ambiente.

O aumento de nossa eficiência também pode ser comprovado pelo desempenho obtido pela companhia em dois indicadores operacionais. Em 2023, repetimos nosso melhor resultado da série histórica do Controle de Eficiência dos Terminais, que mensura nossa performance nas operações de carga e descarga de navios de petróleo e derivados nos terminais: 99,3%.

Merece destaque ainda o resultado obtido no indicador que mede o nível de eficiência nas operações de navios em terminais operados pela companhia, o Controle de Eficiência dos Navios, que alcançou 98,6%. A comemorar também a redução expressiva de 19%, no comparativo com o ano anterior, no tempo de espera provocado diretamente por nossa frota.

O fortalecimento da cultura de segurança foi outro ponto alto de nossa atuação em 2023. A prova disso é que garantimos novo recorde histórico para a Taxa de Acidentados Registráveis: 0,23, uma redução de 8% para a já significativa marca alcançada no ano anterior. Podemos ressaltar também que não tivemos, no último exercício, acidente de segurança de processo de maior gravidade, medido pelo indicador Nasp Tier 1.

Mesmo cientes dos avanços conquistados em 2023 e com base no valor atribuído pela companhia à segurança e à vida, mantemos sempre os cuidados redobrados com a segurança de todos. Nosso objetivo permanente é o índice zero nas taxas de acidente.

A preocupação constante da companhia com seus públicos de relacionamento se refletiu também na queda do número de furtos de combustível nos dutos que operamos. Com uma atuação ininterrupta para inibir essa prática criminosa e colaborar com as autoridades de segurança pública, garantimos mais uma significativa redução dos episódios de derivação clandestina (DC), como são conhecidas as operações realizadas por quadrilhas especializadas na extração de produto diretamente do duto.

Em 2023, registramos 28 DCs, 52% abaixo do número estabelecido no ano anterior (58). Se for considerado um horizonte de mais longo prazo, houve uma redução do número de ocorrências de aproximadamente 90% (de 261, em 2018, para os 28 registrados no ano passado). Mais do que reduzir a perda do combustível, valorizamos a diminuição do risco de acidente provocado por esse tipo de ação criminosa e seu potencial nefasto para as populações do entorno de nossas faixas e para o meio ambiente.

Para mitigar esse risco, a Transpetro investe em tecnologia por meio do Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL), que controla 92% da nossa malha dutoviária; no relacionamento com as comunidades vizinhas às faixas de dutos e na parceria com os órgãos de segurança pública.

Na frota, o Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN) tem cumprido bem seu papel de apoiar as equipes de bordo na identificação de possíveis situações de perigo, subsidiando com informações que auxiliam nos processos de tomada de decisão, aumentando a segurança das operações da companhia. Adicionalmente, o CNAN também consolida dados sobre desempenho em termos de consumo, velocidade e performance da frota para aumentar mais a nossa eficiência.

Os temas relacionados à Agenda ASG (Ambiental, Social e Governança) também pautaram nossa atuação em 2023. Reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade, investimos em diversas ações no Terminal de Guarulhos (SP), como a construção de uma usina de energia fotovoltaica, com energização prevista para março de 2024; o sistema de captação pluvial para todo consumo da água de serviço; a instalação de unidades de recuperação de vapor para mitigação das emissões no processo de carregamento rodoviário; e o desenvolvimento de projetos sociais nas comunidades vizinhas à operação. Essas inovações devem ser levadas a outros terminais nos próximos anos.

Também passamos a incorporar nas nossas operações o transporte de biocombustíveis de nova geração. No Terminal de Rio Grande (RS), passamos a fornecer biobunker (B24) para navios e, em Cubatão (SP), instalamos uma base de carregamento rodoviário de Diesel RX. Nos dois casos, estamos apoiando o escoamento de produtos da Petrobras.

Em Coari (AM), demos início ao Plano Básico Ambiental (PBA) do Território Indígena do Cajuhiri Atravessado, desenvolvido em parceria com a Funai numa iniciativa inédita para a região. Também para apoiar o desenvolvimento econômico das aldeias Cajuhiri Atravessado, Cajuhiri Atravessado I e Tupã da Fazenda formalizamos um convênio com o Sebrae para apoiar possibilidades de geração de renda dessas comunidades. O PBA prevê também a construção de habitações para os indígenas, cujo território passa pela faixa de dutos entre o campo de Urucu e o Terminal de Coari.

Outro marco importante do relacionamento com as pessoas vizinhas às nossas faixas de dutos foi a inauguração do espaço de uso comunitário de Caípe de Baixo, em São Francisco do Conde (BA), resultado da parceria da empresa com a comunidade e o Poder Público. A praça, o campo de futebol e a academia ao ar livre vão beneficiar mais de 5 mil moradores do local.

Da mesma forma, a Horta Comunitária Inclusiva do Parque Reid, que beneficiou cerca de 30 mil moradores dessa comunidade, surgiu da parceria da Transpetro com a Prefeitura de Diadema (SP) e é a primeira do município a beneficiar pessoas com deficiência. Ao todo, somente naquela faixa de dutos, foram construídos 83 canteiros, que recebem os cuidados de 43 plantadores da cidade. O projeto busca incentivar o consumo saudável e promover a complementação de renda para agricultores urbanos locais.

Também iniciamos a recomposição do quadro funcional da companhia, com a realização de concurso público para contratação de 207 pessoas, reforçamos nossos programas de treinamento e ampliamos nosso programa de estágio.

O ano de 2023 foi especial para a Transpetro. Celebrar 25 anos de relevantes serviços prestados ao país com resultados tão positivos é a consagração de uma trajetória repleta de sucesso. E mais do que isso. É a certeza de que a empresa ajustou seu rumo para o crescimento dos negócios, com a valorização do seu papel como empresa estatal e a retomada da rota da construção de um futuro ainda mais grandioso.

Vamos juntos, por terra e mar, aonde o Brasil precisar!

Sergio Bacci
Presidente da Transpetro

William França
Presidente do Conselho de Administração

SOBRE O RELATÓRIO

Este Relatório Anual reúne as principais atividades que desenvolvemos em 2023 com vistas a alcançar os objetivos estabelecidos em nosso Plano Estratégico. Nesse contexto, destacamos nosso excelente desempenho em relação às metas de segurança e de performance, de eficiência operacional e financeiras, comprovando ser possível operar com competência e manter os compromissos com a integridade das pessoas e das instalações e com a preservação do meio ambiente.

Apresentamos também, neste relato, as diversas iniciativas e ações promovidas para fomentar uma cultura orientada às pessoas, mais inclusiva e de aprendizado, essencial para a melhoria contínua dos nossos processos e do relacionamento com nossos públicos de interesse, reforçando nosso compromisso com a Agenda ASG (Ambiental, Social e Governança).

O escopo deste relatório compreende nossas atividades no Brasil e no exterior, contemplando, portanto, a Transpetro Controladora e suas subsidiárias: a *Transpetro International B.V (TI BV)*, nossa empresa sediada na Holanda; e a Transpetro Bel 09 S.A. (Transbel), sediada em Belém (PA).

▶ Capítulo 1 - GRANDES NÚMEROS

Nossas atividades de transporte e logística se concentram em duas grandes áreas: Dutos e Terminais, e Transporte Marítimo. Somos responsáveis pela operação de aproximadamente 8,5 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 48 terminais (21 terrestres e 27 aquaviários) e encerramos o ano de 2023 com 35 navios em operação (26 da Transpetro e 9 da TIBV).

Ativos Operacionais:

Número de terminais aquaviários	Número de terminais terrestres	Número de bases de carregamento rodoviário
2021 - 28	2021 - 21	2021 - 20
2022 - 28	2022 - 21	2022 - 20
2023 - 27	2023 - 21	2023 - 22

Número de tanques de petróleo, derivados e etanol	Número de esferas de GLP	Oleodutos (km)
2021 - 540	2021 - 47	2021 - 7.719
2022 - 540	2022 - 46	2022 - 7.768
2023 - 540	2023 - 46	2023 - 7.768

Gasodutos (km)	Número de navios em operação em 31 de dezembro	Capacidade da frota em operação (em milhões de toneladas de porte bruto)
2021 - 5.102	2021 - 37	2021 - 3,60
2022 - 625	2022 - 36	2022 - 3,45
2023 - 625	2023 - 35	2023 - 3,39

Movimentação:

Volume movimentado nos Terminais e Oleodutos (em milhões de m^3)	Carga Transportada por navios operados pela companhia (em milhões de m^3)
2021 -601	2021 - 57,5
2022 - 630	2022 - 58,1
2023 - 650	2023 - 55,2

Métricas de Topo:

Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)	Volume Vazado de Óleo e Derivados (Vazo) (em m^3)
2021 - 0,33	2021 - 0,00
2022 - 0,25	2022 - 0,00
2023 - 0,23	2023 - 1,42

IGEE DWT - Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa - Porte Bruto (mil tCO_2e/DWT.MN)	IGEE TON.MN - Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa - Carga Transportada (mil tCO_2e/TON.MN)
2021 e 2022 - O IGGE foi implementado em janeiro de 2023, em substituição ao GEE (Gases de Efeito Estufa)	2021 e 2022 - O IGGE foi implementado em janeiro de 2023, em substituição ao GEE (Gases de Efeito Estufa)
2023 - 4,27	2023 - 8,23

Indicador de Disponibilidade Logística (IDL)	Nopat ajustado (em milhões de reais)	*National Institute of Standards and Technology (NIST)* - Maturidade de Segurança da Informação (em pontos)
2021 - 96,0%	2021 - 1.526	2021 - 1.46
2022 - 94,6%	2022 - 1.285	2022 - 2,42
2023 - 95,1%	2023 - 968	2023 - 3,05

▶ Capítulo 2 - VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E MODELO DE NEGÓCIOS

▶ QUEM SOMOS

Nosso Propósito

Prover soluções logísticas para o segmento de óleo, gás e produtos de baixo carbono, contribuindo para o desenvolvimento humano e social, de forma ética, justa, segura e competitiva.

Nossa Visão

Ser a melhor empresa de logística para os segmentos de óleo, gás e produtos de baixo carbono da América Latina, de forma integrada com a Petrobras, gerando valor com sustentabilidade, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas.

Nossos Valores

Os valores, em conjunto com o propósito e a visão, definem a identidade organizacional, além de guiar o comportamento da força de trabalho e da liderança, sendo parte integrante da cultura da Transpetro.

São valores da Transpetro:

- **Cuidado com as pessoas:** Cuidar das pessoas, promovendo diversidade, equidade e inclusão, saúde, bem-estar e segurança física e psicológica;
- **Integridade:** Agir com ética, transparência e coerência entre discurso e prática;
- **Sustentabilidade:** Gerar valor para a companhia e as partes interessadas com visão de longo prazo e compromisso com a vida, a transição energética justa, o meio ambiente e a sociedade;
- **Inovação:** Construir novos caminhos para a companhia, superando barreiras com colaboração, tecnologia, capacidade técnica e aprendizagem contínua;
- **Comprometimento:** Trabalhar com excelência e propósito em prol do desenvolvimento da Transpetro, da Petrobras e do país.

▶ ONDE ESTAMOS

Além da atuação em todo o Brasil, por meio de dutos, terminais e navios, a Transpetro atua no exterior, em operações de longo curso dos navios da frota.

▶ ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Considerando o propósito da companhia como provedora de soluções logísticas integradas para a indústria de óleo, gás e produtos de baixo carbono e os desafios elencados no nosso Plano Estratégico 2023-2027, identificamos a necessidade de revisar o nosso desenho organizacional, visando suportar a expansão dos negócios em terra e em mar.

A nova estrutura implementada considerou nossos principais direcionadores: (i) a segmentação das unidades de negócio em duas diretorias distintas (Dutos e Terminais e Transporte Marítimo), visando ao aproveitamento máximo do nível de especialização de cada área e ao aumento do foco na operação de cada modal; (ii) o fortalecimento das atividades de suporte direto à operação, em especial, da área de engenharia, visando suportar a implementação de novos projetos de expansão e tecnologias associadas aos requisitos de eficiência energética e sustentabilidade; e, (iii) o fortalecimento da área comercial, com foco no provimento de soluções logísticas para alavancar os negócios da Petrobras e, no desenvolvimento de novos negócios e na geração de receita em áreas que não conflitam com os interesses da controladora.

Com as alterações promovidas, nossa estrutura organizacional passou a contar com três diretorias: Transporte Marítimo, Dutos e Terminais e Financeira, além da Presidência.

continua ▶

INÊS249

BR TRANSPETRO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

▸ continuação

Conselho Fiscal
CA
Presidente
Recursos Humanos | Gabinete da Presidência
Segurança, Meio Ambiente e Saúde | Gestão de Riscos Empresariais
Desenvolvimento de Negócios e Comercialização | Comunicação Empresarial e Responsabilidade Social

Diretor de Dutos e Terminais: Operação de Dutos e Terminais N/NE/SE; Operação de Dutos e Terminais S/SP/CO; Integra; Engenharia de Dutos e Terminais; Manutenção, Integridade e Eficiência de DT; Proteção de Dutos

Diretor de Transporte Marítimo: Operação de Navios; Engenharia e Manutenção de Navios; Inspetoria Geral

Diretor Financeiro: Contabilidade e Tributos; Finanças; Gestão de Bens e Serviços; Planejamento e Gestão Empresarial; Tecnologia da Informação

Legenda: Pres/Diretor | GE | GG

Além da reestruturação implementada em 2023, o Conselho de Administração da Transpetro aprovou, no ano passado, o retorno das atividades do Jurídico - antes conduzidas pela estrutura organizacional da Petrobras em modelo de compartilhamento de estrutura - para a gestão direta da Transpetro a partir de janeiro de 2024.

Capítulo 3 - GESTÃO DE PESSOAS

Baseadas em valores e princípios éticos e alinhadas ao nosso Plano Estratégico, as ações de gestão de pessoas desenvolvidas têm como alvo o respeito e a valorização do nosso capital humano e evidenciam a contribuição individual e da equipe para o alcance dos melhores resultados para a companhia.

Ampliamos nossas ações de valorização do diálogo, do respeito e da diversidade e implementamos inúmeras iniciativas voltadas à promoção da equidade e da segurança psicológica. Entre elas, grupos de afinidade, pesquisa de diversidade e inclusão e plano para a melhoria da acessibilidade de pessoas com deficiência.

Na gestão de pessoas, adotamos ações de diversidade e inclusão, como letramentos, publicação de guias orientadores, eventos de diálogo. A reestruturação administrativa realizada no período ampliou a diversidade nas funções de liderança, reforçando essa visão estratégica da nova gestão.

Lançamos guias de diversidade, incluindo uma cartilha de combate à violência no trabalho. Publicamos, também, o guia de diversidade geracional, focado na convivência entre gerações, valorizando a diversidade etária. Completamos, assim, seis materiais orientadores que chamaram a atenção no mercado e no Governo, sendo usados como referência pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás.

Um dos valores da companhia, a integridade ganhou ainda mais solidez a partir da obrigatoriedade estabelecida de realização de processos de recrutamento e seleção para o provimento das funções gerenciais. A diversidade também passou a ser considerada no processo, de forma que o conjunto de candidatos reflita o perfil de gênero e raça da companhia.

A medida ampliou as oportunidades de ascensão dos empregados na carreira, possibilitando a designação de profissionais mais aderentes ao perfil das posições e reforçando nosso compromisso com a transparência e a diversidade nesse processo.

O conjunto de valores, crenças e comportamentos compartilhados de forma natural por todas as pessoas que integram a Transpetro refletem o nosso jeito de ser e orientam nossas decisões tomadas no dia a dia.

Hábitos, normas e atitudes que representam a maneira Transpetro de fazer negócios e de tratar parceiros (força de trabalho e clientes) e sociedade em geral foram encorajados ao longo do ano e direcionados à facilitação do alcance dos nossos objetivos de negócios.

Para mensurar aspectos de gestão de pessoas que influenciam a satisfação dos nossos profissionais, realizamos ao longo de 2023 pesquisa interna para avaliar os principais fatores que influenciam o nível de engajamento dos nossos profissionais. Destaque para o orgulho em pertencer e a resiliência como elementos favoráveis da nossa cultura organizacional.

Pautada na valorização de nossa força de trabalho e parceiros, bem como na integridade, a gestão de pessoas na companhia está alinhada aos objetivos do negócio e contribui de forma valiosa para o alcance dos resultados planejados pela empresa.

Adequação do Efetivo

Em continuidade ao processo de adequação do efetivo, em 2023 realizamos ações visando à garantia dos recursos necessários à operação da companhia, em alinhamento com nosso planejamento estratégico e com o balanceamento das carências de pessoal entre as áreas. Tudo isso com foco na garantia da segurança e na preservação da integridade das pessoas, das instalações e do meio ambiente.

As iniciativas incluíram, entre outras, a realização de Processos Seletivo Públicos para os Quadros de Mar e de Terra da Transpetro e Programas de Mobilidade Internos. O referido programa visou promover a adequação do efetivo, possibilitando compatibilizar os interesses da companhia e dos empregados.

Encerramos o ano com uma equipe formada por 5.367 empregados próprios.

Total do efetivo	Composição do efetivo	Efetivo por gênero
2021 - 5.539	Terra - 3.573	Homens - 4.556
2022 - 5.326	Mar - 1.794	Mulheres - 811
2023 - 5.367		

Em 2023, a Transpetro manteve 123 pessoas em seu Programa de Jovens Aprendizes. Esse grupo realizou atividades teóricas e práticas voltadas à orientação profissional e teve acesso a informações diferenciadas sobre postura e ambiente profissional e a expectativas de desenvolvimento. Tudo isso de forma a preparar esses jovens para o mercado de trabalho.

Recebemos, ao longo de 2023, 140 estudantes em nosso Programa de Estágio. A iniciativa tem como foco estudantes de níveis técnico e superior que desejam vivenciar uma experiência de aprendizagem profissional. Assim, oferecemos espaço para o estagiário desenvolver conhecimento, habilidades e atitudes e trocar experiências essenciais para o crescimento mútuo.

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CAPACITAÇÕES

Em 2023, alinhados aos direcionadores estratégicos, implementamos várias iniciativas de desenvolvimento de soluções educacionais para empregados e líderes voltadas à gestão de ativos, diversidade e inclusão, à melhoria do atendimento a clientes externos e internos e à capacitação técnica. Entre elas, planos táticos para a Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento da Liderança Feminina e ações para alcance da regularidade nos treinamentos de empregados de terra e mar.

Em parceria com a Diretoria de Transporte Marítimo e a Gerência Executiva de Tecnologia da Informação (TI), criamos um plano de ação que envolve o provimento de pessoal, a revisão das necessidades de capacitação, o público-alvo, as tecnologias, os acessos e estratégias de engajamento, visando à melhoria nos processos e à oferta de treinamentos e capacitações que serão necessários ao projeto TP25 (projeto de aquisição de novos navios) e à eficiência da frota.

Celebramos uma parceria com a Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC), a fim de elaborar um Programa de Gestão do Conhecimento na Transpetro. O objetivo principal é identificar os desafios de negócio que impactam nossos projetos e processos estratégicos, bem como as necessidades de conhecimento que possam estar associados a eles.

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Realizamos uma curadoria no catálogo de cursos que gerou uma redução na quantidade ofertada. O conteúdo disponibilizado, porém, está mais direcionado às necessidades de desenvolvimento da Transpetro.

Lançamos quatro canais de aprendizagem, com conteúdos internacionais organizados por público-alvo. Lançamos 85 novos cursos com temas voltados à diversidade e inclusão, à segurança psicológica, à comunicação, à análise de dados e a sistemas, entre outros.

Nossa força de trabalho concluiu mais de 42 mil capacitações no AVA, gerando cerca de 96,5 mil horas de treinamento.

CENTRO DE SIMULADORES DE OPERAÇÃO DE NAVIOS

Investimos em nosso parque de simuladores, com a ampliação para classificação do Centro de Máquinas, tanto para oferta de capacitação aos nossos empregados e ao público externo, como para o aumento de segurança. Por meio de análises de manobras, também buscamos abrir oportunidade à prestação de novos serviços e reforçar a posição da Transpetro no mercado como a melhor alternativa para operação de ativos de logística de óleo, gás e produtos de baixo carbono.

Estivemos presentes, com uma réplica do Simulador Marítimo e Hidroviário, em dois grandes eventos da indústria marítima: a XIX Jornada de Operadores de Terminais Marítimos Petroleiros e Monoboias (Slom); e a Navalshore. Com isso, demostramos ao mercado a versatilidade da utilização desses equipamentos em treinamentos e simulações customizadas.

Realizamos serviços de análise de engenharia, com simulações em "real time", auxiliando a tomada de decisão em projetos estratégicos da empresa.

Buscando contribuir com a formação e a capacitação dos futuros oficiais, firmamos parceria com o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga) e recebemos, alunos da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (Efomm), que realizaram exercícios práticos nos simuladores de passadiço e de máquinas.

DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES

Implantamos o Programa de Liderança Feminina com o objetivo de construir um ambiente com mais diversidade e equidade. O programa começou com a Mentoria Feminina, que envolveu 25 mentoras e 26 mentoradas.

Para 2024, está prevista a ampliação do programa. A expectativa é consolidar a cultura fomentada e possibilitar que as mulheres estejam ainda mais preparadas para os novos desafios da companhia.

Em 2023, implementamos também o Programa Liderança de Bordo. Composto por cursos de ensino a distância (EAD) e por vivências, ele visa ao desenvolvimento da liderança de bordo da Transpetro, preparando a companhia para os novos desafios da logística e o crescimento da indústria naval. O índice de aprovação dos participantes foi de 87%. O programa de Aperfeiçoamento de Líderes, outra iniciativa de 2023, consiste na capacitação dos gestores dos terminais por meio de eventos híbridos.

Os participantes visitaram cinco terminais, abrangendo 38 áreas operacionais.

O Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) é oferecido de forma perene na companhia. O destaque de 2023 foi a retomada da experiência presencial, com a participação de 193 líderes.

O Inspirando Novos Líderes (INL), que visa à capacitação de gestores em primeira função (até dois anos), substitutos e empregados indicados por seus gestores pelo potencial demonstrado para ascensão na carreira, envolveu 139 empregados.

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) dos consultores foi uma ação integrante do plano de revisão da função especialista. O objetivo foi capacitar os consultores para aprimorar sua atuação nas responsabilidades inerentes à função.

Total de horas treinadas	Número de participações de empregados em treinamento	Média de horas treinadas por empregado
2021 - 157.625	2021 - 43.287	2021 - 28
2022 - 233.651	2022 - 46.440	2022 - 43
2023 - 173.065	2023 - 41.793	2023 - 34

Capítulo 4 - PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Prêmio Employer Branding Brasil

Ganhamos o Prêmio *Employer Branding Brasil* na categoria Diversidade & Inclusão. O evento contou com mais de 200 marcas inscritas, que concorreram nas categorias Melhor Campanha de Atração, Melhor Campanha de Diversidade & Inclusão, Melhor Experiência de Candidato, Melhor Experiência de Colaborador, Melhor EVP (*Employee Value Proposition*) e Melhor Site de Carreira. Para conquistarmos o primeiro lugar, superamos as outras finalistas da categoria: Natura, Bayer e Descomplica. O prêmio destaca as marcas com melhores práticas corporativas do país.

Prêmio Portos + Brasil

O Terminal Aquaviário de Madre de Deus (Temadre), localizado na Bahia e operado pela Transpetro, conquistou o segundo lugar na categoria Crescimento da Movimentação de Granel Líquido na 4ª edição do Prêmio Portos + Brasil. A premiação, promovida pelo Ministério de Portos e Aeroportos, é considerada o "Oscar" do setor portuário brasileiro.

Prêmio Antaq

O Terminal de Coari (AM) conquistou o primeiro lugar na categoria Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da 6ª edição do Prêmio Antaq, promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A premiação reconhece iniciativas que contribuem para a melhoria da prestação de serviços de transporte aquaviários à sociedade. Em 2023, o tema foi Melhores Práticas ASG e Inovação, destacando as empresas com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores

Fomos finalistas em duas categorias do Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores (PEMCC): Diversidade e Inclusão e *Employer Branding*. Promovida pelas plataformas Melhor RH e Negócios da Comunicação, a iniciativa reconhece projetos que unem estratégias de comunicação interna criativas e inovadoras à gestão de pessoas. Participaram da disputa cerca de 100 *cases*. Concorremos no pilar Temas com os *cases* De Cara Nova, que ressaltou o orgulho de ser Transpetro em todas as etapas do retorno ao trabalho presencial após a pandemia, e Ações de Letramento, Sensibilização, Capacitação e Mobilização de Colaboradores, focadas na equidade de gênero, equidade racial, combate ao preconceito contra pessoas com deficiência e diversidade sexual e de gênero.

CAPÍTULO 5 - Agenda ASG (Ambiental, Social e Governança)

'Cuidado com as pessoas', 'Integridade' e 'Sustentabilidade'. Esses valores, assim como os demais adotados pela companhia, são compromissos indissociáveis de nossa atuação e representam a base de nosso Plano Estratégico. Para fazer valer esses compromissos, estamos cada vez mais alinhados com a Agenda ASG (Ambiental, Social e Governança), expressão criada a partir de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) como forma de incentivar as empresas a incorporar todos esses aspectos em suas práticas corporativas.

Conscientes de nossa função social, pautamos nossa atuação nas melhores práticas de governança e na conduta empresarial responsável, de forma a garantir que nossos resultados financeiros estejam sempre associados aos interesses da sociedade em geral.

AMBIENTAL

Para ampliar nossas ações de sustentabilidade alinhadas com os compromissos ASG, mantivemos entre nossas iniciativas para 2023 o Programa de Controle e Redução das Emissões Atmosféricas e incluímos o indicador de intensidade de emissões da frota como métrica de topo. Além disso, incluímos o indicador de emissões absolutas como métrica para composição da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), assim como o indicador de Água Doce Captada.

PROGRAMA DE CONTROLE E REDUÇÃO DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Esse programa tem como principal foco o aumento da eficiência energética da nossa frota de navios, por ser a principal fonte de emissões da companhia, respondendo por mais de 90% dessas emissões. A nossa carteira, relativa aos navios, contempla projetos para redução da resistência ao avanço, otimização de equipamentos e projetos para controle das variáveis logísticas, conforme a seguir:

Redução da resistência ao avanço: estamos implementando projetos envolvendo apêndices hidrodinâmicos e sistemas para otimização de Trim (diferença entre os calados a ré e avante de uma embarcação). Adicionalmente, continuamos utilizando tintas de alto desempenho que são aplicadas nos cascos das embarcações durante as docagens de modo a minimizar a aderência de incrustações e realizando limpeza de casco, de forma periódica, para evitar perda no desempenho da embarcação.

Otimização de equipamentos: estamos implementando sistemas de otimização de combustão nos motores de propulsão principal dos navios da frota. Projetos para instalação de equipamentos mais eficientes utilizados na operação dos navios, como apêndices de casco e propulsores, estão em estudo para implementação.

Controle das variáveis logísticas: estamos implementando sistemas de controle de velocidade em cruzeiro e monitorando a velocidade das embarcações para que os navios naveguem na velocidade mais eficiente, sem deixar de atender às programações do nosso cliente.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E RESULTADO EM 2023 DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

1. Instalação de seis apêndices hidrodinâmicos de casco, propulsor e leme em quatro navios; ganhos teóricos de aproximadamente 4% na redução de emissão e no consumo de combustível. Investimento de 200 mil dólares por dispositivo.
2. Instalação do sistema de otimização de Trim em nove navios. A instalação nas demais embarcações ocorrerá ao longo de 2024; ganhos teóricos de aproximadamente 1,5% na redução de emissão e no consumo de combustível. Investimento aproximado de 50 mil dólares por dispositivo.
3. Instalação do sistema para otimização de combustão, implementado em 11 navios; ganhos teóricos de aproximadamente 1% na redução de emissão e no consumo de combustível. Investimento aproximado de 50 mil dólares por dispositivo.
4. Instalação em 16 navios do sistema de limitação de potência, requisito obrigatório para obtenção de certificado de eficiência energética, a partir da primeira vistoria da *International Air Pollution Prevention (IAPP)* em 2023.

Destacamos ainda a implantação e a interligação à concessionária EDP da planta-piloto de minigeração distribuída de energia fotovoltaica do Terminal de Guarulhos. A capacidade prevista de geração é de 435 MWh/ano, com início planejado para março de 2024, promovendo, assim, economia nos custos de energia elétrica do terminal.

Avançamos com o plano de redução no consumo da Água Doce Captada (ADC), no âmbito do Plano Estratégico 2023-2027, que compreende projetos de reuso ou reaproveitamento de água, ações de conscientização, programas de redução de vazamentos, entre outras práticas.

Nesse sentido, demos continuidade à campanha 'Segurança Hídrica: água para todos', que incentiva a redução do consumo nos processos das unidades da Transpetro, com o intuito de reforçar a necessidade do uso sustentável da água diante de um cenário de escassez hídrica, além de fortalecer o engajamento dos nossos colaboradores. Adicionalmente, iniciamos o monitoramento remoto dos hidrômetros instalados em locais estratégicos dos terminais de Angra dos Reis (RJ) e de Barueri (SP). O objetivo é melhorar a gestão do consumo da água nos terminais e responder de forma célere a eventual vazamento.

Com essas ações, contribuímos para o compromisso da Petrobras de reduzir a captação de água doce em 40% até 2030.

A fim de fortalecer as diretrizes corporativas para a Gestão de Riscos e Impactos à Biodiversidade, e em alinhamento com a Petrobras, avançamos na elaboração dos Planos de Ação de Biodiversidade (PAB) para os terminais e dutos nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. As informações provenientes desses estudos servirão de base para a formação de um banco de dados, elevando o conhecimento das áreas e permitindo ações efetivas para a preservação e a mitigação de impactos sobre a biodiversidade.

Com o objetivo ainda de ampliar as ações de sustentabilidade e de reduzir a geração e a destinação de resíduos no curto, médio e longo prazos, ampliamos o Plano de Redução de Resíduos, no que se refere à geração e à otimização da destinação para rotas de reciclagem, recuperação e reuso. Entre as ações incluídas no plano, realizamos diagnósticos das principais fontes de geração de lodos das Estações de Tratamento de Efluentes e de Resíduos de Construção Civil. Adicionalmente, promovemos ações para o gerenciamento ambiental de borras oleosas.

SEGURANÇA

Nossa atuação está voltada a garantir a segurança operacional e das pessoas. Com o monitoramento permanente dos nossos processos logísticos, evitamos e minimizamos riscos de acidentes que impactam a produção, o meio ambiente, as comunidades e os trabalhadores.

Investimos no fortalecimento da cultura de segurança por meio de um contínuo esforço de treinamento de nossa força de trabalho para o cumprimento de requisitos de segurança e a minimização da exposição aos riscos operacionais, de acordo com as melhores práticas internacionais.

INDICADORES DE DESEMPENHO EM SEGURANÇA

Operamos de acordo com os melhores padrões de segurança mundial. Para monitorar nosso desempenho nessa área, utilizamos como métrica a Taxa de Acidentados Registráveis por milhão de horas-homem (TAR).

Em 2023, obtivemos uma TAR de 0,23, nosso melhor resultado anual histórico. A taxa ficou 8% abaixo do realizado em 2022, que já havia sido recorde, e representou um grande avanço da companhia, se comparado com os anos anteriores. Esse valor também se destaca quando comparado com a TAR da indústria de óleo, gás e produtos de baixo carbono. O resultado é consequência direta da implantação de iniciativas de fortalecimento contínuo da nossa cultura de segurança. Entre elas, os programas para reforço da gestão de segurança e o Programa Compromisso com a Vida (PCV), cujo foco é a prevenção de acidentes e a preservação da vida e do meio ambiente. Adotamos uma nova visão de segurança, que considera imprescindível a abordagem de Fatores Humanos.

DESEMPENHO DE SEGURANÇA DE PROCESSO

Nosso desempenho em Segurança de Processo é acompanhado por indicadores estabelecidos conforme as melhores práticas da indústria: o Número de Anomalias de Segurança de Processo Nível 1 (Nasp Tier 1) e Nível 2 (Nasp Tier 2). Acidentes de segurança de processo são eventos caracterizados por perdas de contenção primária, com liberações não planejadas ou não controladas de produtos perigosos ou energia em instalações de processamento, e têm potencial de causar impactos ambientais, danos às instalações e às pessoas. O indicador Nasp Tier 1 registra os acidentes de segurança de processo de maior gravidade. O Nasp Tier 2, os de menor gravidade. Em 2023 ocorreram dois eventos Nasp Tier 2 na Transpetro, com impacto nesse indicador.

Nasp Tier 1:	Nasp Tier 2:
2021 - 0	2021 - 2
2022 - 0	2022 - 0
2023 - 0	2023 - 2

AÇÕES DE DESTAQUES EM 2023 NA ÁREA DE SEGURANÇA OPERACIONAL:

1. Avançamos na Jornada de Fatores Humanos, com a formação de especialistas em Fatores Humanos e o lançamento de EAD de Conceitos Básicos de Fatores Humanos;
2. Realizamos campanhas de segurança;
3. Aplicamos sistemática de verificação da aderência às Regras de Ouro;
4. Realizamos avaliações dos Centros de Resposta a Emergência (CRE) para garantir a pronta resposta e eficiência operacional;
5. Realizamos exercícios simulados, visando manter nossa capacidade de pronto atendimento de resposta a emergências;
6. Realizamos treinamentos práticos de combate à poluição, com foco no combate a vazamento de petróleo e seus derivados, que tiveram a participação de mais de 200 colaboradores;
7. Divulgamos, em eventos e congressos externos o simulador da Transpetro de combate à poluição por óleo no mar;
8. Dentro do propósito de promover a abordagem de Fatores Humanos na construção de uma nova visão da segurança, capacitamos as lideranças da companhia sobre os princípios que fundamentam o tema.

INTEGRIDADE DE DUTOS E TERMINAIS

Nosso principal Indicador de Cumprimento de Integridade de Dutos (Icid) alcançou pelo terceiro ano consecutivo a meta estabelecida nas Iniciativas Estratégicas da Transpetro. Nosso resultado em 2023 foi de 99,7%, diante da meta de 99,3%.

Em 2023, a gestão de integridade de ativos de terminais também alcançou resultados inéditos para a companhia. O Indicador Consolidado de Integridade de Terminais (Icit) teve sua média elevada de 98,9%, em 2022, para 99,5%, em 2023. Isso representa aumento significativo da segurança em nossas instalações e a perspectiva de prolongamento da vida útil de nossos ativos.

PROTEÇÃO DE DUTOS

A sinergia entre Petrobras e Transpetro em 2023 permaneceu como fator determinante para o avanço considerável no combate às ações de furto de combustíveis em nossa malha de dutos, também conhecidas como derivações clandestinas. Essa parceria resultou em ações que reforçaram nosso compromisso com a vida, o meio ambiente e a segurança operacional.

Em 2023, fortalecemos o relacionamento com as forças de segurança pública em todo o país, estreitamos os laços com as comunidades vizinhas a nossas malhas de dutos, fomentando a conscientização e os projetos sociais, e investimos no aprimoramento de ferramentas tecnológicas, visando à ampliação do monitoramento das faixas de dutos e à maior eficácia na prevenção de derivações clandestinas.

continua ▸

BR TRANSPETRO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

▸ continuação

Essas ações ajudaram a reduzir em 52% o número de casos: de 58, em 2022, para 28, em 2023. Nas áreas urbanas, verificamos uma diminuição do número de ocorrências, minimizando os riscos para a população. Já nas áreas industriais, não houve registro de ocorrências. Além disso, verificamos uma redução de 67% no volume furtado, diminuindo a probabilidade de danos ao meio ambiente. Se for considerado um horizonte de mais longo prazo, houve uma redução do número de ocorrências de aproximadamente 90% (de 261 em 2018 para os 28 registrados em 2023).

Dessa maneira, as realizações denotadas pelos resultados confirmam a redução do risco associado à derivação clandestina.

SAÚDE

Alinhados aos compromissos ASG, especialmente no que tange ao nosso valor “Cuidado com as pessoas”, desenvolvemos ações de prevenção com o trabalhador. Investimos na educação em saúde, na conscientização e instrumentalização do indivíduo no cuidado consigo e com o outro, e na construção de pessoas e ambientes saudáveis.

Em 2023, destacamos as iniciativas relacionadas à saúde mental e as ações voltadas a levar a saúde mais perto de nossos colaboradores embarcados. Tudo isso sem deixar de dar atenção aos demais aspectos da construção da saúde integral, como a atividade física e as avaliações periódicas de saúde.

AÇÕES DE DESTAQUE EM 2023

Concluímos o projeto de enfermaria de bordo modelo, celebrada em visita da Saúde a Bordo. Nessa visita, levamos equipamento odontológico portátil e equipe de saúde, para ações de educação em saúde, incluindo capacitação do auxiliar de saúde (ASA), inspeções de saúde bucal e simulado de teleatendimento de emergência em saúde entre a enfermaria do navio e nosso setor de emergência do Núcleo Integrado de Saúde (NIS).

Somos a primeira empresa de navegação da América Latina a implantar em seus navios um sistema próprio de telessaúde com recurso de videoconsulta em tempo real, disponível 24 horas por dia, trazendo insumos para apoio ao diagnóstico precoce essencial para a manutenção da vida e redução de danos.

Fortalecemos o Programa de Saúde Mental, com incremento nas ações de teleatendimento em psicologia, capacitação das lideranças e campanhas antiestigma. No fim do ano, realizamos a 1ª Jornada de Saúde Mental da Transpetro, quando assumimos o compromisso de buscar a inclusão no Movimento Mente em Foco, iniciativa do Pacto Global para Saúde.

SOCIAL

Dedicamos o ano de 2023 ao fortalecimento de nossa agenda social. Para alcançarmos os resultados pretendidos, incluímos em nosso Plano Estratégico os compromissos sociais a serem cumpridos pela companhia.

DIREITOS HUMANOS

Com base em nossa Política de Responsabilidade Social e nas Diretrizes de Direitos Humanos, fortalecemos nossa atuação nas mais diversas atividades e nas nossas operações, sempre de acordo com as práticas do mercado e em alinhamento com a Petrobras.

A atuação em Direitos Humanos na Transpetro tem três pilares: sensibilização, capacitação e *due diligence*. Com base nesses três pontos, desenvolvemos uma estratégia que possibilitou à Transpetro a divulgação ágil do conteúdo da diretriz corporativa, a mobilização da força de trabalho e a conscientização quanto a sua participação no atendimento à Diretriz de Direitos Humanos.

Em 2023, realizamos várias ações de sensibilização em conjunto com o Comitê de Diversidade e Inclusão e a Gerência Setorial de Diversidade: Diálogos Transpetro, campanhas sobre diversidade, criação do Momento Somos Humanos - para estimular a reflexão sobre Direitos Humanos - e uma biblioteca com apresentações sobre a temática a serem utilizadas nos Momentos de Integridade e nos Diálogos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (DSMS).

No pilar capacitação, desenvolvemos um itinerário formativo para colaborar com o aprimoramento das nossas equipes, levando em conta os principais riscos de violação de direitos relacionados às atividades cotidianas dos profissionais. Cerca de 6 mil colaboradores, entre empregados e prestadores de serviço, concluíram o Curso de Formação Básica em Direitos Humanos.

O processo de *due diligence* teve início com o diagnóstico dos processos corporativos e operacionais quanto ao seu atendimento à Diretriz de Direitos Humanos da Transpetro. Criamos um aplicativo especificamente para essa finalidade. As informações inseridas no aplicativo alimentam o Painel de Direitos Humanos, uma importante ferramenta de gestão para estabelecimento de metas e estratégias corporativas, na prevenção de violações de direitos e na mitigação de riscos corporativos de direitos humanos.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Os temas de inclusão e diversidade também são considerados compromissos sociais da Transpetro e estiveram presentes em diversas ações desenvolvidas durante o ano de 2023. Com o apoio de nosso Comitê de Diversidade & Inclusão, realizamos amplo calendário de eventos voltados à sensibilização e à orientação de empregados, como os Diálogos Transpetro e a 1ª Semana da Diversidade. Entre os temas tratados, destacamos etarismo, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, raça, gênero e paternidade responsável. Ressaltamos ainda a criação do grupo de afinidade para tratar da questão de raça por meio da mobilização dos empregados.

Reforçamos também, de forma normativa, procedimentos que favorecem a diversidade em funções de liderança. Em nosso processo de formação de líderes, o atributo de formação de equipes preza, indica e orienta a importância da diversidade como instrumento de equipes inovadoras, múltiplas e mais eficientes.

Desenvolvemos ainda o Painel de Diversidade, recurso digital que permite acesso a uma série de informações, indicadores, avaliações comparativas e dados históricos relacionados à diversidade e à inclusão. São instrumentos de grande valor para o desenvolvimento de ações específicas e direcionadas para questões mais sensíveis dentro da companhia.

Finalmente, em mais uma demonstração de que não toleramos ações classificadas como violência no ambiente de trabalho, realizamos evento específico em que a Alta Administração reforçou para todos os nossos colaboradores questões relacionadas ao assédio em todas as suas formas.

RELACIONAMENTO COMUNITÁRIO

O compromisso com a vida, as pessoas e o meio ambiente orientou o desenvolvimento das ações voltadas às comunidades com as quais compartilhamos os territórios. Realizamos um conjunto de atividades de conscientização destinadas, sobretudo, a resguardar a segurança e a saúde das comunidades vizinhas às nossas instalações e a proteger o meio ambiente.

Em termos de relacionamento com os públicos de interesse, conquistamos muitos avanços. O esforço de comunicação e sensibilização realizado em comunidades vizinhas às faixas de dutos somados aos investimentos em tecnologia, segurança e monitoramento e ações com entes públicos diminuíram a incidência de derivações clandestinas, que colocam em risco as comunidades.

Na Transpetro, os setores que lidam com comunidades e outras partes interessadas atuam em conjunto para integração de suas iniciativas de forma colaborativa por meio do Fórum Permanente de Relacionamento Comunitário, desenvolvendo orientações e soluções corporativas, assim como o contínuo debate sobre os temas mais críticos. Como desdobramento desse fórum, criamos comitês técnicos de relacionamento comunitário para o tratamento específico de demandas técnicas.

Publicamos o Padrão Gerir Relacionamento Comunitário da Transpetro, que apresenta as oito diretrizes para a construção de uma empresa engajada com a população impactada pela nossa atuação. Com isso, a partir de impactos negativos, queremos gerar impactos positivos.

Desenvolvemos elementos avaliativos sobre a criticidade para riscos sociais, resultado do Grupo de Trabalho de Riscos Sociais. Elegemos, também, indicadores de relacionamento comunitário. O Seminário Troca de Saberes ocorreu pela primeira vez de forma presencial e contou com a participação de representantes das regionais em abrangência nacional.

Em busca das melhores práticas de mercado e casos internos de sucesso, para o melhor entendimento sobre a atuação da companhia, desenvolvemos um itinerário para formação de colaboradores da companhia em Relacionamento Comunitário. Essa iniciativa propõe formação sólida e multifacetada dos profissionais com a missão de lidar diretamente com esse importante público de interesse da Transpetro.

Com o fim da pandemia e a consequente possibilidade de novamente estarmos mais próximos de nossos públicos de relacionamento, intensificamos a realização de atividades voltadas às comunidades. Tratamos diferentes temas - como integridade de dutos e preservação da faixa - em reuniões, palestras, simulados e visitas. Promovemos o aperfeiçoamento do canal 168, que incluiu a melhoria no atendimento e auditoria dos chamados. Também intensificamos a divulgação do telefone 168, canal de comunicação de comunidades e outros públicos com a companhia.

Reestruturamos nossa carteira de projetos socioambientais com o desenvolvimento de planos táticos locais relacionados ao nosso negócio, em parceria com as equipes regionais, respeitando a realidade de cada área de atuação. Foram três projetos contemplados: Cine Transpetro, Faixa Limpa II e Do Mangue ao Mar. Em 2023, investimos mais de R$ 4,2 milhões.

Ao longo de 2023, ampliamos nossa atuação nas comunidades, buscando solucionar conflitos de forma colaborativa e participativa. Como exemplo, podemos citar o trabalho realizado nas aldeias indígenas de Cajuhiri Atravessado, em Coari (AM), que resultou na implantação dos programas de compensação do Plano Básico Ambiental do Território Indígena Cajuhiri Atravessado como complemento ao Estudo de Componente Indígena. A inauguração do centro esportivo e quadra de futebol de Caípe de Baixo, em São Francisco do Conde (BA) - uma parceria da empresa com a comunidade e o poder público - foi outro marco importante do Relacionamento Comunitário da Transpetro.

Desenvolvemos iniciativas para elaboração de programas de compensação ambiental em comunidades tradicionais no litoral de São Paulo e no trecho de Faixa de Dutos Rio de Janeiro/Minas Gerais (RJMG), além de pesquisas e estudos colaborativos para o desenvolvimento de soluções integradas para comunidades vizinhas às instalações e às operações da companhia.

COMUNICAÇÃO

As ações desenvolvidas para a celebração dos 25 anos da companhia foram um dos destaques da nossa atuação em 2023. Ao longo do ano, promovemos o engajamento de nossa força de trabalho, de terra e mar, e reafirmamos o orgulho de ser Transpetro. Atividades realizadas de Norte a Sul do país, envolvendo também nosso público externo, evidenciaram nossa condição de maior empresa de logística de petróleo e derivados da América Latina e ressaltaram os cuidados que mantemos com a vida, as pessoas e o meio ambiente.

Entre as atividades realizadas no projeto ‘Somos Transpetro 25 Anos’, destaque para a Semana de celebração do aniversário da companhia, com eventos presenciais em todos os terminais e navios; o lançamento da 1ª Horta Comunitária Inclusiva em Diadema (SP); a exposição fotográfica ‘A Transpetro sob diferentes olhares’; o projeto ‘Somos Transpetro pelos Quatro Cantos’, que percorreu dez unidades operacionais de terra e mar e resultou na construção de um painel de 210 x 90 centímetros; e a ‘*Websérie* 25 Histórias Inspiradoras’, que ressaltou nossa diversidade e competência técnica única por meio da trajetória de vida de nossos empregados.

Lançamos ainda em 2023 a revista digital e o *podcast* ‘Transpetro em Movimento’. Os dois novos canais de comunicação, voltados aos públicos interno e externo, trazem, de forma transparente, informações sobre nossos negócios, além de uma visão abrangente sobre os principais temas relacionados à companhia. O público externo pode acessar o conteúdo pelo nosso Site ou *LinkedIn*. Já a força de trabalho pode ainda acompanhar as edições trimestrais da revista e os episódios mensais do *podcast* pelo portal da companhia.

Com o mesmo objetivo de estreitar o relacionamento com nossos diversos públicos e de melhorar nossos canais de comunicação, lançamos novo site. Mais atrativo para os usuários, ele apresenta um *design* mais moderno e o foco está mais voltado aos nossos negócios. Com as mudanças, o número médio de visitas mensais subiu de 50 mil para 114 mil. Se considerarmos apenas visitantes únicos, saltamos de 11 mil para 47 mil.

Para criarmos o novo ambiente virtual, realizamos um trabalho de *benchmarking* com as principais empresas do setor de óleo e gás e ouvimos as diversas áreas da companhia a fim de levantar as melhorias necessárias e atender aos requisitos da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da Lei das Estatais. O estudo resultou em uma ferramenta totalmente adaptada aos dispositivos móveis, com melhor navegabilidade e acesso facilitado a dados e buscas.

Lançamos também o novo Portal do Cliente. Mais do que uma inovação digital, a nova ferramenta representa um marco no compromisso da empresa de aprimorar a experiência dos seus parceiros de negócio. Esse canal proporciona maior autonomia, agilidade, visibilidade e transparência para as contratações. Os clientes passaram a ter acesso facilitado a informações como contratos, oportunidades de negócio, faturamento, estoque e dados financeiros. É uma ferramenta intuitiva e transparente já reconhecida pela nossa pontuação na pesquisa *Net Promoter Score* (NPS).

Intensificamos ainda os esforços para conscientizar o público vizinho às nossas instalações sobre os perigos e impactos do furto de petróleo e derivados nos dutos que operamos. Ainda que as medidas adotadas pela companhia estejam garantindo significativa redução no número de derivações clandestinas, promovemos a quinta edição da campanha publicitária ‘Roubo nos Dutos’, realizada em parceria com a Petrobras, para inibir essas ações criminosas. Em 2023, a campanha foi direcionada a 233 comunidades de seis estados (SP, RJ, MG, GO, PR e SC) mais o Distrito Federal.

Nessa edição, ampliamos o alcance da campanha para mais estados. Nos anos anteriores, a ação estava mais focada em São Paulo e no Rio de Janeiro. Outra novidade foi a promoção destinada aos usuários de celular pré-pago das principais operadoras do país. Após assistirem a um pequeno vídeo sobre segurança nos dutos, as pessoas eram incentivadas a responder a uma pergunta. Caso acertassem, ganhavam um pacote de crédito de internet.

Ao todo, a campanha resultou em 17 milhões de impressões (*awareness*), 5 milhões de visualizações totais, 46 mil cliques - somadas as três operadoras participantes - e mais de 770 mil *views* completos. Houve ainda o impacto provocado pelas mais de 600 placas instaladas na comunidade como ‘outdoor social’ e pelas 4 mil horas de circulação do carro de som pelas ruas próximas às faixas de dutos que operamos.

Ampliamos também o alcance dos eventos realizados no Dia do 168, iniciativa que visa reforçar a divulgação do telefone tridígito criado para receber chamadas de nossos públicos de relacionamento, sobretudo informações relativas às movimentações suspeitas nas faixas de dutos.

Em 2023, tivemos a maior mobilização de segurança nas faixas de dutos já realizada pela companhia nos seis anos de existência do Dia do 168, celebrado na semana de 16 de agosto (16/8). Ao todo, foram contempladas 27 comunidades de 13 estados do país, além do Distrito Federal, compreendendo todas as regiões geográficas do Brasil. Se considerarmos apenas as atividades presenciais, mais de 7.500 pessoas foram impactadas diretamente.

As ações promovidas pela companhia incluíram o projeto ‘168 em Cores’, que consiste na pintura de muros por artistas locais com temas relativos à segurança dos dutos; o ‘Circuito 168’, que oferece atividades socioculturais com apoio de parceiros, como empresas públicas e privadas, organizações sociais, grupos de artistas locais, escolas, Unidades Básicas de Saúde, concessionárias de água e energia, órgãos de emergência e ambientais, entre outros. Uma novidade em 2023 foi a criação do Xote do 168 e de um livreto de literatura de cordel. Na Imprensa, foram publicadas mais de 350 matérias positivas sobre o Dia do 168, que correspondem a quase R$ 500 mil de mídia espontânea, incluindo a *Radioweb*.

Nossa estratégia ativa de comunicação externa resultou no aumento significativo de nossa presença positiva na mídia. Superamos o patamar de 3.800 citações, sendo 73% delas positivas e 21%, neutras. O total de notícias veiculadas sobre a companhia nos meios de comunicação equivale a um retorno de mais de R$ 23 milhões, no comparativo com a publicidade paga.

Em 2023, superamos também a marca de 100 mil seguidores no *LinkedIn*. Com uma estratégia digital assertiva, ampliamos em 25% o número de pessoas que seguem o nosso perfil na plataforma e fechamos o ano com mais de 114 mil seguidores. Desde maio, quando reforçamos nossa presença na rede social dedicada ao mercado corporativo, conquistamos mais de 4 mil novos seguidores por mês.

Retomamos ainda o protagonismo da nossa marca ao patrocinarmos as principais feiras e eventos voltados à nossa área de atuação, bem como à ciência e à tecnologia. Além de reforçar nossa presença e compromisso com o setor de petróleo e gás, esses patrocínios promoveram a integração e a troca de conhecimento entre os profissionais da área.

Com esse novo foco de atuação, estivemos presentes em eventos de grande porte, como a Rio Pipeline, a Navalshore, a XIX Jornada da Sociedade Latino-Americana de Operadores de Terminais Marítimos de Petróleo e Monoboias (Slom); o 38º Congresso Brasileiro de Manutenção e Gestão de Ativos (CBMGA); e o 10º Encontro da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). Reforçamos nosso apoio ao ecossistema marítimo ao patrocinarmos a Regata do Dia Marítimo Mundial, na Baía do Guarujá, em Belém (PA). Com essa ação, buscamos também promover o esporte e a integração com as comunidades locais.

Ao todo, entre os patrocínios não incentivados, realizamos seis projetos na área de negócios, com investimento de R$ 520 mil e retorno publicitário superior a R$ 1,4 milhão. Com relação aos patrocínios incentivados, estabelecemos três parcerias estratégicas via leis Roaunet e de Incentivo ao Esporte, com desembolso total de 3,7 milhões. Somente com o projeto ‘Craque do Amanhã’ tivemos retorno de mídia de R$ 6,5 milhões.

Lançamos em 2023 o Programa ‘Transpetro de Portas Abertas’, que visa nos aproximar de nossos diversos públicos de relacionamento e ampliar o diálogo com eles. Adequado às novas estratégias da empresa, o nosso programa de visitas foi reformulado para atender às diretrizes de negócios e de relacionamento da companhia. Além das visitas presenciais às nossas instalações, disponibilizamos visitas virtuais e imersivas ao Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL), ao navio André Rebouças e ao Terminal Aquaviário de Angra dos Reis (Tebig/RJ). A iniciativa está se expandindo a outras unidades, como o Centro Emergencial de Reparos de Dutos (Creduto).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A divisão das responsabilidades das unidades organizacionais e dos seus respectivos titulares visa ao cumprimento dos objetivos sociais, desdobrados no Plano Básico de Organização (PBO), instrumento de governança corporativa referenciado no nosso Estatuto Social.

Nossa estrutura organizacional foi desenhada a partir dos princípios e requisitos de governança contidos na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), no Decreto nº 8.945/2016, nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPar).

Nossas Políticas são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração (CA), com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE). A aprovação pelo CA das nossas políticas de Governança e de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal (CF) reforçam nosso compromisso com as práticas de governança corporativa.

MODELO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Modelo de Governança Corporativa da Transpetro é validado pelo Conselho de Administração (CA) e visa aprimorar o desempenho da companhia e o processo decisório na Alta Administração.

A estrutura de Governança Corporativa da Transpetro é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho Fiscal (CF), o CA e seus comitês, a Diretoria Executiva (DE), o presidente e os diretores individualmente e pela gestão integrada realizada por meio de comitês, comissões e grupos de trabalho.

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), que assessora o CA no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da companhia e os comitês de assessoramento da DE, reúne-se periodicamente para avaliar e discutir temas relevantes nas áreas de atuação desses comitês. Também constitui elemento fundamental da estrutura de governança e do processo decisório.

Em dezembro de 2022, as atividades de governança, conformidade, controles internos, integridade corporativa, auditoria interna, jurídico e ouvidoria da Transpetro foram centralizadas na Petrobras. Com a centralização, as atividades de governança da companhia passaram a ser realizadas pela Gerência Setorial de Suporte de Governança a Subsidiárias da Petrobras, objetivando maior alinhamento na governança dos processos, uniformidade de atuação nas atividades desempenhadas e racionalização do emprego de recursos humanos e organizacionais. O Plano Básico de Organização (PBO) foi revisado de forma a refletir o modelo de compartilhamento de estrutura com a controladora.

O CA e a DE constituem a Direção Superior da companhia. A DE é composta por um presidente e três diretores executivos. As atribuições do CA, da DE, do presidente e dos diretores são estabelecidas no Estatuto Social da Transpetro.

Os comitês de assessoramento ao CA e à DE, que se reúnem periodicamente para avaliar e discutir temas relevantes em suas áreas de atuação, também constituem elementos fundamentais da estrutura de governança e do processo decisório.

NOSSO SISTEMA DE INTEGRIDADE

As atividades voltadas para a promoção do ambiente de integridade da Transpetro foram centralizadas, no final de 2022, na Diretoria de Governança e Conformidade da Petrobras. Desde então, os processos de emissão de pareceres e assessorias de conformidade, *due diligence* de integridade, *background check* de integridade, apuração de incidentes de conformidade, processos disciplinares e responsabilização, e controles internos, são conduzidas por estruturas dedicadas às subsidiárias da Petrobras.

O movimento “*One Company, One Voice*” pretende trazer uniformidade nas ações de prevenção e disseminação da cultura de integridade por todo o Sistema Petrobras, com revisão de normativos em atendimento às regras corporativas comuns, na adoção de critérios e parâmetros para avaliações de conformidade, na utilização de base unificada para aferições de riscos de integridade de pessoas e empresas, para o compartilhamento de recursos na condução das atividades inerentes à Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx) e a certificação dos controles internos da Transpetro.

Em 2023, a Transpetro, como signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos, no qual assumiu o compromisso voluntário de promover um ambiente de negócios mais íntegro e ético e de combate à fraude e à corrupção, obteve nota 9,4 no diagnóstico de integridade, prevenção e combate à corrupção, acima do ano anterior (7,8) e acima da média geral dos participantes (7,0). Os Indicadores Ethos são uma ferramenta de gestão que visa apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial em suas estratégias de negócio, de modo que esse venha a ser sustentável e responsável.

O resultado obtido nesse diagnóstico indica que houve aprimoramento e uma maior maturidade do ambiente de integridade da Transpetro.

Em 2023, concluímos a revisão da Matriz de Riscos de Conformidade para o biênio 2023-2024. Os Riscos de Conformidade são aqueles relacionados ao Sistema de Integridade da Petrobras, abrangendo os seguintes itens: o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis a nossos negócios e operações, o cumprimento de nossas políticas e procedimentos internos, a observância de valores e princípios éticos e as orientações de conduta.

Na avaliação foram contemplados 18 macroprocessos selecionados a partir da sua criticidade e materialidade. Foram analisados um total de 55 cenários de riscos para fraude e corrupção, conflitos de interesse, lavagem de dinheiro, sanções comerciais e embargos. Para os riscos mapeados, identificamos 129 controles implementados. O mapa de calor da matriz não apontou risco alto ou muito alto, indicando que é possível atestar, com razoável segurança, que os controles existentes são suficientes e adequados para mitigar os principais riscos de conformidade.

Com objetivo de garantir a integridade das nossas operações, a confiabilidade dos nossos relatórios financeiros e o atendimento à lei nº 13.303/16, dispomos de controles internos em nível de entidade e operacionais. A eficácia desses controles é avaliada periodicamente pela Auditoria Interna. Quando identificada uma deficiência de controle, atuamos ativamente propondo ações de melhoria e correção.

Por fim, para manter o engajamento, realizamos treinamento mandatório para todos os empregados com questões relacionadas às orientações de conduta e integridade constantes em nosso Código de Conduta Ética, revisado em 2023.

A Auditoria Interna reporta trimestralmente suas atividades ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e, ao menos semestralmente, ao CA e ao CF.

A Auditoria Interna realizou 30 projetos em 2023 e as fragilidades identificadas foram endereçadas pela Administração em planos de ação para mitigar os riscos associados.

▶ Capítulo 6 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Acreditamos no poder transformador da inovação por meio de ferramentas digitais e incentivamos sua utilização para atingir nossos objetivos estratégicos. Para tal, acompanhamos tendências no segmento de tecnologia, disseminamos a cultura digital entre nossa força de trabalho, estimulamos a adoção de soluções tecnológicas e incentivamos a inovação, com foco na superação dos desafios de negócios e no cuidado com as pessoas.

São várias ações integradas de transformação digital e inovação, que perpassam toda a companhia, com o objetivo de conectar pessoas, otimizar processos, reduzir exposição ao risco, dar suporte à decisão e gerar experiências positivas em relacionamentos internos e externos.

Esse conjunto de iniciativas auxilia não apenas a Transpetro, mas também o mercado, a gerar mais valor à sociedade, qualificando a companhia como influente agente transformador do grande ecossistema da cadeia de suprimentos do setor.

Destacamos a seguir alguns exemplos de adoção de tecnologias de mercado avaliadas e/ou implantadas em 2023 que merecem destaque em função de estarem fortalecendo a atuação da empresa e proporcionando melhores condições para os empregados realizarem suas atividades.

continua ▸

INÊS249

TRANSPETRO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

▶ continuação

CONECTIVIDADE

Realizamos testes em terra e no mar de um novo sistema de comunicação via satélite, dotado de cobertura global e altas taxas de dados, que permitirá melhorias significativas no ambiente de trabalho. Essa solução será expandida para todos os navios da nossa frota.

O projeto de nova internet de bordo dos navios, que contempla a solução citada acima, visa melhorar a performance e aumentar a disponibilidade do sistema de comunicação. Além da taxa de dados bem superior, o novo sistema contemplará uma solução que proporcionará maior robustez à infraestrutura de comunicação dos navios, garantindo a continuidade e eficiência das nossas operações e possibilitando aos marítimos um maior e melhor contato com seus familiares, engajamento com equipes em terra e telemedicina, o que reforça nosso compromisso de cuidado com as pessoas.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Destacamos dois projetos relevantes implementados em 2023. O projeto de Convergência de Dados Logísticos (CDL-Dutos) tem o objetivo de reavaliar e aumentar a capacidade operacional de movimentação dos dutos.

No primeiro duto em que adotamos a solução, que se baseia no tratamento de diversas variáveis operacionais, foi possível mapear o aumento de aproximadamente 63%. A solução está sendo estendida para os outros dutos da empresa. O segundo projeto, nomeado de Previsão de Estadias de Navios, visa diminuir custos por meio da redução dos tempos de estadia no terminal, de fila para operação, otimização dos arranjos operacionais, aumento do giro em berços e maior disponibilidade para movimentação de produtos.

MOBILIDADE

Implantamos a primeira fase do sistema de manutenção em dispositivos móveis para atendimento às áreas de Manutenção, Inspeção e Faixas de Dutos, com o objetivo de otimizar o trabalho de coleta de informações em campo por meio da utilização de dispositivos móveis, aumentando a produtividade das equipes e a confiabilidade das atividades executadas.

SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Além das diversas ações executadas na companhia que elevaram em 26% o indicador de Maturidade de Segurança da Informação (Nist) em relação a 2022, iniciamos a implementação de projetos que visam revitalizar a infraestrutura de TI e Telecomunicações dos nossos navios e terminais, tornando-a mais robusta e segura. Outro projeto em andamento é o de atualização da solução de *backup* dos navios e terminais para aumentar o nível de segurança e reduzir o tempo de recuperação dos dados em caso de incidente, minimizando os impactos para o negócio.

AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Implementamos em nosso sistema de relacionamento com clientes, os módulos de fluxo de oportunidades e abertura de casos de clientes, que aumentou a robustez e transparência do processo. Estão sendo incrementadas em 2024 novas funcionalidades, como pedidos para descarga em bases rodoviárias dos terminais, além de integrações com contratos e faturamento para viabilizar o autosserviço aos clientes, parte fundamental no elo da cadeia do *order-to-cash* (OTC) da Transpetro.

Implantamos o módulo *Bunker* no Sistema de Informações de Movimentação e Estadia, permitindo o registro das operações de carga/descarga e abastecimento envolvendo o produto *bunker*. Como resultado, houve melhora significativa na usabilidade por meio de uma interface mais intuitiva, assim como na infraestrutura que suporta esse processo visando aumentar a disponibilidade para o negócio.

DEMOCRATIZAÇÃO DA TECNOLOGIA

O Centro de Excelência (CoE) *Low Code* tem como ponto de partida o empoderamento da companhia por meio do uso otimizado de ferramentas recém-habilitadas de Plataformas *Low Code*. Esse conjunto de ferramentas permite a criação de aplicativos e digitalização de fluxos de trabalho, com baixo grau de codificação (*low code*) por parte do usuário desenvolvedor/criador (*maker*), dando autonomia e agilidade a nossa força de trabalho para implementar soluções de melhoria em seus processos

EXPERIÊNCIA POSITIVA NO RELACIONAMENTO INTERNO

Por fim, instalamos um balcão de atendimento presencial na nossa Sede. O objetivo é oferecer um novo canal de atendimento presencial para a prestação dos serviços de Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC), tendo como principal propósito a agilidade e o pronto atendimento na solução de problemas que podem impactar atividades relevantes e no fornecimento de recursos.

▶ Capítulo 7 - CONTEXTO EXTERNO

Assim como ocorreu em 2022, conflitos geopolíticos causaram tensões nos mercados de combustíveis fósseis em 2023. Temores de que o confronto entre Israel e o grupo Hamas pudesse se estender para outros países do Oriente Médio, somados aos anúncios de manutenção dos cortes de produção de petróleo por parte da Arábia Saudita e da Rússia, foram responsáveis por uma escalada de preços do petróleo no segundo semestre.

O barril do tipo Brent, que chegou a ser negociado acima dos US$ 96 em setembro, recuou no final do ano para US$ 77 devido ao crescimento da demanda abaixo do esperado, principalmente pela estagnação econômica na Europa. Ainda assim, a demanda global por petróleo cresceu em relação a 2022, puxada pela recuperação econômica da China acima dos níveis esperados.

A 28ª Conferência Climática das Nações Unidas (COP 28), realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, trouxe importantes avanços relacionados à transição de combustíveis fósseis para fontes com menor impacto sobre o clima global. O relatório da COP 28 faz um apelo às partes no sentido de triplicar a capacidade de energia renovável global até 2030; reduzir substancialmente as emissões de dióxido de carbono em nível global; acelerar a redução das emissões do transporte rodoviário, inclusive por meio do desenvolvimento de infraestrutura e da rápida implantação de veículos com emissão zero ou baixa, entre outras medidas para zerar as emissões de dióxido de carbono até 2050.

No Brasil, as expectativas positivas de recuperação da atividade econômica, assim como a perspectiva recorde de produção da safra de soja 2023/24, impactaram positivamente o crescimento da demanda de diesel, principal combustível utilizado nos segmentos de transporte e agricultura. O crescimento das vendas do derivado pelas distribuidoras foi de 3,6% em relação a 2022. Apesar da demanda em alta, as importações de diesel caíram 9% na comparação com o ano anterior, sendo as principais causas o crescimento da produção pelas refinarias nacionais e o aumento do percentual de mistura de biodiesel. A principal origem das importações de diesel foi a Rússia, que respondeu pela metade do volume importado em 2023. Os russos vêm sofrendo sanções comerciais dos seus principais clientes europeus após a invasão da Ucrânia, sendo obrigados a vender diesel com desconto em outros mercados.

As vendas de gasolina comum pelas distribuidoras cresceram 6,9% na comparação com o ano anterior, favorecidas pelas perspectivas positivas para a economia. Os elevados estoques de etanol hidratado, concorrente da gasolina, provocaram queda nos preços do biocombustível nos últimos meses do ano, impulsionando suas vendas, que cresceram 5,1% em relação a 2022. Assim como ocorreu com o diesel e a gasolina, a demanda por querosene da aviação (QAV) também foi positivamente impactada por um contexto mais favorável. As vendas de QAV cresceram 9,6% na comparação com 2022, aproximando-se dos níveis pré-pandemia.

O salto na produção de petróleo consolidou a posição do Brasil em 2023 como exportador da *commodity*. O aumento de 12,6% na produção, além de atender ao crescimento da demanda nacional, permitiu que as exportações subissem 19,1% em comparação a 2022, um crescimento expressivo em relação a anos anteriores. Com isso, o aumento significativo das exportações de petróleo e de outras *commodities*, como a soja e o minério de ferro, teve papel importante nos resultados positivos da balança comercial.

No ambiente regulatório nacional, merecem destaque dois projetos de lei (PLs) em tramitação no Congresso Nacional de relevância para a segurança energética e para uma transição energética justa. O PL do Hidrogênio (PL 2308/2023) abre a possibilidade de que diferentes fontes e rotas possam ser enquadradas na política, inclusive combustíveis fósseis associados à captura de carbono. Já o PL 2148/15 regulamenta o mercado de carbono no Brasil, estabelecendo tetos para emissões por parte das empresas, assim como um mercado de compra e venda de títulos.

Outra medida relevante foi o anúncio pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) do aumento do teor de biodiesel na mistura ao óleo diesel de 12% para 14% a partir de março de 2024, com os objetivos de reduzir as emissões de dióxido de carbono na atmosfera e diminuir a dependência da importação de diesel fóssil. A Transpetro segue atenta às discussões e mudanças regulatórias, avaliando as oportunidades e adaptando suas estratégias de maneira a gerar mais valor para o seu negócio e para a sociedade.

▶ Capítulo 8 - DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

DESEMPENHO OPERACIONAL

DUTOS E TERMINAIS

DESTAQUES 2023 E DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Nossos resultados de 2023 demonstram uma empresa mais integrada, eficiente e preparada a oferecer serviços de qualidade a seus clientes. Nesse contexto, o Integra - responsável pela gestão dos processos logísticos e operacionais da companhia - reúne em uma única e moderna instalação o Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL), alinhado às melhores referências de *benchmarking* internacional, e com atuação de forma ininterrupta, 24 horas por dia, sete dias por semana, e o Centro de Diagnóstico de Máquinas (CDM), além das áreas de suporte às operações de todo o Brasil. Isso possibilita uma visão mais abrangente de nossa cadeia logística, com maior assertividade nas tarefas desenvolvidas e potencialização dos resultados.

E todo o nosso aumento de eficiência é ratificado pelos resultados dos indicadores operacionais Controle de Eficiência de Navios (CEN) em Terminais da Transpetro e Controle de Eficiência dos Terminais (CET) nas operações de carga e descarga de navios de petróleo e derivados nos terminais.

O CEN, responsável por medir e controlar o nível de eficiência nas operações de navios da nossa frota em terminais operados pela companhia, alcançou 98,6%, praticamente igualando o resultado de 2022, quando atingimos 98,8%. Contudo, apresentou uma redução expressiva de 19% nas demoras sob responsabilidade direta de nossa frota em relação ao ano anterior.

Repetimos o melhor resultado da série histórica do indicador CET, que mede nossa eficiência nas operações de carga e descarga de navios de petróleo e derivados nos terminais. O resultado de 99,3% é reflexo das melhorias operacionais implementadas, como a desatracação noturna em Coari, a padronização do uso dos mangotes para retorno de vapor para *Ship to Ship (STS)* nos terminais de Angra dos Reis (Tebig/RJ) e de São Sebastião (Tebar/SP), a desatracação noturna de *Very Large Crude Carrier (VLCC)* e a disponibilização do Canal Leste para saída de navios no Terminal de Angra dos Reis, a otimização de atividades de suporte operacional em Suape, e a viabilização de novos pontos para operações de STS em São Luís (MA), Mucuripe (CE) e no Amazonas. Adicionalmente, a manutenção - com aumento da disponibilidade de equipamentos -, a formação/treinamento das equipes de operação e a otimização da programação logística também impactaram positivamente o resultado do indicador.

Alcançamos em 2023 a segunda maior movimentação de líquidos realizada pela companhia nos últimos dez anos: 650,25 milhões m³/ano.

- Terminais no Amazonas: 246 operações *STS*. O incremento da modalidade STS nos terminais amazônicos teve importância estratégica em função da limitação de navegação durante a seca histórica de 2023. A agilidade e a competência do time Transpetro para realizar em tempo hábil o licenciamento e a mobilização dos equipamentos e pessoal necessários para a operação atenderam às necessidades da Petrobras e garantiu o abastecimento da Região Norte.

- Terminal de Angra dos Reis: 210 operações *STS*, número superior em 15% às operações de 2022, além de uma movimentação de 40,5 MM m³ no ano, a maior movimentação anual do terminal nos últimos dez anos.

- Terminal de Madre de Deus: 31 operações *STS*, demonstrando importante crescimento diante das seis operações realizadas em 2022.

Na mesma perspectiva de crescimento, realizamos 873 operações *Ship to Ship* em 2023. Os números expressivos mantêm a companhia na condição de maior operadora *STS* do país.

Indicadores		
Operações *Ship to Ship*		
2021 - 591	2022 - 655	2023 - 873

Os terminais de Goiânia (3,6 MM m³/ano), Barueri (5,8 MM m³/ano), Paulínia (4 MM m³/ano), São Francisco do Sul (11,8 MM m³/ano) e Uberlândia (1,4 MM m³/ano) também alcançaram suas maiores movimentações dos últimos dez anos.

O Osbra (poliduto Replan SP–Brasília) com 7,9 MM m³/ano, registrou sua maior movimentação anual desde 2014.

O Osvat, duto entre os terminais de São Sebastião e Guararema, é o mais importante do país por ser responsável pelo suprimento das maiores refinarias do Brasil (Replan e Revap). Em 2023, alcançou sua maior movimentação dos últimos sete anos, 36,8 MM m³.

Os resultados alcançados ao longo do ano reforçam nosso compromisso com a eficiência e nosso preparo para oferecer soluções de logística integrada e serviços de qualidade aos nossos clientes, sem nos abstermos dos nossos pilares de integridade, segurança, meio ambiente e saúde.

TRANSBEL

A Transbel, empresa subsidiaria integral da Transpetro responsável pelo Terminal Aquaviário de Belém, iniciou suas operações em 26 de outubro de 2022. Anteriormente, a base já era operada pela companhia. O terminal foi leiloado em 2019 e a Transpetro foi a vencedora do certame relativo à área BEL09, com outorga para operar por 20 anos. Estão previstos no novo contrato de arrendamento investimentos para a recuperação dos píeres 100 e 200, a construção de novos *dolfins* para aumento de capacidade no Píer 100, e a construção de mais uma esfera de gás liquefeito de petróleo (GLP).

TRANSPORTE MARÍTIMO

Composta por 35 navios - 26 próprios e 9 afretados por meio da subsidiária *Transpetro International BV (TIBV)* -, nossa frota em operação apresenta uma idade média de 8,9 anos, com capacidade de transporte de 3,4 milhões de toneladas de porte bruto.

Movimentamos petróleo e seus derivados, seja por cabotagem ou navegação de longo curso, em atendimento às demandas de nossos clientes. Em 2023, nossos navios movimentaram cerca de 55 milhões de m³ de petróleo e derivados, cerca de 26% da carga movimentada por via marítima pela Petrobras. No total, fizemos 1.092 operações no ano, uma média de 91 por mês.

INDICADORES OPERACIONAIS

O ano de 2023 marcou a melhoria do Índice de Aceitação de Embarcações (IAE), indicador compartilhado com a Petrobras e que mede nosso desempenho junto a outros parceiros comerciais, mostrando o compromisso da Transpetro em trazer cada vez mais eficiência à logística do Sistema Petrobras como um todo. O indicador, que começou a ser acompanhado em 2022, teve uma melhora significativa, saindo de 82,2% para 85%.

Índice de Aceitação de Embarcações (IAE)
2022 - 82,20%
2023 - 85,00%

A eficiência operacional da frota, representada pelo Índice de Disponibilidade Operacional (IDO) sem docagem, foi de 99% em 2023. Isso significa que nossos navios ficaram disponíveis ao afretador por 99% do tempo contratado. O aumento do IDO garantiu o melhor resultado da companhia dos últimos cinco anos. Isso se deve principalmente ao engajamento de nossas equipes com a eficiência e a disciplina operacional e à melhora significativa das manutenções planejadas e preditivas.

Índice de Disponibilidade Operacional (IDO)		
2021 - 98,4	2022 - 98,9	2023 - 99,0

Outro indicador operacional que demonstra a capacidade técnica da equipe da Transpetro é o Controle de Eficiência de Navios (CEN), que indica nossa eficiência ao operar nos terminais controlados por nossa empresa. Esse indicador teve uma melhora de desempenho, saindo de 96,3% em 2021 para 98,6% em 2023. Em se tratando da frota operada por terceiros, esse indicador atingiu 95,2% em 2023, o que demonstra o compromisso de nossas equipes na melhoria da eficiência operacional.

Controle de Eficiência de Navios (CEN)		
2021 - 96,30%	2022 - 98,90%	2023 - 98,60%

INSPEÇÕES DO PROGRAMA SIRE

Uma importante ferramenta de gestão para a melhoria contínua dos níveis de segurança e eficiência no transporte marítimo são as inspeções Sire. Trata-se de um critério internacional de inspeção de navios, elaborado e padronizado pela *Oil Companies International Marine Forum (Ocimf)*, que gera um diagnóstico detalhado sobre a qualificação técnica do navio e de sua tripulação. Os resultados são publicados no site da entidade, permitindo o acesso dos potenciais clientes ou dos demandantes dos navios inspecionados.

Em 2023, os navios da nossa frota passaram, ao todo, por 59 inspeções, tendo atingido uma média de 3,2 observações, o que representa o melhor índice alcançado desde 2016.

DESTAQUES OPERACIONAIS

Cada operação, em seu contexto, representa um marco significativo para o Sistema Petrobras e suas operações logísticas, reduzindo custos e demonstrando o comprometimento da Transpetro com a excelência operacional.

OPERAÇÕES INÉDITAS NO ZUMBI DOS PALMARES E NO CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

O navio Zumbi dos Palmares atracou, no Terminal de São Luís (MA), com a maior carga líquida já registrada nos terminais do Norte e Nordeste: um milhão de barris de diesel S-10, proveniente da Arábia Saudita.

O Carlos Drummond de Andrade realizou a primeira operação de um navio Aframax no Porto de Santos (SP) para carregamento de óleo combustível para exportação, no total de 48 mil toneladas. Em seguida, efetuou operação de transbordo *ship to ship* com o navio *Amazon Victory*, no Terminal de São Sebastião, totalizando 108 mil toneladas de carga. O produto foi exportado para Singapura.

Realizamos as primeiras operações STS no Maranhão, no Porto do Itaqui. No total, descarregamos 65 mil m³ de diesel S-10, de origem árabe, do navio Portinari para os navios Rômulo Almeida e Joropo. Os dois primeiros pertencem à Transpetro. O Portinari descarregou de forma simultânea para terra mais 12 mil m³ de diesel S-10, otimizando a operação.

O Rômulo Almeida realizou ainda a primeira operação STS com navios da Transpetro na área de fundeio do porto de Itacoatiara (AM). A manobra possibilitou o alívio de cerca de 19.000 m³ de gasolina A do navio Nave Jupiter.

A operação ocorreu dentro de área especial e extremamente sensível ao meio ambiente. Por isso, foi realizada pelo comandante do navio, juntamente com supervisores do Terminal de Itacoatiara, após criteriosa avaliação de risco para mapeamento de todos os pontos críticos e garantia da segurança.

A área de fundeio do Porto de Itacoatiara (AM) participou ainda de fato inédito para a Marinha Mercante Brasileira: a primeira operação *ship to ship at anchor* sob o comando de mulheres, a *STS Superintendent* e as comandantes dos navios Lúcio Costa e Gilberto Freyre.

Após o recorde de dias de fechamento do Rio Solimões à navegação de navios até o Terminal Aquaviário de Coari, ocasionado pela seca histórica na Amazônia, o gaseiro Darcy Ribeiro superou os trechos críticos e efetuou o escoamento de GLP para abastecimento de Manaus.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RESULTADOS

Em 2023, mantivemos a trajetória de resultados e integração com o Sistema Petrobras, alicerçada nos pilares de segurança operacional, integridade, respeito à vida e à diversidade com os diferentes públicos de interesse. Mantivemos os compromissos de aprimorar processos e implementar inovações tecnológicas que nos possibilitaram atingir recordes em eficiência operacional, tanto nos navios como nos terminais e dutos. E isso com foco na geração de valor para os nossos clientes e acionistas, e em alinhamento com a Agenda ASG.

Nesse sentido, atingimos um Lucro Líquido de R$ 498 milhões e um Ebitda ajustado de R$ 4.930 milhões. Quando desconsideramos da apuração os itens não recorrentes que impactaram o resultado de 2023, o Lucro Líquido e o Ebitda ajustado recorrentes somaram, respectivamente, R$ 593 milhões e R$ 5.017 milhões.

O indicador Nopat ajustado, que é a métrica de topo financeira da Transpetro, foi de R$ 968 milhões (3,8% maior que o projetado) em 2023.

O desempenho de forma integrada (operacional, SMS e corporativo) resultou em incremento de 6,7% no volume movimentado em nossas operações nos terminais e oleodutos, e em recorde da disponibilidade operacional da nossa frota (IDO sem docagem), que atingiu 99%. O esforço operacional na gestão de navios, alinhado à Petrobras, resultou na implementação do indicador de controle de estadia. A integração entre os vários atores do processo logístico, associada às iniciativas de ganhos de eficiência, foram determinantes para o resultado.

Indicadores Financeiros	
Lucro líquido recorrente (em milhões de reais)	**Ebitda ajustado recorrente (em milhões de reais)**
2021 - 1.302	2021 - 3.795
2022 - 655	2022 - 5.428
2023 - 593	2023 - 5.017

Reconciliação do EBITDA ajustado (R$ milhões)	**2023**	**2022**	**2021**
Lucro Líquido do Exercício	**498**	**438**	**1.237**
(–) Imposto de Renda e Contribuição Social	(144)	(406)	(842)
(–) Resultado Financeiro Líquido	(1.864)	(1.933)	(485)
(–) Depreciação e Amortização	(2.312)	(2.370)	(1.091)
EBITDA	**4.818**	**5.147**	**3.655**
(–) Provisão / Reversão de *Impairment*	(126)	(33)	–
(–) Variação do ativo imobilizado / Direito de uso	14	117	32
EBITDA ajustado	**4.930**	**5.063**	**3.623**

Lucro líquido e EBITDA ajustado sem efeitos não recorrentes (R$ milhões)	**2023**	**2022**	**2021**
Lucro Líquido do Exercício	**498**	**438**	**1.237**
(–) Itens que não afetam o Ebitda ajustado	**(56)**	**37**	**124**
Provisão / Reversão de *Impairment*	(126)	(33)	–
Variação do ativo imobilizado / Direito de uso	14	117	32
Atualização monetária sobre ações e acordos não recorrentes	56	(331)	92
Depreciação Extraordinária	–	(71)	–
(–) Itens que afetam o Ebitda ajustado	**(88)**	**(365)**	**(172)**
Incentivo para adesão ao plano de demissão voluntária (PDV)	–	(10)	15
Exclusão do ICMS sobre base de cálculo do PIS/COFINS	–	–	66
Provisão para Perda de Crédito Esperada	64	–	(13)
Variação nas provisões para contingências e depósitos judiciais	(207)	(355)	(144)
Provisão Reentrega Navios TIBV	55	–	–
Remensuração da provisão atuarial de AMS pós-emprego	–	–	(96)
(–) Efeito dos itens não recorrentes no IR/CSLL	**49**	**111**	**(16)**
Lucro Líquido sem efeitos não recorrentes	**593**	**655**	**1.302**
EBITDA ajustado	**4.930**	**5.063**	**3.623**
(–) Itens que afetam o Ebitda ajustado	**(88)**	**(365)**	**(172)**
EBITDA ajustado sem efeitos não recorrentes	**5.017**	**5.428**	**3.795**

ENDIVIDAMENTO, FLUXO DE CAIXA E DIVIDENDOS

Nossa capacidade de geração de caixa, medida pelo Fluxo de Caixa Operacional, foi positiva e superior a R$ 2.033 milhões líquidos dos pagamentos de arrendamento. Descontando os investimentos realizados (R$ 509 milhões), encerramos o caixa (consolidado) do exercício com R$ 2.700 milhões (R$ 2.575 milhões, na Transpetro, e R$ 125 milhões em nossas controladas (Transbel e TIBV).

Endividamento Bruto (em milhões de reais)
Financiamentos / Arrendamentos IFRS16
2021 - 3.891 / 7.719 (total 11.610)
2022 - 3.673 / 20.362 (total 24.035)
2023 - 3.453 / 18.037 (total 21.489)

continua ▶

BR TRANSPETRO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Petrobras Transporte S.A.

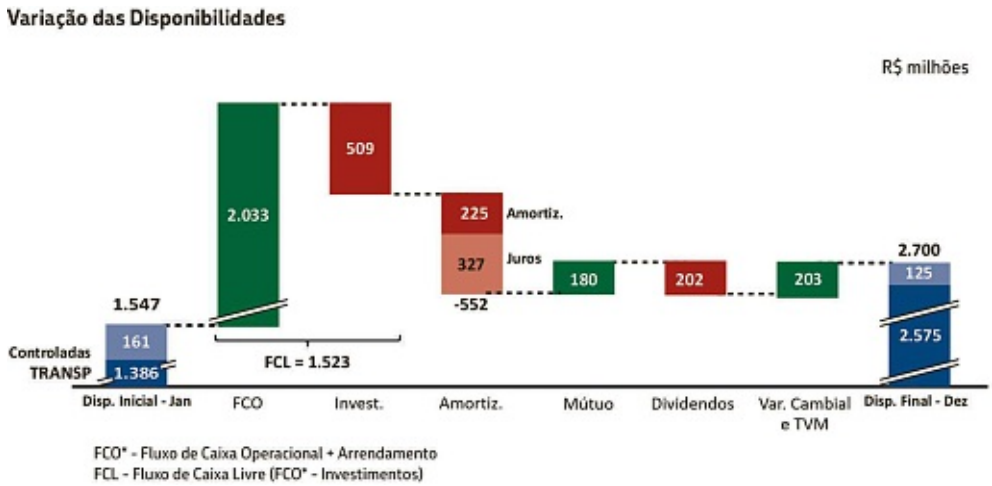
CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

▸ continuação

Variação das Disponibilidades

R$ milhões

Controladas 161; TRANSP 1.386; Disp. Inicial - Jan 1.547
FCO 2.033
Invest. 509
Amortiz. 225 Amortiz.; 327 Juros; -552
Mútuo 180
Dividendos 202
Var. Cambial e TVM 203
Disp. Final - Dez 2.700 (125; 2.575)
FCL = 1.523

FCO* - Fluxo de Caixa Operacional + Arrendamento
FCL - Fluxo de Caixa Livre (FCO* - Investimentos)

INVESTIMENTOS

Em 2023, realizamos R$ 522 milhões em investimentos, representando uma realização de 90% do orçamento da carteira de investimentos, o que representa um aumento de 24% em relação a 2022, quando resultou em 66% apenas.

Essa melhora nos números é reflexo de uma maior previsibilidade nas projeções, aliada a um aumento da capacidade de execução orçamentária e aderência à linha-base aprovada, devido a uma melhor compreensão das variáveis envolvidas no processo de planejamento e monitoramento. Isso resultou numa alocação mais eficiente dos recursos alinhada às metas estabelecidas no Plano Estratégico da companhia. Dessa forma, esses resultados marcam uma contínua melhora na realização da carteira de investimentos e demonstram o compromisso da companhia com a continuidade e perenidade de seu negócio.

Em nossa carteira de investimentos, destinamos a maior parte dos recursos para os segmentos de Transporte Marítimo, em que pesem as manutenções programadas dos navios (docagens), mas também a outros projetos de eficiência energética e operacional dos navios. Por sua vez, no segmento de Dutos e Terminais, o esforço ficou concentrado em projetos de melhorias e modernizações, bem como para as aquisições de equipamentos e outros bens necessários ao bom funcionamento das instalações. Com isso, garantimos a integridade dos nossos ativos, a disponibilidade das infraestruturas terrestres e marítimas, além do prolongamento da vida útil deles, resultando no aumento da segurança das operações e na melhoria da confiabilidade.

No segmento de Transporte Marítimo, realizamos a docagem de certificação de nove navios, sendo um Aframax, quatro Aframax DP, um Gaseiro, dois de Produto 45K e um Suezmax, e realizamos a inspeção de meio de ciclo (intermediárias) de quatro navios, sendo um Panamax e três Suezmax. Além disso, instalamos sete Sistemas de Tratamento de Água de Lastro em outros navios.

Também foram concluídos projetos que buscam melhorar a eficiência energética e a descarbonização da frota, como a instalação de limitadores de potência de propulsão em 16 navios, otimizadores de Trim em 12 navios, *upgrades* de otimização da combustão em motores de propulsão de sete navios, e apêndices hidrodinâmicos de propulsor, casco e leme de seis navios.

No segmento de Infraestrutura de Dutos e Terminais foram concluídos projetos de investimento concentrados principalmente na automação, atualização de sistemas operacionais e gestão centralizada em instalações da companhia. Essas iniciativas têm como objetivo elevar a confiabilidade, a segurança operacional e os resultados financeiros dos nossos ativos, por meio de projetos de migração para o (Centro Nacional de Controle Logístico (CNCL) e de instalação de sistemas de Circuito Fechado de TV (CFTV).

Além disso, está em andamento a implantação de uma usina de energia solar no Terminal de Guarulhos (SP) que trará benefícios na esfera ambiental pela redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. Essa iniciativa permitirá também a diminuição dos valores gastos com energia elétrica, bem como reduzirá a suscetibilidade da empresa a reajustes de preço impostos pela concessionária.

Investimentos (em milhões de reais)			
Infraestrutura de dutos e terminais	Transporte Marítimo	Outros investimentos	Total de Investimentos
2021 - 182	2021 - 160	2021 - 67	2021 - 409
2022 - 272	2022 - 272	2022 - 71	2022 - 615
2023 - 108	2023 - 322	2023 - 92	2023 - 522

▸ Capítulo 9 - RISCOS EMPRESARIAIS

A logística para os segmentos de óleo, gás e produtos de baixo carbono apresenta riscos inerentes às suas operações com potenciais reflexos ambientais, de saúde e segurança, de imagem e financeiros. A Transpetro, de forma a avaliar, prevenir, mitigar e monitorar todos eles, possui sistemática estruturada de gestão de riscos empresariais, construída a partir do trabalho articulado de todas as áreas da companhia e fundamentada pelas políticas e diretrizes aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Principal produto da gestão de riscos da Transpetro, o Mapa de Riscos Empresariais (Mare) consolida e prioriza todos os tipos de ameaças associadas aos objetivos e estratégias da empresa. Em 2023, seu ciclo de revisão considerou as alterações relevantes nos contextos internos e externos, como as mudanças no cenário político nacional, a nova administração da companhia e as novas perspectivas estratégicas, em que se pode citar o posicionamento da controladora em relação à suspensão dos desinvestimentos, o que afeta de forma decisiva o mapeamento dos riscos comerciais, de mercado e de clientes da Transpetro.

A partir desse contexto e dos objetivos estratégicos traçados, destacamos os seguintes riscos do Plano Estratégico 2024-2028+ da Transpetro:

(i) derivação clandestina em duto operado pela companhia, com possíveis danos sociais (ex.: incêndio/explosão) e/ou ambientais (vazamentos);

(ii) ataques cibernéticos ou fraudes virtuais com furto de dados pessoais, sigilosos ou estratégicos, ou distúrbios operacionais, como perda de comunicação e sequestro de servidores;

(iii) alteração de contexto comercial, com perda de mercado/cliente e redução de *market share* devido à entrada de novos *players*.

Revisamos anualmente os riscos mapeados. Já os riscos priorizados são objeto de monitoramento permanente e reporte periódico às instâncias superiores, como a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, reforçando as ações de tratamento planejadas e aplicadas pela companhia. Ao longo de 2023, ocorreram mais de 30 apresentações para a Alta Administração, evidenciando a importância do tema para a companhia.

Todo o material gerado no processo de gestão de riscos é disponibilizado para as áreas de Governança, Conformidade e Auditoria Interna, bem como para os demais gestores da companhia, subsidiando o planejamento e a execução das ações de tratamento dos riscos.

Com a Política e Diretrizes de Controles Internos alinhada à Política da Petrobras, mantemos o modelo de Três Linhas, promovendo a sinergia entre os seguintes:

(i) os gestores dos controles das áreas de negócio e corporativas executantes dos processos relacionados aos riscos em questão, que são responsáveis pelos respectivos riscos de não-atendimento aos objetivos de negócio e pelos controles internos associados;

(ii) a Gerência Geral de Gestão de Riscos Empresariais, Comitês de Risco e Segurança da Informação da Transpetro e a Gerência Executiva de Conformidade, atualmente centralizada na controladora, que auxiliam no monitoramento, desenvolvimento e implementação de controles e práticas de gerenciamento e mitigação de riscos, em conformidade com leis e regulamentos;

(iii) a Auditoria Interna, que provê avaliações independentes sobre a eficácia da gestão de riscos e controles.

Dessa forma, alcançamos os objetivos de gerenciamento de riscos e controles.

Como subsidiária relevante da Petrobras, a Transpetro atende às determinações da SOx e da Lei das Estatais (Lei 13.303, de 2016) em seu ciclo anual de certificação dos Controles Internos. Dessa forma, empreendemos esforços para garantir, com segurança, o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações. A avaliação realizada concluiu que os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras foram efetivos.

▸ Capítulo 10 - ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

PLANO ESTRATÉGICO 2024-2028+

O Plano Estratégico da Transpetro para o horizonte de 2024 a 2028 (PE 2024-2028+) foi aprovado em dezembro de 2023 pelo seu Conselho de Administração. O plano foi elaborado a partir da compreensão dos novos desafios e das oportunidades decorrentes de um novo contexto de mercado e do país.

O PE 2024-2028+ teve como ponto de partida os seus direcionadores estratégicos, que são as orientações da Alta Administração que nortearam a construção de um plano capaz de preparar a companhia para as novas oportunidades e desafios, em observância às práticas de governança vigentes, ao compromisso com as pessoas, com a geração de valor e à sustentabilidade financeira de longo prazo:

Atenção total às pessoas, desenvolvimento, retenção e requalificação de talentos de forma a prover à companhia um corpo técnico cada vez mais inclusivo, diverso e habilitado a atender às demandas dinâmicas do mercado, com capacitação para atender a transição energética

Desenvolvimento humano e social, com a realização de iniciativas e projetos que fortaleçam o relacionamento com as comunidades do entorno das operações, reforçando a imagem da Transpetro como uma companhia parceira e socialmente responsável.

Buscar crescimento por meio do aumento de participação da frota, ampliação das atividades existentes e desenvolvimento de novas oportunidades de negócio em infraestrutura logística, seguindo os mais elevados níveis de governança e de segurança.

Buscar soluções voltadas para ganhos de eficiência em maximização da utilização dos recursos; uso de novas tecnologias; excelência na gestão de ativos.

Atuar para reduzir e compensar o impacto ambiental de suas operações, buscando emissões decrescentes em navios e terminais, podendo atuar no desenvolvimento de parcerias internas ou externas em descarbonização.

Buscar oportunidades que sejam financeiramente sustentáveis para a Transpetro e para o Sistema Petrobras e que contribuam para a sociedade, desenvolvendo iniciativas comerciais, operacionais, de tecnologia ou de melhoria de processos.

Os direcionadores estratégicos fundamentam a definição do propósito, da visão, e dos valores da Transpetro. Esses, por sua vez, são desdobrados nas estratégicas que conduzirão a companhia ao atingimento de seus objetivos:

1 - Atuar na operação logística de diversos modais, com elevado nível de excelência e segurança operacional, maximizando a utilização dos ativos e buscando crescimento com geração de valor para o Sistema Petrobras;

2 - Alavancar o acesso competitivo a novos mercados e negócios gerando valor para o Sistema Petrobras:

3 - Ampliar a participação da frota própria, na demanda do Sistema Petrobras, garantindo confiabilidade, disponibilidade e segurança das operações;

4 - Adotar as melhores práticas de mercado em eficiência energética;

5 - Desenvolver soluções logísticas para atendimento de produtos de baixo carbono.

MÉTRICAS DE TOPO PARA 2024

As métricas de topo são um conjunto de indicadores que devem tanto representar o posicionamento da companhia e seus objetivos futuros quanto permitir a avaliação do seu desempenho e gestão. Elas devem orientar a elaboração do plano, ações e escolhas estratégicas da Transpetro, comunicando os seus objetivos para a força de trabalho e demais *stakeholders*. Por fim, as métricas de topo devem ainda alinhar os incentivos orientando toda a organização na busca de objetivos comuns, traduzidos nos programas de remuneração variável.

O PE 2024-2028+ apresenta cinco métricas de topo: quatro de SMS e uma de resultado econômico, reforçando o compromisso da Transpetro em fortalecer um ambiente de integridade, segurança, meio ambiente e saúde, e em gerar valor por meio da utilização dos ativos operacionais de maneira eficiente:

- **Indicador de Compromisso com a Segurança das Pessoas (ICSP)** - Composto por Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) e Taxa de Acidentados Graves (TAG)
- **Indicador de Compromisso com o Meio Ambiente (ICMA)** - Representado pelo Volume Vazado de Óleo e Derivados (Vazo)
- **Intensidade de Gases de Efeito Estuda (IGEE)** - Indicador que mede a intensidade das emissões da frota de navios
- **Nopat ajustado** - Lucro Operacional Líquido (após os impostos), expurgando efeitos não recorrentes e efeitos da IFRS16

MODELO DE GESTÃO

Nosso modelo de gestão tem como foco garantir o desdobramento do PE 2024-2028+, vinculando, por toda a nossa estrutura organizacional, métricas de topo aos posicionamentos estratégicos e aos objetivos definidos. Esse modelo permite que cada unidade organizacional tenha ciência dos compromissos corporativos para agregar valor aos negócios e de sua contribuição esperada para os resultados da companhia.

Em sequência à aprovação do PE 2024-2028+, são elaborados os *scorecards* da Diretoria, que são desdobrados nos sistemas de avaliação de desempenho adotados para os empregados. As ferramentas de gestão utilizadas visam alinhar incentivos em favor do atingimento dos objetivos estratégicos delineados no Plano Estratégico. As métricas originam-se do PE aprovado e seu desdobramento permite que cada unidade organizacional tenha ciência dos compromissos corporativos e de sua contribuição esperada nos resultados da Transpetro, estimulando a cultura de busca por resultados e provendo um sistema de remuneração variável, baseado na contribuição de cada empregado para os resultados organizacionais.

O desdobramento estratégico é estruturado complementando as métricas de topo do PE com métricas específicas relacionadas ao desempenho de cada um dos segmentos de negócio da organização; com um mapa de valor que permite monitoramento integrado dessas métricas e que contempla também alguns dos principais *KPIs (Key Performance Index* ou Indicadores chave de desempenho) estabelecidos na companhia associados às métricas e aos objetivos estratégicos; e com ações estruturantes que suportem e alavanquem o alcance dos resultados almejados nos indicadores chave.

GLOSSÁRIO

ADC - Água Doce Captada.
Alta Administração - Composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.
ASG - Ambiental, Social e Governança.
ASO - Atestado de Saúde Ocupacional.
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem.
Background check - Checagem de antecedentes
Barge to Ship - Manobra que envolve o transbordo de cargas de petróleo ou derivados de uma barcaça diretamente para um navio.
Bunker - Combustível para o motor do navio.
CA - Conselho de Administração.
Cabotagem - Navegação que se faz na costa, ou entre cabos (águas marítimas limitadas), com a terra à vista. Navegação entre portos de um mesmo país ou a distâncias pequenas, dentro das águas costeiras.
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário.
Calado - É a distância entre a quilha do navio (seu ponto mais baixo) e a linha superficial da água. Portanto, é a parte da embarcação que está submersa.
CDM - Centro de Diagnóstico de Máquinas.
CEN - Controle de Eficiência de Navios.
CET - Controle de Eficiência dos Terminais.
CNAN - Centro Nacional de Acompanhamento de Navios.
CNCL - Centro Nacional de Controle e Logística.
CGPAR - Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União.
CPC 06 (R2) - Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, que representem fielmente essas transações.
CRE - Centro de Resposta a Emergência.
Derivação Clandestina (DC) - Ação criminosa para furto do combustível diretamente nos dutos operados. Constitui risco real de vazamentos, incêndios ou explosões.
Docagem - Serviço de reparo dos navios, em dique seco ou flutuante. O objetivo é restaurar ou manter o padrão original de desempenho previsto para a embarcação. É realizada em períodos regulares, previamente estabelecidos de acordo com a política interna de manutenção da companhia.
Due diligence - Busca e análise prévia de informações sobre uma empresa
Ebitda - Sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Também conhecida como Lajida. Trata-se de um indicador financeiro bastante utilizado para avaliar empresas listadas no mercado de bolsa de valores.
FPSO - Sigla em inglês para *Floating, Production, Storage and Offloading* (Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência). Trata-se de um navio-plataforma para produzir, armazenar e transferir petróleo e gás natural.
GLP - Gás Liquefeito de Petróleo.
IAE - Índice de Aceitação de Embarcações.
IAPP - Associação Internacional de Profissionais de Privacidade. Reúne pessoas, ferramentas e práticas globais de gerenciamento de informações. A certificação do IAPP qualifica os profissionais que comprovem saber em gestão de privacidade, LGPD e demais legislações referentes à privacidade e proteção de dados.
Icid - Indicador de Cumprimento de Integridade de Dutos.
Icit - Indicador Consolidado de Integridade de Terminais.
IDL - Indicador de Disponibilidade Operacional Logística.
IDO - Índice de Disponibilidade Operacional dos Navios da Frota
IFRS 16 - Sigla em inglês para *International Financial Reporting Standards* (Normas internacionais de relatórios financeiros). Correlato ao CPC 06 (R2).
IGEE - Índice de Gases de Efeito Estufa.
IMO - Sigla em inglês para *International Maritime Organization* (Organização Marítima Internacional).
Inspeções Sire - Critério internacional de inspeção de navios elaborado e padronizado pela *Oil Companies International Marine Forum (Ocimf)*.
Institute of Internal Auditors (IIA) - Sigla em inglês para Instituto de Auditores Internos.
Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
Market Share - Grau de participação de uma empresa no mercado em termos das vendas de um determinado produto.
Nasp Tier - Número total de anomalias de segurança de processo em período determinado. Correspondem aos acidentes de segurança de processo que atendem às características de um evento Tier 1, conforme metodologia preconizada no API RP 754 e no OGP Report Nº 456.
Navio Aframax - Petroleiro para o transporte de óleo cru com capacidade de carga entre 80 mil a 120 mil toneladas de porte bruto (TPB). O nome é baseado na terminologia *Average Freigth Rate Assesment* (Afra), ou, em português Valor Médio de Frete.
Navio Panamax - Petroleiro para o transporte de óleo cru e produtos escuros. A capacidade de carregamento está na faixa de 65 mil a 80 mil toneladas de porte bruto (TPB). Porte similar às embarcações que passam nas eclusas do Canal do Panamá.
Navio Suezmax - Petroleiro para o transporte de óleo cru com capacidade de carga na faixa de 140 mil a 175 mil TPB. Com seu calado, boca e comprimento, tem capacidade de trafegar pelo canal de Suez, localizado na Península do Sinai, no Egito, entre o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo.
NIS - Núcleo Integrado de Saúde.
Nist - Índice de Maturidade de Segurança da Informação.
Nopat - Indicador para Lucro Operacional Líquido Após os Impostos.
Ocimf - Sigla em inglês para *Oil Companies International Marine Forum* (Fórum Marítimo Internacional das Empresas Petrolíferas).
Offloading - Conjunto de operações para o transporte do petróleo produzido pela unidade marítima. Inicia com a aproximação do navio aliviador, amarração ao FPSO, conexão da linha de mangotes, transferência da carga, desconexão, desamarração e saída do navio.
ONU - Organização das Nações Unidas.
PAB - Plano de Ação de Biodiversidade.
PBO - Plano Básico de Organização.
PDI - Plano de Desenvolvimento Individual.
Programa Compromisso com a Vida (PCV) - Conjunto de iniciativas com foco na prevenção de acidentes e na preservação da vida e do meio ambiente.
QAV - Querosene de aviação.
Real Time - Termo utilizado para definir as simulações executadas em ambiente de imersão, em que o tempo corre normalmente, ou seja, simulando a realidade. Diferentemente do fast time, que são diversas simulações em sequência analisadas por computador.
Scorecards - Indicadores de desempenho.
Segurança de Processo - Consiste na prevenção, mitigação e resposta a eventos de perda de contenção primária de produtos perigosos, com potencial para gerar efeitos tóxicos, incêndio, sobrepressão ou explosão e resultar em lesões pessoais, danos materiais, perda de produção ou impacto ambiental.
Ship to ship (STS) - Manobra que envolve o transbordo de cargas de petróleo ou derivados de um navio diretamente para outro.
Sire - Sigla em inglês para *Ship Inspection Report Programme* (Programa de Relatório de Inspeção de Navio)
SOx - Sigla em inglês para a Lei Sarbanes-Oxley, responsável por aperfeiçoar a governança e a prestação de contas das corporações, como divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, despesas, receitas, a fim de garantir o *compliance*.
Stakeholder - Público de relacionamento.
TAR - Taxa de Acidentados Registráveis.
TIC - Tecnologia da Informação e Telecomunicação.
Trim - É a diferença entre os calados a ré e a vante de uma embarcação.
Vazo - Volume Vazado de Óleo e Derivados.
VLCC - Sigla em inglês para *Very Large Crude Carrier*. Navios utilizados na maior parte do transporte transoceânico. São necessários para reduzir o custos de transporte por barril de petróleo.

continua ▸

INÊS249

BR TRANSPETRO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

▸ continuação

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	145.965	137.289	236.627	271.729
Contas a receber - FIDC	2.428.562	1.248.896	2.463.231	1.275.740
Contas a receber	276.526	172.594	294.495	174.345
Contas a receber de partes relacionadas	1.344.745	1.598.050	1.599.757	3.206.402
Adiantamentos a fornecedores, inclui partes relacionadas	41.691	38.220	52.161	75.713
Estoques	201.080	170.954	201.080	170.954
Imposto de renda e contribuição social	11.484	11.559	20.046	17.283
Impostos e contribuições	57.605	34.612	57.885	35.278
Despesas antecipadas	26.222	18.376	31.677	25.775
Demais ativos	103.938	46.356	103.078	45.497
	4.637.818	**3.476.906**	**5.060.037**	**5.298.716**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber - FIDC	55.578	52.048	55.578	52.048
Contas a receber	15.326	–	15.326	–
Contas a receber de partes relacionadas	293.643	338.763	1.948.066	1.259.114
Impostos e contribuições sociais diferidos	1.257.982	935.151	1.353.829	936.143
Depósitos judiciais	337.392	350.920	337.392	350.920
Demais ativos	134.524	53.224	134.524	53.224
	2.094.445	**1.730.106**	**3.844.715**	**2.651.449**
Investimentos	1.370.865	1.236.846	30.225	30.225
Imobilizado	20.652.684	23.794.082	21.013.252	23.966.859
Intangível	116.382	111.810	116.382	111.810
	24.234.376	**26.872.844**	**25.004.574**	**26.760.343**
Total	**28.872.194**	**30.349.750**	**30.064.611**	**32.059.059**

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				
Financiamentos	239.303	241.421	239.303	241.421
Fornecedores	340.359	402.301	355.452	421.490
Arrendamentos, inclui partes relacionadas	3.481.746	3.055.552	3.763.837	3.510.717
Contas a pagar a partes relacionadas	214.443	332.406	257.517	374.535
Impostos e contribuições	124.813	130.519	125.886	131.780
Imposto de renda e contribuição social	42.742	38.221	43.869	39.319
Dividendos propostos	118.202	–	118.202	–
Benefícios a empregados	717.477	507.674	717.514	507.795
Provisões e demais contas a pagar	50.401	38.352	63.363	38.448
	5.329.486	**4.746.446**	**5.684.943**	**5.265.505**
Não circulante				
Financiamentos	3.213.293	3.431.688	3.213.293	3.431.688
Fornecedores	77.234	63.292	77.528	63.311
Arrendamentos, inclui partes relacionadas	13.495.917	15.653.299	14.272.909	16.712.080
Provisão para processos judiciais e administrativos	775.000	728.656	775.000	728.656
Benefícios a empregados	1.240.496	827.792	1.240.496	827.792
Impostos e contribuições	32.982	36.131	32.982	36.131
Provisões e demais contas a pagar	25.139	27.237	84.813	158.687
	18.860.061	**20.768.095**	**19.697.021**	**21.958.345**
Patrimônio líquido				
Capital social realizado	2.789.314	2.789.314	2.789.314	2.789.314
Reservas de lucros	668.425	483.853	668.425	483.853
Outros resultados abrangentes	1.224.908	1.562.042	1.224.908	1.562.042
	4.682.647	**4.835.209**	**4.682.647**	**4.835.209**
Total	**28.872.194**	**30.349.750**	**30.064.611**	**32.059.059**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita líquida de serviços prestados	10.731.292	10.276.524	11.103.169	10.611.420
Custo dos serviços prestados	(6.525.137)	(6.019.396)	(6.836.445)	(6.468.955)
Lucro bruto	**4.206.155**	**4.257.128**	**4.266.724**	**4.142.465**
Despesas				
Vendas	(46.639)	(32.653)	(46.639)	(32.653)
Gerais e administrativas	(723.043)	(666.667)	(728.967)	(676.941)
Tributárias	(132.404)	(136.291)	(132.732)	(136.443)
Reversão/ (perda) no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(142.730)	107.685	(125.987)	(33.288)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(702.506)	(435.937)	(726.231)	(486.019)
	(1.747.322)	**(1.163.863)**	**(1.760.556)**	**(1.365.344)**
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	**2.458.833**	**3.093.265**	**2.506.168**	**2.777.121**
Receitas financeiras	263.000	276.350	368.186	389.552
Despesas financeiras	(2.180.247)	(2.266.552)	(2.263.915)	(2.393.046)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	32.942	72.153	31.887	70.882
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	157.427	(331.968)	–	–
Lucro antes dos impostos	**731.955**	**843.248**	**642.326**	**844.509**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(556.965)	(678.990)	(563.234)	(681.243)
Imposto de renda e contribuição social diferido	322.949	274.018	418.847	275.010
Lucro líquido do exercício	**497.939**	**438.276**	**497.939**	**438.276**
Lucro por ação básico e diluído por ação - em reais	0,10	0,09	0,10	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	**497.939**	**438.276**	**497.938**	**438.276**
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais - benefícios de planos de pensão	346	26.449	346	26.449
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(118)	(8.993)	(118)	(8.993)
	228	**17.456**	**228**	**17.456**
Ganhos (perdas) atuariais - benefícios de saúde pós-emprego	(254.872)	(101.595)	(254.872)	(101.595)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:				
Ajuste de conversão em investidas	(82.490)	(111.290)	(82.490)	(111.290)
Outros resultados abrangentes	(337.134)	(195.429)	(337.134)	(195.429)
Resultado abrangente total	**160.805**	**242.847**	**160.804**	**242.847**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

		Reserva de lucros					Outros resultados abrangentes	
	Capital social realizado	Legal	Retenção de lucros	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**2.846.323**	**141.846**	**920.994**	**124.925**	**370.005**	**–**	**1.757.471**	**6.161.563**
Redução de capital	(57.009)	–	–	–	–	–	–	(57.009)
Ajuste de conversão em investidas	–	–	–	–	–	–	(111.290)	(111.290)
Ganhos (perdas) atuariais - benefícios de saúde pós-emprego	–	–	–	–	–	–	(101.595)	(101.595)
Ganhos (perdas) atuariais - benefícios de planos de pensão	–	–	–	–	–	–	17.456	17.456
Dividendos	–	–	(920.994)	–	(370.005)	–	–	(1.290.999)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	438.276	–	438.276
Destinação do lucro								
Reserva legal	–	21.914	–	–	–	(21.914)	–	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	4	–	(4)	–	–
Destinação de dividendos	–	–	–	–	195.165	(195.165)	–	–
Dividendos pagos antecipadamente	–	–	–	–	–	(221.193)	–	(221.193)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.789.314**	**163.760**	**–**	**124.929**	**195.165**	**–**	**1.562.042**	**4.835.209**
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**2.789.314**	**163.760**	**–**	**124.928**	**195.165**	**–**	**1.562.042**	**4.835.209**
Ajuste de conversão em investidas	–	–	–	–	–	–	(82.490)	(82.490)
Ganhos (perdas) atuariais - benefícios de saúde pós-emprego	–	–	–	–	–	–	(254.872)	(254.872)
Ganhos (perdas) atuariais - benefícios de planos de pensão	–	–	–	–	–	–	228	228
Dividendos	–	–	–	–	(195.165)	–	–	(195.165)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	497.939	–	497.939
Destinação do lucro								
Reserva legal	–	24.897	–	–	–	(24.897)	–	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	240	–	(240)	–	–
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	354.600	(354.600)	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(118.202)	–	(118.202)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.789.314**	**188.657**	**–**	**125.168**	**354.600**	**–**	**1.224.908**	**4.682.647**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	497.939	438.276	497.938	438.276
Ajustes para:				
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	556.965	678.990	563.234	681.243
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(322.949)	(274.018)	(418.847)	(275.010)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	(157.427)	331.968	–	–
Depreciação e amortização	2.302.570	2.209.375	2.311.795	2.370.135
(Reversão)/ perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	142.730	(107.685)	125.987	33.288
Encargos financeiros sobre financiamentos e arrendamentos	2.125.497	2.249.841	2.145.142	2.283.429
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(209.534)	(243.397)	(213.063)	(245.628)
Perdas com processos judiciais e administrativos	277.318	405.674	277.318	405.674
(Reversões)/ perdas de crédito esperadas	(58.560)	12.330	(58.560)	12.330
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	177.686	128.643	177.685	128.643
(Reversão)/ provisão para docagem	–	–	(55.362)	–
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	(15.839)	(163.066)	(15.839)	(163.066)
Outros ajustes	2.982	(22.728)	36.446	(42.966)
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	168.354	(407.206)	502.946	207.474
Estoques	(30.126)	(43.605)	(30.126)	(43.605)
Depósitos judiciais	(35.323)	(164.647)	(35.323)	(164.647)
Outros ativos	(36.241)	27.398	(16.406)	56.396
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(158.816)	40.968	(153.320)	13.423
Impostos, taxas e contribuições	(168.968)	140.261	(162.669)	142.629
Imposto de renda e contribuição social pagos	(125.537)	(295.612)	(139.678)	(299.196)
Processos judiciais e administrativos	(160.953)	(51.032)	(160.953)	(51.032)
Outros passivos	200.245	(22.093)	199.154	(24.231)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	**4.972.013**	**4.868.635**	**5.377.499**	**5.463.559**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(353.331)	(498.216)	(509.439)	(664.862)
(Investimentos)/ resgates em títulos e valores mobiliários	(973.662)	468.747	(977.958)	444.134
Concessão de recursos - contrato de mútuo	–	–	(1.036.770)	–
Recebimento de principal - contrato de mútuo	–	–	1.198.059	38.999
Recebimento de juros - contrato de mútuo	–	–	18.282	19.813
Dividendos recebidos	2.502	380	–	–
Recursos líquidos (utilizados) nas atividades de investimentos	**(1.324.491)**	**(29.089)**	**(1.307.826)**	**(161.916)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortizações de principal	(225.190)	(224.826)	(225.190)	(224.826)
Amortizações de juros	(326.582)	(336.029)	(326.582)	(336.029)
Amortizações de contratos de arrendamento (arrendatário)	(2.885.316)	(2.829.703)	(3.344.639)	(3.329.451)
Dividendos pagos	(201.758)	(1.512.192)	(201.758)	(1.512.192)
Recursos líquidos (utilizados) nas atividades de financiamentos	**(3.638.846)**	**(4.902.750)**	**(4.098.169)**	**(5.402.498)**
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	–	–	(6.606)	(2.917)
Variação de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**8.676**	**(63.204)**	**(35.102)**	**(103.772)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	137.289	200.493	271.729	375.501
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**145.965**	**137.289**	**236.627**	**271.729**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas				
Vendas de serviços e outras receitas	12.552.741	12.154.232	12.999.597	12.490.708
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso	279.335	447.189	441.944	548.037
Reversões/ (perdas) de crédito esperadas	58.560	(12.330)	58.560	(12.330)
	12.890.636	**12.589.091**	**13.500.101**	**13.026.415**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços vendidos	(2.207.184)	(1.833.094)	(2.481.543)	(2.119.089)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.050.055)	(1.399.432)	(1.295.798)	(1.557.525)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(190.681)	(143.068)	(192.720)	(143.265)
Reversão/ (perda) no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(142.730)	107.685	(125.987)	(33.288)
	(3.590.650)	**(3.267.909)**	**(4.096.048)**	**(3.853.167)**
Valor adicionado bruto	**9.299.986**	**9.321.182**	**9.404.053**	**9.173.248**
Depreciação e amortização	(2.302.570)	(2.209.375)	(2.311.795)	(2.370.135)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**6.997.416**	**7.111.807**	**7.092.258**	**6.803.113**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	157.427	(331.968)	–	–
Receitas financeiras, variações cambiais e monetárias	320.774	376.633	426.073	490.213
	478.201	**44.665**	**426.073**	**490.213**
Valor adicionado total a distribuir	**7.475.617**	**7.156.472**	**7.518.331**	**7.293.326**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Salários	1.405.966	1.337.467	1.409.350	1.340.512
Remuneração variável	400.286	173.326	400.286	173.326
Vantagens	245.691	114.904	245.736	114.949
Plano de aposentadoria e pensão	102.681	101.241	102.681	101.241
Plano de saúde	218.643	159.014	218.643	159.014
FGTS	83.865	77.746	83.892	77.755
	2.457.132	**1.963.698**	**2.460.588**	**1.966.797**
Tributos				
Impostos contribuições federais	1.769.802	1.887.570	1.785.430	1.891.269
Impostos contribuições estaduais	403.698	356.885	403.728	356.891
Impostos contribuições municipais	352.969	355.215	358.649	355.309
Imposto renda e contribuição social diferido	(322.949)	(274.018)	(418.847)	(275.010)
	2.203.520	**2.325.652**	**2.128.960**	**2.328.459**
Instituições financeiras e fornecedores				
Despesas financeiras, variações cambiais e monetárias	2.205.080	2.294.683	2.289.913	2.422.825
Despesas de aluguéis e arrendamentos	111.946	134.163	140.931	136.969
	2.317.026	**2.428.846**	**2.430.844**	**2.559.794**
Acionistas				
Lucros retidos	379.737	217.083	379.737	217.083
Remuneração ao acionista	118.202	221.193	118.202	221.193
	497.939	**438.276**	**497.939**	**438.276**
Valor adicionado distribuído	**7.475.617**	**7.156.472**	**7.518.331**	**7.293.326**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ▸

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

▸continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, doravante denominada "Transpetro" ou "Companhia", é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída em 12 de junho de 1998.

A Companhia tem por objeto construir, manter e operar dutos e terminais (marítimos ou terrestres) e embarcações (próprias ou de terceiros), explorando atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de apoio marítimo, engenharia, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral, por meio dos referidos dutos, terminais, navios e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal, para atendimento às suas atividades operacionais.

A Transpetro, diretamente ou por meio de suas controladas, associadas ou não a terceiros, poderá exercer, no país ou fora do território nacional, quaisquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Parte substancial das operações comerciais da Companhia é realizada com a Petrobras e suas participações societárias.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 5.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 29 de fevereiro de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.2 Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e tem como objetivo apresentar informações relativas às riquezas criadas pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

2.3 Moeda Funcional

A moeda funcional da Transpetro e de sua controlada Transbel é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

A moeda funcional da Transpetro International BV (TIBV), que atua em ambiente econômico internacional, é o dólar norte-americano.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa da TIBV, com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações, disponíveis nas demonstrações financeiras completas, conforme lista a seguir:

6	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	Contas a receber - FIDC
8	Contas a receber
10	Despesas antecipadas
11	Tributos
13	Investimentos
14	Imobilizado
14.1	*Impairment*
16	Provisão para Processos judiciais e administrativos
17.3	Benefícios pós emprego
18	Financiamentos
19	Arrendamentos
20	Provisões e demais contas a pagar
21.1	Patrimônio líquido - Capital social
21.2	Patrimônio líquido - Reservas de lucros
21.4	Patrimônio líquido - Dividendos e juros sobre capital próprio
22	Receitas de Vendas

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1 *International Accounting Standards Board* (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2023 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (*Sale and Leaseback*) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current/ Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7	As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas.
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21	As emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.

Em relação aos normativos - *Amendments to IFRS 16* e *Amendments to IAS, 1* em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação ao *Amendments to IAS 7 and IFRS 7*, o impacto esperado é de divulgação adicional, se aplicável.

Quanto ao normativo que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e intepretações tidos como análogos aos IFRS, tais como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor, integralmente ou parcialmente, e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	*Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1) Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)*	1º de janeiro de 2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	*Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)*	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 4.1.

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do Pillar II para reformular a tributação internacional, visando garantir que as multinacionais elegíveis, isto é, aquelas com receitas globais superiores a 750 milhões de euros, paguem um imposto complementar mínimo sobre os lucros de suas subsidiárias que estejam sendo tributados a uma alíquota efetiva inferior a 15% por jurisdição (*Global Minimum Top-up Tax*).

Se a entidade controladora final estiver localizada em uma jurisdição que não tenha implementado o Pillar II, esse imposto será devido pela próxima entidade da estrutura organizacional localizada em uma jurisdição que tenha regulamentado o regime, seguindo sempre uma perspectiva descendente. Em 19 de dezembro de 2023, a Holanda promulgou a legislação de imposto de renda do Pillar II, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Após avaliação preliminar das novas regras, a Companhia não espera uma exposição relevante. Esta informação é baseada nos lucros e despesas com impostos, apurados no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes e são revisadas periodicamente pela Administração, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1 Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* de ativos imobilizados exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais, no caso da Companhia, principalmente dos fretes dos navios e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

As premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 14.1.

5.2 Definição das unidades geradoras de caixa (UGCs) para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

Esta definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. Alterações nas UGCs podem acontecer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, que podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs, podendo ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. As principais definições adotadas são as seguintes:

a) UGC Transportes: composta pelos navios da Transpetro, que operam através de contratos de longo prazo com a Petrobras;

b) UGC Dutos e Terminais: composta pelo direito de uso registrado em função dos contratos de arrendamento celebrados com a Petrobras;

c) UGC Hidrovia: composta pelo conjunto de embarcações (comboios) que teve o projeto postergado;

d) UGC RLAM: composta pelo direito de uso registrado em função do contrato de arrendamento celebrado com a Refinaria de Mataripe;

e) UGC TIBV: composta pelos navios de terceiros arrendados pela subsidiária TIBV;

f) UGC Transbel: composta pelos ativos incluídos no contrato de arrendamento celebrado entre a subsidiária Transbel e o Porto de Belém.

5.3 Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano Estratégico, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

As informações sobre premissas e estimativas utilizadas estão apresentadas na nota explicativa 11.

5.4 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar em alterações na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 16.

5.5 Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capta) da Companhia, nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido às mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 17.3.

5.6 Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo das perdas de crédito esperadas.

5.7 Arrendamentos

A Companhia utiliza taxas incrementais sobre empréstimos da Petrobras para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos cujas taxas implícitas não podem ser determinadas imediatamente.

As taxas incrementais são estimadas a partir das taxas de captação corporativa (obtidas pelos rendimentos - *yields* - de títulos emitidos pela Petrobras), que levam em conta a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, duration do respectivo fluxo de pagamento e a data de início de cada contrato.

5.8 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades fiscais divirjam do entendimento da Companhia.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre aplicabilidade e montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a Companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. Os riscos tributários identificados são prontamente avaliados, tratados e deliberados por meio de metodologia de gestão de riscos tributários, previamente implementada.

Se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras.

Maiores esclarecimentos sobre os tratamentos tributários estão divulgados na nota 11.

5.9 Gestão de capital

O objetivo da Transpetro ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A Companhia monitora o capital com base no lucro operacional depois dos impostos (*Net Operational Profit After Tax* - NOPAT).

5.10 Estimativa do valor justo

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto prazo e de outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não são, significativamente, diferentes de seus valores contábeis.

O contas a receber referente aos títulos e valores mobiliários do ativo circulante e não circulante, correspondentes aos saldos mantidos no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP) Petrobras, classificados como de nível I, cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data da mensuração.

6. DESTINAÇÃO DO RESULTADO E DIVIDENDOS

	2023	2022
Lucro atribuível ao acionista controlador	**497.939**	**438.276**
Destinação do lucro do exercício		
Reserva legal	24.897	21.914
Reserva de incentivos fiscais	240	4
Dividendos propostos do lucro líquido	472.802	416.358
Total da destinação do lucro líquido do exercício	**497.939**	**438.276**
Dividendos propostos do lucro líquido		
Dividendos mínimos obrigatórios	118.202	221.193
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	354.600	195.165
Dividendos propostos do lucro líquido	**472.802**	**416.358**

6.1 Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

6.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em maio de 2023, A Transpetro realizou o pagamento de R$ 195.165 (no montante atualizado de R$ 201.758) a título de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2022, aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

A proposta de distribuição de dividendos referente ao exercício de 2023 foi de R$ 472.802, sendo R$ 118.202 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R$ 354.600 de dividendo adicional proposto.

6.3 Resultado por ação

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Lucro / (prejuízo) atribuível ao acionista controlador	497.939	438.276
Quantidade de ações	5.000.000.000	5.000.000.000
Lucro / (prejuízo) por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder do acionista em cada exercício - em reais	**0,10**	**0,09**

A Companhia não emitiu ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS33) - Resultado por Ação.

continua▸

Travelex Bank
IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA.
travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

INÊS249

Valor C
Quinta-feira, 18 de abril de 2024

Finanças

Política monetária Declarações duras de Campos Neto provocam disparada dos juros de curto prazo

Aposta de corte menor da Selic em maio é majoritária

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

O mercado voltou a exibir um ritmo alucinante de alteração de cenários para os rumos da taxa de juros no Brasil, e as chances de o Banco Central (BC) não cumprir o "guidance" de corte de 0,5 ponto na Selic em maio e adotar um tom mais conservador passaram a ser majoritárias. Com o apoio de declarações mais duras do presidente do BC, Roberto Campos Neto, os preços dos ativos passaram a embutir maior probabilidade de uma redução de 0,25 ponto no juro básico no próximo mês, na esteira de um aumento relevante da incerteza.

Na curva de juros, a reprecificação foi expressiva. Ao contrário do alívio dos Treasuries, a taxa do DI para janeiro de 2025 disparou, ao passar de 10,335% para 10,425%. A curva de juros, agora, projeta uma redução de 0,25 ponto nos juros em maio e alguma chance de início de um novo ciclo de elevação da Selic já no fim deste ano, o que ajuda a demonstrar o estresse do mercado.

Até mesmo no mercado de opções, que costuma ser utilizado pelos agentes para fazer apostas mais precisas para cada reunião do Copom, houve uma forte reprecificação. No início do mês, a possibilidade de um corte de 0,5 ponto estava em 93%, mas ontem apontava 28%. Já a probabilidade de uma redução de 0,25 ponto saltou de 4% para 49%.

Os comentários de Campos Neto sobre uma possível redução do ritmo de cortes de juros caso a incerteza siga elevada abriram a porta para a reprecificação do mercado e até mesmo economistas já passaram a revisitar seus cenários. Assim, a chance de novas reavaliações sobre os rumos da Selic nos próximos dias deve seguir em alta.

De acordo com o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, que está em Washington acompanhando os encontros de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), caso o Copom fosse "hoje", a chance majoritária seria de uma desaceleração no ritmo de redução da Selic para 0,25 ponto percentual.

"Tem sido a tônica de todos os encontros do FMI até agora. Todos os banqueiros centrais da América Latina estão postergando um pouco os cortes sinalizados. No nosso caso, fiquei com a impressão de que o BC antecipará a desaceleração para 0,25 ponto já em maio se as coisas ficarem como estão, principalmente o dólar. Mas ainda faltam três semanas para o Copom e tem muita água para rolar", diz.

A visão é semelhante à do economista-chefe do PicPay, Marco Antonio Caruso. "Até a reunião tudo pode mudar, mas, com os preços e as condições de hoje, desconfio que o BC cortaria os juros em 0,25 ponto. Acho que ficamos à mercê do câmbio, que é o canal mais imediato para o cenário externo e a questão fiscal influenciarem as projeções deles", afirma.

> "BC antecipará a desaceleração para 0,25 ponto já em maio, se as coisas ficarem como estão"
> *Fernando Genta*

A ASA Investments alterou seu cenário para a trajetória da política monetária ontem e elevou a projeção para a Selic no fim do ano de 8,5% para 9,75%. Nesse sentido, a gestora passou a esperar quatro reduções consecutivas de 0,25 ponto na taxa básica, com uma desaceleração no ritmo já em maio. Segundo o economista Leonardo Costa, da ASA, Campos Neto endureceu muito o discurso, principalmente quando fez menção ao cenário externo, além de ter apontado uma piora no lado fiscal doméstico.

"O que deu para perceber aqui na reunião do FMI é que o Campos Neto já vinha adotando um tom mais cauteloso em relação ao fiscal. Nesta semana, também vimos uma mudança grande do ponto de vista do Fed, com o Powell [presidente do Fed] dizendo que os juros devem ficar elevados por mais tempo. Além do fator externo, também tivemos a revisão das metas fiscais. Tudo isso afetou bastante a taxa de câmbio. Foi uma combinação de fatores muito pouco profícua para o lado doméstico, o que levou a gente a fazer uma revisão no ritmo de cortes", afirma Costa.

Copom mais devagar?
Precificação de corte na Selic em maio no mercado de opções - em %

Fonte: B3 e Valor PRO

O economista-chefe da Parcitas Investimentos, Vitor Martello, também diz ver uma redução no ritmo de corte na Selic já em maio, com uma taxa de 9,5% no fim do ciclo. "Por modelo, considerando o real, o petróleo e a piora das projeções do Focus para o IPCA em 2025, já víamos espaço para redução do ritmo. E as falas do Campos Neto foram na direção de confirmar que a sinalização feita na última reunião é passível de reavaliação, dado que ela tem condicionantes claros e a maioria deles foi na direção de advogar por um ritmo menor."

A reportagem do **Valor** consultou outros seis economistas de gestoras importantes — quatro deles também presentes nos encontros do FMI —, que preferiram não se identificar. Todos eles concordam que as declarações emitidas pela autoridade do BC, ontem, ampliaram a chance de um corte menor de juros já em maio.

"Foi uma fala muito relevante. Ter pedido que a palestra fosse aberta já antecipava que ele usaria a oportunidade para passar uma mensagem importante. Ele elaborou um mapa para o Copom com quatro cenários. Certamente ele já avisou que pode desacelerar na próxima reunião", afirmou um dos economistas consultados, que agora já coloca probabilidade de maior de uma redução de 0,25 ponto na Selic em maio.

casan

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2023

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
CNPJ Nº 82.508.433/0001-17

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, apresenta ao mercado e investidores, as suas demonstrações contábeis do exercício de 2023 e a composição de sua nova Diretoria e Conselhos. As demonstrações completas e demais informações da Companhia estão disponíveis no nosso site de relações com investidores - *ri.casan.com.br.*

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantados em: **(Em milhares de Reais)**

ATIVO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reclassificado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	46.907	351
Títulos e valores mobiliários	8	408.875	51.989
Contas a receber de clientes	9	283.815	272.133
Partes relacionadas	22.1	5.899	5.388
Estoques	10	130.523	130.961
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	11	28.269	54.799
Outros	12	13.406	16.501
Total do Ativo Circulante		**917.694**	**532.122**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Contas a receber de clientes	9	22.416	27.419
Depósitos dados em garantia	20	108.598	116.551
Ativo fiscal diferido	14	53.326	60.611
Direito de Uso de Bem	3.21	45.462	14.837
Ativo Financeiro Municipalizado	13.2	5.193	8.325
Ativo Financeiro de Contrato	13.1	830.929	791.602
		1.065.924	**1.019.345**
Investimentos		34	34
Imobilizado	15.3	60.935	58.489
Intangível	15.2	1.672.527	1.590.291
Ativo de Contrato	15.1	1.298.677	1.143.113
		3.032.173	**2.791.927**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**4.098.097**	**3.811.272**
TOTAL DO ATIVO		**5.015.791**	**4.343.394**

PASSIVO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reclassificado
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	16	338.750	305.919
Fornecedores e empreiteiros		102.919	141.913
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	81.878	59.091
Plano de demissão voluntária incentivada	21.2	89.523	85.872
Impostos e contribuições a recolher	18	77.873	74.318
Dividendos propostos	24	12.053	21.849
Contratos de Arrendamento Mercantil	3.21	28.112	11.872
Outros		2.790	3.310
Total do Passivo Circulante		**733.898**	**704.144**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	16	1.804.019	1.353.375
Partes relacionadas	22.1	41.038	27.271
Impostos e contribuições a recolher	18	77.169	4.755
Plano de demissão voluntária incentivada	21.2	115.896	195.678
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações	17	3.176	3.176
Provisão para contingências	20	77.309	79.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	60.901	66.187
Plano previdenciário	21.1	59.011	25.125
Contratos de Arrendamento Mercantil	3.21	21.530	4.615
Receita diferida	23	18.266	18.266
Total do Passivo Não Circulante		**2.278.315**	**1.778.339**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**24**		
Capital social		1.224.547	1.118.641
Adiantamento para futuro aumento de capital		120.000	86.663
Reserva de reavaliação		78.424	80.546
Ajuste patrimonial		73.186	84.461
Reserva legal		37.425	34.887
Reserva para fundo de investimentos		503.626	457.135
Outros resultados abrangentes (ORA)		(33.630)	(1.422)
Lucros/(Prejuízos)		-	-
		2.003.578	**1.860.911**
TOTAL DO PASSIVO		**5.015.791**	**4.343.394**
Patrimônio Líquido/Ação		**1,9272**	**1,9594**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em: **(Em milhares de Reais)**

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.634.101	1.409.964
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(951.076)	(784.342)
LUCRO BRUTO	**683.025**	**625.622**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(108.378)	(91.636)
Gerais e administrativas	(321.356)	(314.095)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5.711	16.322
	(424.023)	**(389.409)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	**259.002**	**236.213**
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	36.854	32.968
Despesas financeiras	(218.692)	(130.404)
	(181.838)	**(97.436)**
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**77.164**	**138.777**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente	(24.422)	(52.461)
Diferido	(1.999)	5.674
	(26.421)	**(46.787)**
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	**50.743**	**91.990**
Participações estatutárias	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**50.743**	**91.990**
QUANTIDADE DE AÇÕES (Em milhares)	1.039.655	949.740
Lucro por lote de mil ações	0,04881	0,09686

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALFEU LUIZ ABREU **(Presidente)**
Demais membros:
ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS
EDSON MORITZ
FÁBIO WAGNER PINTO
HANERON VICTOR MARCOS **(Representante dos Empregados)**
IVAN GABRIEL COUTINHO **(Representante dos Minoritários)**
KARLA CELINA GHISI DA LUZ
SHEILA MARIA MARTINS ORBEN MEIRELLES

CONSELHO FISCAL

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
GABRIELA SOARES PEDERCINI
RICARDO EUCLIDES GRANDO
DANIELI BLANGER PINHEIRO PORPORATTI
MARCELO MENDES
Suplentes:
GENIVAL FRANCISCO DA SILVA
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA
ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
LISANDRO JOSÉ FENDRICH
LUDIMAR SILVÉRIO RIBEIRO JÚNIOR

DIRETORIA EXECUTIVA

EDSON MORITZ
Diretor Presidente

NATAN MARCONDES MONTEIRO OSÓRIO
Diretor Administrativo

EDSON MORITZ
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

PEDRO JOEL HORSTMANN
Diretor de Operação e Expansão

GIOVANI PICKLER
Diretor Comercial

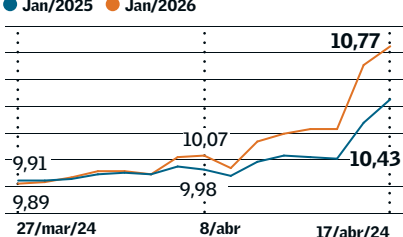
INÊS249

Ibovespa
Em pontos

queda de **0,17%**

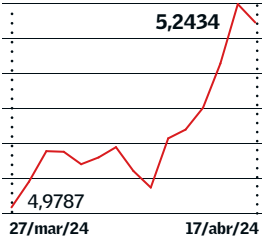
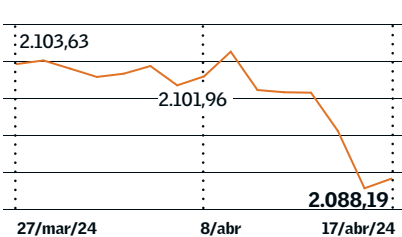
Bolsas internacionais
Variações no dia 17/abr/24 - em %

Dow Jones	-0,12
S&P 500	-0,58
Euronext 100	-0,48
DAX	0,02
CAC-40	0,62
Nikkei-225	-1,32
SSE Composite	2,14

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

queda de **0,50%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Moeda americana fecha em baixa de 0,50%, a R$ 5,24; Ibovespa fica perto da estabilidade, com ajuda do minério de ferro

Dólar interrompe rali e volta a cair frente ao real

Arthur Cagliari, Maria Fernanda Salinet e Augusto Decker
De São Paulo

Enquanto os juros futuros mais curtos dispararam, a bolsa brasileira e o câmbio tiveram um pregão mais ameno na sessão de ontem. O dólar comercial também foi influenciado pelas falas do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mas terminou com baixa moderada. O Ibovespa, por sua vez, fechou perto da estabilidade — a alta dos juros pesou sobre papéis sensíveis a essas taxas, mas a valorização do minério de ferro praticamente compensou as perdas.

Ao fim dos negócios, o dólar comercial interrompeu o rali de cinco sessões consecutivas de alta e encerrou em queda de 0,50%, cotado a R$ 5,2434. Operadores mencionaram os comentários de Campos Neto como um possível vetor de valorização da moeda brasileira: ele adotou um discurso considerado mais "hawk" (agressivo) por investidores, o que abriu espaço para os agentes começarem a esperar uma cautela ainda maior na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

A questão técnica também pesou, com espaço para ajustes após a alta da divisa em sessões anteriores. Mesmo com a queda de ontem, o dólar à vista ainda aprecia quase 2,4% na semana, diante das incertezas com os juros americanos, da tensão geopolítica e das dúvidas sobre uma evolução sustentável da dívida pública brasileira. Nesse contexto, a aposta do investidor estrangeiro na alta do dólar contra o real atingiu níveis recordes na terça-feira: a posição comprada na moeda americana via derivativos (dólar futuro, dólar mini, swap e cupom cambial) pelos não residentes bateu máxima histórica no fechamento, de US$ 70,3 bilhões, de acordo com dados da B3. Há um ano, o patamar estava em US$ 35,1 bilhões.

Apesar da recente valorização forte do dólar frente ao real, o economista-chefe do Banco Bmg, Flávio Serrano, diz ver esse movimento como temporário, com espaço para o câmbio voltar para o intervalo de R$ 5 a R$ 5,10. "No que tange aos cortes de juros nos Estados Unidos, ainda que o Federal Reserve (Fed) atrase esse ciclo, não significa que ele não vá ocorrer. O cenário apenas foi deslocado no tempo, mas a projeção de cortes ainda dá espaço para os Fed funds ficarem em 4% ou 4,5% no fim do ano que vem. Mas, para isso ocorrer, os dados dos EUA precisam vir melhores."

Em meio à incerteza com a política monetária americana, o rendimento dos Treasuries caiu ontem, em um movimento de realização de lucros. A taxa da T-note de dois anos foi de 4,998% no fechamento anterior para 4,945%, enquanto a da T-note de dez anos recuou de 4,673% para 4,593%. As bolsas de Nova York terminaram em leve queda, pressionadas pela baixa nas ações da Nvidia. O índice Dow Jones recuou 0,12%, o S&P 500 perdeu 0,58% e o Nasdaq fechou em baixa de 1,15%.

A bolsa brasileira também recuou, mas com outros gatilhos. O Ibovespa acabou em baixa de 0,17%, aos 124.171 pontos.

2,4%
é a alta acumulada do dólar ante o real nesta semana

A disparada dos juros curtos pesou negativamente sobre as ações mais sensíveis a essas taxas, como as de empresas mais voltadas à economia local e de companhias endividadas: o índice de small caps, formado principalmente por papéis desse tipo, recuou 0,58%, uma perda maior do que a registrada pelo Ibovespa.

O recuo dessas ações, porém, foi amenizado pelo avanço de papéis de commodities, que têm participação importante no índice. Vale ON, o papel mais pesado do Ibovespa, subiu 1,09%, impulsionado pelo ganho de 4,3% dos contratos futuros de minério de ferro na bolsa de Dalian. "Os dados recentes de indústria e varejo da China foram muito fracos. Isso fez investidores acreditarem que podemos ver mais estímulos", afirma o analista da Ativa Investimentos Ilan Arbetman.

Mesmo com a queda de cerca de 3% do petróleo Brent, Petrobras também avançou. As ações preferenciais da estatal valorizaram 0,73%, enquanto as ordinárias ganharam 0,15%. A força operacional da companhia e a amenização nos rumores de mudança de comando da empresa ajudaram os papéis ontem. ***(Colaborou Eduardo Magossi)***

Incerteza global poderia fazer Copom rever cenário, diz Campos Neto

Gabriel Shinohara
De Brasília

Em meio à mudança da meta fiscal de 2025 e à perspectiva de que o início dos cortes de juros nos Estados Unidos vai demorar mais que o previsto, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que, em um contexto de incerteza global, a autoridade monetária brasileira poderia mudar seu cenário-base.

Campos Neto disse que todo "guidance" (projeção) feito pelo Comitê de Política Monetária (Copom) vem com um aviso de que pode ser alterado se as condições mudarem. "[Se a situação mudar muito] podemos avaliar", disse, acrescentando que isso "não é nada novo". "Não posso falar mais que isso, precisamos esperar e ver como as variáveis evoluem daqui para a próxima reunião [em 7 e 8 de maio]."

O presidente do BC traçou quatro caminhos para a política monetária. No primeiro, haveria uma redução de incerteza, "o que significa que pegamos o caminho usual". No segundo, a incerteza continuaria alta, mas sem mudanças significativas, "o que pode significar uma redução em ritmo". No terceiro cenário, a incerteza passaria a afetar mais fortemente variáveis importantes e seria necessário falar sobre mudar o balanço de riscos. No quarto, a incerteza pioraria criando um estresse global — "nesse momento mudamos nosso cenário base", disse. Campos Neto participou de dois eventos em Washington ontem, um promovido pela XP e outro, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na última reunião do Copom, realizada em março, a decisão foi a de reduzir a taxa básica de juros para em 0,5 ponto percentual para 10,75% ao ano e sinalizar apenas mais um novo corte da mesma magnitude na reunião de maio, "em se confirmando o cenário esperado". A ata do encontro já falava em "elevação da incerteza e da necessidade de maior flexibilidade na condução da política monetária", e por isso a decisão de falar em só mais uma redução de 0,5 ponto.

Segundo o presidente da autoridade monetária, grande parte das novas incertezas tem sido relacionada a uma história global, com reprecificação das condições globais. No entanto, afirmou, há também uma "história local" de alta no prêmio de risco com "muitos fatores", como a reprecificação da trajetória fiscal.

O mercado vem reagindo à decisão do governo de alterar a meta fiscal de 2025 de um superávit de 0,5% do PIB para zero, com elevação do resultado positivo nos anos seguintes. Nos últimos dias, o mercado de câmbio tem mostrado bastante volatilidade, assim como a curva de juros.

Campos Neto ressaltou que na parte fiscal, "por muito tempo" o BC afirmou "que é importante perseverar nas metas". Ele afirmou que as âncoras fiscal e monetária estão muito relacionadas.

De acordo com o presidente do Banco Central, não há ligação mecânica entre as frentes fiscal e monetária e é necessário saber o que é importante para a reação do Copom. Campos Neto pontuou que os últimos dias mostraram "que o mercado ficou mais preocupado com o fiscal e isso pode mudar as expectativas do que o equilíbrio fiscal será no futuro e pode ter um efeito no prêmio de risco e também faz o trabalho nos termos da política monetária mais difícil e custoso".

Na questão externa, Campos Neto disse que o cenário ficou mais adverso, com muito mais debate sobre como a desinflação vai acontecer, e isso pode significar taxas de juros mais altas por mais tempo globalmente. Ele também afirmou essa piora no ambiente internacional era esperada. Na última ata do Copom, o comitê já avaliava que havia uma maior incerteza nas conjunturas local e global.

Campos Neto ressaltou que é "muito importante" manter as expectativas de inflação ancoradas e disse que o BC vai fazer o necessário para isso. Para ele, as incertezas aumentaram desde a última reunião do Copom, mas parte delas foi antecipada pelo colegiado. Também afirmou que é necessário tempo para avaliar o impacto dessas incertezas nas variáveis importantes para que se possa entender o que se é algo temporário ou se há mudança mais estrutural. Daqui até a próxima reunião do Copom, precisamos observar o dia a dia."

Além do cenário para a política monetária, Campos Neto também comentou sobre o câmbio, ressaltando que é flutuante e que vas intervenções do BC não acontecem quando o mercado precifica o prêmio de risco, mas quando há disfuncionalidades.

Campos Neto ressaltou que é "muito perigoso" reagir à reprecificação do prêmio de risco porque tem muitas maneiras diferentes de ter esse prêmio de risco no país e, se suprimir muito um, há um vazamento para outro, como as taxas longas de juros.

REPRODUÇÃO/YOUTUBE FMI

Campos Neto: "O mercado ficou mais preocupado com o fiscal"

Banco Original tem lucro de R$ 144 milhões no 1º trimestre

Álvaro Campos
De São Paulo

O Banco Original registrou lucro líquido de R$ 143,7 milhões no primeiro trimestre de 2024. É o primeiro resultado que a instituição divulga após transferir sua área de varejo para a PicPay, que também é controlada pela holding J&F, da família Batista.

O banco não publicou seu balanço do trimestre, apenas divulgou alguns poucos dados prévios não auditados. Como a companhia era muito diferente quando ainda tinha o varejo, o Original diz que não faz muito sentido comparar esse lucro de agora com o resultado do primeiro trimestre de 2023.

De qualquer forma, considerando apenas o Banco Original SA, dados do sistema IFData, do Banco Central, mostram que a companhia teve prejuízo de R$ 819 mil no primeiro trimestre de 2023. Em julho do ano passado, a parte de varejo do Original foi transferida para a PicPay. O balanço da PicPay diz que a operação foi registrada por um valor justo de aproximadamente R$ 411 milhões em caixa, caixa equivalente e fundos de terceiros. Já em janeiro deste ano, o Original transferiu para a PicPay sua operação de cartão de crédito, em uma transação de R$ 1,815 bilhão.

Nos dados divulgados ontem, o Original afirma que a carteira de atacado praticamente dobrou em um ano, para R$ 14,2 bilhões agora. De novo com base nos dados do IFData, a carteira total do banco era de R$ 15,906 bilhões em março de 2023.

O presidente do Original, Luiz Meneguetti, diz que agora o foco é expandir a atuação no atacado.

Presidente do BC se livra das amarras e abre opções para Selic

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, livrou-se do "forward guidance" que indicava uma queda de juro de 0,5 ponto percentual para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em maio, e deixou em aberto quatro possibilidades. Em um evento da XP Investimentos em Washington, aberto ao público na última hora, ele disse que as incertezas internacionais e fiscais aumentaram muito para permitir que o Copom siga com a antiga promessa.

Mas, de outro lado, argumentou que ainda não está claro o que, das turbulências recentes, vai ou não se tornar mais perene, afetando o trabalho do BC de baixar a inflação para a meta e, dessa forma, a trajetória da Selic.

A três semanas da próxima reunião do Copom, Campos Neto listou quatro cenários teoricamente possíveis, que poderiam levar a desfechos diferentes para a decisão que será tomada sobre a taxa de juros.

Primeira hipótese: "Poderíamos ter uma redução na incerteza, o que significa que seguiríamos o caminho usual". Ele não foi explícito sobre o que seria o caminho usual, mas aparentemente seria uma redução dos juros em 0,5 ponto percentual, como estava sinalizado anteriormente, dos atuais 10,75% ao ano para 10,25% ao ano.

Segunda hipótese: "Poderíamos ter uma situação em que a incerteza continua bem alta, mas não muda significativamente. Isso significaria uma redução no ritmo." Ou seja, o BC cortaria 0,25 ponto, para 10,5%.

Terceira hipótese: "Poderíamos ter uma situação em que a incerteza começa a afetar mais fortemente importantes variáveis, e a gente teria que mudar o balanço de riscos." Campos Neto não foi explícito sobre o que essa hipótese significaria para os juros, mas a lógica da gradação que ele empregou parece indicar uma manutenção da taxa.

Quarta hipótese: "Poderíamos ter um cenário em que a incerteza se agrava, criando um estresse global, e nesse caso vamos mudar o nosso cenário global", disse Campos Neto. Nessa hipótese, aparentemente, ele está se referindo à possibilidade de aumentar a taxa básica de juros.

Com essa gradação, o presidente do Banco Central deu uma espécie de roteiro para o mercado do financeiro acompanhar o desenvolvimento da crise recente — internacional e fiscal — para antecipar qual será a reação do Copom a cada uma das situações.

E por que o presidente do Banco Central não deu uma mensagem mais dura, direta? Para ele, com o elevado grau de incerteza atual, fica difícil antecipar a situação que o Copom vai encontrar daqui a três semanas.

"Você não quer reagir muito a dados de curto prazo, mas ao mesmo tempo você não quer ignorar muito uma mudança estrutural ao ponto de perder a sua credibilidade", afirmou o presidente do BC.

Para saber como o Copom vai fazer é importante prestar atenção ao que Campos Neto disse sobre o que é surpresa e o que não é nos eventos recentes. Também é bom reexaminar a chamada função de reação do Banco Central, ou seja, como ele usa as novas informações que surgirem nas próximas três semanas para tomar suas decisões.

Ele disse que a piora no ambiente externo já era mais ou menos esperada por ele. Isso ajuda a entender por que, em evento na semana passada, depois da divulgação da inflação americana, ele disse que o cenário não havia mudado substancialmente.

O que não estava na conta do BC: a piora do lado fiscal. Ainda assim, em pelo menos duas vezes ele expressou dúvidas de que, de fato, essa piora vai se traduzir num aumento permanente do prêmio de risco. "Quando você muda [a meta], o prêmio se move mais longe", disse. "Eu espero que isso não ocorra."

Campos Neto expressou preocupação, em especial, com a relação entre a credibilidade fiscal e a credibilidade monetária. O principal indicador de que, de fato, o BC perdeu credibilidade serão as expectativas de inflação, sobretudo as de prazo mais longo.

Na função de reação do BC, o recado principal é que não há relação mecânica entre a política fiscal e o ambiente externo e a política monetária. Será preciso ver como esses acontecimentos recentes afetam o cenário central do Copom para a inflação e o balanço de riscos. É isso que vai determinar em qual das quatro hipóteses acima vai ser adotada pelo Copom na sua próxima reunião.

> "Quando você muda [a meta], o prêmio se move mais longe [...] Eu espero que isso não ocorra"
> *Roberto Campos Neto*

Investimentos Modernização das regras inclui contratação de renda em ciclos e restrição à portabilidade em plano exclusivo

Previdência tem captação atípica e digere novo marco

Adriana Cotias
De São Paulo

Os fundos de previdência apresentaram captação líquida atípica no primeiro trimestre de 2024 e atraíram R$ 11,1 bilhões, 56% do que entrou no ano passado inteiro, segundo a Anbima, que representa o mercado de investimentos. Geralmente, são os últimos meses de cada ano que atraem o maior volume para a categoria por causa do benefício fiscal para quem constrói suas reservas para aposentadoria no plano gerador de benefício livre (PGBL), em que o contribuinte pode abater 12% da renda tributável na declaração de Imposto de Renda (IR). Isso aumenta sazonalmente os aportes.

Nesta janela de tempo mais curta há uma certa normalização da captação após os eventos de crédito no início de 2023 que detrataram a performance também de fundos de previdência. Há reflexos ainda da taxação de fundos fechados exclusivos ou restritos com imposto semestral e das mudanças de lastro em títulos bancários e de crédito isentos.

Um dos destinos dos recursos das famílias ultrarricas era o restrito ligado ao Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), mas o governo fechou essa brecha, proibindo a constituição de novos fundos de gestão patrimonial de previdência com saldo individual de R$ 5 milhões. Tal restrição veio no pacote de modernização das regras do setor com o novo marco estabelecido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), em fevereiro. A Susep regulamenou as resoluções nesta semana.

A taxação dos exclusivos, casada com os "órfãos" dos títulos bancários isentos, começava a incrementar o dinheiro em planos do tipo VGBL, que explica boa parte do fluxo na previdência no primeiro trimestre, diz Marcelo Flora, sócio responsável pelo canal digital do BTG Pactual e pelo negócio de vida e previdência. Na previdência, quem escolhe a tabela regressiva, a alíquota de tributação é de 10% após 10 anos, há possibilidade de compensação de ganhos e perdas no resgate e sucessão patrimonial sem passar por inventário.

Só que um detalhe cria uma espécie de reserva de mercado para as grandes seguradoras, diz Flora. Se o participante fizer portabilidade do plano ligado a um fundo exclusivo de previdência antigo para o plano de uma nova seguradora, ele perde o benefício. "Isso criou uma desvantagem competitiva para os entrantes", afirma. "Cria-se a situação em que o cliente tem um benefício grande em manter seus recursos no prestador atual, que vai até poder cobrar mais caro porque o benefício tributário compensa, o cliente vai aceitar."

Esse efeito colateral tem sido discutido nos fóruns da Fenaprevi, que representa as empresas de previdência, e na Anbima. A pauta da concorrência é um tema sensível para o regulador, diz o executivo do BTG. Segundo a Fenaprevi, os fundos exclusivos nunca foram considerados pela entidade como alavanca de captação. "Mesmo porque os objetivos e características da previdência são muito distintos", escreve em nota.

À frente, representantes do setor esperam um período profícuo para a previdência complementar com o novo marco e pela combinação de legislações recentes.

Dentro da Lei de Garantias, quem tem recursos na previdência poderá usar suas reservas para contratar crédito mais barato. Houve alteração também no regime tributário, com o contratante do plano podendo escolher qual modelo mais lhe convém na hora do resgate ou do primeiro benefício de renda. Não precisa mais apontar no escuro se vai ser a tabela progressiva ou regressiva de IR. A adesão automática em planos de previdência empresariais foi outra inovação trazida pela legislação.

Uma das evoluções mais relevantes que consta nas circulares da Susep é a instituição do chamado ciclo de vida, em que o cliente da previdência complementar terá diferentes alternativas para receber o volume que poupou ao longo do tempo, não só quando se aposentar.

"Me arrisco a dizer que é um dos momentos mais positivos em termos de regulação", diz Sandro Bonfim, superintendente de produtos da Brasilprev. "Muitas vezes, o cliente não quer a renda vitalícia com juros garantido. Quer outro tipo renda. Quando há mais opções na fase desacumulação, algo muito personalizado, faz com que o setor se adapte melhor às necessidades do cliente."

R$ 1,4 tri
é o volume em previdência aberta no Brasil

Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência, diz que o arcabouço cria oportunidades para oferta de renda em vários ciclos. Na regra anterior, quem se aposentasse tinha que decidir se convertia a poupança acumulada em renda vitalícia num único momento. Na hipótese de falecer um ano depois, o dinheiro não usufruído ficava com a seguradora, não era transmitido a herdeiros.

Com a revisão regulatória, há a possibilidade de fazer várias conversões. Quem deixa de trabalhar aos 65 anos, pode contratar uma renda por cinco anos, e aos 70 e 75 anos fazer novas conversões, optando pela renda perpétua só aos 80, exemplifica Scripilliti. "E em cada conversão de renda, ele pode tomar ao preço de mercado mais apropriado. As seguradoras vão competir pelos ciclos de renda."

As alterações ocorrem numa fase em que a previdência complementar, uma indústria relativamente nova no Brasil, atinge um certo grau de maturidade com o PGBL e o VGBL completando mais de duas décadas. Há uma massa mais graúda de participantes próxima de se aposentar e fazer esse tipo de escolha. É um tema caro para a estabilidade financeira do setor que hoje reúne cerca de R$ 1,4 trilhão, e vai ter que lidar com a maior longevidade da população. Em vez de administrar o risco atuarial de 25 anos, as seguradoras poderão se planejar em ciclos mais curtos, de cinco a dez anos.

"Vai ter um volume de recursos a ser trabalhado nos próximos cinco ou dez anos maior do que teve até aqui", diz Scripilliti.

Rudolf Gschliffner, chefe de produtos da gestora de recursos do Santander, diz que será possível fazer, inclusive, a portabilidade de renda. Antes, o cliente transferia todo o dinheiro do plano de uma seguradora A para a B. "A partir do momento em que começa a usufruir do benefício da renda previdenciária, ele vai poder escolher com que seguradora quer ter aquela renda, vai ser uma decisão pautada no quanto competitiva vai ser a oferta, a companhia pode se basear no seu financeiro, no atuarial, na assunção do risco. Isso empodera o participante."

Sob essa ótica, o executivo diz que a previdência deixa de ser um produto conhecido como só de acumulação para ser um instrumento de renda simultânea, ampliando o escopo de uso para reservas de longo prazo. O padrão do mercado hoje é o cliente resgatar tudo na hora que precisa do benefício. As novas regras valem para quem tem planos antigos, mas o setor vai ter que se adaptar.

DIVULGAÇÃO
Scripilliti, da Bradesco: volume maior para conversão em renda em 5 a 10 anos

Com B3 como única cotista, L4 investe 28% do capital no 1º ano

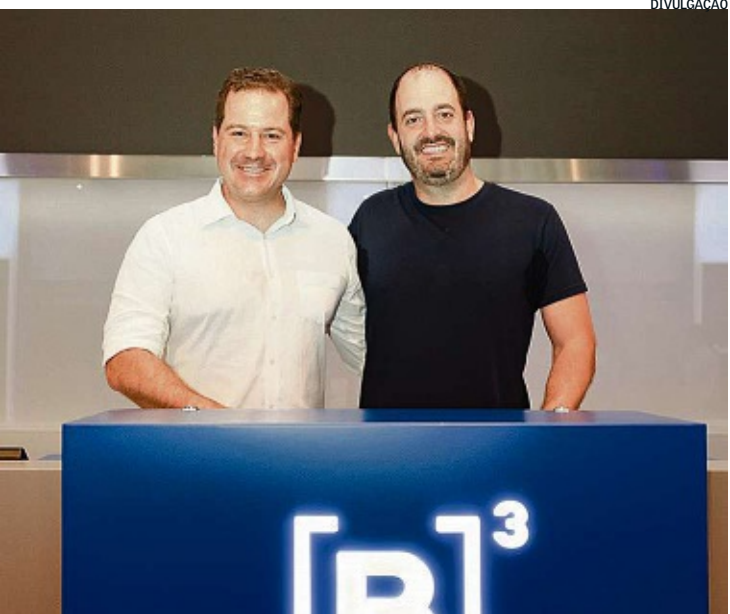
Fernanda Guimarães
De São Paulo

Ao contrário de outros fundos que investem em startups dentro da estrutura de uma empresa-mãe — mercado batizado de "corporate venture" —, a L4 Venture Builder não se classifica dessa forma, apesar de todo o capital administrado ser da bolsa brasileira, a B3. Colocando-se, nesse sentido, como uma gestora independente com um único cotista, no caso a B3, a L4 acaba de completar seu primeiro ano de atividade, período em que concluiu sete investimentos, alocando 28% de seu capital, grande parte em setores adjacentes ao negócio da bolsa, como análise de dados.

Com diversas oportunidades sobre a mesa, a expectativa é concluir de três a cinco novos investimentos até o fim deste ano. Apesar do ritmo até aqui, os sócios fundadores da L4, Pedro Meduna e Tiago Wigman, afirmam que não há pressa nos aportes e lembram que o prazo do desembolso dos recursos do fundo, no qual a B3 injetou R$ 600 milhões, é de cinco anos. Já para a saída, há um limite de dois anos. O desenho, segundo eles, foi seguir a prática da indústria.

"O que tem acontecido com as bolsas ao redor do mundo é uma diversificação em busca de receitas recorrentes e não dependentes de transações. A L4 é uma aposta adicional nesse sentido", afirma Meduna ao **Valor**.

Os investimentos foram nas empresas Vermiculus, Bridgewise, Teva Índices, Parfin, Tenchi, DataRudder e N5X. O último se trata de uma nova bolsa de energia que será uma sociedade meio a meio entre a L4 e o grupo alemão EEX, controlada pela Deutsche Boerse, a bolsa de valores alemã.

O mandato do fundo é amplo, embora faça parte do acordo o olhar próximo a segmentos que passem, mesmo que tangencialmente, próximos ao da bolsa. "O estágio da companhia alvo é flexível, desde que a empresa já esteja operacional, e em termos de geografia", afirma Wigman. Dos aportes já realizados até uma aqui, um foi em uma empresa da Suécia e mais recentemente em uma de Israel.

Apesar de ter a bolsa como seu único cotista, o foco da gestora segue em ter rentabilidade financeira. Do lado das empresas investidas, algo que pode ajudar a dar um salto em termos de crescimento, pode ser exatamente a proximidade com a B3, o que pode ser traduzido na criação de novos produtos em conjunto, por exemplo, algo que já vem acontecendo com o grupo de investidas.

Uma das vantagens de ter um único investidor, apontam, é a flexibilidade do fundo, o que na prática pode significar uma facilidade em estender o prazo de desinvestimento estabelecido em dois anos, algo que pode ser necessário quando a visão é de que pode ser vantajoso manter um prazo mais longo no ativo ou também quando não se há visibilidade de uma boa janela de saída, algo fundamental na hora de rentabilizar o investimento feito.

Para a B3, segundo Meduna, pode ser identificado dentro do próprio portfólio do fundo oportunidades futuras de investimentos diretos por parte da bolsa. "Ela terá a opcionalidade", comenta. "A troca é muito boa [com a B3]. Ao identificar boas companhias, se areja o ecossistema da B3 com inovação", complementa Wigman.

Agora, a L4 acaba de anunciar uma parte menor de sua estratégia comprometendo de forma passiva, na modalidade de fundo de fundos, 10% do capital com dois fundos internacionais. Os fundos investem exclusivamente em fintechs e insurtechs — com foco nos Estados Unidos, o Plug and Play, e outro na Europa, o Shapers.

O primeiro contato com a B3 ocorreu ainda em 2021, momento crítico da pandemia, marcado pela grande liquidez global no mercado financeiro internacional e pela alta procura por digitalização, algo que levou a uma grande inflação nos preços das empresas de tecnologia. No fim, o processo de aprovações e aval da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) demorou, o que permitiu a abertura oficial do fundo apenas no ano passado, quando o mercado de tecnologia já estava mais favorável aos investidores.

DIVULGAÇÃO
Pedro Meduna e Tiago Wigman, da L4: sem pressa nos aportes e desembolsos

PARCEIROS

APOIO

REALIZAÇÃO

INÊS249

Seguros Agenda apresentada a lideranças do Legislativo e Executivo consolida pautas do setor

CNseg reforça articulação parlamentar em 2024

Sérgio Tauhata
De São Paulo

Mudanças climáticas, sustentabilidade, garantias em obras de infraestrutura, proteção às atividades do agronegócio, atração de capital para parcerias público-privadas (PPPs), segurança jurídica e até sustentação ao mercado de crédito de carbono fazem parte das pautas ligadas ao Legislativo e ao Executivo que envolvem a indústria de seguros no país. Os temas, abordados em diversos projetos de lei, medidas provisórias, regulações e outros dispositivos legais e infralegais, constam da Agenda Institucional do setor para 2024, lançada ontem pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

A proposta da entidade é trabalhar com o Congresso, assembleias estaduais e municipais, governos, reguladores e Judiciário para o aprimoramento e aprovação de legislações e procedimentos com potencial de trazer grandes impactos sobre diversos setores a partir do envolvimento da indústria securitária. Para o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, a agenda institucional apresenta à sociedade os temas fundamentais para ampliação do seguro em todo o país.

A confederação divulgou o documento pela primeira vez em 2023. "Avançamos, em 2024, no caminho iniciado em 2023", diz Oliveira. Para ele, é importante esclarecer aos diversos interlocutores como o setor pode contribuir e ampliar, cada vez mais, sua função social. "O setor garante proteção econômica, contribui para a redução do risco sistêmico e atenua perdas financeiras associadas a diversos eventos", como catástrofes naturais e riscos climáticos.

Oliveira diz que o balanço das ações da agenda institucional no ano passado mostra conquistas. "Os intensos debates geraram avanços legislativos e regulatórios significativos. A importância do setor segurador, enquanto agente econômico, ficou clara em vários episódios." Ele cita o lançamento, em abril, do pacote de medidas prioritárias do Ministério da Fazenda para estimular o crédito. "Das 13 medidas propostas, quatro envolveram o setor, duas das quais foram convertidas em lei

LEO PINHEIRO/VALOR

"O setor garante proteção econômica, contribui para a redução do risco sistêmico e atenua perdas financeiras"
Dyogo Oliveira

ainda em 2023", diz. O presidente da CNseg também destaca a atuação da entidade nas discussões sobre pontos da reforma tributária relacionadas ao setor de seguros.

O diretor de relações institucionais da CNseg, Esteves Colnago, acrescenta outros avanços ocorridos no ano passado. "Contamos com a aprovação de normativas importantes, como a Resolução BCB nº 324, de 2023, que reconheceu as operações de seguro de crédito como mitigadores para operações de crédito realizados por instituições financeiras; a Lei nº 14.770, de 2023, que incluiu nos processos licitatórios os títulos de capitalização como opção de garantia; a Lei nº 14.711, de 2023, que instituiu um novo marco de garantias; e a Lei nº 14.652, de 2023, que facultou a concessão, pelos detentores de planos de previdência e de títulos de capitalização, dos recursos aplicados nesses instrumentos como garantia em operações de créditos."

Conforme Colnago, um dos principais temas da agenda 2024 está no aperfeiçoamento da nova Lei de Licitações e o papel do seguro garantia nos projetos de infraestrutura e nas concessões. Uma mudança com impacto direto no setor passou a valer em janeiro deste ano. Trata-se da cláusula de retomada, chamada no mercado de "step in", que pode ser exigida em obras de grandes vultos. Com o dispositivo, se houver acionamento da apólice de garantia, a seguradora "entra" no projeto para dar continuidade à obra paralisada.

Apesar de a possibilidade de inclusão já valer desde o início do ano, a norma ainda precisa de regulamentações extras para começar a ser adotada em escala. A CNseg defende ajustes como fixar, como padrão, o valor máximo previsto na lei de 30% de garantia para o step-in; observância do limite máximo de garantia como teto da responsabilidade assumida pela seguradora; ausência de sucessão contratual pela seguradora, no que concerne a débitos trabalhistas e tributários deixados em aberto na operação de retomada e conclusão do projeto; e que Estados e municípios possam legislar para alterar o valor que caracteriza obras/projetos de grande vulto, hoje em R$ 200 milhões.

Dentro dos parâmetros defendidos pela agenda da CNseg, o governo de Mato Grosso lançou no início de abril o primeiro edital de licitação com cláusula de retomada no seguro garantia. O Executivo estadual definiu ainda que obras de grande vulto são aquelas com valor superior a R$ 50 milhões. O leilão se refere a pavimentação de 50,47 km da MT-430, no valor de R$ 113 milhões.

Colnago ressalta que a aplicação do seguro garantia dentro das mudanças previstas na nova legislação tem potencial para ampliar a atração de investimento privado para obras de infraestrutura. Ele lembra que o país vai passar por uma nova onda de licitações e concessões públicas em programas habitacionais, portos, ferrovias e aeroportos, saneamento básico, telecomunicações, energia e gás.

Em sustentabilidade, a agenda detalha a proposta do Seguro Social de Catástrofes. A proposta apresentada ao Congresso prevê a criação de um tipo de seguro obrigatório para proteger os mais vulneráveis contra eventos como inundações e alagamentos.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 17/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.604,6199480	-0,05	0,16	2,62
IRF-M	1+**	19.933,5573090	0,15	-1,39	-0,04
IRF-M	Total	18.078,5069510	0,09	-0,91	0,75
IMA-B	5***	9.106,7279010	-0,22	-0,60	1,45
IMA-B	5+****	11.192,1513240	0,04	-2,08	-3,56
IMA-B	Total	9.788,6964170	-0,09	-1,37	-1,20
IMA-S	Total	6.597,1090520	0,04	0,53	3,23
IMA-Geral	Total	8.048,5548320	0,01	-0,39	1,24

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	03/04	02/04	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	30,98	32,90	30,23	28,05	32,01	29,99
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,24	24,98	24,06	23,95	23,73	26,20
Conta garantida pré - a.a.	46,16	43,89	43,13	44,57	48,95	50,75
Desconto de duplicata pré - a.a.	24,56	24,61	23,85	23,97	24,14	27,26
Vendor pré - a.a.	15,59	15,27	15,73	15,36	15,75	18,82
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	15,80	15,36	16,54	15,40	21,33	22,66
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,99	17,54	16,99	16,99	15,71	18,43
Conta garantida pós - a.a.	24,34	24,94	24,35	24,49	24,29	27,34
ACC pós - a.a.	8,48	8,57	9,02	9,04	8,88	8,35
Factoring - a.m.	3,31	3,29	3,31	3,30	3,34	3,64

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	17/04/24	16/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3100	5,3400	5,3100	4,8000
1 mês	-	5,3304	5,3300	5,3224	5,3193	4,7818
3 meses	-	5,3481	5,3481	5,3506	3,3530	4,6069
6 meses	-	5,3899	5,3898	5,3888	3,3883	4,2632
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9110	3,9070	3,8990	3,9090	2,8970
1 mês	-	3,9132	3,9130	3,9121	3,9126	2,8201
3 meses	-	3,9253	3,9250	3,9239	3,9230	2,4289
6 meses	-	3,9425	3,9423	3,9414	3,9384	1,9238
1 ano	-	3,7242	3,7034	3,6738	3,6364	0,8332
Euribor ***						
1 mês	-	3,855	3,854	3,855	3,885	2,966
3 meses	-	3,904	3,912	3,892	3,928	3,219
6 meses	-	3,842	3,830	3,851	3,915	3,578
1 ano	-	3,702	3,689	3,669	3,750	3,764
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,37	5,38	5,37	5,38	5,38	3,92
T-Bill (3 meses)	5,39	5,39	5,39	5,36	5,37	5,15
T-Bill (6 meses)	5,36	5,37	5,37	5,31	5,34	5,06
T-Note (2 anos)	4,95	4,99	4,98	4,63	4,73	4,20
T-Note (5 anos)	4,62	4,70	4,61	4,22	4,34	3,70
T-Note (10 anos)	4,59	4,67	4,55	4,20	4,32	3,60
T-Bond (30 anos)	4,71	4,76	4,63	4,35	4,45	3,81

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	abr/24*	mar/24	Mês fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,52	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,16	12,35
CDI	0,52	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,16	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,91	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	0,75	14,03
IMA-B	-1,37	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-1,20	11,81
IMA-S	0,53	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	3,23	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-3,07	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-7,46	25,74
Índice Small Cap	-8,43	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-12,17	24,13
IBrX 50	-2,38	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-6,34	24,88
ISE	-5,97	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-7,76	26,03
IMOB	-10,90	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-16,49	41,74
IDIV	-0,93	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-4,70	27,20
IFIX	-0,49	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	2,41	23,44
Dólar Ptax (BC)	5,02	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	8,38	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	4,55	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	8,06	-1,06
Euro (BC) (4)	3,47	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	4,37	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	3,43	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	4,21	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,83	0,42	0,56	0,28	1,42	3,93
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 17/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 12/04/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.418.850,42					1.644,52	50.140,02	183.090,56	118.343,28
RF Indexados (2)	153.578,09	0,06	-0,14	1,46	9,89	-167,71	-659,50	569,13	-3.967,30
RF Duração Baixa Soberano (2)	677.996,90	0,04	0,37	2,81	11,53	1.870,89	28.281,78	52.554,46	30.733,99
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	802.105,78	0,04	0,41	3,22	13,06	1.956,94	6.985,16	24.163,64	12.577,76
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	126.815,47	0,05	0,05	3,25	12,64	306,17	3.653,25	24.094,70	30.436,28
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.323,17	0,04	0,17	2,58	8,97	-5,50	620,03	-1.078,24	-5.466,44
RF Duração Livre Soberano (2)	231.555,01	0,04	0,25	2,51	11,13	-477,92	240,43	8.429,05	-7.277,68
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	676.846,75	0,04	0,28	2,78	11,88	-3.357,26	794,10	15.303,35	-18.389,53
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	317.436,24	0,06	0,19	2,99	13,96	309,91	8.017,72	39.207,72	92.477,18
Ações	611.725,90					24,41	-235,80	-274,15	26.792,47
Ações Indexados (2)	11.073,86	-1,20	-1,78	-6,11	17,56	31,98	283,73	1.211,31	-832,53
Ações Índice Ativo (2)	34.692,17	-1,45	-2,44	-5,51	17,44	2,16	-57,22	-1.295,00	-3.460,78
Ações Livre	222.782,31	-1,44	-2,60	-3,04	22,36	-4,69	-530,44	-311,30	-12.782,52
Fechados de Ações	125.376,67	-0,89	-1,11	-3,58	5,04	6,91	175,23	-754,02	28.801,12
Multimercados	1.655.415,09					-1.323,65	-9.340,64	-38.668,50	-174.498,67
Multimercados Macro	162.757,09	0,05	-0,67	0,51	7,66	-149,61	-2.947,46	-12.804,03	-44.923,95
Multimercados Livre	623.826,59	-0,02	-0,07	1,55	10,30	-1.067,35	1.116,04	5.500,35	-43.764,72
Multimercados Juros e Moedas	53.572,54	0,07	0,30	2,92	12,34	-28,70	-1.036,46	-3.184,48	-12.113,97
Multimercados Invest. no Exterior (2)	735.074,70	0,09	0,25	2,33	12,17	-125,02	-6.853,16	-29.257,78	-66.872,08
Cambial	6.120,64	0,79	2,62	7,44	10,20	-4,92	-56,61	-230,42	-1.516,11
Previdência	1.404.788,33					467,75	2.166,34	13.366,32	39.132,43
ETF	40.404,06					105,08	-1.450,03	-3.808,62	-1.087,09
Demais Tipos	1.966.966,41					1.711,84	4.646,70	35.165,39	34.594,66
Total Fundos de Investimentos	**7.137.304,44**					**913,20**	**41.223,28**	**153.475,20**	**7.166,30**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.566.756,58**					**2.099,08**	**8.903,80**	**5.216,50**	**71.560,30**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.751.500,25**					**3.012,28**	**50.127,08**	**158.691,70**	**78.726,60**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	17/04/24	16/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	11,25	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,15	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8425	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,15	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8425	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	13,22
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0404
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,06
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9535
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,43	10,36	10,28	10,36	10,49	13,62
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,43	10,28	10,09	10,05	10,14	13,45
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,54	10,53	10,56	10,66	10,74	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,43	10,41	10,50	10,61	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,36	10,29	10,37	10,48	13,62
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,31	10,19	10,25	10,35	13,57
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,28	10,09	10,06	10,15	13,45
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,35	10,02	9,85	9,93	12,83

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 17/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.598,96	10,657	410.598	10,656	10,700	10,660
Vencimento em jun/24	98.778,38	10,508	87.875	10,478	10,516	10,506
Vencimento em jul/24	98.007,14	10,458	1.221.306	10,390	10,476	10,470
Vencimento em ago/24	97.134,61	10,407	8.330	10,315	10,440	10,430
Vencimento em set/24	96.298,02	10,409	4.095	10,295	10,385	10,385
Vencimento em out/24	95.499,43	10,427	1.519.350	10,270	10,460	10,440
Vencimento em nov/24	94.639,29	10,426	1.860	10,285	10,430	10,430
Vencimento em dez/24	93.933,19	10,428	3.845	10,265	10,450	10,445
Vencimento em jan/25	93.158,72	10,430	3.019.342	10,230	10,470	10,425
Vencimento em fev/25	92.341,25	10,451	2.603	10,290	10,415	10,290
Vencimento em mar/25	91.605,41	10,465	8.739	10,295	10,490	10,460

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.235,26	-0,48	389.020	5.225,50	5.290,50	5.238,00
Vencimento em jun/24	5.248,66	-0,47	1.035	5.248,00	5.282,00	5.260,00
Vencimento em jul/24	5.263,44	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.280,77	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.297,07	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.588,60	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/24	5.611,01	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.634,35	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em abr/24	124.140	-0,20	14.065	123.620	125.420	124.145
Vencimento em jun/24	125.907	-0,16	136.925	125.270	127.170	125.920
Vencimento em ago/24	127.837	-0,06	30	128.330	128.605	128.455

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 17/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2463	5,2469	-0,32	5,02	8,38	6,17
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,2428	5,2434	-0,50	4,55	8,06	6,22
Dólar Turismo (R$/US$)	5,2698	5,4498	-0,56	4,64	7,97	6,41
Euro (BC) - (R$/€)	5,5836	5,5853	-0,18	3,47	4,37	3,52
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5952	5,5958	-0,02	3,43	4,21	3,72
Euro Turismo (R$/€)	5,6497	5,8297	-0,22	3,35	3,97	3,76
Euro (BC) - (US$/€)	1,0643	1,0645	0,14	-1,47	-3,70	-2,49
Ouro*						
B3 (R$/g)[1 2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.360,30	-0,93	5,08	14,29	18,38
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.393,75	1,04	8,46	16,07	19,10

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	17/04/24	16/04/24	No fim de mar/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	157.343,60	158.375,57	171.154,28	173.997,89	-0,65	-8,07	-9,57
Valor-Coppead Mínima Variância	95.010,51	95.193,53	96.143,88	93.533,91	-0,19	-1,18	1,58

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 17/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainability linked bond)

ADR - Índices

Em 17/04/24

Índice	17/04/24	16/04/24	Em 28/03/24	29/12/23	17/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	172,05	172,61	177,78	165,54	154,33	-0,32	-3,22	3,93	11,48
S&P BNY Emergentes	319,44	320,34	327,04	312,75	289,74	-0,28	-2,32	2,14	10,25
S&P BNY América Latina	203,80	203,39	215,02	225,28	195,00	0,20	-5,22	-9,54	4,51
S&P BNY Brasil	202,73	201,59	214,40	232,95	193,46	0,56	-5,44	-12,97	4,79
S&P BNY México	322,07	323,49	342,11	331,67	312,51	-0,44	-5,86	-2,89	3,06
S&P BNY Argentina	212,43	216,04	211,50	178,27	129,63	-1,67	0,44	19,16	63,87
S&P BNY Chile	140,37	139,71	147,40	162,12	180,81	0,47	-4,77	-13,42	-22,37
S&P BNY Índia	2.702,74	2.697,33	2.755,62	2.923,01	2.746,68	0,20	-1,92	-7,54	-1,60
S&P BNY Ásia	200,49	201,48	206,96	189,60	172,69	-0,49	-3,13	5,74	16,10
S&P BNY China	291,00	292,32	306,36	336,11	346,84	-0,45	-5,02	-13,42	-16,10
S&P BNY África do Sul	227,73	223,79	205,76	199,87	244,07	1,76	10,68	13,94	-6,69
S&P BNY Turquia	24,74	24,37	23,46	22,45	21,33	1,51	5,46	10,18	15,97

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
31/03 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
02/04 a 02/05	0,0857	0,5861	0,5861	0,7563
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854	0,5854	0,7556
04/04 a 04/05	0,0807	0,5811	0,5811	0,7512
05/04 a 05/05	0,0462	0,5464	0,5464	0,7065
06/04 a 06/05	0,0227	0,5228	0,5228	0,6829
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488	0,5488	0,7189
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847	0,5847	0,7549
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844	0,5844	0,7546
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840	0,5840	0,7542
11/04 a 11/05	0,0808	0,5812	0,5812	0,7513
12/04 a 12/05	0,0569	0,5572	0,5572	0,7173
13/04 a 13/05	0,0211	0,5212	0,5212	0,6812
14/04 a 14/05	0,0567	0,5570	0,5570	0,7171
15/04 a 15/05	0,0824	0,5828	0,5828	0,7530
16/04 a 16/05	0,0844	0,5848	0,5848	0,7550

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 17/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	124.171	-0,17	-3,07	-7,46	17,13
IBrX	52.461	-0,16	-2,90	-7,06	17,19
IBrX 50	20.808	-0,13	-2,38	-6,34	17,61
IEE	85.808	0,10	-3,21	-9,63	10,45
SMLL	2.067	-0,58	-8,43	-12,17	10,43
ISE	3.472	-0,56	-5,97	-7,76	14,32
IMOB	844	-0,63	-10,90	-16,49	17,42
IDIV	8.647	0,24	-0,93	-4,70	20,46
IFIX	3.391	-0,33	-0,49	2,41	21,24
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.666	0,14	-7,70	-14,62	10,32
IBrX	9.999	0,16	-7,54	-14,25	10,38
IBrX 50	3.966	0,19	-7,04	-13,58	10,78
IEE	16.354	0,42	-7,84	-16,62	4,03
SMLL	394	-0,27	-12,80	-18,96	4,02
ISE	662	-0,25	-10,47	-14,89	7,68
IMOB	161	-0,32	-15,16	-22,95	10,59
IDIV	1.648	0,55	-5,66	-12,07	13,46
IFIX	646	-0,01	-5,25	-5,50	14,20

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 17/04/24	16/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	292	296	-4,0	-2,0	-53,0
África do Sul	369	379	-10,0	-10,0	43,0
Argentina	1.270	1.378	-108,0	-182,0	-637,0
Brasil	220	221	-1,0	10,0	25,0
Colômbia	282	278	4,0	13,0	17,0
Filipinas	84	82	2,0	4,0	26,0
México	172	174	-2,0	4,0	5,0
Peru	114	113	1,0	8,0	12,0
Turquia	256	257	-1,0	-11,0	-20,0
Venezuela	15.728	15.943	-215,0	-2.395,0	-8.364,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	05/04/24	354.616
set/23	340.324	08/04/24	354.188
out/23	340.247	09/04/24	354.798
nov/23	348.406	10/04/24	352.975
dez/23	355.034	11/04/24	352.230
jan/24	353.563	12/04/24	352.839
fev/24	352.705	15/04/24	351.796
mar/24	355.008	16/04/24	351.557

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	17/04/24	16/04/24	15/04/24	12/04/24	11/04/24	10/04/24
Índice	2.088,19	2.086,90	2.094,65	2.099,77	2.099,83	2.100,13
Var. no dia	0,06%	-0,37%	-0,24%	0,00%	-0,01%	-0,24%
Var. no mês	-0,76%	-0,82%	-0,45%	-0,21%	-0,20%	-0,19%
Var. no ano	1,11%	1,05%	1,43%	1,67%	1,68%	1,69%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 17/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,7700	36,8000	0,14260	0,14270
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2463	5,2469
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,1982	36,2889	0,1446000	0,1449000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7495	0,7660
Colon (Costa Rica)	498,8800	504,2500	0,010400	0,010520
Coroa (Dinamarca)	7,0099	7,0105	0,7483	0,7485
Coroa (Islândia)	141,1100	141,4400	0,03709	0,03718
Coroa (Noruega)	11,0345	11,0375	0,4753	0,4755
Coroa (Rep. Tcheca)	23,7390	23,7490	0,2209	0,2210
Coroa (Suécia)	10,9913	10,9943	0,4772	0,4774
Dinar (Argélia)	134,4741	135,0641	0,03884	0,03902
Dinar (Kuwait)	0,3082	0,3083	17,0169	17,0243
Dinar (Líbia)	4,8686	4,8909	1,0727	1,0777
Direitos Especiais de Saque ***	1,3151	1,3151	6,8994	6,9002
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6723	3,6726	1,4285	1,4288
Dirham (Marrocos)	10,1452	10,1502	0,5169	0,5172
Dólar (Austrália)***	0,6417	0,6419	3,3666	3,3680
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2463	5,2469
Dólar (Belize)	2,0000	2,0100	2,6101	2,6235
Dólar (Canadá)	1,3804	1,3808	3,7995	3,8010
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,2830	6,3599
Dólar (Cingapura)	1,3626	1,3634	3,8480	3,8507
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2463	5,2469
Dólar (Hong Kong)	7,8311	7,8312	0,6699	0,6700
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5895	0,5898	3,0927	3,0946
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7488	6,8260	0,7686	0,7775
Euro (Comunidade Européia)***	1,0643	1,0645	5,5836	5,5853
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8826	2,9403
Franco (Suíça)	0,9119	0,9123	5,7506	5,7538
Guarani (Paraguai)	7397,8800	7402,4200	0,0007087	0,0007092
Hryvnia (Ucrânia)	39,5600	39,6600	0,1323	0,1326
Iene (Japão)	154,6000	154,6300	0,03393	0,03394
Lev (Bulgária)	1,8379	1,8388	2,8531	2,8548
Libra (Egito)	48,4500	48,5500	0,1081	0,1083
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000059	0,000059
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2441	1,2445	6,5269	6,5298
Naira (Nigéria)	1100,0000	1150,0000	0,00456	0,00477
Lira (Turquia)	32,4949	32,5067	0,1614	0,1615
Novo Dólar (Taiwan)	32,4430	32,4730	0,16160	0,16170
Novo Sol (Peru)	3,7425	3,7435	1,4014	1,4020
Peso (Argentina)	869,0000	869,5000	0,00603	0,00604
Peso (Chile)	974,5300	975,3300	0,005379	0,005384
Peso (Colômbia)	3911,8800	3912,3800	0,001341	0,001341
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2186	0,2186
Peso (Filipinas)	57,2630	57,2830	0,09159	0,09163
Peso (México)	17,0071	17,0176	0,3083	0,3085
Peso (Rep. Dominicana)	58,8100	59,3200	0,08844	0,08922
Peso (Uruguai)	38,8900	38,9200	0,13480	0,13490
Rande (África do Sul)	19,0685	19,0718	0,2751	0,2752
Rial (Arábia Saudita)	3,7510	3,7512	1,3986	1,3988
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001249	0,0001249
Ringgit (Malásia)	4,7900	4,7930	1,0946	1,0954
Rublo (Rússia)	94,2705	94,2795	0,05565	0,05566
Rúpia (Índia)	83,6498	83,6728	0,06270	0,06272
Rúpia (Indonésia)	16215,0000	16225,0000	0,0003233	0,0003236
Rúpia (Paquistão)	278,0200	278,5300	0,01884	0,01887
Shekel (Israel)	3,7920	3,7970	1,3817	1,3837
Won (Coréia do Sul)	1384,2800	1384,7900	0,003789	0,003790
Yuan Renminbi (China)	7,2389	7,2392	0,7247	0,7248
Zloty (Polônia)	4,0852	4,0865	1,2838	1,2844

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2383,12	0,01305	402,0153	402,0613

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	17/04/24	16/04/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	37.753,31	37.798,97	-0,12	-5,16	0,17	11,08	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	17.493,62	17.713,66	-1,24	-4,17	3,97	33,66	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	15.683,37	15.865,25	-1,15	-4,25	4,48	29,00	11.799,16	16.442,20
EUA	Nova York	S&P 500	5.022,21	5.051,41	-0,58	-4,42	5,29	20,98	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.656,05	21.642,88	0,06	-2,31	3,33	4,91	18.737,39	22.361,78
México	Cidade do México	IPC	55.415,69	55.797,25	-0,68	-3,40	-3,43	1,16	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.350,12	1.368,26	-1,33	1,29	12,96	7,39	1.046,70	1.415,24
Venezuela	Caracas	IBVC	66.016,25	65.445,70	0,87	18,69	14,15	133,36	28.289,42	66.016,25
Chile	Santiago	IPSA	6.455,59	6.430,61	0,39	-2,83	4,16	18,02	5.226,93	6.726,52
Peru	Lima	S&P/BVL General	27.458,98	27.393,84	0,24	-3,20	5,77	22,61	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.172.353,30	1.203.237,81	-2,57	-3,39	26,10	316,77	275.405,88	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.494,71	1.501,87	-0,48	-2,07	7,11	8,44	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.770,02	17.766,23	0,02	-3,91	6,08	12,54	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	7.981,51	7.932,61	0,62	-2,73	5,81	6,45	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	33.632,71	33.393,85	0,72	-3,22	10,81	21,42	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.794,57	3.796,92	-0,06	-1,33	2,34	-1,43	3.290,68	3.872,45
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.615,93	2.613,41	0,10	-2,01	14,56	23,88	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	10.633,90	10.526,90	1,02	-3,98	5,26	13,39	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.365,48	1.357,30	0,60	-4,00	5,59	23,82	1.085,11	1.434,87
Holanda	Amsterdã	AEX	865,35	874,67	-1,07	-1,86	9,98	14,09	714,05	886,67
Hungria	Budapeste	BUX	66.115,42	65.428,99	1,05	1,12	9,07	50,86	43.263,82	67.407,86
Polônia	Varsóvia	WIG	82.393,93	81.281,34	1,37	-0,42	5,01	33,63	61.656,26	84.664,91
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.234,41	6.224,16	0,16	-0,73	-2,53	0,67	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.154,28	1.155,46	-0,10	1,52	6,53	14,90	969,33	1.166,92
Suécia	Estocolmo	OMX	2.505,27	2.491,76	0,54	-0,52	4,47	11,36	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.231,83	11.196,67	0,31	-4,25	0,84	-0,71	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	9.530,47	9.548,09	-0,18	4,24	27,58	88,37	4.400,76	9.814,19
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.912,66	1.932,28	-1,02	-5,94	1,97	11,34	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	72.995,19	72.999,63	-0,01	-2,07	-5,07	-7,28	69.451,97	79.294,76
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	37.961,80	38.471,20	-1,32	-5,96	13,44	33,13	28.416,47	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.861,00	7.862,30	-0,02	-3,59	0,40	3,73	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.700,75	1.638,44	3,80	-2,68	-7,46	-20,58	1.433,10	2.141,40
China	Xangai	SSE Composite	3.071,38	3.007,07	2,14	0,99	3,24	-9,28	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.584,18	2.609,63	-0,98	-5,91	-2,68	0,32	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.251,84	16.248,97	0,02	-1,75	-4,67	-21,80	14.961,18	20.782,45
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	Feriado	72.943,68	-	-0,96	0,97	21,75	59.567,80	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	7.130,84	7.164,81	-0,47	-2,17	-1,95	5,06	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.366,94	Feriado	-2,11	-0,80	-3,45	-14,59	1.356,54	1.600,41
Taiwan	Taipé	TAIEX	20.213,33	19.901,96	1,56	-0,40	12,73	26,62	15.370,73	20.796,20

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

INÊS249

Investimentos Fundos deixam de comprar papéis com taxa muito baixa, dizem gestores

Queda de ‘spreads’ de crédito privado perde fôlego

Liane Thedim
Do Rio

Depois da forte redução no prêmio pago pelos emissores de debêntures aos investidores em fevereiro, o movimento começou a perder fôlego em março e abril, segundo gestores de recursos. O prêmio, ou “spread”, é a diferença entre as taxas pagas pelos papéis corporativos e os rendimentos equivalentes das NTN-Bs ou do CDI. Os gestores afirmam que há uma espécie de “queda de braço” com os bancos coordenadores das operações para não referendar as captações que saem com custo equivalente ao da NTN-B.

“Esse posicionamento é importante e aponta para um mercado mais maduro e que indica preservar, no momento atual, uma relação equilibrada de risco e retorno”, diz Fayga Czerniakowski Delbem, superintendente de crédito da Itaú Asset.

Ana Luísa Rodela, responsável pela área de crédito privado da Bradesco Asset Management, descreve a mesma reação: “Não estamos vendo demanda dos fundos para novas emissões que não estão pagando prêmio acima da NTN-B.” Segundo ela, seu estoque estava em 40 pontos-base acima da NTN-B e agora a asset vem comprando a algo em torno de 30 pontos. A executiva diz que o movimento evita um problema oposto ao do ano passado, quando, no pós-Americanas e Light, os fundos tiveram cota negativa na marcação a mercado, levando a uma onda de saques. Os resgates obrigaram os gestores a se desfazerem dos papéis que tinham em carteira a qualquer preço, derrubando ainda mais os valores de compra e venda, e elevando os spreads, num círculo vicioso.

Sem essa demanda, os bancos coordenadores têm assimilado uma parcela maior das operações. Em janeiro e fevereiro, por exemplo, 65% e 74% dos papéis foram distribuídos a mercado, respectivamente, enquanto em março a fatia caiu a 57%, segundo relatório da área de pesquisa do banco ABC Brasil. No mês, as emissões atingiram R$ 60,5 bilhões, segunda melhor marca da série histórica da instituição. Em abril, as previsões são de que essa fatia continue encolhendo. Rodela explica que os bancos muitas vezes fazem a operação por outros interesses, como relacionamento com o emissor ou cobrança de “fee”. “Eles estão conscientemente optando por ficar com grande parte dessas operações com taxa muito baixa, enquanto as assets optam por não comprar.”

No mercado secundário, o quadro é parecido. Em fevereiro, o recuo ficou entre 0,3 e 0,8 ponto percentual. No auge da crise, conforme o relatório do ABC Brasil, em março de 2023, os spreads médios chegaram a 2,75% acima do CDI e 1,39% a mais que a NTN-B. Agora, no ponto mais baixo de fevereiro deste ano, foram a 2,5% e 0,6% respectivamente. Em março, essa média simples foi a 2,20%, voltando aos níveis de janeiro, o que significa uma perda de ritmo em relação ao mês anterior. No mercado de títulos indexados ao IPCA, porém, os spreads médios continuaram caindo, de 0,85% para 0,63% acima da NTN-B, retornando a patamares anteriores a outubro de 2022.

De acordo com ela, a alta dos preços dos papéis e o “fechamento” dos spreads têm um primeiro efeito benéfico de elevar a cota dos fundos, mas em algum momento a conta deixa de ser favorável e o rendimento fica muito pequeno. “Temos conversado muito com os investidores, explicando que os fundos vão rodar mais perto de seu objetivo daqui para a frente.”

Tanto Delbem quanto Rodela afirmam ter perspectivas positivas para os fundos de crédito. A gestora da Bradesco Asset explica que, no caso das debêntures incentivadas, um spread de 40 pontos-base sobre o IPCA corresponde, quando se faz a conta de compensação do Imposto de Renda (IR) não cobrado, a CDI mais 2% ao ano. “Parece que o retorno está muito amassado, mas o spread de debêntures incentivadas está perto da média histórica.”

> “Esse posicionamento é importante e aponta para um mercado mais maduro”
> *Fayga Delbem*

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Rodela, da Bradesco Asset: “Não estamos vendo demanda dos fundos”

Já a superintendente de crédito da Itaú Asset diz que as emissões exclusivas vêm garantindo taxas melhores à asset, mesmo recurso usado pela Bradesco Asset. “Enquanto na média de mercado, as debêntures incentivadas negociam com spread de 0,50% sobre a NTN-B, nas quatro operações em que temos trabalhado em originações exclusivas ou em ancoragens, o menor spread que temos é 1,50% sobre a NTN-B”, conclui ela.

A Itaú é a maior em crédito privado do país, com R$ 330 bilhões sob gestão no segmento, sendo R$ 15 bilhões em debêntures incentivadas. O ritmo de captação está superior a R$ 1,5 bilhão em fundos de infraestrutura por mês. Em fundos exclusivos de incentivadas, cuja demanda cresceu fortemente com a taxação dos fundos fechados, são R$ 3 bilhões e mais de 20 novos veículos a serem lançados em breve, com patrimônio líquido superior a R$ 800 milhões.

Outra estratégia para driblar a escassez de papéis é a ampliação do escopo de atuação para empresas com avaliação mais baixa, “AA” e até mesmo “A”. “Atualmente, vemos boas oportunidades em créditos ‘AA’ e ‘A’ para os próximos meses de 2024, após observarmos maior valorização dos créditos ‘AAA’, de menor risco. A seletividade e profundidade de análise são fundamentais aqui para navegar nesse contexto de mercado”, diz Delbem.

Na Bradesco Asset, a escolha foi manter o perfil de papéis no mais alto nível de nota de crédito, também por meio de emissões exclusivas. “Estamos amarrados nisso. Temos conseguido fazer operações mais específicas de volume grande com taxas boas.”

Ricardo Espíndola, gestor de crédito da Porto Asset, aponta ainda outra resposta à redução dos spreads causada pelo rali visto no mercado de crédito a partir das medidas do Conselho Monetário Nacional (CMN), que restringiram as emissões de certificados e letras de crédito imobiliário e do agronegócio. Segundo ele, há gestores fechando os fundos para captação, diante da conscientização de que as taxas já chegaram a níveis historicamente baixos.

Foi a medida adotada no maior fundo de crédito da casa, o Porto Seguro RF Referenciado DI Crédito Privado, que atingiu patrimônio líquido de R$ 6 bilhões em março e parou de aceitar novos investidores em uma das plataformas em que era vendido, onde o volume estava forte demais. A ideia agora é garantir um ritmo saudável de captação. “Estamos vendo um pipeline intenso, muitas operações novas que podem ter exageros na precificação dos ativos. Tiramos um pouco o pé”, comenta. “Quando o retorno não atinge o mínimo que exigimos, ficamos de fora e alocamos em letras financeiras, por exemplo.”

Ele cita o exemplo das operações da Sabesp, a CDI mais 1,1% e vencimento em sete anos em fevereiro, e da Isa Cteep, em março, a 0,8% mais CDI, no mesmo prazo de vencimento, com um fechamento muito expressivo em pouco tempo. “Ficamos de fora. Não queremos alocar de qualquer forma.”

A gestora Sparta adotou a medida ainda em fevereiro, logo no início do rali, e fechou o Sparta Debêntures Incentivadas para novas aplicações quando atingiu R$ 1 bilhão e 22 mil cotistas. No fim de março, a gestora viu forte demanda pela oferta de seu fundo Sparta Infra CDI (CDII11), listado na B3. Inicialmente prevista em R$ 200 milhões, a operação acessou o lote adicional e fechou em R$ 250 milhões mas, segundo o CEO Ulisses Nehmi, os pedidos de investidores chegaram a R$ 800 milhões.

Bancos concentram captação de fundos e títulos incentivados

Do Rio

Foi um primeiro trimestre de recordes tanto de captação quanto de rendimento nos fundos de crédito privado e debêntures incentivadas, depois das restrições do Conselho Monetário Nacional (CMN) às emissões de títulos bancários. Mas, por enquanto, o dinheiro permanece “empoçado” nos bancos. Levantamento da Comdinheiro a pedido do **Valor** mostra que, entre janeiro e março, das dez maiores captações em fundos de incentivadas, cinco são assets de grandes instituições financeiras: Itaú, Kinea, Bradesco, Safra e BTG Pactual. Em crédito privado comum, oito foram para esse mesmo tipo de gestora (Itaú, Bradesco, BTG, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Safra, Kinea e Santander).

A leitura de gestores é que o dinheiro em LCIs e LCAs que venceram foi transferido para produtos dos próprios bancos. O CMN restringiu o vencimento desses papéis, que deixaram de ter prazo mínimo de 90 dias e passaram a 12 meses, no caso da LCI, e nove meses, da LCA. O alongamento reduziu a atratividade sobretudo para o varejo. Segundo dados da B3, o estoque desses papéis vinha aumentando continuamente e, em 2023, chegou a 50%. Em fevereiro e março, no pós-CMN, aconteceu a primeira queda desde o primeiro semestre de 2021: o de LCAs foi de R$ 478,1 bilhões em janeiro para R$ 474,5 bilhões em março, e o das LCIs, de R$ 372,9 bilhões para R$ 362,8 bilhões. Já o registro de novas LCAs caiu em média 50% ao mês e o de LCIs, 64%.

Filipe Ferreira, diretor de negócios da ComDinheiro, empresa de informações financeiras do grupo Nelogica, lembra que, por mais que as plataformas digitais tenham evoluído com força, mais de 85% do mercado de fundos estão nos grandes bancos. “É um pedaço importante concentrado no varejo, por isso os bancos puxam o fluxo”, afirma. “Nos próximos meses essa demanda deve se disseminar para as assets independentes, que devem ter um fim de primeiro semestre positivo.” No total, os fundos com pelo menos 15% de exposição a crédito privado tiveram captação líquida de R$ 102,4 bilhões nos primeiros três meses de 2024, segundo relatório da área de pesquisa do banco ABC Brasil, com o recorde de R$ 44,5 bilhões em fevereiro. Já os de infraestrutura bateram recorde em março, com R$ 7,3 bilhões no azul, e R$ 16,9 bilhões no ano.

Ana Luisa Rodela, responsável pela área de crédito privado da Bradesco Asset Management, comenta que o ritmo na gestora cresceu a partir de fevereiro e, no ano até março, está em R$ 10 bilhões, sendo R$ 2,2 bilhões em fundos de debêntures incentivadas, que dão ao investidor isenção de Imposto de Renda (IR). Em todo o ano passado, para se ter uma ideia, os depósitos superaram os resgates em R$ 23,5 bilhões. De acordo com ela, após a perda de liquidez de LCIs e LCAs, o investidor foi impactado pelas rentabilidades mais altas vistas pelos fundos de crédito. Isso porque, após as restrições do CMN às emissões de CRIs e CRAs, houve uma corrida por debêntures isentas e comuns, o que fez os preços dos papéis subirem. Na atualização do valor de mercado, essa alta de preços se reflete na cota do fundo e leva os spreads (diferença entre as taxas pagas pelos papéis e os rendimentos das NTN-Bs equivalentes ou o CDI) a caírem com força. Como o resultado, em fevereiro houve casos de fundos que renderam até 358% do CDI.

“Quando saíram as novas regras, a primeira coisa que nos preocupou era se haveria lastro para emitir LCIs e LCAs. E no fim esse não foi problema”, recorda Rodela. “O investidor reduziu a demanda por causa da carência.” Em crédito privado, a Bradesco Asset soma hoje R$ 290 bilhões em patrimônio, incluindo fundos exclusivos e de previdência.

No levantamento da ComDinheiro, a lista de fundos de debêntures incentivadas e de crédito privado encabeçada maciçamente por bancos também exibe, entre os dez mais, algumas gestoras independentes como exceção, caso de Sparta, Riza Asset, Porto Asset, Genial Investimentos e Legacy Capital. “O ano passado foi espetacular para debêntures incentivadas”, diz Rafael Zlot, executivo-chefe de investimentos em renda fixa da Genial. Este ano é diferente, afirma ele, porque o mercado encerrou 2023 em euforia, achando que os Estados Unidos iam reduzir os juros, mas dados fortes da economia americana vêm adiando as previsões de cortes, o que levou a um aumento na percepção de risco e abertura dos spreads da NTN-B. Zlot vê a longevidade do fundo da Genial como um diferencial, já que ele foi aberto em 2015. “Fomos um dos primeiros.”

É o mesmo perfil do fundo da Porto Asset, que no mês passado completou dez anos com seu Porto Seguro RF Referenciado DI Crédito Privado, que tem patrimônio líquido de R$ 6 bilhões e liquidez diária. A gestora da Porto tem ainda um fundo com liquidez em 30 dias e patrimônio líquido de R$ 270 milhões, lançado em 2019, e o Porto Baobá, de debêntures incentivadas, criado há 12 meses. “A Selic vai continuar caindo e levará os retornos a níveis nominalmente mais baixos. Isso deve tirar um pouco do impulso de captação dos fundos, o que é saudável”, prevê Ricardo Espíndola, gestor de crédito da asset. “Talvez o investidor migre para outros produtos de maior risco.” ***(LT)***

www.valor.com.br

Novela dos fundos Infinity continua

Palavra do Consultor

Marcelo d’Agosto

A novela envolvendo os problemáticos fundos da antiga gestora Infinity ainda está longe do fim.

No último capítulo, os cotistas decidiram, em assembleia, manter o comando dos fundos com a Vanquish, uma gestora formada por antigos sócios e funcionários da Infinity. Como consequência, a RJI, administradora das carteiras, renunciou às funções que exercia.

Se não for encontrado um substituto para o serviço no prazo de 90 dias, o fundo será liquidado e, muito provavelmente, os cotistas perderão todo o valor aplicado. A menos que haja uma reviravolta na trama.

O enredo Infinity tem tudo de pior que pode acontecer no mercado financeiro. Os problemas envolvem operações irregulares, falhas de controle, incentivos desalinhados, marketing agressivo, informações privilegiadas, morosidade de implementação de decisões dos órgãos de fiscalização, manipulação das emoções dos investidores e exploração de brechas jurídicas.

O resultado, até agora, foi um prejuízo financeiro para milhares de famílias de forma direta ou indireta. E a impressão de que ninguém está imune a golpes, por mais regulado que seja o produto financeiro.

Afinal, as aplicações nos fundos foram feitas pelos canais oficiais e regulares do mercado financeiro. Oferecidas por assessores de investimentos credenciados e intermediadas por instituições renomadas.

Depois que o escândalo ficou evidenciado, todas as normas regulamentares foram rigorosamente seguidas. Houve o fechamento dos fundos para captação e resgates, reavaliação do preço dos ativos problemáticos embasados por pareceres de auditoria independente, afastamento da antiga gestora e uma proposta para quitar a dívida em aberto.

No entanto, nada disso foi suficiente para resolver o problema dos fundos e ressarcir o prejuízo dos investidores. Sistematicamente as promessas acabaram sendo descumpridas.

Como seria natural, a situação foi gerando desconfiança e pânico entre os investidores. Isso porque passou a existir um risco cada vez mais concreto de perda de todo o patrimônio investido em um fundo de renda fixa com uma política de investimento conservadora.

Talvez esse temor explique a decisão dos investidores na última assembleia de cotistas. Uma das possíveis reações que podemos ter diante de uma situação extrema é a paralisia.

É difícil esperar decisões racionais num ambiente conturbado. Especialmente quando envolve um grande número de pessoas, como no caso dos cerca de 4 mil investidores nos fundos da Infinity.

A complicação do sistema judiciário brasileiro também ajuda a aumentar as incertezas. Houve uma série de decisões em primeira instância diferentes e, algumas vezes, contraditórias.

A necessidade de modernização da legislação também jogou contra os cotistas, neste caso específico. Na lei antiga existia uma solidariedade entre gestor e administrador. Na atual legislação as atividades são independentes.

O resultado final do caso ainda é incerto. Afinal, história dessa novela ainda não acabou e é sempre possível chegar a um bom termo. No entanto, o caso Infinity é emblemático para o setor de fundos de investimento, merecendo ser analisado e constantemente revisitado.

Um ponto fundamental é que não bastam boas regras se elas não forem efetivamente cumpridas e fiscalizadas. Nos últimos anos os reguladores e representantes do mercado investiram tempo precioso no aprimoramento da legislação sobre os fundos de investimento.

Mas o caso Infinity mostrou que gestores condenados na última instância em processos administrativos continuam podendo exercer suas atividades e captar recursos de investidores comuns, com a intermediação de bancos e corretoras.

Mostrou também que continua existindo um limite para a autorregulamentação. Tanto a Infinity quanto a Vanquish foram descredenciadas como gestoras de recursos, mas os efeitos da decisão foram congelado pelo Poder Judiciário.

É compreensível que os participantes do setor de fundos de investimento não encarem o caso Infinity como um problema. Afinal, foi um caso isolado envolvendo meia dúzia de carteiras num universo de milhares de fundos.

Mas para os investidores e suas famílias, foi uma perda concreta e completamente fora das regras do jogo.

Marcelo d’Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Valor E
Quinta-feira, 18 de abril de 2024

Legislação & Tributos SP

Fiscal Para especialistas, entendimento adotado pela PGFN para benefício deve gerar judicialização

Parecer da Fazenda limita exclusão de multas após derrota no Carf por voto de qualidade

Marcela Villar
De São Paulo

O Ministério da Fazenda editou parecer sobre a possibilidade de afastamento de multas em pagamento de dívida após derrota em julgamento no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) por voto de qualidade — o desempate pelo presidente da turma julgadora, representante do Fisco. A norma, de nº 943, segundo tributaristas, restringe o benefício, previsto na Lei do Carf (nº 14.689/2023), e deve gerar judicialização.

Nas suas 52 páginas, o documento, elaborado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), lista 16 conclusões. Para especialistas, acaba inibindo a interposição de recurso no Carf, cerceando o direito de defesa do contribuinte.

De acordo com o órgão, se a empresa recorrer à Câmara Superior de decisão por voto de qualidade e o modelo de desempate não for aplicado na última instância do tribunal administrativo, perde o direito à exclusão das multas. Também entende que as multas aduaneiras não devem ser afastadas e as isoladas só em casos específicos.

O entendimento dos contribuintes, porém, é o de que qualquer derrota por qualidade garante o afastamento de todas das multas — de ofício, isolada ou aduaneira. Segundo advogados tributaristas, o parecer, que é a primeira manifestação formal do governo após a aprovação da nova Lei do Carf, resolve certos anseios e dúvidas. No entanto, inova ao restringir demais o disposto na legislação aprovada.

Enquanto alguns especialistas pretendem brigar na Câmara Superior do Carf pela tese de que a multa deve ser afastada em qualquer hipótese, outros pensam em desistir de recurso para discutir a questão no Judiciário.

Esse movimento ainda é incipiente, pois o parecer foi divulgado no dia 8 e não tem caráter definitivo ou vinculativo — é uma orientação. Porém, demonstra como os conselheiros da Fazenda devem aplicar a nova lei. Pelos dados públicos do tribunal administrativo, apenas um recurso especial foi retirado de pauta neste mês e outros sete mudaram de data.

A discussão começou com a publicação da Lei do Carf, que retomou o voto de qualidade. Até então, o desempate beneficiava o contribuinte. Após negociações, a lei foi aprovada com a possibilidade de exclusão das multas e cancelamento da representação fiscal para fins penais, "na hipótese de julgamento de processo administrativo fiscal resolvido favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade".

O ponto de maior controvérsia para os tributaristas é a interpretação da Fazenda de que a decisão da Câmara Superior, quanto à exclusão das multas, se sobrepõe à da turma. "Entendo que o contribuinte não pode ser prejudicado pelo direito de entrar com recurso", afirma o advogado Alessandro Mendes Cardoso, sócio do escritório Rolim Goulart Cardoso Advogados.

Segundo ele, todo o parecer da Fazenda parte do pressuposto de que o afastamento da multa se aplica nas decisões de mérito em que se discute a exigência do tributo. "Quando aplica esse pressuposto para casos concretos, existem situações em que tentam reduzir o âmbito de eficácia da norma, em certo sentido até abusivo, quando define o que são questões de mérito e processuais."

Ele cita a limitação feita ao não afastamento das multas aduaneiras, isoladas e da discussão sobre a responsabilidade tributária. "São itens que a Fazenda entendeu que, mesmo julgados por qualidade, pela natureza das discussões, não seriam abrangidos pela norma", diz.

DIVULGAÇÃO
Advogado Alessandro Mendes Cardoso: o contribuinte não pode ser prejudicado pelo direito de entrar com recurso na Câmara Superior do Carf

O tributarista Vinícius Vicentin Caccavali, sócio do VBSO Advogados, afirma que dois clientes já pensam em desistir dos recursos na Câmara Superior. "Muitos recorriam porque não tinham nada a perder, mas agora têm, ainda mais se a jurisprudência é desfavorável na Câmara Superior."

Caccavali ainda afirma que existia um receio de que desistir do recurso seria "desistir de tudo que o contribuinte já ganhou no processo ou que volte a valer o próprio auto de infração". Mas ele indica que a PGFN, no parecer e na Portaria nº 587/2024, publicada no dia 11, esclareceu ser possível desistir do recurso antes do início da sessão de julgamento, formalizado por petição, a fim de se manter os direitos da decisão anterior, por qualidade, que afasta a multa.

Para Dalton Dallazem, sócio-fundador do Perin & Dallazem Advogados Associados, a decisão anterior deve prevalecer, mesmo que o contribuinte desista do recurso. Ele cita o artigo 51 da Lei nº 9.874/99. "A lei separa o direto de desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou ainda renunciar a direitos. Se formulei pedido de desistência e não de renúncia, continuaria valendo a decisão da câmara baixa."

Na visão do tributarista Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados, qualquer decisão por voto de qualidade no curso do processo assegura a exclusão da multa. "É um ato louvável da procuradoria esclarecer a visão do governo, mas acaba por restringir o direito assegurado por lei. E é a lei que deve prevalecer", afirma.

Em nota, a PGFN diz que é preciso observar a natureza de cada multa para se definir a incidência ou não do parágrafo 9º-A do artigo 25 do Decreto n.º 70.235/72, inserido pela Lei do Carf. Também entende ser possível haver interpretações diferentes. "O Direito convive com interpretações divergentes, sendo o recurso ao Poder Judiciário para defesa de uma dada posição direito constitucionalmente assegurado."

Para a procuradoria, o objetivo da legislação é "retirar os acessórios do lançamento em caso de controvérsia quanto ao principal". "O respeito às regras técnicas de interpretação garante resultados justos na aplicação da norma, considerando as diferentes situações postas para julgamento no âmbito do Carf", afirma o órgão, que não vê, porém, possível aumento de litigiosidade. "A exclusão pretendida será afiançada ao sujeito passivo pela própria desistência tempestiva do recurso."

Decisão da Receita evita dupla tributação

Marcela Villar
De São Paulo

A Receita Federal ampliou a interpretação de leis que evitam dupla tributação de multinacionais. Passou a permitir que as regras sejam aplicadas às empresas brasileiras quando houver também prejuízo fiscal, e não só tributo a pagar no Brasil. O entendimento, que está na Solução de Consulta nº 13/2024, da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), orienta os fiscais do país.

Pelo texto, fica permitida a exclusão das despesas que ultrapassem o limite de dedução de controladas no exterior do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL, mesmo que a controladora nacional esteja no prejuízo.

O esclarecimento, segundo especialistas, traz um conforto para as multinacionais do Brasil que captam empréstimos com subsidiárias, filiais ou controladas, pois confirma o que, na prática, já vinha sendo feito. Esse posicionamento, acrescentam, é inédito.

A solução de consulta veio como resposta a uma dúvida de uma instituição financeira que pegou empréstimo com filial sediada em paraíso fiscal. Ela queria abater os excessos das despesas advindas dos juros desse mútuo da base de cálculo do IRPJ e da CSLL no Brasil, onde a operação estava no prejuízo e, portanto, não haveria base tributável.

DIVULGAÇÃO

"Foi feita uma interpretação mais abrangente, o que evita processos litigiosos"
Simone Dias Musa

Como a lei que permite a dedução é literal em dizer que é preciso ter recolhido o imposto, o contribuinte resolveu esclarecer a questão. "Como na situação em que a controladora apura prejuízo fiscal não há imposto devido, poderia ser entendido, em uma primeira análise, que não seria permitida a dedução", afirma a Cosit no texto.

Mas, para o órgão, a bitributação também ocorre quando o contribuinte está em situação de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa de CSLL. "O fato de não se apurar IRPJ ou CSLL a recolher no período não afasta o fato de que há a tributação destas grandezas, igualmente como ocorre no caso de apuração de base tributável", diz o órgão, acrescentando que, por isso, é preciso fazer a neutralização para que a mesma despesa financeira não seja paga duas vezes.

Segundo a advogada Simone Dias Musa, sócia do escritório Trench Rossi Watanabe, a bitributação ocorre pela sobreposição de duas regras antiabusivas específicas. São elas: a Lei nº 12.249/2010, que dispõe sobre o limite de dedução, com a Lei nº 12.973/2014, conhecida como Lei de Tributação em Bases Universais (TBU). Esta exige que, no fim do ano, tributese todo o lucro do grupo, inclusive de filial ou controlada, no Brasil.

Esse efeito se evidencia porque ao mesmo tempo que os juros do empréstimo intercompany são vistos como receita para a controlada estrangeira, é uma despesa para a empresa brasileira. Por isso, os juros passam por uma análise de dedutibilidade pela regra de subcapitalização, que consta na Lei nº 12.249/2010.

Ela determina que o limite dos juros dedutível sobre qualquer forma de financiamento entre partes relacionadas é o dobro do valor do patrimônio líquido apurado pela empresa brasileira. O excesso é indedutível do IRPJ e CSLL.

À medida em que a receita de juros é integrada à base tributável no fim do ano pela Lei da TBU e a despesa de juros que excede o limite de subcapitalização não é dedutível, o mesmo item é cobrado duas vezes. "Agora a Receita diz que se pode pegar esse excesso, que não foi deduzido, e não tributar quando auferir o lucro da controlada. Só assim se neutraliza", diz Simone.

Nesse caso, como há prejuízo no Brasil, a contabilização do lucro da filial estrangeira reduz a base de cálculo negativa da CSLL e do prejuízo fiscal — que hoje equivale a uma forma de pagamento ou um crédito tributário, podendo ser compensado com os tributos a pagar nos anos seguintes ou usado em transações tributárias.

De acordo com o advogado Gustavo Haddad, coordenador e sócio de tributário do escritório Lefosse, a consulta traz isonomia e não prejudica empresas que não lucraram determinado ano. "A multinacional brasileira que esteja nessa situação no ano, com prejuízo, não vai ser prejudicada, porque vai poder evitar bitributação, excluindo do lucro da controlada a parcela da despesa de juros indedutível."

Se não fosse dada essa interpretação da lei, afirma, a empresa brasileira ficaria numa situação pior do que se nem tivesse tomado empréstimo. "Não ficaria neutra, ficaria pior, porque teria que tributar lucro da controlada e não poderia deduzir a despesa no Brasil", completa.

Para a Simone Dias Musa, a solução de consulta evita litígios futuros. "Acertadamente, houve a interpretação de uma legislação que literalmente proibia a exclusão e provocava uma dupla tributação", diz. "Foi feita uma interpretação mais abrangente, o que evita processos litigiosos e disputas judiciais desnecessárias", conclui.

Destaque

Descanso semanal
A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerou inválida norma coletiva que flexibilizava o descanso semanal de trabalhadores fluviários da Chibatão Navegação e Comércio Ltda, de Manaus (AM), que operam embarcações entre Manaus, Porto Velho e Belém. Entre outras medidas, as folgas deverão ser concedidas ao fim de cada viagem, na proporção mínima de um dia de descanso para cada dia de trabalho embarcado. A empresa de navegação também foi condenada a pagar R$ 300 mil por dano moral coletivo e multa caso descumpra as determinações. A decisão foi dada em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). No processo, o órgão alega que a Chibatão exigia de seus trabalhadores jornadas exaustivas sem folga semanal. Segundo denúncia recebida, alguns deles só tinham direito a um dia de descanso após 30 dias ininterruptos de trabalho. A Chibatão, destaca o MPT, é a maior empresa de navegação do Amazonas e tem cerca de 146 embarcações (100 balsas e 46 empurradores) que atuam no transporte interestadual de cargas que chegam a Manaus, empregando mais de 1,3 mil pessoas, dos quais quase 300 são fluviários (RR-1811-43.2014.5.11.0011).

Árbitro não é mágico: considerações necessárias

Opinião Jurídica

Alexandre Gonçalves

O Brasil ocupa posição proeminente no cenário internacional quando o assunto é arbitragem, ganhando contornos cada vez mais expressivos com a introdução crescente de cláusulas compromissórias em novos contratos de direito privado e público (administração pública direta e indireta), voltadas à resolução das mais diversas controvérsias. O futuro é ainda mais promissor considerando que apenas 27% das grandes empresas do país se utilizam desse instituto .

Nesse contexto, a figura dos árbitros ganha destaque, vez que, diferentemente da jurisdição estatal, eles são escolhidos diretamente pelas próprias partes.

O árbitro é juiz de fato e de direito, devendo, no desempenho da sua função, agir com imparcialidade, independência, competência, diligência e discrição. Como tal, está impedida de atuar como árbitro a pessoa que tenha, com as partes ou com o litígio que lhes for submetido, algumas das relações que caracterizam os casos de impedimento ou suspeição do juiz, aplicando-se-lhe, no que couber, os mesmos deveres e responsabilidades previstos no Código de Processo Civil.

Por se tratar de uma jurisdição privada, a autonomia da vontade é a manifestação máxima das partes, que renunciam à jurisdição estatal — que possui liturgia processual própria, com formalidades e procedimentos estáticos — em favor daquela que possui maior flexibilidade de procedimento, de acordo com o interesse das partes, além de fornecer uma decisão única e irrecorrível.

Diz-se que um dos pontos mais sensíveis na arbitragem é a escolha e nomeação do árbitro. A confiança recíproca entre partes e árbitro é essencial. A credibilidade do instituto é sinônimo de independência e imparcialidade do árbitro, que é refletida pelo dever de revelação, ao qual obriga-se, antes de aceitar a função, revelar qualquer fato que denote dúvida justificada quanto à sua imparcialidade e independência.

Muitos são os interesses das partes e as expectativas dos seus advogados em relação ao árbitro para além da sua imparcialidade. Expertise, disponibilidade e equilíbrio são igualmente esperados. No entanto, esses atributos são suficientes?

As partes desejam mais! Um árbitro deve ser íntegro, consistente, com boa capacidade de comunicação, proativo e eficiente, tanto em termos de custos (que por vezes se eleva, por conta de requerimentos nem sempre objetivos) quanto de prazos (audiências, inquirição de testemunhas e perícias). Deve, ainda, possuir capacidade de decisão e julgamento para proferir sentenças motivadas e fundamentadas, que sejam exequíveis em jurisdição nacional ou internacional.

É imprescindível ao árbitro a boa condução do procedimento, flexibilizando-o às especificidades do caso e às necessidades das partes. Afinal, o que torna um procedimento arbitral eficiente é a previsibilidade de sua duração (se possível com um calendário pormenorizado), sua transparência (quando as partes e árbitro demonstram claramente o que desejam) e sua segurança jurídica.

A partir da constituição do tribunal arbitral, é fundamental a participação ativa do árbitro, que deve estar alerta desde o primeiro momento, em conjunto com partes, para alinhar os interesses comuns e divergentes, antevendo e corrigindo situações que podem desvirtuar o procedimento.

Qualquer alteração a posteriori do termo de arbitragem deve ter contornos e limites bem definidos e ser interpretada como exceção, sob pena de estender o procedimento arbitral sem justificativa plausível. A flexibilização do procedimento não é sinônimo de abuso e deve ser analisada com parcimônia.

O árbitro precisa estar atento, mostrar clareza, dizer o que quer. É preciso promover o engajamento das partes e advogados para criar um ambiente de cooperação, no qual todos persigam um objetivo comum: chegar ao fim do procedimento com uma sentença arbitral exequível.

Embora não haja código de conduta universal e obrigatório para a arbitragem, é fundamental que as referências contidas nas soft law sejam vistas como recursos às partes e ao árbitro, para auxiliá-los na boa condução do procedimento. Um bom exemplo são as "IBA Rules of Evidence", que se tornaram bastante úteis e encontraram ampla aceitação na prática arbitral internacional, com o propósito de fornecer um processo eficiente, econômico e justo.

A adoção de táticas de guerrilha, muitas vezes trazidas do contencioso judicial para a arbitragem, têm por objetivo desvirtuar o foco da arbitragem e ceifar a sua característica singular: a obtenção de uma sentença célere e eficiente. São exemplos: a recusa ao cumprimento da convenção de arbitragem livre e consensualmente pactuada; a propositura de ação judicial com o intuito espúrio de restabelecer a competência da jurisdição estatal, submetendo o procedimento a impugnações infundadas; e o retardamento da constituição do tribunal arbitral.

A sentença arbitral deve ser respeitada. A busca da anulação por via judicial deve ser vista como exceção e não como recurso, cabendo a todos os players respeitar as regras que conjuntamente estabeleceram antes do início do jogo, sendo certo que qualquer infração deve ser punida de acordo com o grau da falta cometida, sob pena de enfraquecimento do próprio instituto.

Ademais, não se pode atribuir a uma única pessoa — o árbitro — todo o êxito do procedimento arbitral, afinal árbitro não é mágico! A responsabilidade é de todos: partes, advogados e árbitros. O comportamento ético, o respeito mútuo, a cooperação, a lealdade e a boa-fé devem sempre prevalecer, independentemente do resultado.

Nosso propósito enquanto árbitros é decidir e julgar da forma mais eficiente e justa possível. É difícil? Sim! Talvez uma das atividades humanas mais complexas. No entanto, esse é o ônus que nos foi incumbido ao aceitar esse munus.

Alexandre Gonçalves é árbitro, advogado e sócio do escritório Gonçalves, Rodrigues Advogados Associados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

---

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-20 - NIRE nº 35.300.502.329

Aviso aos Acionistas

A **UHE São Simão Energia S.A.** informa que se acha à disposição dos acionistas, na sede desta Companhia, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 27° andar, sala 1, Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei n° 6404/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 17 de abril de 2024. **A Administração.** (17, 18 e 19/04/2024)

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 11.669.021/0001-10 - NIRE Nº 33.3.0029289-6
TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA

Neste ato, o Sr. **DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 4002694869, expedida pelo SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 449.112.110-91, toma posse para o cargo de **Diretor Presidente** da Enauta Participações S.A., companhia de capital aberto, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), tendo sido eleito conforme deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de março de 2024. O Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa aceita seu cargo e, sob as penas da lei, declara: (i) não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como estabelecido no art. 147, § 1°, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76") e no Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (ii) não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no art. 147, § 2°, da Lei nº 6.404/76 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (iii) atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo art. 147, § 3°, da Lei nº 6.404/76 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia, como estabelecido nos incisos I e II do § 3° do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (v) aderir a todos os princípios e disposições contidas na Política de Indicação do Grupo Enauta; e (vi) estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia, por meio da qual se obriga a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre o próprio, a Companhia, seus acionistas, outros administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, relacionada com ou oriunda da sua condição de membro da Diretoria, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado. Para os fins do artigo 149, § 2°, da Lei nº 6.404/76, declara que receberá eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia. O presente Termo de Posse produzirá efeitos até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, contados a partir desta data. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2024. **DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA -** Diretor Presidente. JUCERJA em 12/04/2024 sob o nº 6180474. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

SILVEIRA LEILÕES — **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES FIDUCIANTES DAS DATAS DOS LEILÕES ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

1º PÚBLICO LEILÃO: 29/ABRIL/2024, ÀS 11:00h – 2º PÚBLICO LEILÃO: 30/ABRIL/2024 ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, Matrícula JUCESP n.º 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **MARIA FERNANDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 11.206.048/0001-77, VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 05 de fevereiro de 2019, na cidade de Barueri/SP, o móvel: **APARTAMENTO Nº 04, DO PAVIMENTO TERREO, DO BLOCO B, DO EMPREENDIMENTO VIVENDAS DE MARIA FERNANDA**, Rua Maria Fernanda, nº 512, Chácaras Maria Inês, Santana de Parnaíba/SP, com as seguintes áreas: privativa 69,320m2, comum total 44,327m2, (coberta de 11,027m2 + descoberta de 33,300m2, incluindo a área correspondente a 01 vaga de garagem) perfazendo a área total de 113,647m2, fração ideal 0,009493 ou 0,9493% e área total edificada 80,347m2. Matrícula imobiliária nº 237 do Cartório de Registro de Imóveis de Santana de Parnaíba. IC: 24364.22.15.1059.02.004. Consolidação da propriedade em 20/03/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 471.376,00. 2º LEILÃO: R$ 738.588,47.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os fiduciantes, **Thiago Oliveira da Silva, CPF: 012.711.491-25 e Luciana Ferreira da Silva Oliveira, CPF: 007.318.145-50,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários dos imóveis. A Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ nº 61.529.343/0001-32 – NIRE 35.300.053.800

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária - Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a participarem das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, a serem realizadas cumulativamente no dia 29.4.2024, às 11h30, de modo exclusivamente digital, a fim de: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** • Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para aumentar o número máximo de integrantes da Diretoria, elevando de 5 (cinco) para 6 (seis) membros, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 13 do Estatuto Social. **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2. Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para a destinação do lucro líquido do exercício de 2023; 3. Eleger os membros do Conselho de Administração; e 4. Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores.

Participação nas Assembleias: Credenciamento: Os acionistas interessados em participar das Assembleias, que serão realizadas de modo exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, deverão solicitar seu credenciamento até às 8h do dia 29.4.2024 (data das Assembleias), transmitindo, concomitantemente, os documentos abaixo indicados para o *e-mail* secretariagovernanca@bradesco.com.br. **Documentos Necessários:** Documento de identidade (com foto) e/ou os documentos societários (no caso de acionistas pessoas jurídicas). Os acionistas poderão, ainda, ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista ou administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados conforme seus Estatutos/Contratos Sociais. **Confirmação do Credenciamento e Recebimento do *Link*:** Os acionistas receberão um acesso intransferível para sua participação virtual nas Assembleias até às 11h do dia 29.4.2024 (data das Assembleias). A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia e que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Este Edital de Convocação, as Propostas do Conselho de Administração, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade e no Departamento de Ações e Custódia do Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira Depositária das Ações da Sociedade, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, Vila Yara, Osasco, SP - CEP 06029-900. Cidade de Deus, Osasco, SP, 15 de abril de 2024. *Luiz Carlos Trabuco Cappi* - Presidente do Conselho de Administração.

Secretaria da Saúde — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP
AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação:
Pregão Eletrônico nº 0199/2023 - Processo SEI Nº 266.00000999/2023-16 – Objeto: Aquisição de Matéria Prima Farmacêutica (Zidovudina). Realização da Sessão: 30/04/2024 às 09:00 horas no endereço eletrônico: http://www.gov.br/compras. Critério de Julgamento: Menor Preço. EDITAL / INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6156, das 08h:00 às 12h:30. e das 13h:30 às 17h:00. – E-mail licitacao@furp.sp.gov.br – As licitantes interessadas poderão consultar o edital nos sites: www.gov.br/compras - UASG 091101, www.furp.sp.gov.br ou www.doe.sp.gov.br.

Secretaria da Saúde — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP
AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação:
Pregão Eletrônico nº 90004/2024 - Processo SEI Nº 266.00000092/2024-38 – Objeto: Aquisição de Material de Embalagem (Frascos de Vidro). Realização da Sessão: 30/04/2024 às 09:00 horas no endereço eletrônico: http://www.gov.br/compras. Critério de Julgamento: Menor Preço. EDITAL / INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6156, das 08h:00 às 12h:30. e das 13h:30 às 17h:00. – E-mail licitacao@furp.sp.gov.br – As licitantes interessadas poderão consultar o edital nos sites: www.gov.br/compras - UASG 091101, www.furp.sp.gov.br ou www.doe.sp.gov.br.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 11.669.021/0001-10 - NIRE Nº 33.3.0029289-6
TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA

Neste ato, o Sr. **PEDRO RODRIGUES GALVÃO DE MEDEIROS**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade nº 1084877-29, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 098.755.897-80, toma posse para o cargo de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores** da Enauta Participações S.A., companhia de capital aberto, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), tendo sido eleito conforme deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de março de 2024. O Sr. Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros aceita seu cargo e, sob as penas da lei, declara: (i) não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como estabelecido no art. 147, § 1°, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76") e no Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (ii) não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no art. 147, § 2°, da Lei nº 6.404/76 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (iii) atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo art. 147, § 3°, da Lei nº 6.404/76 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia, como estabelecido nos incisos I e II do § 3° do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (v) aderir a todos os princípios e disposições contidas na Política de Indicação do Grupo Enauta; e (vi) estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia, por meio da qual se obriga a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre o próprio, a Companhia, seus acionistas, outros administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, relacionada com ou oriunda da sua condição de membro da Diretoria, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado. Para os fins do artigo 149, § 2°, da Lei nº 6.404/76, declara que receberá eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia. O presente Termo de Posse produzirá efeitos até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, contados a partir desta data. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2024. **PEDRO RODRIGUES GALVÃO DE MEDEIROS** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. JUCERJA em 12/04/2024 sob o nº 6180474. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

Alupar Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 - NIRE 35.300.335.325 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 10 de Maio de 2023

Realizada em 10/05/2023, às 15h00 horas, exclusivamente na forma digital. **Mesa:** Presidente: Sr. José Luiz de Godoy Pereira (presidente do Conselho de Administração da Companhia); Secretário: Sr. Paulo Roberto de Godoy Pereira. **Deliberações: (i)** aprovar as informações contábeis da Companhia contidas no seu Formulário de Informações Trimestrais - ITR relativas ao período de 3 meses findo em 31 de março de 2023; **(ii)** aprovar o pagamento de dividendos intercalares aos acionistas da Companhia com base em balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2023, no montante de R$36.571.028,16, que corresponde a R$0,04 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, e R$0,12 por Unit lastreada em ações ordinárias e ações preferenciais, sem retenção de Imposto de Renda na Fonte. Os dividendos intercalares serão pagos em parcela única em até 60 dias a contar da presente data e não haverá incidência de atualização e juros sobre tais dividendos. Os acionistas que farão jus aos referidos dividendos aprovados são aqueles registrados como tal em 15 de maio de 2023, sendo que, a partir de 16 de maio de 2023 (inclusive), as Units da Companhia passarão a ser negociadas ex-dividendos. Os dividendos intercalares serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios eventualmente declarados em assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023. **(iii)** eleger os membros da Diretoria da Companhia, com mandato unificado de 2 anos, até 10 de maio de 2025, a saber: (a) **Paulo Roberto de Godoy Pereira**, RG nº 4.606.236-1 SSP/SP, CPF/MF nº 682.734.958-68, para o cargo de Diretor Presidente; (b) **José Luiz de Godoy Pereira**, RG nº 16.830.578 SSP/SP, CPF/MF sob o nº 086.823.468-00, para os cargos de Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; e (c) **Enio Luigi Nucci**, RG nº 8.410.101-5 SSP/SP, CPF/MF sob o nº 016.755.578-29, para os cargos de Diretor Comercial, e Diretor Técnico. Os membros da Diretoria ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados na forma da lei e declararam, para os fins do disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, no artigo 147, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM 80, e do Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, não estarem incursos em qualquer dos crimes previstos em lei ou nas demais restrições legais que os impeçam de exercer atividades de sociedade mercantil. São Paulo, 10 de maio de 2023. **Mesa: José Luiz Godoy Pereira** - Presidente; **Paulo Roberto de Godoy Pereira** - Secretário. **JUCESP** nº 312.405/23-6 em 01/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024/SEDEC

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC torna público que realizará no dia **07/05/2024 às 09h30min (Horário Local de Cuiabá/MT) e às 10h30min (Horário de Brasília/DF)**, licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, cujo objeto é aquisição de camisetas personalizadas manga longa com proteção UVA e UVB e perneiras de segurança para os profissionais que atuam na área de turismo como condutores, atendendo as demandas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico/SEDEC/MT, conforme condições e especificações detalhadas, constantes no Edital 002/2024/SEDEC e seus anexos.
LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SISTEMA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS – SIAG: Entre os dias **22/04/2024 a 07/05/2024**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão **(07/05/2024)**, quando o horário máximo de aceitação será até às **09h15min** (horário local de Cuiabá/MT) e às **10h15min** (horário de Brasília/DF). INÍCIO DA SESSÃO: No dia **07/05/2024** às **09h30min (Horário Local de Cuiabá/MT) e às 10h30min (Horário de Brasília/DF)** e ABERTURA DAS PROPOSTAS às **09h30min (Horário Local de Cuiabá/MT) e às 10h30min (Horário de Brasília/DF)**, através do site **www.gestao.mt.gov.br** - Link: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**.
EDITAL DISPONIBILIZADO: **www.gestao.mt.gov.br** - (Link: Portal de Aquisições);
INFORMAÇÕES: **licitacao@sedec.mt.gov.br**; Edital no site: **www.sedec.mt.gov.br/publicacoes**; telefone: (0**65)3613-0045 ou 0034.
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC-MT
Elisiane Medeiros de França
Coordenadora de Aquisições e Contratos/SEDEC
(original assinado via SIGADOC no processo SEDEC-PRO-2023/01145)

MPF — Ministério Público Federal | Procuradoria Regional da República 3ª Região

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 05/2024 - RP Gêneros Alimentícios

A agente de contratação da Procuradoria Regional da República da 3ª Região – UASG 200204 torna público que realizará no dia 03 de maio de 2024, às 14:00 horas, licitação na modalidade de Pregão, em sua forma Eletrônica, para o REGISTRO DE PREÇOS de eventual aquisição de gêneros alimentícios, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas, condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O Edital está à disposição para consulta no endereço eletrônico: https://www.gov.br/pncp/pt-br

São Paulo, 18 de abril de 2024
EUNICE LOURDES DA SILVA
Agente de contratação

Banco MUFG Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 60.498.557/0001-26 - NIRE nº 35300012143

Convocação

São convocados os senhores acionistas do **Banco MUFG Brasil S.A.**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede social na Av. Paulista, nº 1274, nesta Cidade e Estado de São Paulo, no dia **30/04/2024**, às **09:30 horas**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e c) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 18 de abril de 2024.
Banco MUFG Brasil S.A.
Akihiko Kisaka - Diretor-Presidente

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 11.669.021/0001-10 - NIRE Nº 33.3.0029289-6
TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA

Neste ato, o Sr. **CARLOS FERRAZ MASTRANGELO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 04882479-1, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 819.622.317-04, toma posse para o cargo de **Diretor de Operações** da Enauta Participações S.A., companhia de capital aberto, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), tendo sido eleito conforme deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de março de 2024. O Sr. Carlos Ferraz Mastrangelo aceita seu cargo e, sob as penas da lei, declara: (i) não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como estabelecido no art. 147, § 1°, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76") e no Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (ii) não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no art. 147, § 2°, da Lei nº 6.404/76 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (iii) atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo art. 147, § 3º, da Lei nº 6.404/76 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia, como estabelecido nos incisos I e II do § 3° do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (v) aderir a todos os princípios e disposições contidas na Política de Indicação do Grupo Enauta; e (vi) estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia, por meio da qual se obriga a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre o próprio, a Companhia, seus acionistas, outros administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, relacionada com ou oriunda da sua condição de membro da Diretoria, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado. Para os fins do artigo 149, § 2°, da Lei nº 6.404/76, declara que receberá eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia. O presente Termo de Posse produzirá efeitos até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, contados a partir desta data. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2024. **CARLOS FERRAZ MASTRANGELO-** Diretor de Operações. JUCERJA em 12/04/2024 sob o nº 6180474. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

SHOPPING CENTER IBIRAPUERA S/A

CNPJ/MF nº 58.579.567/0001-18 - NIRE nº 35300118502

Acordo de Acionistas: Edital de Convocação - acordo de acionistas de 02.05.2014

Tendo em vista a designação de Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Shopping Center Ibirapuera S.A. (Companhia), a ser realizada em 26 de abril de 2024 às 10:00 horas, **sob forma exclusivamente digital,** ficam os senhores acionistas que subscreveram o acordo de acionistas de 02.05.2014, em conformidade com sua cláusula 7ª, convocados para Reunião Prévia, também **sob forma exclusivamente digital,** a se realizar no dia 22 de abril de 2024, às 10:00 horas, para deliberar sobre as matérias dispostas no art. 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Informações Gerais:** O voto do acionista será proferido mediante envio de Boletim de Voto a Distância. Os acionistas que tiverem interesse em participar e votar na AGO deverão, impreterivelmente, até o dia 24 de abril de 2024, encaminhar e-mail para acordantes1@gmail.com e em resposta o representante dos acionistas fornecerá as demais instruções, bem como o link da plataforma digital a ser utilizada e o modelo de Boletim de Voto.

São Paulo, 16 de abril de 2024
Salim Haddad Netto - Representante dos Acordantes

SILVEIRA LEILÕES — **EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO EXTRAJUDICIAL**

1º PÚBLICO LEILÃO: 30/ABRIL/2024, ÀS 10:00h - 2º PÚBLICO LEILÃO: 30/ABRIL/2024, ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Comitente, **MARIA FERNANDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 11.206.048/0001-77, VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, em consonância com o art. 63, paragrafo 1º ao 5º da Lei Federal nº 4.591/64 e incisos VI e VII do art. 1º da Lei Federal nº 4.864/65 e demais disposições aplicáveis à matéria, os direitos decorrente do Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra e Outras Avenças, datado de 30 de julho de 2020, na cidade de São Paulo/SP, relativo à FIT e parte construída correspondente a **VAGA Nº 98, LOCALIZADA NO TÉRREO, DO EMPREENDIMENTO VIVENDAS DE MARIA FERNANDA,** situado na Rua Maria Fernanda, nº 512, Chácaras Maria Inês, Santana de Parnaíba/SP, com as seguintes áreas: privativa 9,680m2, comum 0,474m2, (coberta de 0,040m2 + descoberta de 0,434m2), perfazendo a área total de 10,154m2, fração ideal 0,000174 ou 0,0174% e área total edificada 0,040m2. Matrícula imobiliária nº 176.819 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri/SP. IC: 243642215105903098. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 15.635,23. 2º LEILÃO: R$ 11.850,36.** Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante. Existem débitos de IPTU e taxas condominiais. O arrematante pagará: o lanço a vista; 5% de comissão do leiloeiro; débitos IPTU/condomínio/agua/luz; custas cartoriais; impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura; as despesas a partir da arrematação e sub-rogará nos direitos e obrigações dos títulos originários. Hipotecas serão baixadas em até 180 dias do pagamento da arrematação. A venda será feita em caráter *ad corpus,* imóvel entregue no estado em que se encontra. **A COMITENTE TERÁ PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DO BEM.** Os interessados deverão tomar ciência do Edital e regras disponíveis no portal eletrônico: www.silveiraleiloes.com.br, e se responsabilizam pela análise jurídica e situação do imóvel, não podendo alegar desconhecimento. A Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

Valor Econômico — Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

Fundação João Paulo II

CNPJ nº 50.016.039/0001-75

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.339	7.532
Contas a Receber	5	12.465	9.283
Contas a Receber de Entidades Ligadas	6	1.544	2.072
Estoques	7	8.446	8.030
Outros Créditos	-	646	516
Impostos a Recuperar	-	66	58
Despesas Antecipadas	-	439	466
Total do ativo circulante		**26.945**	**27.957**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a Receber de Entidades Ligadas	6	506	1.159
Depósitos Judiciais	8	5.842	5.282
Outros Ativos do Não Circulante	9	2.573	1.031
		8.921	**7.472**
Propriedades para Investimentos	10	87.698	74.927
Imobilizado - Próprio	11	221.085	222.822
Imobilizado - Com Restrição	11	6.065	264
Intangível	11	8.055	8.791
Total do ativo não circulante		**322.903**	**306.804**
Total do ativo		**358.769**	**342.233**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2023	2022
Passivo circulante			
Empréstimos e Financiamentos	12	7.718	13.033
Fornecedores	-	11.172	11.753
Entidades Ligadas a Pagar	13	2.396	2.539
Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	14	8.456	7.732
Obrigações Tributárias	15	1.935	1.929
Adiantamentos de Clientes	-	430	444
Contas a Pagar	16	2.478	5.521
Recursos Convênios - Parcerias	17	516	6.080
Receitas a Apropriar	18	6.413	2.802
Total do passivo circulante		**41.514**	**51.833**
Passivo não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	12	8.391	3.993
Obrigações Tributárias	15	25.978	22.890
Provisão para Contingências	19	246	188
Obrig. Imobilizado com Restrição	11.3	6.065	264
Contas a Pagar	16	5.186	6.349
Total do passivo não circulante		**45.866**	**33.684**
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	20	205.215	161.035
Ajuste de Avaliação Patrimonial	20	51.503	54.113
Superávit do Exercício	-	14.672	41.568
Total do patrimônio líquido		**271.389**	**256.716**
Total do passivo e patrimônio líquido		**358.769**	**342.233**

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Fundação João Paulo II é uma entidade de direito privado, sem finalidade de lucros que atua nas áreas de Educação, Assistência Social e Saúde. Tem como objetivos de acordo com seu Estatuto Social: (a) atuar no campo educacional, cultural e de comunicação, visando a prestação de serviços à comunidade, através de radiodifusão em caráter educativo; (b) produção e veiculação de programas educativos e culturais, através de emissoras de rádio e televisão e outros meios de comunicação; (c) a promoção, agenciamento e a distribuição aos vários meios de comunicação, dos recursos desenvolvidos e produzidos, (d) auxiliar e preservar a formação cívica, moral e cultural da população; (e) criação, participação e manutenção de centros educacionais destinados aos jovens e adultos em todos os níveis, inclusive superiores; (f) assistência às crianças, adolescentes e adultos carentes, oferecendo-lhes orientação educacional, profissional, moral e cívica; (g) desenvolvimento de atividades de saúde pública e de assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica, destinada ao atendimento das comunidades carentes; (h) prestação de serviços gratuitos e permanentes aos usuários de assistência social, sem qualquer discriminação; (i) manutenção e execução de programas protetivos destinados às crianças, aos jovens e aos idosos, sem qualquer discriminação, assistindo-os direta ou indiretamente, inclusive mediante convênios com entidades governamentais e privadas. **1.1. Certificados e Registro:** A Fundação é declarada como de Utilidade Pública: • Estadual, Lei 8.050, de 01 de outubro de 1.992; • Municipal, Lei 446/83, de 27 de setembro de 1.983. Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - Certificado número 012 de 21/06/2006, atualmente renovado pelo certificado 12/2023; Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Certificado número 10/2006, atualmente renovado pelo certificado 10/2023; Registrada na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADS/SP – 5922/07; Secretaria de Estado da Educação: Portaria do Dirigente Regional de Ensino de 12/02/2001 – Publicado DOE 13/02/2001; Recredenciamento da Faculdade Canção Nova: e-MEC: 201359761 - Parecer: CNE/CES 381/2018 - Portaria 898 de 06/09/2018, publicada no DOU de 10/09/2018; Portaria de Renovação do Reconhecimento do Curso de Filosofia - Licenciatura, nº 916, de 27 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 28/12/2018; Portaria de Renovação do Reconhecimento do Curso de Filosofia - Bacharelado - Autorização - Portaria nº 602, de 22 de abril de 2022, publicada no DOU em 26/04/2022. Portaria de Reconhecimento do Curso de Jornalismo - Bacharelado, nº 382, de 27 de abril de 2017, publicada no DOU 02/05/2017; Renovação do Reconhecimento do Curso de Jornalismo, bacharelado, Portaria nº 206, de 25/06/2020, publicada no DOU de 07/07/2020; Portaria de Reconhecimento do Curso de Comunicação Social em Rádio e Televisão - Bacharelado, nº 578, de 9 de junho de 2017, publicada no DOU 12/06/2017; Portaria de Reconhecimento do Curso de Administração - Bacharelado, nº 915, de 14 de agosto de 2017, publicada no DOU 15/08/2017, Renovação do Reconhecimento do Curso de Administração, bacharelado, Portaria nº 206, de 25/06/2020, publicada no DOU de 07/07/2020; Portaria de Autorização do Curso de Teologia - Bacharelado - Autorização - Portaria nº 674, de 4 de julho de 2017, publicada no DOU em 06/07/2017. Cadastro Nacional do Estabelecimento da Saúde - CNES 585177. Secretaria Municipal da Saúde - Vigilância Sanitária: • CEVS 350860301-863-000117-1-1 - Detalhe: 110 - Clínica / Ambulatório I; • CEVS 350860301-863-000118-1-9 - Detalhe: 031 - Dispensário de Medicamentos; • CEVS 350860301-863-000121-1-4 - Detalhe: 021 - Clínica Odontológica Tipo II; • CEVS 350860301-863-000220-1-2 - Equipamento (Raio X Odontológico); • CEVS 350860301-863-000119-1-6 - Detalhe: 088 - Análise Clínica / Patologia Clínica; • CEVS 350860301-864-000012-1-0 Serviços de Diagnóstico por Imagem sem uso de radiação ionizante - exceto ressonância magnética - Serviço de Ultrassonografia; Registro no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo CRM da Empresa: Nº 944929; Registro do Laboratório de Análises Clínicas no Conselho Regional de Farmácia CRF: Nº 50991; Registro no Conselho Regional de Odontologia do Estado de São Paulo CRO da Empresa: Nº 9917; Registro no Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo CRF da Empresa: Nº 50204; Registro no Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO: Nº 7068-SP; PNCQ - Programa Nacional de Controle de Qualidade: Laboratório de Análises Clínicas Padre Pio - Inscrição 03752. O Laboratório de Análises Clínicas Padre Pio foi inscrito no Programa Nacional de Controle de Qualidade - PNCQ e obteve, no ano de 2014, a classificação de excelente nas determinações das amostras-controle do ensaio de proficiência em suas especialidades. Classificação que havia sido reconhecida em 2008, 2009, 2010, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017. Excelente – PNCQ. CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Certificada por meio da Portaria 877/2012 publicada no DOU do dia 03/09/2012 para o período de 03/09/2012 à 02/09/2015. - Em 30/06/2015, foi protocolado no MDS, o pedido de Renovação do Cebas, que se encontra em análise. - Em 14/08/2018, foi protocolado no MDS, o pedido de Renovação do Cebas, que se encontra em análise. - Em 10/08/2021, foi protocolado no MDS, o pedido de Renovação do Cebas, que se encontra em análise. Os administradores da Fundação "NÃO" são remunerados, bem como não há remuneração, direta ou indireta a conselheiros. **(i) Análises de recuperação ("impairment") de ativos financeiros:** A Fundação João Paulo II revisou seus ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023, incluindo suas contas a receber, para avaliar a necessidade de constituir provisões adicionais de recuperação ("impairment"). Essa análise foi conduzida considerando a situação de risco de crédito e inadimplência corrente conhecidas até o momento. Para ativos financeiros mantidos com instituições financeiras, as marcações a mercado foram realizadas e os impactos reconhecidos no resultado. Para as contas a receber, como resultado dessas análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais. **(ii) Análises de recuperação ("impairment") de ativos não financeiros:** A Fundação João Paulo II fez análise de seus ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023, que são concentrados em estoques, ativo imobilizado e ativo intangível. Como resultado, não foi identificada necessidade de constituição de provisão para nenhum dos ativos relacionados. As premissas utilizadas nas respectivas análises estão descritas nas notas explicativas 7 Estoques, 11 - Ativo imobilizado e Ativo intangível.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis - 2.1. Base de apresentação: A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 02 de abril de 2024. As demonstrações financeiras da Fundação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 1000, aprovada pela Resolução 1.255/2009 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Fundação é o Real (R$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **2.5. Reclassificação de saldos apresentados em 31 de dezembro de 2022:** A entidade revisou suas atividades filantrópicas ao longo do tempo e baseado nesta revisão, observou que seus modelos e atuação sofreram modificações ao longo do tempo, tornando-se preponderante no segmento de educação. Baseado nisso e visando a melhor interpretação de suas transações e atuação, implementou modificações na apresentação de suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, especificamente nas demonstrações do superávit. Essas modificações foram reproduzidas para 2022, para que isso não produzisse erros na comparabilidade entre um exercício e outro. Desta forma as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reclassificadas. Estes ajustes consistiram em revisão da classificação contábil de despesas e realocação de custos com TV educativa. Os efeitos das reclassificações podem ser assim observados:

Fundação João Paulo II

Reapresentação das Demonstrações do Resultado do Exercício de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Apresentado 31/12/2022	Ajustes 31/12/2022	Reclassificado 31/12/2022
Receita bruta de educação	**14.108**	**(1.766)**	**12.342**
Mensalidades alunos pagantes	1.151	(866)	285
Mensalidades concedidas em bolsas de estudos	11.152	886	12.038
Receitas de serviços	1.805	(1.786)	19
(-) Deduções da Receita bruta de educação	-	**(12.058)**	**(12.058)**
Bolsas de estudos concedidas	-	(12.038)	(12.038)
Descontos concedidos	-	-	-
Devolução de mensalidades	-	(20)	(20)
(+) Demais receitas de educação	-	**505**	**505**
Doações	-	505	505
Receita Líquida de Educação	**14.108**	**(13.319)**	**789**
Receita bruta de saúde	7.134	1	7.135
(-) Deduções da Receita bruta de saúde Gratuidade Concedida	-	(7.135)	(7.135)
(+) Demais receitas de saúde	537	(537)	-
Convênios	42	(42)	-
Receita Líquida de Saúde	**7.713**	**(7.713)**	**-**
Receita bruta de assistência social	141.917	30.981	172.898
(-) Deduções da Receita bruta de assistência social	-	(28.738)	(28.738)
(+) Demais receitas de assistência social	-	**1.715**	**1.715**
Convênios Recurso com Restição	-	49	49
Subvenções - Recursos Restritos	-	869	869
Créditos NF Paulista	-	797	797
Receita Líquida de Assistência Social	**141.917**	**3.958**	**145.875**
Receita Bruta das atividades comerciais	15.022	57.436	72.458
Receita Bruta das atividades de serviços	1.648	(379)	1.269
Receita Bruta das atividades pecuarias	-	993	993
Receita Líquida das Outras Atividades	**16.670**	**58.050**	**74.720**
= Receita Líquida	**180.408**	**40.976**	**221.384**
(-) Custo do serviço educacional			
Despesas com pessoal	(11.678)	1.788	(9.890)
Serviços de terceiros	(642)	-	(642)
Material didático	(321)	316	(5)
Alimentação	-	(352)	(352)
Manutenção	-	(206)	(206)
Aluguel de equipamentos	-	(669)	(669)
TV Educativa	-	(42.949)	(42.949)
Demais custos	(13.956)	13.151	(805)
Total Custo do Serviço Educacional	**(26.597)**	**(28.921)**	**(55.518)**
(-) Custo do serviço de saúde			
Despesas com Pessoal	(3.220)	537	(2.684)
Serviços Terceiros	(234)	-	(234)
Demais Custos	(7.955)	7.208	(747)
Total Custo do Serviço de Saúde	**(11.409)**	**7.745**	**(3.664)**
(-) Custo do serviço de assistência social			
Despesas com Pessoal	(9.622)	7.881	(1.741)
Serviços Terceiros	(9.062)	5.211	(3.851)
Demais Custos	(8.948)	6.860	(2.088)
Total Custo do Serviço de Assistência Social	**(27.632)**	**19.952**	**(7.680)**
(-) Custo das atividades não certificáveis			
Rádio e TV	(42.448)	19.315	(23.133)
Comercial	-	(63.086)	(63.086)
Outras atividades	-	-	-
Total Custo das Atividades não Certificáveis	**(42.448)**	**(43.771)**	**(86.219)**
= Superavit Operacional Bruto	**72.322**	**(4.019)**	**68.303**
(-) Despesas operacionais			
Despesas operacionais diversas	-	(4.826)	(4.826)
Despesas administrativas	(63.221)	17.471	(45.750)
Despesas com depreciação / amortização	-	(11.751)	(11.751)
Total Despesas Operacionais	**(63.221)**	**894**	**(62.327)**
(+/-) Resultado Financeiro	**(3.269)**	**-**	**(3.269)**
(+/-) Outras Receitas e Despesas	**35.737**	**3.125**	**38.862**
= Superavit do Exercício	**41.569**	**-**	**41.569**

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Instrumentos financeiros - a) Ativos financeiros não derivativos:** A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Fundação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **b) Ativos financeiros:** Registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **c) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos. **i. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras. **ii. Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2023. **3.2. Ativos Biológicos:** Abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos (CPC – 29 Ativos Biológicos) tais como a criação de animais sendo: matrizes (gado) e gado em formação para abate. Os ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo. São avaliados ao valor de mercado tendo em vista o estágio de formação, sendo mensurados e registrados os valores para colocação no mercado. **3.3. Reconhecimento das receitas e despesas:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **3.4. Imobilizado - a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), acumuladas quando necessário. **b) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.5. Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Administração da Fundação revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "Redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.6. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Administração da Fundação não prática transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **3.7. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.9. Gerenciamento de risco:** A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; e • Risco de crédito. A Fundação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Fundação, as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco na nota 35. **3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **3.11. Demonstração dos fluxos de caixa:** A Administração da Fundação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalente de caixa da Entidade está composto por saldo de recursos em espécie, depósitos bancários a vista e aplicações de curto prazo. São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Os saldos de bancos contam movimento são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Não existem restrições quanto aos recursos classificados em caixa e equivalentes de caixa. A composição é a seguinte:

		2023	2022
Caixas		44	75
Bancos conta Movimento		885	719
Aplicações Financeiras com Restrição		558	6.080
Aplicações Financeiras sem Restrição		1.852	658
Total Caixa e Equivalentes de caixa		**3.339**	**7.532**
Composição dos Caixas		**2023**	**2022**
Tesouraria - fundo fixo	(a)	40	42
Comercial - fundo fixo	(b)	4	33
Total		**44**	**75**
Composição dos Bancos Cta. Movimento		**2023**	**2022**
Bradesco		-	329
Brasil		1	3
Itaú		689	376
Demais Bancos		195	11
Total		**885**	**719**
Aplicações Financeiras Rec. Livres		**2023**	**2022**
Bradesco		1.664	532
Brasil		124	122
Santander		64	4
Total		**1.852**	**658**
Aplicações Financeiras Rec.c/ restrições		**2023**	**2022**
Emenda Parlam. SEDS-PRC-2021-00795	(c)	86	77
Emenda Parlam. SEDS-PRC-2022-00710	(c)	472	5.313
Emenda Parlam. Termo Colab. 006/2022	(c)	-	103
Emenda Parlam. SEDS-PRC-2022-00881	(c)	-	587
Total		**558**	**6.080**

(a) Caixa geral utilizado para despesas de viagem, pequenas despesas e uso nas filiais fora de Cachoeira Paulista.
(b) Referente as atividades da loja outlet de Cachoeira Paulista, quiosques de alimentação e tesouraria da Faculdade.
(c) Refere-se a Recurso com restrição convênio/parcerias/leis de incentivo, descrito em detalhes na nota explicativa nº 17.

5. Contas a receber: A composição dessa rubrica é a seguinte:

		2023	2022
Contas a Receber - Revendas de mercadorias		8.761	9.304
Radio Serrana Nota 9b		600	-
Duplicatas a Receber - Serviços		185	127
Mensalidades de alunos		31	19
Condominio da Fé	(a)	3.401	1.001
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(b)	(513)	(1.168)
Sub Total		**12.465**	**9.283**

(a) Refere-se a saldo a receber em curto prazo, cuja origem advém da venda de unidades do empreendimento "Condomínio da Fé", conforme descrito na nota explicativa 10 (d), o aumento deste saldo se refere a política de venda a prazo das unidades; (b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. A Entidade realizou análise individual dos créditos em abertos, especificamente os vencidos. A abertura do saldo a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023, pelos seus vencimentos, está assim demonstrada:

	2023	2022
A vencer	11.555	8.998
Em Aberto entre 1 e 30 dias	828	375
Em Aberto entre 31 e 60 dias	115	32
Em Aberto entre 61 e 90 dias	46	42
Em Aberto entre 91 e 180 dias	57	121
Em Aberto há mais de 180 dias	515	1.104
(-) Vendas não confirmadas	(138)	(221)
(-) PCLD	(513)	(1.168)
Total Geral	**12.465**	**9.283**

6. Contas a receber de entidades ligadas

		2023	2022
Ativo Circulante			
Duplicatas a Receber - Entidades Ligadas CP	(a)	1.544	1.922
Outras contas a Receber - Entidades Ligadas CP	(b)	-	150
		1.544	**2.072**
Ativo Não Circulante			
Outras contas a Receber - Entidades Ligadas LP	(c)	506	1.159
		506	**1.159**

(a) Refere-se a venda de mercadorias para a Associação Internacional Privada de Fiéis, reembolso de despesas operacionais e parcelamento de débitos diversos renegociados.
(b) Refere-se a venda de cotas do "Sistema Tropical" para a Fundação Jonas Abib, liquidada no exercício de 2023;
(c) Refere-se a acordo para reembolso de despesas operacionais.

7. Estoques

		2023	2022
Mercadorias para revenda		6.080	4.164
Mercadorias em poder de terceiros		-	1
Materias de consumo		458	362
Água envazada - *Mineradora*		609	449
Animais	(a)	265	2.074
Condominio da Fé	(b)	1.034	980
		8.446	**8.030**

(a) Esse estoque é composto basicamente por gado de corte. Está demonstrado pelo valor justo que considera a cotação de mercado deduzido de uma estimativa de custos inerentes à alienação, no exercício de 2023 houve a descontinuidade de operação de algumas fazendas ocasionando a diminuição do saldo;
(b) Refere-se a unidades habitacionais disponibilizadas para venda conforme exposto na NE nº 10 (d). Há acompanhamento de itens de baixo giro, sendo realizados ações para a realização dos mesmos antes da obsolescência. Não foi necessária a constituição de provisão para perdas em 2023.

8. Depósitos Judiciais

	2023	2022
Contingências Tributárias	5.842	5.282
	5.842	**5.282**

Refere-se a recolhimento em juízo do ICMS que está sendo discutido sob aspecto da sua imunidade e já tratado na nota 15. Estes recolhimentos ocorreram em virtude da operação ter mudado temporariamente para o Município de Itapevi, onde não havia cobertura da liminar.

9. Outros ativos do não circulante

		2023	2022
Titulos de Capitalização	(a)	1.061	1.031
Rádio Serrana	(b)	1.512	-
		2.573	**1.031**

(a) Vinculado a instituição financeira de grande porte.
(b) Contrato de cessão de programação FM Campos dos Goytacazes, assinado em 2017 e que devido a seu inadimplemento foi renegociado.

10. Propriedades para Investimentos - A composição desta conta é a seguinte:

		2023	2022
Imóvel Rio de Janeiro	(a)	1.750	1.750
Terreno Paulinia/SP	(b)	1.778	1.778
Terreno Av. Canção Nova	(c)	6.500	6.500
Terreno Av. Maestro Lorena	(e)	4.000	4.000
Imóveis em Vitória da Conquista	(f)	-	1.226
Imóvel em São José dos Pinhais	(g)	96	96
Imóvel em São José do Rio Preto	(h)	1.598	1.598
Imóvel Centro Cachoeira Pta	(i)	281	281
Terreno em Caçapava	(j)	174	174
Apartamentos Maestro Lorena	(k)	1.000	1.000
Apartamento nº 35 Av. Canção Nova Matr. 10054	(l)	130	130
Terreno 002 qd 24 Sito Rua Joaquim F. Jr Cach Paulista	(m)	54	54
Casa de Morada	(n)	97	97
Imóvel em Cotia	(o)	3.192	3.192
Imóvel em Rio Claro	(p)	41	-
Fazenda Bom Pastor	(q)	2.856	-
Fazenda São Bento	(r)	677	-
Fazenda São José	(s)	5.439	-
Sitio Calunguinha	(t)	638	-
Terreno Sob 91 Cond. Nova Cachoeira	(u)	130	-
Terreno Sob 99 Cond. Nova Cachoeira	(u)	130	-
Terreno Sob 97 Cond. Nova Cachoeira	(u)	130	-
Terreno Sob 93 e 95 Cond. Nova Cachoeira	(u)	259	-
Terreno Sob 12 Cond. Nova Cachoeira	(v)	54	-
Terreno Sob 13 e 14 Cond. Nova Cachoeira	(v)	108	-
Terreno Lote 01 Cond.Nova Cachoeira	(w)	56	-
Terreno Lote 02 Cond.Nova Cachoeira	(w)	56	-
Terreno Lote 03 Cond.Nova Cachoeira	(w)	56	-
Terreno Lote 04 Cond.Nova Cachoeira	(w)	56	-
Terreno Lote 05 Cond.Nova Cachoeira	(w)	56	-
Terreno Lote 06 Cond.Nova Cachoeira	(w)	56	-
Terreno Lote 07 Cond.Nova Cachoeira	(w)	56	-
Terreno Lote 08 Cond.Nova Cachoeira	(w)	56	-
Terreno Loteamento Jd. Nova Cachoeira	(w)	900	-
Outros		639	-
(+/ -) Ajuste a Valor Justo		34.783	25.384
		67.882	**47.260**
Condomínio da Fé			
Flat	(d)	1.451	2.058
Garagem	(d)	196	268
(+/ -) Ajuste a Valor Justo	(d)	18.169	25.341
		19.816	**27.667**
Total Propriedades para Investimento		**87.698**	**74.927**

A entidade possui diversos imóveis, não utilizados em suas atividades operacionais e mantidos como investimento avaliados periodicamente a valor justo que representa o valor o valor pelo qual um ativo pode ser negociado. O objetivo está em garantir que a determinação do valor justo ocorra em condições usuais de mercado, ou seja, que fatores que pressionem para a liquidação da transação não interfiram na definição do valor final. O ajuste a valor justo foi apurado mediante a comparação entre o valor registrado e nos preços de mercado atualizados, deduzidos dos custos de corretagem. As variações no valor justo são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício, conforme estabelece o CPC PME Seção 16 Propriedades para Investimento.

Abaixo breve descritivo dos itens classificados como investimento:

(a) Refere-se a imóvel comercial localizado no município do Rio de Janeiro. A entidade está avaliando a possibilidade de alienação deste imóvel;
(b) Refere-se ao terreno localizado no Município de Paulínia no Estado de São Paulo. A Entidade está avaliando a possibilidade de venda deste imóvel;
(c) Refere-se a dois imóveis localizados na Avenida Canção Nova, 195 e área remanescente s/n, Bairro São João, Cachoeira Paulista – SP, registrados sob as matrículas de nº 9.619 e 5.180 do registro de imóveis da comarca de Cachoeira Paulista – SP;
(d) Refere-se a uma operação eventual de permuta de um terreno urbano situado no bairro Alto da Bela Vista, no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com área de 27.760,89m², onde a Fundação João Paulo II mediante Escritura Pública de Permuta transferiu provisoriamente os direitos sobre este imóvel tendo como contrapartida o recebimento livre e desembaraçado de unidades autônomas que irão perfazer o equivalente a 22% (vinte e dois por cento) da área privativa de vendas do empreendimento denominado Condomínio da Fé, convertidos em unidades habitacionais autônomas e vagas de garagem, sendo certo que o empreendimento será composto de 5 (cinco) torres de 12 (doze) pavimentos cada, com área total construída de 38.964,38 m², que totalizam 1.223 (mil, duzentas e vinte e três) unidades imobiliárias autônomas, sendo 1.000 (mil) na modalidade Kitnet e 223 (duzentos e vinte e três) na modalidade apartamento de um dormitório. O projeto ainda previu a criação de 1.013 (mil e treze) vagas de garagem que serão dispostas em 2 edifícios garagem, sendo 993 (novecentos e noventa a três) vagas comuns e 20 (vinte) vagas especiais.
Grande parte da obra encerrou-se em dezembro de 2021, sendo que a entrega ocorreu a partir do segundo semestre de 2022. A contrapartida para a FJPII se concretizou com a transferência de 270 unidades habitacionais, mais 165 vagas de garagem. Neste período a FJPII negociou 82 unidades e 53 vagas de garagem, ficando em seu poder 188 unidades e 112 vagas de garagem.
No ano de 2022 a obra foi finalizada e ocorreu a entregas das chaves, tanto para os mutuários como para a FJPII, desta forma os imóveis já adquiridos foram devidamente transferidos para seus compradores e reconhecida a receita. Das unidades ainda não comercializadas a Administração da FJPII deliberou que as mesmas poderiam ser alienadas de forma gradual em no mínimo 5 anos. Desta forma procedeu-se a transferência de 49 Unidades habitacionais e de 49 unidades de garagem para o estoque ao valor de custo de Aquisição. Quanto as demais unidades foram mantidas em investimento com seu valor mensurado pelo valor justo.
(e) Refere-se um terreno de 20.525 m² localizado no município de Cachoeira Paulista – SP, cadastrado sob número 02.160.0135.001 adquirido em 20/01/2020;
(f) Refere-se a 06 lotes de terra localizados no município de Vitória da Conquista – BA, que estavam sendo utilizados para a instalação de uma torre e transmissor de radiodifusão e que devido a necessidades técnicas foram desativados.
(g) Refere a terreno de 36.000 m² localizado em São José dos Pinhais, que não está sendo utilizado nas atividades operacionais;
(h) Refere-se 05 lotes de terra localizados no Município de São José do Rio Preto, que não estão sendo utilizados nas atividades operacionais da Entidade.
(i) Imóvel situado nesta cidade à Rua Coronel Domiciano, esquina com a Rua João Marcondes, com edificação de um prédio comercial com dois pavimentos que se encontrado alugado ao Ministério Público do Estado de São Paulo;
(j) Terreno urbano situa a Rua do Porto Município de Caçapava, com área de 21.619,92m², registrado sob matrícula 14881. Neste local funcionou um transmissor de rádio;
(k) Referem-se a 8 apartamentos (matr. 9348 a 9351 e 9360 a 9363), situados na Av. Maestro Lorena, que foram adquiridos junto ao imóvel "TERRENO destacado no item (e), desmembrado de área maior, de formato irregular, com área de 14.939,52m², constituído de parte da área, que totaliza 17.497,58m², matrícula 8551";
(l) Recebimento em doação de 01 (um) apartamento (nº 35, 3º pavimento, cadastrado na Prefeitura de Cachoeira Paulista sob o nº 02.159.0295.012, matrícula nº 10.054 RI Cachoeira Paulista - SP) e 01 (uma) unidade de garagem (nº 24, cadastrado na Prefeitura de Cachoeira Paulista sob o nº 02.159.0295.069, matrícula nº 10.111 RI Cachoeira Paulista-SP), ambos situados na Avenida Canção Nova, nº 250, Bairro São João, na Cidade de Cachoeira Paulista-SP;
(m) Lote de terreno sob nº 02 da quadra 24, situado em Cachoeira Paulista SP, à Rua Joaquim Ferreira Júnior, medindo 10,00 metros de frente, igual largura nos fundos, por 30,00 metros de ambos os lados, da frente aos fundos, encerrando 300,00m². O referido imóvel está devidamente registrado na matrícula 6.005 do Cartório de Registro de Imóveis de Cachoeira Paulista/SP. Está devidamente cadastrado na Prefeitura de Cachoeira Paulista sob código 010100467001;
(n) Terreno sob n.03 da quadra 24, do loteamento denominado Parque Primavera, com frente para a Rua Joaquim Ferreira Júnior, medindo dito lote 10,00m (dez metros) de frente, 10,00m (dez metros) de largura nos fundos, por 30,00m (trinta metros) de ambos os lados, da frente aos fundos, encerrando 300,00m². O referido imóvel está devidamente registrado na matrícula 2.092 do Cartório de Registro de Imóveis de Cachoeira Paulista/SP. Está devidamente cadastrado na Prefeitura de Cachoeira Paulista sob código 010190307001;
(o) Uma Área de Terras, designada como Área A-5, situada no Bairro Casa Branca, com área de 36.275,00m², na cidade, distrito, município e comarca de Cotia/SP – matrícula 49683, neste imóvel estava instalado o transmissor de rádio.
(p) Imóvel situado no município de Rio Claro, situado a Rua Saibreiro 2 número 287 matrícula 8.325, recebido em herança conforme testamento que se encontra alugado para terceiros.
(q) Valor referente a glebas de terra localizadas no município de Cachoeira Paulista denominadas fazenda Bom Pastor, que em 2023 deixaram de integrar o ativo permanente devido a descontinuidade da atividade pecuária.
(r) Valor referente a glebas de terra localizadas no município de Cachoeira Paulista denominadas Fazenda São Bento, que em 2023 deixaram de integrar o ativo permanente devido a descontinuidade da atividade pecuária.
(s) Valor referente a glebas de terra localizadas no município de Cachoeira Paulista denominadas Fazenda São José, que em 2023 deixaram de integrar o ativo permanente devido a descontinuidade da atividade pecuária.
(t) Valor referente a glebas de terra localizadas no município de Silveiras denominadas Sítio Calunguinha, que em 2023 deixaram de integrar o ativo permanente devido a descontinuidade da atividade pecuária.
(u) Quatro terrenos localizados na Avenida Sarah Kubitschek no município de Cachoeira Paulista
(v) Três terrenos localizados na Avenida Ovídio Alves Capucho no município de Cachoeira Paulista SP
(w) Dezesseis lotes localizados no Condomínio Nova Cachoeira localizados no município de Cachoeira Paulista SP

10.1. Resumo da movimentação dos investimentos em 31/12/2023

Investimento	Custo 31/12/2022	+/- Ajuste Valor Justo até 12/2022	Valor Líquido 31/12/2022	Adições	Baixas	Transf. Imobilizado (a)	+/- Ajuste Valor Justo	Saldo dez-23
Terreno de Paulinia	1.778	5.059	6.837	-	-	-	1.656	8.493
Terreno Av. Canção Nova 195	6.500	(778)	5.722	-	-	-	188	5.910
Terreno Av: Maestro Lorena s/n	4.000	17	4.017	-	-	-	496	4.513
Imóvel Rio de Janeiro - Ed. Buenos Aires	1.750	230	1.980	-	-	-	103	2.083
Imóvel em Vitória da Conquista/BA	1.227	4.991	6.218	-	(1.025)	(202)	(4.991)	-
Imóvel em São Jose dos Pinhais /PR	96	4.750	4.846	-	-	-	323	5.169
Imóvel em São Jose do Rio Preto/SP	1.598	4.193	5.791	-	-	-	56	5.847
Terreno em Caçapava /SP	173	4.925	5.098	-	-	-	10	5.108
Apartamentos Av. Maestro Lorena	1.000	(276)	724	-	-	-	2	726
Imóvel centro Cach.Pta	281	508	789	-	-	-	4	793
Terreno 02 QD 24 R. Joaquim Ferreira Jr	54	146	200	-	-	-	8	208
Casa de Morada	97	103	200	-	-	-	8	208
Terreno Cotia	3.192	1.277	4.469	-	-	-	74	4.543
Apartamento Av. Canção Nova	130	240	370	-	-	-	7	377
Fazenda Aguada	-	-	-	-	-	2.855	1.278	4.133
Fazenda São Bento	-	-	-	-	-	677	1.012	1.689
Fazenda São José	-	-	-	-	-	5.439	4.483	9.922
Sítio Calunguinha	-	-	-	-	-	638	64	702
Terreno SOB 91 Av. Sarah Kubistschek	-	-	-	-	-	130	155	285
Terreno SOB 99 Av. Sarah Kubistschek	-	-	-	-	-	130	188	318
Terreno SOB 97 Situado Av.Sarah Kubistschek	-	-	-	-	-	130	188	318
Terreno SSOB 93 e 95 Av.Sarah Kubistschek	-	-	-	-	-	259	325	584
Terreno SOB 12 Rua Ovidio Alves Capucho	-	-	-	-	-	54	153	207
Terreno SOB 13 e 14 Rua Ovidio Alves Capucho	-	-	-	-	-	108	277	385
Terreno Lote 01 Nº 08 Q02 Rua Giuliana	-	-	-	-	-	56	139	195
Terreno Lote 02 Q2 Nº 09 Rua Giuliana	-	-	-	-	-	56	139	195
Terreno Lote 03 Q2 Nº 10 Rua Giuliana	-	-	-	-	-	56	139	195
Terreno Lote 04 Q2 Nº 11 Rua Giuliana	-	-	-	-	-	56	139	195
Terreno Lote 05 Q2 Nº 12 Rua Giuliana	-	-	-	-	-	56	139	195
Terreno Lote 06 Q2 Nº 13 Rua Giuliana	-	-	-	-	-	56	139	195
Terreno Lote 07 Q2 Nº 14 Rua Giuliana	-	-	-	-	-	56	139	195
Terreno Lote 08 Q2 Nº 15 Rua Giuliana	-	-	-	-	-	56	139	195
16 Terreno Loteamento Jardim Nova Cachoeira	-	-	-	-	-	900	2.219	3.119
Imóvel em Rio Claro	-	-	-	41	-	-	-	41
Outros	-	-	-	-	-	639	-	639
Flat Cond. Fé	2.058	23.541	25.599	-	(608)	-	(6.700)	18.291
Garagem Cond. Fé	268	1.800	2.068	5	(76)	-	(471)	1.526
Saldo Final	**21.876**	**50.726**	**74.927**	**46**	**(1.709)**	**12.206**	**2.227**	**87.698**

(a) No decorrer do exercício a entidade reavaliou suas operações, principalmente no que tange as atividades rurais, descontinuando partes desta operação e devido e este motivo transferiu imóveis que antes estavam classificados em imobilizado para investimentos. Este estudo teve abrangência a demais imóveis que no momento não fazem parte das atividades operacionais.

10.2. Resumo da movimentação dos investimentos em 31/12/2022

Investimento	Custo 31/12/2021	+/- Ajuste Valor Justo até 12/2021	Valor Líquido 31/12/2021	Adições	Baixas	Transf. Imobilizado	Transf. p/ estoque.	+/- Ajuste Valor Justo	Saldo dez-21
Terreno de Paulinia	1.778	4.648	6.426	-	-	-	-	411	6.837
Terreno Condominio da fé	5.082	-	5.082	-	(2.756)	-	(2.326)	-	-
Terreno Av. Canção Nova 195	6.500	(844)	5.656	-	-	-	-	66	5.722
Terreno Av: Maestro Lorena s/n	-	-	-	4.000	-	-	-	17	4.017
Imóvel Rio de Janeiro - Ed. Buenos Aires	1.750	35	1.785	-	-	-	-	195	1.980
Imóvel em Vitória da Vonquista/BA	1.227	4.467	5.694	-	-	-	-	524	6.218
Imóvel em São Jose dos Pinhais /PR	96	4.513	4.609	-	-	-	-	237	4.846
Imóvel em São Jose do Rio Preto/SP	1.598	3.590	5.188	-	-	-	-	603	5.791
Terreno em Caçapava /SP	173	4.738	4.911	-	-	-	-	187	5.098
Apartamentos av. Maestro Lorena	1.000	(335)	665	-	-	-	-	59	724
Imóvel Centro Cach.Pta	281	423	704	-	-	-	-	85	789
Terreno 02 QD 24 R. Joaquim Ferreira Jr	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**54**	**-**	**146**	200
Casa de Morada	-	-	-	-	-	97	-	103	200
Terreno Cotia	-	-	-	-	-	3.192	-	1.277	4.469
Apartamento Av. Canção Nova	-	-	-	130	-	-	-	240	370
Flat Cond. Fé	-	-	-	-	-	-	2.058	23.541	25.599
Garagem Cond. Fé	-	-	-	-	-	-	268	1.800	2.068
Saldo Final	**19.485**	**21.235**	**40.720**	**4.130**	**(2.756)**	**3.343**	**-**	**29.491**	**74.927**

Demonstrações dos superávits dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	Reclassificado 31/12/2022
Receita bruta de educação		**12.589**	**12.342**
Mensalidades alunos pagantes	21a	585	285
Mensalidades concedidas em bolsas de estudos	21a	11.953	12.038
Receitas de serviços		51	19
(-) Deduções da Receita bruta de educação		**(11.966)**	**(12.058)**
Bolsas de estudos concedidas	21a	(11.953)	(12.038)
Devolução de mensalidades		(13)	(20)
(+) Demais receitas de educação		**84**	**505**
Doações		84	505
Receita líquida de educação		**707**	**789**
Receita bruta de saúde	22	**8.037**	**7.135**
(-) Deduções da Receita bruta de saúde Gratuidade Concedida	22	(8.037)	(7.135)
(+) Demais receitas de saúde		**3.280**	**-**
Doações Condicionais - Recurso com Restrição		3.280	-
Receita líquida de saúde		**3.280**	**-**
Receita bruta de assistência social	23a	**174.575**	**172.898**
(-) Deduções da Receita bruta de assistência social	23a	(29.060)	(28.738)
(+) Demais receitas de assistência social		**2.073**	**1.715**
Convênios Recurso com Restrição	17d	107	49
Subvenções - Recursos Restritos	17a	962	869
Créditos NF Paulista		1.004	797
Receita líquida de assistência social		**147.588**	**145.875**
Receita Bruta das atividades comerciais	24	71.719	72.458
Receita Bruta das atividades de serviços		895	1.269
Receita Bruta das atividades pecuárias		2.195	993
Receita líquida das outras atividades		**74.809**	**74.720**
= Receita líquida		**226.384**	**221.384**
(-) Custo do serviço educacional			
Despesas com pessoal		(11.319)	(9.890)
Serviços de terceiros		(903)	(642)
Material didático		(166)	(5)
Alimentação		(454)	(352)
Manutenção		(405)	(206)
Aluguel de equipamentos		(1.577)	(669)
TV Educativa	25	(39.778)	(42.949)
Demais custos		(811)	(805)
Total custo do serviço educacional		**(55.413)**	**(55.518)**
(-) Custo do serviço de saúde			
Despesas com Pessoal		(3.208)	(2.684)
Serviços Terceiros		(290)	(234)
Demais Custos		(871)	(747)
Total custo do serviço de saúde		**(4.369)**	**(3.665)**
(-) Custo do serviço de assistência social			
Despesas com Pessoal		(2.009)	(1.741)
Serviços Terceiros		(3.710)	(3.851)
Demais Custos		(2.382)	(2.088)
Total custo do serviço de assistência social		**(8.101)**	**(7.680)**
(-) Custo das atividades não certificáveis			
Rádio e TV	26a	(26.147)	(23.133)
Comercial	26b	(67.243)	(63.086)
Demais Atividades		(26)	-
Total custo das atividades não certificáveis		**(93.416)**	**(86.219)**
= Superávit operacional bruto		**65.085**	**68.302**
(-) Despesas operacionais			
Despesas operacionais diversas	27a	(4.552)	(4.826)
Despesas administrativas	27b	(46.545)	(45.750)
Despesas com depreciação / amortização	11	(11.359)	(11.751)
Total despesas operacionais		**(62.456)**	**(62.327)**
(+/-) Resultado financeiro	28	**(4.909)**	**(3.269)**
(+/-) Outras receitas e despesas	29	**16.952**	**38.862**
(+/-) Isenções usufruídas	31		
Renúncia fiscal obtida - IRPJ-CSLL		3.521	9.977
Renúncia fiscal obtida - INSS		14.455	12.980
Renúncia fiscal obtida - COFINS		7.024	6.963
Renúncia fiscal obtida - Pis folha de salários		571	493
Serviço Voluntário		12.640	12.537
(-) Renúncia fiscal obtida - IRPJ-CSLL		(3.521)	(9.977)
(-) Renúncia fiscal - INSS		(14.455)	(12.980)
(-) Renúncia fiscal - COFINS		(7.024)	(6.963)
(-) Renúncia fiscal - Pis folha de salários		(571)	(493)
Serviço Voluntário		(12.640)	(12.537)
= Superávit do exercício		**14.672**	**41.568**

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Superávit do exercício	14.672	41.568
Outros resultados abrangentes	2.611	887
Resultado abrangente do exercício	**17.283**	**42.455**

Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**142.751**	**55.000**	**17.398**	**215.149**
Transferência para Patrimônio Social	17.398	-	(17.398)	-
Realização da Reavaliação (custo atribuído)	887	(887)	-	-
Superávit do Exercício	-	-	41.568	41.568
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**161.036**	**54.113**	**41.568**	**256.717**
Transferência para Patrimônio Social	41.568	-	(41.568)	-
Realização da Reavaliação (custo atribuído)	2.611	(2.611)	-	-
Superávit do Exercício	-	-	14.672	14.672
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**205.215**	**51.502**	**14.672**	**271.389**

Demonstrações do fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de /2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Das atividades operacionais			
Superávit do Exercício		14.672	41.568
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações e Amortizações	11	11.359	11.751
Provisão para Contingências	19	58	188
Custo Residual do Ativo Imobilizado Baixado	11	1.403	5.718
Baixa de Investimento	10	1.709	2.756
Ajuste ao Valor Justo Propriedade para Investimento	10	(2.227)	(29.491)
Ajuste Impairment (bens do imobilizado)	11	205	1.445
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a Receber	5	(3.182)	1.696
Contas a Receber - Entidades Ligadas	5	1.181	510
Estoques	7	(416)	2.249
Outros Créditos Ativo Circulantes e Não Circulantes		(2.213)	(622)
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores		(581)	(5.845)
Obrigações Trabalhistas	14	724	1.093
Entidades Ligadas a Pagar	13	(143)	(247)
Obrigações Tributárias	15	3.094	3.658
Contas a Pagar	16	(4.206)	76
Receitas a Apropriar	18	3.611	(11.818)
Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes		224	6.326
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**25.272**	**31.011**
Das atividades de investimento			
Aquisições de Investimentos	10	(46)	(4.130)
Aquisições de Imobilizado e Intangível	11	(28.502)	(17.137)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(28.548)**	**(21.267)**
Das atividades de financiamento com acionistas			
Amortização Líquida de Empréstimos e Financiamentos	12	(917)	(7.352)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(917)**	**(7.352)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(4.193)**	**2.392**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	7.532	5.140
No fim do exercício	4	3.339	7.532
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(4.193)**	**2.392**

11. Imobilizado e intangível líquidos - A composição dessa rubrica é a seguinte:

Descrição		Tx. Anual Deprec.	31/12/2023 Total	31/12/2022 Total
Imobilizado Tangível				
Terrenos		-	32.584	31.517
Edificações		2%	63.369	64.506
Fazendas		-	-	11.697
Imóveis em Comodato		20%	61.119	60.523
Veículos		20%	6.740	6.054
Móveis e Utensílios		10%	5.112	4.823
Máquinas e Acessórios		10%	1.001	1.123
Equipamentos e Instalações		10%	53.482	52.061
Aparelhos e Ferramentas		10%	24.610	24.599
Equipamentos Proc. Dados		20%	17.504	17.072
Equipamentos Musicais		10%	288	288
Benfeitorias em Imóveis de 3s		4%	2.213	2.213
Animais Vivos		14%	1.701	1.602
Equipamentos Digitais		7%	51.239	47.470
Arrend. Merc. Informática		10%	1.863	516
Veículos em comodato		20%	118	117
Tratores		6,67%	1.224	1.224
Construção em andamento	(a)	-	19.396	9.093
Adiantamentos para terceiros	(b)	-	16.082	14.206
Depreciações			(138.559)	(127.882)
Total Imobilizado Tangível			**221.085**	**222.822**
Imobilizado Vinculado				
Imobilizados Vinculados		10%	6.588	680
Depreciações			(523)	(416)
Total Imobilizado Vinculado			**6.065**	**264**
Imobilizado Intangível				
Software		20%	3.082	3.250
Concessão de Rádio e TV		-	7.004	7.004
Direito de Uso de Outorga de 3s		-	135	135
Marcas e Patentes		-	263	263
Amortização		-	(2.430)	(1.861)
Total Imobilizado Intangível			**8.055**	**8.791**

(a) Prédio da Faculdade (R$ 9.559). Prédio TV CN (R$ 5.982), Sala dos Milagres R$ (144); Casa Bom Samaritano (380); Telhado Call Center (70); Ambulatório Centro Médico (3.261)
(b) Importações em Andamento (R$ 918), Equipamentos em Montagem (R$ 3.692), Arrend. Merc Informática (2.785); Adiant Compra Equip. (792); Energia Solar (R$ 6.497), Torre de Retransmissora (R$ 62), Consórcios (R$ 1.336).

11.1. Resumo da movimentação do imobilizado e intangível em 31/12/2023

Descrição	Custo 31/12/2022	Depreciação Até 2022	Adições	Custo Res. Ativo Baixado	Transf.	Impairment	(-) Transf p/ Invest.	Depreciação 2023	31/12/2023
Imobilizado Tangível									
Terrenos	31.517	-	-	-	3.227	-	(2.160)	-	32.584
Edificações	64.507	(12.951)	-	-	-	-	(1.138)	(1.622)	48.796
Fazendas	11.697	-	-	-	(3.227)	-	(8.470)	-	-
Imóveis em Comodato	60.523	(5.332)	-	-	599	(205)	201	(825)	54.962
Veículos	6.054	(4.090)	505	(4)	185	-	-	(361)	2.289
Móveis e Utensílios	4.823	(3.901)	166	(6)	129	-	-	(218)	993
Máquinas e Acessórios	1.123	(886)	-	-	-	-	(122)	(90)	25
Equipamentos e Instalações	52.061	(40.778)	1.189	(189)	762	-	(341)	(2.544)	10.160
Aparelhos e Ferramentas	24.599	(23.943)	11	(1)	-	-	-	(172)	495
Equipamentos Proc. Dados	17.072	(16.505)	436	(4)	-	-	-	(384)	615
Equipamentos Musicais	288	(288)	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em Imóveis de 3s	2.213	(1.451)	-	-	-	-	-	(79)	683
Animais Vivos	1.602	(828)	416	(317)	-	-	-	(240)	633
Equipamentos Digitais	47.470	(15.931)	996	(152)	2.925	-	-	(3.961)	31.347
Arrend. Merc. Informática	516	(433)	(1)	-	1.348	-	-	(98)	1.332
Veículos em comodato	118	(86)	-	-	-	-	-	(12)	20
Tratores	1.224	(479)	-	-	-	-	-	(71)	674
Construção em andamento (a)	9.092	-	10.903	-	**(599)**	-	-	-	19.396
Adiantamentos para terceiros (b)	14.205	-	7.966	(564)	(5.349)	-	(177)	-	16.082
Total Imobilizado Tangível	**350.704**	**(127.882)**	**22.588**	**(1.236)**	**-**	**(205)**	**(12.206)**	**(10.677)**	**221.085**
Imobilizado Vinculado									
Imobilizados Vinculados	680	(416)	5.908	(1)	-	-	-	(107)	6.065
Total Imobilizado Vinculado	**680**	**(416)**	**5.908**	**(1)**	**-**	**-**	**-**	**(107)**	**6.065**
Intangível									
Software	3.250	(711)	6	(167)	-	-	-	-	2.378
Concessão de Rádio e TV	7.003	(1.149)	-	-	-	-	-	(575)	5.279
Direito de Uso de Outorga de 3s	135	-	-	-	-	-	-	-	135
Marcas e Patentes	263	-	-	-	-	-	-	-	263
Total Intangível	**10.651**	**(1.860)**	**6**	**(167)**	**-**	**-**	**-**	**(575)**	**8.055**
Total Líquido	**362.035**	**(130.158)**	**28.502**	**(1.403)**	**-**	**(205)**	**(12.206)**	**(11.359)**	**235.205**

(a) Prédio da Faculdade (R$ 9.559). Prédio TV CN (R$ 5.982), Sala dos Milagres R$ (144); Casa Bom Samaritano (380); Telhado Call Center (70); Ambulatório Centro Médico (3.261)
(b) Importações em Andamento (R$ 918), Equipamentos em Montagem (R$ 3.692), Arrend. Merc Informática (2.785); Adiant Compra Equip. (792); Energia Solar (R$ 6.497), Torre de Retransmissora (R$ 62), Consórcios (R$ 1.336).

11.2. Resumo da movimentação do imobilizado e intangível em 31/12/2022

Descrição	31/12/2021	Depreciação Até 2021	Adições	Custo Res. Ativo Baixado	Transf.	Impairment	(-) Transf p/ Invest.	Depreciação 2022	31/12/2022
Imobilizado Tangível									
Terrenos	32.340	-	-	(526)	-	(226)	(27)	-	31.561
Edificações	62.531	(11.293)	-	(17)	3.335	(1.219)	(124)	(1.703)	51.510
Fazendas	11.697	-	-	-	-	-	-	-	11.697
Imóveis em Comodato	63.785	(4.575)	-	-	-	-	(3.192)	(827)	55.191
Veículos	5.534	(4.094)	544	(54)	335	-	-	(300)	1.965
Móveis e Utensílios	4.641	(3.771)	251	(3)	-	-	-	(197)	921
Máquinas e Acessórios	1.134	(800)	-	-	-	-	-	(97)	237
Equipamentos e Instalações	52.111	(39.332)	1.066	(88)	331	-	-	(2.806)	11.282
Aparelhos e Ferramentas	26.400	(25.554)	6	(16)	-	-	-	(180)	656
Equipamentos Proc. Dados	17.703	(16.702)	43	-	-	-	-	(477)	567
Equipamentos Musicais	292	(289)	-	-	-	-	-	(1)	2
Benfeitorias em Imóveis de 3s	4.261	(2.313)	-	(1.058)	-	-	-	(127)	763
Animais Vivos	2.524	(875)	859	(1.451)	-	-	-	(282)	775
Equipamentos Digitais	45.030	(12.324)	1.260	(288)	1.569	-	-	(3.709)	31.538
Arrend. Merc. Informática	516	(334)	-	-	-	-	-	(100)	82
Veículos em comodato	117	(74)	-	-	-	-	-	(12)	31
Tratores	889	(530)	331	-	108	-	-	(54)	744
Construção em andamento	6.323	-	5.981	-	(3.210)	-	-	-	9.094
Adiantamentos para terceiros	11.022	-	6.676	(1.024)	(2.468)	-	-	-	14.206
Total Imobilizado Tangível	**348.850**	**(122.860)**	**17.017**	**(4.525)**	**-**	**(1.445)**	**(3.343)**	**(10.872)**	**222.822**
Imobilizado Vinculado									
Imobilizados Vinculados	570	(377)	120	(1)	-	-	-	(48)	264
Total Imobilizado Vinculado	**570**	**(377)**	**120**	**(1)**	**-**	**-**	**-**	**(48)**	**264**
Intangível									
Software	3.324	(718)	-	(50)	-	-	-	(16)	2.540
Concessão de Rádio e TV	7.004	(575)	-	-	-	-	-	(575)	5.854
Direito de Uso de Outorga de 3s	2.238	(721)	-	(1.142)	-	-	-	(240)	135
Marcas e Patentes	263	-	-	-	-	-	-	-	263
Total Intangível	**12.829**	**(2.014)**	**-**	**(1.192)**	**-**	**-**	**-**	**(831)**	**8.791**
TOTAL LÍQUIDO	**362.249**	**(125.251)**	**17.137**	**(5.718)**	**-**	**(1.445)**	**(3.343)**	**(11.751)**	**231.877**

11.3. Imobilizado Com Restrição: Trata-se dos valores recebidos de subvenção governamental em que o objeto é a aquisição de ativos permanentes, de acordo com o Artigo 15ada NBCTG07(R2) "Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo".

Os saldos desta conta estão assim Demonstrados:

	2023	2022
Convênio 775279/2012 Equiptos Posto Médico	110	151
Emenda 15913 - Equiptos Inform. Social	89	113
Emenda 45713 - Vans transporte Social	543	-
Emenda 39331 - Poliesportivo	5.236	-
Emenda 39090 - Veículos - Caminhonete Social	87	-
	6.065	**264**

12. Empréstimos e financiamentos - A composição dessa rubrica é a seguinte:

Instituição	Tipo	Tx. Média Bancária	2023	2022	Garantia	Data de Vencimento
Bradesco S/A	INVESTIMENTOS	1,23% a.m	3.158	5.421	Bens Adquiridos	dez/24
Bradesco S/A	Capital de Giro	0,90%a.m	318	3.693	Aval - Administ.	jan/24
Bradesco S/A	Capital de Giro	-	-	2.950	Aval - Administ.	Encerrado
Brasil	GIRO FLEX	CDI + 4,25% a.a	7.500	-	avalista	jul/27
HP Financial	INVESTIMENTOS	1,311150 a.m	2.809	-	Arrendmento mercantil	abr/28
HP Financial	INVESTIMENTOS	1,311150 a.m	847	-	Arrendmento mercantil	set/28
Bancos Credores			-	3.760	Saldos Credores em Conta Corrente	
Consórcio			26	64	Veículos	
Rohde & Schwarz			885	99	Equipamentos	abr/24
Leasin Deustshe			566	1.039	Equipamentos	dez/24
Total			**16.109**	**17.026**		
Circulante			**7.718**	**13.033**		
Não circulante			**8.391**	**3.993**		

13. Entidades ligadas a pagar

		2023	2022
Passivo Circulante			
Comunidade Canção Nova	(a)	2.396	2.539
		2.396	2.539

(a) Refere-se a acordos operacionais e de negociação de direitos autorais e uso da Marca Canção Nova, firmados com a Associação Internacional Privada de Fiéis;

14. Obrigações trabalhistas e encargos sociais - A composição dessa rubrica é a seguinte:

	2023	2022
Salários e Ordenados a Pagar	2.372	2.313
INSS a Recolher	479	398
FGTS a Recolher	517	465
Benefícios aos Empregados a Pagar	123	91
Provisão de Férias e Encargos Sociais	4.940	4.429
Outros Encargos a Pagar	25	36
	8.456	**7.732**

15. Obrigações tributárias - A composição dessa rubrica é a seguinte:

	2023	2022
ICMS Partilha DIFAL	310	367
ICMS ST	212	178
Parcelamento do ICMS (b)	1.022	925
IRRF a Recolhe	570	514
ISS Retido Ns Fonte	57	50
PIS/Cofins/CSLL Retido na fonte	59	72
Contribuição Sindical a Recolher	3	3
(-) Juros a transcorrer	(298)	(180)
Total Circulante	**1.935**	**1.929**
ICMS Depósito Judicial (a)	26.177	23.245
(-) Juros a transcorrer	(199)	(355)
Total Não Circulante	**25.978**	**22.890**

a) Em 27/06/2017 foi publicada liminar que acolhe o mandado de segurança processo nº: 1000809-65.2017.8.26.0102, acolhendo a isenção quanto a cobrança do ICMS, tendo em vista se tratar de entidade filantrópica de caráter social, portadora do CEBAS, e que atende os requisitos do artigo 150, VI "c", da Constituição Federal. Mesmo com a decisão favorável a Entidade mantém a provisão contábil enquanto permanecer em vigência a referida liminar e até o trânsito em julgado. Esse passivo contempla todos os acréscimos legais previstos na legislação tributária. Os consultores jurídicos entendem que são boas as perspectivas que envolvem a discussão dessa demanda.

continua...

INÊS249

...continuação

Fundação João Paulo II - CNPJ nº 50.016.039/0001-75

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro e 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

b) *Refere-se ao período em que as operações comerciais foram transferidas para o Município de Itapevi, onde não havia cobertura da liminar*

16. Contas a pagar - A composição dessa rubrica é a seguinte:

		2023	2022
Contas de Consumo (água, luz, demais prediais)		1.315	1.306
Terrenos	(a)	1.163	4.215
Total Circulante		**2.478**	**5.521**
Terrenos (a)		5.186	6.349
Total Não Circulante		**5.186**	**6.349**
		7.664	**11.870**

Refere-se a saldo a pagar pela compra de 2 imóveis situados em Cachoeira Paulista no valor total de R$ 6.500.000, que será liquidado em 48 parcelas iguais no valor de 135.416,67 cada. Em 2020 foi adquirido um novo terreno também em Cachoeira Paulista pelo valor de R$ 10.000.000,00 a ser pago em 120 parcelas, sendo 115 parcelas de R$ 83.000,00 e cinco parcelas de R$ 91.000,00.

17. Recursos de Convênio

Descrição Custo		Saldos em 31/12/2022	Valores Recebidos Repasses	Rendimentos Financeiros	Consumo e Imobilizações	Saldos em 31/12/2023
FUMCAD	(a)	-	904	58	(962)	-
Emenda Parlam. SEDS-PRC-2021-00795	(b)	77	-	9	-	86
Emenda Parlam. SEDS-PRC-2022-00710	(c)	5.313	-	353	(5.236)	430
Emenda Parlam. Termo Colab. 006/2022	(d)	103	-	4	(107)	-
Emenda Parlam. SEDS-PRC-2022-00881	(e)	587	-	3	(590)	-
Projetos a Executar		**6.080**	**904**	**427**	**(6.895)**	**516**

(a) **FUMCAD** - Em 2023 a Entidade firmou parceria com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Cachoeira Paulista e, através da lei de incentivo fiscal do imposto de renda da pessoa física, angariou recursos para aplicação em projetos sociais voltados a atendimento de crianças e adolescentes. Estes recursos estão depositados em conta corrente e aplicados em CDB, sua aplicação na finalidade do convênio ocorreu dentro do próprio exercício, conforme plano de trabalho. O Saldo de R$ 903.711, adicionado de seus rendimentos de aplicação foi integralmente aplicado nos objetivos do Convênio.

(b) **Emenda Parlamentar processo SEDS-PRC-2021-00795-DM (Demanda 012292)**, no valor de R$ 71.187, recebido em 28/03/22, para aquisição de equipamentos (ref. salas multimídias) para as unidades do Progem, Cia de Artes e esportes e CAC. Essa emenda ainda não foi executada devido a dificuldades com os orçamentos dos equipamentos que saíram de linha, estamos aguardando prorrogação do prazo da vigência, para que possamos executá-la e o saldo para o próximo exercício é de R$ 86.431.

(c) **Emenda Parlamentar processo SEDS-PRC-2022-00710-DM – Aditamento processo 2022/02130 (Demanda 039331)**, no valor de R$ 4.999.528 recebido em 01/07/22, para execução de Obra da Reforma da Quadra Poliesportiva e área de apoio, na unidade da Cia de Artes e Esportes. Esta emenda ainda não foi executada e o saldo para o próximo exercício é de R$ 429.148.

(d) **Emenda Parlamentar (modalidade Fundo a Fundo), Termo de Colaboração 006/2022**, no valor de R$ 100.000 recebido em 26/09/22, para aquisição de um veículo (Pick-up Strada) para atender a demanda das unidades do Progem, Cia de Artes e Esportes e CAC. Esta emenda foi totalmente executada não restando saldo para o exercício seguinte.

(e) **Emenda Parlamentar processo SEDS-PRC-2022-00881-DM (Demanda 045713)**, no valor de R$ 587.000 recebido em 29/12/22, para aquisição de veículos (2 Vans Sprinter) para realizar o transporte dos alunos das unidades do Progem, Cia de Artes e Esportes e CAC. Esta emenda foi totalmente executada não restando saldo para o exercício seguinte.

18. Receitas a apropriar

	2023	2022
Condomínio da Fé CP	6.842	3.803
(-) PLCD Cond. Fé	(429)	(1.001)
Total	**6.413**	**2.802**

Os valores apropriados nesta rubrica se referem a unidades negociadas em que o comprador ainda não retirou as chaves e consequentemente não realizou os trâmites referente a transferência de titularidade.

Valores Receita a Apropriar	2023	2022
Pagamento Não Efetivado	937	1.338
Adquiridos em 2018	799	2.310
Adquiridos em 2019	40	155
Adquiridos em 2023	5.066	-
	6.842	**3.803**

Unidades de Imóveis a Entregar	2023	2022
Pagamento Não Efetivado	6	8
Adquiridos em 2018	8	18
Adquiridos em 2019	2	3
Adquiridos em 2023	25	-
	41	**29**

Refere-se a valores recebidos pela venda de unidades de permuta eventual do empreendimento denominado Condomínio da Fé, tratado na Nota Explicativa nº 10 (d). O reconhecimento da receita se dará pelo cumprimento de todos os requisitos dos contratos de venda das unidades habitacionais.

A receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:(a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens; (b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampouco efetivo controle sobre tais bens; (c) o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade; (d) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade, quando poderão ser utilizados na consecução das finalidades assistenciais para as quais instituída; e as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade. A avaliação do momento em que a Entidade transfere os riscos e os benefícios significativos da propriedade para o comprador exige o exame das circunstâncias da transação. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e dos benefícios inerentes à propriedade coincide com a transferência da titularidade legal ou da transferência da posse do ativo para o comprador. Tais casos são típicos das vendas a varejo. Em outros casos, porém, a transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre em momento diferente da transferência da titularidade legal ou da transferência da posse do ativo. O valor referente as unidades com entrega de chaves efetuada em 2023 foram registrados como receita, permanecendo nesta rubrica o saldo referente as unidades em que ainda não ocorreu a entrega das chaves.

19. Provisões para contingências: Provisão constituída para eventuais perdas com processos judiciais de natureza trabalhista, fiscal e cível. A provisão foi constituída com base em posição emitida por consultores jurídicos, internos e externos, que levaram em consideração às perspectivas de perdas individuais de cada demanda.

A composição das provisões em 31 de dezembro de 2023, está assim apresentada:

	2023	2022
Trabalhistas	74	12
Cível	172	176
	246	**188**

Existem outras demandas cujas perspectivas de perdas foram indicadas como "possíveis", assim distribuídas:

Área	**Valor**
Cível	573
Trabalhista	99
Total Geral	**672**

20. Patrimônio liquido

(a) Está representado pela dotação inicial da Fundação, acrescido dos superávits e déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de bens.
Contempla também a conta de ajuste de avaliação patrimonial que reúne o efeito do registro do *deemed cost*, reconhecido por ocasião da adoção inicial da ITG 2002. Segundo o artigo 182 da Lei 6.404/76, depois de alterada pela Lei 11.638/2007 e pela Medida Provisória 449/2008, convertida na Lei 11.941/2009 e CPC 37, são classificadas como Ajuste de Avaliação Patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo.
A Fundação, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será destinado a uma instituição pública ou a uma entidade congênere.

(b) O ajuste de avaliação patrimonial contempla os efeitos do custo atribuído conforme estabelece a ITG 2002. A realização ocorre pela depreciação dos bens que tiveram o custo alterado.

Patrimônio Sucedido LAM – Em 31 de agosto de 2018 a Fundação incorporou, por determinação do Ministério Público, conforme ação civil pública de nº 3000633-91.2013.8.26.0102, o acervo de Entidade denominada LAM – Lar de Assistência ao Menor. O detalhamento do acervo está descrito na nota 10.

21. Receita Bruta Atividade Educacional - 21a. Receita Bruta Atividade Educacional

	2023	2022
Mensalidade Ensino Superior	1.367	1.171
(-) Descontos e Abatimentos	(208)	(300)
(-) Bolsas Filantrópicas 100%	(212)	(196)
(-) Bolsas Filantrópicas 50%	(17)	-
(-) Programa Estágio CN	(345)	(390)
	585	**285**

	2023	2022
Mensalidade Integrais ICN	11.953	12.038
	11.953	**12.038**

O valor da mensalidade é praticado pelo valor de mercado, em iguais condições.

a) INSTITUTO CANÇÃO NOVA – Oferta de serviços integralmente gratuito de Educação Infantil ao Ensino Médio, custeado pelas doações recebidas pela Fundação João Paulo II. Engloba um trabalho de educação que se preocupa em formar a criança e adolescente integralmente; para isso conta com apoio psicológico, atendimento social, ações pastorais. As bolsas de estudos são concedidas a alunos que se enquadrem no Perfil Socioeconômico, de acordo com os dispositivos legais. Em 2023 o Instituto Canção Nova atendeu da Educação Infantil até o Ensino Médio 1.054 alunos de forma 100% gratuita (1.058 em 2022). Destes, 781 alunos atenderam ao Perfil Socioeconômico (829 em 2022), cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário-mínimo e meio; além desses alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio, o Instituto também atende mais 21 alunos do ensino técnico de Rádio e TV, (20 em 2022).

b) FACULDADE CANÇÃO NOVA – Tem como objetivo geral oferecer educação superior de qualidade e formar profissionais qualificados, eticamente orientados e socialmente comprometidos. Como público-alvo, a FCN tem a população em geral, com nível de escolaridade médio completo, que tenha interesse nas áreas de atuação da FCN.
Em 2023 a Faculdade Canção Nova teve 259 alunos matriculados (200 em 2022) Destes 45 alunos tiveram bolsas integrais (34 em 2022) concedidas dentro dos critérios de seleção e perfil socioeconômico de acordo com os dispositivos legais.

Os números de atendimento estão assim apresentados na calculadora do CEBAS disponível no portal do MEC:

Calculadora DO CEBAS 2023
Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

		Educação Básica	Educação Superior (Sem adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		**1.054**	**259**
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	781	45
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	0	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ipg	0	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	**781**	**45**
Outras bolsas integrais (b)		273	41
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0	0
Alunos inadimplentes (d)		0	12
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	**781**	**206**
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	0	8
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	**0**	**8**
Número total de bolsas integrais equivalentes	B	**781**	**49**
Outras bolsas parciais		0	
Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R$ 0,00	R$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R$ 0,00	R$ 0,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	1.054	247
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R$ 0,00	R$ 0,00
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		260	16
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	**0**	**0**
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		**Art. 13**	**Art. 13-B**
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		**Atendido**	**Atendido**
Quantidade mínima de bolsas 1/9		**Atendido**	**Atendido**

22. Saúde: Centro Médico Padre. Pio - O objetivo deste projeto é prestar atendimento na área da saúde, à população de Cachoeira Paulista - SP, região e peregrinos, de forma gratuita. Oferece cuidados médicos de pronto atendimento e ambulatorial em algumas especialidades; cuidados de enfermagem; atendimento odontológico, fisioterápico, nutricional, laboratorial, psicológico e doação de medicamentos. Todo o trabalho tem como premissa o amor ao próximo, o acolhimento e a valorização da vida. O Centro Médico Padre Pio, mantém contrato de prestação serviços de saúde junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Cachoeira Paulista - SP, bem como, possui termo com o SUS de não interesse na contratação de seus serviços de saúde, e pactuação das ações de gratuidade na área de saúde, a serem executadas em razão da aplicação de percentual da receita em gratuidade.

Composição das Receitas e Custos	2023	2022
Receita Gratuidade em Saúde		
Atendimento Médico	752	675
Exames e Diagnósticos	148	117
Enfermagem	3.335	2.834
Odonto e saúde bucal	479	442
Outras áreas da saúde	816	699
Serviços Laboratoriais	2.507	2.368
	8.037	**7.135**

	2023	2022
Gratuidade aplicada em serviços de Saúde		
Atendimento Médico	(752)	(675)
Outros Exames e Diagnósticos	(148)	(117)
Enfermagem	(3.335)	(2.834)
Odonto e saúde bucal	(479)	(442)
Outras áreas da saúde	(816)	(699)
Serviços Laboratoriais	(2.507)	(2.368)
	(8.037)	**(7.135)**

A valorização dos serviços ofertados foi realizada através da tabela do SUS.

23. Assistência Social: A Fundação realiza ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. A Fundação é cadastrada na Rede SUAS e seus atendimentos obedecem aos requisitos e parâmetros exigidos por lei.

a) O Clube da Evangelização nasceu em 1980, com o início da Rádio Canção Nova. No início, ele se chamava Clube do Ouvinte e tinha como desafio, manter uma programação sem propaganda comercial, contando apenas com a contribuição dos sócios e ouvintes da Rádio Canção Nova. Com o tempo, deixou de ser apenas um programa de rádio, para se tornar um dos principais departamentos da Fundação João Paulo II, e atualmente contribui diretamente, por meio das doações dos sócios, para a manutenção de todo o Sistema Canção Nova de Comunicação, Rede de desenvolvimento Social.

b) **Progem** – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como objetivo contribuir para a formação integral da pessoa em situação de vulnerabilidade e risco social, através do desenvolvimento profissional, educacional e social, a partir das oficinas e cursos oferecidos e do trabalho social realizado. Sendo assim, possibilita aos seus usuários o acesso à ferramentas da tecnologia da informação; formação e capacitação que os auxiliam na inserção no mercado de trabalho e incentivo ao empreendedorismo; atividades esportivas, recreativas, lúdicas e culturais que proporcionam a socialização e valorização da convivência comunitária; orientação e informação que fomentam a conscientização dos sujeitos acerca dos direitos que possuem.

c) **Casa do Bom Samaritano** - Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos e Serviço especializado para pessoas em situação de rua. Desenvolve trabalho de atendimento a pessoas adulta em situação de rua, através de atendimento social, orientação, contato com a família, encaminhamento aos serviços socioassistenciais dos municípios. A esta população oferece o acesso a espaço de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação, vestuários em geral, corte de cabelo, grupo socioeducativo e formativo, momentos de lazer, oficina socioeducativa, alimentação de banco de dados com registro de pessoas em situação de rua permitindo um melhor acompanhamento do trabalho social. Para as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social oferece atendimento social, estudo socioeconômico, acompanhamento social das famílias, orientação e encaminhamento aos serviços socioassistenciais do município. Também desenvolve oficinas de empreendedorismo tais como costura e moda, bijuteria e acessórios, grupos socioeducativos e oferta de vestuários em geral, quando necessário.

d) CAC - Centro de Atendimento Comunitário propõe o desenvolvimento socioeducacional pela valorização da família, realizando atendimento à população em situação de vulnerabilidade e risco social, através de atividades voltadas para a transformação e desenvolvimento social. Este trabalho se dá por atividades esportivas, recreativas, lúdicas, culturais, empreendedorismo, acesso a ferramentas de tecnologia da informação e fortalecimento dos vínculos familiares incentivando a socialização e a convivência comunitária. Organizado de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.
É uma forma de intervenção social planejada que desenvolve a participação e cidadania, estimulando o desenvolvimento do protagonismo e autonomia, contribuindo para ressignificação de vivências de isolamento e violação de direitos. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e deveres, no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, visando alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social, resgatando valores e promovendo qualidade de vida de forma integral.

e) **CIA de Artes** - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que possui como objetivo contribuir para a formação integral da pessoa em situação de vulnerabilidade e risco social, através do incentivo à dança, arte, música e cultura. Favorecendo espaço para despertar novos talentos, oferece oficinas de balé, ginástica rítmica, desenho, judô, karatê, atletismo, futsal, jazz, dança livre além de inglês e espanhol, contribuindo para a disciplina, a dedicação, o respeito humano, a integração social e o trabalho em equipe, além de estimular o hábito de práticas de exercícios físicos, a socialização e valorização da convivência comunitária.

Voluntários - A Fundação João Paulo II utiliza trabalhos voluntários para auxiliá-la na execução de sua missão. A entidade contabiliza estes trabalhos pelo valor pago a outro profissional que possua tarefa similar, ou em caso de inexistência desta situação, o valor de mercado que seria pago a este profissional. Por razões conservadoras, considerou apenas o valor da remuneração sem acréscimos de qualquer encargo.

A Fundação João Paulo II colabora com outras entidades assistenciais, registradas no CNAS, através de celebração de convênios e termos de cooperação financeira.

As receitas e despesas de assistência social estão demonstradas da seguinte forma:

23a. Receitas Assistência Social

	2023	2022
Doações Clube da Evangelização	172.381	171.382
Gratuidades Concedidas		
Bom Samaritano	279	118
Progem	530	386
Cia de Artes	934	596
CAC - Centro de Atendimento Comunitário	451	416
	174.575	**172.898**

Os custos de gratuidade foram apurados através de pesquisa de mercado de serviços similares na região.

23b. Deduções da Receita Assistência Social

		2023	2022
Tarifas Bancárias Clube da Evangelização		(7.102)	(7.646)
Direitos Autorais	(a)	(19.764)	(19.576)
Gratuidades Concedidas			
Bom Samaritano		(279)	(118)
Progem		(530)	(386)
Cia de Artes		(934)	(596)
CAC - Centro de Atendimento Comunitário		(451)	(416)
		(29.060)	**(28.738)**

a) Os direitos autorais são pagos sobre a exploração da marca Canção Nova na rede de comunicação, esta exploração é responsável pela captação de recursos através de doações.
b) Os custos de gratuidade foram apurados através de pesquisa de mercado de serviços similares na região.

	Atendidos	Serviços Ofertados
PROGEN	718	20.552
CAC	485	11.994
Cia de Artes	2.381	46.220
Casa do Bom Samaritano	1.160	17.212
	4.744	**95.978**

24. Receita Bruta das Atividades Comerciais

	2023	2022
Revenda Davi	59.257	64.733
Revenda Mineradora	13.040	8.478
Outras Receitas	25	33
Devoluções Davi	(377)	(650)
Devoluções Mineradora	(226)	(136)
	71.719	**72.458**

25. TV Educativa: Os custos de rateios foram calculados considerando o total de horas ano da grade da rádio e TV, ou seja, 8.760 horas cada, proporcionalizado pelo total de horas de transmissão das programações educativas conforme quadro abaixo:

	2023	2022
Contratos de Afiliação		
Curitiba	(1.439)	(1.329)
Brasilia	(3.032)	(3.086)
Belo Horizonte	(1.436)	(1.459)
Funcionamento		
Salários	(8.002)	(6.424)
Serviços Tomados	(2.661)	(3.320)
Transmissão de Sinais	(3.816)	(4.419)
Radiodifusão	(18.466)	(21.650)
Gerais	(926)	(1.262)
	(39.778)	**(42.949)**

26. Custo das Atividades Não Certificáveis - 26a. Custos Rádio e TV

	2023	2022
Despesas com Pessoal	(8.518)	(6.176)
Serviços de Terceiros	(4.754)	(3.973)
Consumo	(4.084)	(4.325)
Eventos / Projetos / Programas	(4.031)	(4.299)
Alugueis e Condominios	(3.135)	(2.713)
Manutenção	(976)	(999)
Outras Despesas	(649)	(648)
	(26.147)	**(23.133)**

26b. Custos Comerciais

	2023	2022
Despesas com Pessoal	(4.575)	(3.937)
Serviços de Terceiros	(5.961)	(5.211)
Direitos Autorais	(3.737)	(3.184)
Consumo	(843)	(635)
Alugueis e Condominios	(58)	(68)
Manutenção	(2.264)	(1.542)
Financeiras	(69)	(180)
Impostos	(10.308)	(10.154)
Custo Produtos Vendidos	(38.442)	(37.364)
Outras Despesas	(986)	(811)
	(67.243)	**(63.086)**

27. Despesas Operacionais - 27a. Despesas Operacionais Diversas

	2023	2022
Despesas com Pessoal	(3.183)	(2.594)
Consumo	(192)	(266)
Alugueis e Condominios	(536)	(732)
Manutenção	(134)	(133)
Outras Despesas	(507)	(1.101)
	(4.552)	**(4.826)**

27b. Despesas Administrativas

	2023	2022
Despesas com Pessoal	(29.982)	(27.980)
Serviços de Terceiros	(6.830)	(7.949)
Consumo	(3.317)	(2.649)
Alugueis e Condominios	(2.254)	(1.998)
Manutenção	(2.542)	(2.595)
Eventos / Projetos / Programas	(33)	(156)
Outras Despesas	(1.587)	(2.423)
	(46.545)	**(45.750)**

28. Resultado Financeiro Líquido - A composição dessa rubrica é a seguinte:

	2023	2022
Receitas Financeiras	**740**	**1.705**
Receita financeira	229	56
Juros ativos	93	134
Descontos obitidos	149	188
Outras receitas financeiras	269	1.327
Despesas Financeiras	**(5.649)**	**(4.974)**
Despesas bancárias	(216)	(248)
Juros passivos	(3.161)	(2.672)
Outras despesas financeiras	(2.272)	(2.054)
+ / - Resultado Financeiro Líquido	**(4.909)**	**(3.269)**

29. Outras Receitas e Despesas

		2023	2022
Outras receitas operacionais		**16.049**	**40.944**
Despesas recuperadas	(a)	1.227	1.254
+ / - Ajuste ao Valor Justo Invest.	(b)	9.569	2.153
+ / - Ajuste ao Valor Justo Cond. Fé	(c)	-	23.565
Ganho Cap. Unid.Vendidas Cond. da Fé Nota 10d		2.136	10.886
Ganho Capital Venda Imobilizados		573	429
Doações não operacionais		41	328
Receitas evenuais	(d)	2.503	2.329
Outras despesas operacionais		**903**	**(2.082)**
+ / - Reversão de provisões	(e)	2.977	963
Outras Despesas não oper	(f)	(2.074)	(3.045)
+ / - Outras Receitas/Despesas		**16.952**	**38.862**

(a) Fornecedores e partes relacionadas;
(b) As variações no valor justo são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício referente as propriedades para investimentos, tratadas na nota explicativa 10.
(c) Refere ao reconhecimento do investimento ao valor de mercado para as unidades mantidas como investimento;
(d) Refere-se a recebimento de direitos autorais; Recebimento aluguel de imóveis próprios; demais receitas
(e) Reversão da provisão de perda da Rádio Serrana;
(f) Energia Elétrica (102); Perdas e Danos (R$1.301), outras;

30. Partes Relacionadas

(a) Entidades ligadas: A Fundação possui relações próximas com a Associação Internacional Privada de Fiéis, conforme disposto em seu Estatuto Social - artigo 11. Com a mesma Entidade mantém convênios celebrados, em especial os referentes ao direito de exploração da marca "Canção Nova" e de desenvolvimento, produção e comercialização de produtos utilizando a marca "Canção Nova", mediante remunerações ajustadas contratualmente, além de operações de fornecimento de alimentação para colaboradores.
Essa Associação não visa lucro e tem objetivos alinhados aos da Fundação. Com essa Entidade são desenvolvidas ações visando à organização de eventos sociais, educacionais, culturais e religiosos. A Fundação também revende a essa Entidade mercadorias a preços de mercado, loca espaço e imóveis, entre outros.
Em 2023, foram movimentados os seguintes recursos: i. Exploração da marca R$ 19.764 (19.576 em 2022); Nota 23b; ii. Comercialização de produtos R$ 3.737 (3.184 em 2022). Nota 26b; iii. Comercialização de alimentos R$ 4.537 (3.789 em 2022). Entidades afiliadas: A Fundação possui também relações com outras Entidades, as quais denomina de "afiliadas", que são detentoras de outorgas de rádio e de televisão, visando otimizar a disseminação de seu conteúdo evangelizador e religioso. As relações de afiliação estão formalizadas através de contratos específicos com cada entidade. A Fundação remunera essas Entidades por conta da utilização dos seus respectivos meios de comunicação e estrutura física.

Em 2023, foram movimentados os seguintes recursos:	2023	2022
Emissora do Planalto	27	27
Rádio Centro América	-	334
Rádio América	2.079	2.216
Radio Sociedade Nova Esperança	-	408
Radio Independência do Paraná	-	1.466
Fundação Educar Sul Brasil	1.117	1.329
Fundação São José Operário	3.004	3.086
Fundação Vila Rica de Rádio e TV	1.436	1.459
Fundação Educativa e Cultural Campista	111	168
Total	7.774	10.493

31. Renúncia Fiscal – Isenções Usufruídas: A Fundação João Paulo II é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em conformidade com a Lei complementar 187/2021, e cumpre fidedignamente com os requisitos do art. 14 da Lei 5.172/1966 (CTN), fazendo jus as imunidades e isenções a seguir: - Imune à incidência dos impostos de renda da pessoa jurídica de acordo com o art. 150, Inciso VI, alínea" C" da Constituição Federal; - Isenta da contribuição social sobre o lucro de acordo com o art. 12 da Lei 9.532/1997; - Isenta da COFINS e o pis sobre o total de suas receitas de acordo com o art. 23 da IN. 2.121; e - Isenta da contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários de acordo com o art. 301, § 2º, da IN. 2.121. Os valores correspondentes a esses tributos, foram reconhecidos como receita e despesa nos períodos apropriados, como se devidos fossem, de acordo com o item 27, "c", da ITG 2.002/2012.

32. Preponderância dos custos e despesas	Nota	2023	2022
Atividades Certificáveis			
Bolsas de Estudos Concedidas	21a	(11.953)	(12.038)
Gratuidades Concedidas Serviços de Saúde	22	(8.037)	(7.135)
Deduções Rec Bruta Assistência Social	23a	(29.060)	(28.738)
Custo Serviços Educacionais		(55.413)	(55.518)
Custo Serviços de Saúde		(4.369)	(3.664)
Custos Serviços Assistência Social		(8.101)	(7.680)
		(116.933)	**(114.773)**
Atividades não Certificáveis			
Rádio e TV	26a	(26.147)	(23.133)
Comercial	26b	(67.243)	(63.086)
Demais Atividades		(26)	-
		(93.416)	**(86.219)**

33. Filiais e estabelecimentos fora do Estado de São Paulo - A composição dessa rubrica é a seguinte:

Unidade	Tipo	CNPJ 50.016.039/	UF	Rec. Líquida	Desp. Pessoal	Demais Desp.	Resultado
Aracajú	Comunicação	0013-09	SE	855	(1.095)	(120)	(360)
Gravatá	Comunicação	0006-80	PE	-	(237)	(47)	(284)
Vitória da Conquista	Estúdio de Gravação	0012-28	BA	-	(162)	(89)	(251)
Varzea Grande	Estúdio de Gravação	0010-66	MT	-	-	-	-
São Leopoldo	TV	0079-35	RS	-	(81)	(10)	(91)
Florianópolis	TV	0081-50	SC	-	-	-	
Pinhais	TV	0082-30	PR	-	-	(1)	(1)

34. Instrumentos financeiros e derivativos - 34.1. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Fundação incluem, principalmente: caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores, salários, férias, contas a pagar e impostos a recolher. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros aproximam-se dos seus valores de mercado. A Administração e a gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Fundação. **34.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração da Fundação não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. **35. Gestão de riscos - Considerações gerais e políticas:** A Fundação possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. **Risco de liquidez:** É o risco que a Fundação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicação financeiras mantidas em instituições financeiras. **Compliance:** Em 2014 a Fundação adotou as políticas de *"compliance"* com a finalidade de proporcionar razoável segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, códigos de conduta e de autorregulação aplicáveis.
36. Cobertura de seguros (não auditado): A Administração da Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETOR EXECUTIVO: FILIPE GARCEZ JARDIM - CPF: 162.775.318-40 | **TÉC. CONTÁBIL: RAPHAEL LINDENBACH DE MORAIS -** CRC 1SP261037

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos: Administradores e Conselheiros da
Fundação João Paulo II - Cachoeira Paulista - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Fundação João Paulo II** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Fundação João Paulo II** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Efeitos que envolvem a renovação do Certificado de Entidade Beneficente: Conforme descrito na nota explicativa 1.1 a Entidade tomou conhecimento que os processos de renovação do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, referentes aos períodos encerrados em 2014 e 2017 não haviam sido deferidos e ainda se encontravam em análise por parte dos Ministérios da Assistência Social e da Saúde. A Entidade tomou e vem tomando providências para esclarecer as dúvidas daqueles Ministérios e entende que são favoráveis as condições para renovação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos hamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter/manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2024.

Silvio Cesar Cardoso - Contador CRC 1SP-188.428/O-5 - Sócio
Michele Turano - Contador CRC 1SP-272.280/O-6
RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

4ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **do executado e depositário COOPERATIVA HABITACIONAL INTER SUL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.377.473/0001-63. **O Dr. Rodrigo Cesar Fernandes Marinho**, MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Procedimento Comum Cível** ajuizada por **ESPÓLIO DE EDMILSON NASCIMENTO DE PAULA** em face de **COOPERATIVA HABITACIONAL INTER SUL - Processo nº 1040283-15.2018.8.26.0100 – Controle nº 644/2018**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º e § 3º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado e, será afixado em local de costume e publicado em jornal de grande circulação. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 03/05/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 06/05/2024 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 06/05/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 27/05/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e § 5º, CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão, nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: DIREITOS AQUISITIVOS DA ÁREA TOTAL DE 3.564,79m2 DA MATRÍCULA Nº 189.291 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ITANHAÉM/SP - IMÓVEL:** Uma gleba de terras, designada como Trapésio "B", com a área total de 9.794,64m2, situada na zona urbana do município de Mongaguá, com a seguinte descrição: tem início em um marco de cimento cravado no alinhamento Norte da Avenida São Paulo, na divisa com propriedade de Moacir Arruda Malheiros e outros, segue confrontando a direita com essa propriedade com o rumo geográfico [illegible] e distância de 140,85m, onde encontra outro marco de cimento cravado junto a cerca que delimita o leito da E. Ferro Fepasa; deflete a esquerda, segue tangenciando o leito da E. F. Fepasa, a distância de 52,00m, onde encontra outro marco, cravado na divisa com propriedade de Dr. Luiz Silveira; deflete a esquerda, segue confrontando a direita com essa propriedade, com o rumo geográfico 35°59' NO-SE e distância de 132,55m, onde encontra outro marco de cimento, cravado no alinhamento Norte da Avenida São Paulo; deflete a esquerda, sogue pelo alinhamento Norte da Avenida São Paulo a distância de 93,80m, onde encontra o marco de parida. **Consta na Av.02 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Civil, Processo nº [illegible]-72.2020.8.26.0100, em trâmite na Unidade de Processamento Judicial III de São Paulo/SP, requerida por JOGENOU FERREIRA DE LIMA contra HABILAR COOPERATIVA HABITACIONAL, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Consta na Av.03 desta matrícula** que nos autos da Ação de Providencias, Processo nº 1001451-46.2022.8.26.0366, em trâmite na 2ª Vara Cível de Mongaguá/SP, requerida por OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE MONGAGUÁ contra ANTONIO DE AGUIAR FILHO E OUTROS, foi determinado o bloqueio do imóvel desta matrícula. **Consta na Av.04 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Civil, Processo nº 0003020-41.2020.8.26.0020, em trâmite na 1ª Vara Cível do Foro Regional de Nossa Senhora do Ó/SP, requerida por PAULO CEZAR COTA contra HABILAR COOPERATIVA HABITACIONAL, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Consta na Av.05 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Civil, Processo nº 0037333-45.2021.8.26.0100, em trâmite na 27ª Vara Cível de São Paulo/SP, requerida por VERA LUCIA SAMPAIO DONADELLI contra HABILAR COOPERATIVA HABITACIONAL, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Contribuinte nº 01000100014.** Consta as fls.537-560 dos autos que os proprietários permutaram o imóvel, através de instrumento particular a COOPERATIVA HABITACIONAL INTER SUL. **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 7.120.000,00 (sete milhões cento e vinte mil reais) para dezembro de 2023, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJSP.** São Paulo, 03 de abril de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dr. Rodrigo Cesar Fernandes Marinho - Juiz de Direito**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.570/2023, de 20 de setembro de 2023, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2024012000095 - Serviços de vigilância e segurança patrimonial, armada e desarmada, para a Unidade Itaquera. Abertura: 10/05/2024 às 10h30.

PE 2024012000124 - Execução dos serviços de recuperação e tratamento das estruturas de concreto, metálica e madeira para a Unidade Bertioga. Abertura: 14/05/2024 às 10h30.

PE 2024012000131 - Execução dos serviços de substituição dos reservatórios térmicos de aquecimento de água do conjunto de hospedagem 10 para a Unidade Bertioga. Abertura: 22/05/2024 às 10h30.

PE 2024012000134 - Serviços de tratamento antichamas em coberturas de piaçava e forros de madeira para a Unidade Bertioga. Abertura: 09/05/2024 às 10h30.

PE 2024012000139 - Locação de equipamentos de sonorização, iluminação e projeção para Diversas Unidades. Abertura: 29/04/2024 às 10h30.

PE 2024012000140 - Serviços de limpeza e conservação para a Unidade Campinas. Abertura: 06/05/2024 às 10h30.

PE 2024012000141 - Serviços de impressão, fornecimento, instalação e desinstalação de comunicação visual para a Adm. Central. Abertura: 06/05/2024 às 10h30.

PE 2024012000142 - Fornecimento de trailer modular personalizado para a Unidade Ipiranga. Abertura: 02/05/2023 às 10h30.

PE 2024012000143 - Prestação de serviços de pré-impressão, impressão e fornecimento de peças gráficas, para Diversas Unidades. Abertura: 07/05/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

IGUÁ INVESTIMENTOS SPE-001 S.A.

CNPJ/MF nº 48.888.506/0001-05 NIRE 35.300.605.969

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora e Local: Em 10 de abril de 2024, às 14h, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "*MS Teams*"), conforme autoriza o capítulo II, seção VIII, anexo V, da IN 81/2020 DREI e art. 124 § 2º - A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Convocação e Presença:** Presente o acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, conforme atestam as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, dispensada a convocação nos termos do que dispõe o art. 124, §4º da Lei das S.A. **Publicações:** De acordo com o Art. 194, III da Lei das S.A., as demonstrações financeiras da Companhia foram publicadas de forma eletrônica, na "Central de Balanços" em 10 de abril de 2024, conforme cópia disponível no **Anexo I** da presente ata. **Mesa:** Mateus de Faria Renault e Silva, Presidente e Felipe Rath Fingerl, Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar: **(A) em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e (ii) a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) a alteração da denominação social da Companhia; (ii) a alteração do objeto social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações Tomadas:** Dando início aos trabalhos, o Presidente da Mesa esclareceu que a ata da presente assembleia será lavrada em forma sumária, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculdade conferida pelo artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Após os devidos debates, foi dispensado, pela acionista presente, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que todos já foram devidas e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento da acionista, então, deliberou o quanto segue: **(a) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2023, sendo dispensada a leitura de documentos e sanada a falta de publicação do anúncio a que se refere o art. 133 da Lei das S.A., por tais documentos serem de pleno conhecimento dos acionistas; (ii) Consignar que a Companhia não apresentou resultado no exercício social findo em 31.12.2023, não havendo lucro ou prejuízo a ser destinado. **(b) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iii) Aprovar a alteração da denominação social da Companhia, que passa de "IGUÁ INVESTIMENTOS SPE-001 S.A." **para** "IGUÁ INVESTIMENTOS S.A.", de modo que o Art. 1º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 1º - A IGUÁ INVESTIMENTOS S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social, pelas leis e usos do comércio."* (iv) Aprovar a alteração do objeto social da Companhia, que passa a ser: "a) a elaboração de projetos e estudos técnicos, o desenvolvimento de pesquisas para modernização e ampliação de sistemas de saneamento básico; b) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, incluindo, mas não se limitando, a Sociedades de Propósito Específico; c) as atividades de gestão, operação, manutenção e ampliação de sistemas (i) de abastecimento de água em sistemas públicos ou privados, incluindo a captação e o transporte de água bruta, a produção, bombeamento, adução, reservação, macro e micro distribuição e todo o respectivo controle de qualidade de água potável e industrial, (ii) de esgotamento sanitário em sistemas públicos ou privados, incluindo a coleta, o transporte, a elevação, a interceptação, o tratamento, a devolução ao meio natural, e todo o respectivo controle de qualidade de águas residuais, esgotos e efluentes industriais, (iii) de recursos hídricos, irrigação e bacias hidrográficas, incluindo o monitoramento e controle de qualidade das águas, (iv) de macro e micro drenagem, e (v) de tratamento e disposição final de lodos e resíduos resultantes das operações; d) o desenvolvimento de atividades correlacionadas às anteriormente descritas; e e) a participação da Companhia em Concorrências Públicas que estejam relacionadas às atividades acima." Assim, o Art. 2º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social: a) a elaboração de projetos e estudos técnicos, o desenvolvimento de pesquisas para modernização e ampliação de sistemas de saneamento básico; b) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, incluindo, mas não se limitando, a Sociedades de Propósito Específico; c) as atividades de gestão, operação, manutenção e ampliação de sistemas (i) de abastecimento de água em sistemas públicos ou privados, incluindo a captação e o transporte de água bruta, a produção, bombeamento, adução, reservação, macro e micro distribuição e todo o respectivo controle de qualidade de água potável e industrial, (ii) de esgotamento sanitário em sistemas públicos ou privados, incluindo a coleta, o transporte, a elevação, a interceptação, o tratamento, a devolução ao meio natural, e todo o respectivo controle de qualidade de águas residuais, esgotos e efluentes industriais, (iii) de recursos hídricos, irrigação e bacias hidrográficas, incluindo o monitoramento e controle de qualidade das águas, (iv) de macro e micro drenagem, e (v) de tratamento e disposição final de lodos e resíduos resultantes das operações; d) o desenvolvimento de atividades correlacionadas às anteriormente descritas; e e) a participação da Companhia em Concorrências Públicas que estejam relacionadas às atividades acima."* (v) Aprovar a alteração da redação do Art. 3º do Estatuto Social, para incluir o endereço completo da Companhia, de modo que passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1507, 11º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-005, podendo, por deliberação da Diretoria, criar, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior."* (vi) Aprovar a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação constante d**o Anexo II**. (vii) Autorizar os administradores da Companhia a tomarem todas as providências necessárias para implementar o quanto deliberado nesta Assembleia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestasse, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e achada conforme, tendo sido aprovada pela unanimidade dos presentes. São Paulo/SP, 10 de abril de 2024. **Mesa: Mateus de Faria Renault e Silva** - Presidente, **Felipe Rath Fingerl** - Secretário. Acionista Presente: **Iguá Saneamento S.A.**, **Mateus de Faria Renault e Silva**, **Felipe Rath Fingerl**. JUCESP-PROTOCOLO nº 0.557.883/24-6 em 16/04/2024.

Valor ECONÔMICO Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA

Pregão Eletrônico nº 042/2023 - OC nº 513101510852023OC00111 - Constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP para a contratação futura de empresa para o fornecimento, montagem e instalação de mobiliários, compreendendo armários, mesas e cadeiras, para os Postos Poupatempo no Estado de São Paulo, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência Anexo I. Comunicamos que a data de retomada da licitação foi alterada para o dia 24/04/2024, às 09h30.

Prodesp | GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO Secretaria de Gestão e Governo Digital

MÁQUINAS AGRÍCOLAS JACTO S.A.

CNPJ nº 55.064.562/0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		657.389	639.001
Aplicações financeiras		5.262	7.801
Contas a receber de clientes		593.736	648.093
Estoques	4	641.524	625.457
Impostos a recuperar		66.688	192.793
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		29.400	-
Outras contas a receber		17.030	13.596
		2.011.029	**2.126.741**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras		28.271	28.042
Impostos a recuperar		26.899	18.754
Depósitos judiciais		1.678	1.477
Outras contas a receber		21.474	10.567
Outros investimentos		1.031	839
		79.353	**59.679**
Investimentos	12	39.653	64.208
Ativos de direito de uso		14.698	11.480
Imobilizado	6	1.259.806	1.038.532
Intangível	5	12.555	13.032
		1.406.065	**1.186.931**
Total do ativo		**3.417.094**	**3.313.672**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	8	180.943	294.678
Passivo de arrendamento		9.786	7.731
Empréstimos e financiamentos	9	1.048	16.490
Impostos e contribuições a recolher		17.531	13.864
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	7.279
Salários, férias e contribuições a pagar		98.266	109.672
Dividendos a pagar		482.241	380.867
Adiantamentos de clientes		5.078	19.567
Provisões	10	28.859	46.418
Outras contas a pagar		5.477	4.929
		829.229	**901.495**
Não circulante			
Fornecedores	8	40	190
Empréstimos e financiamentos	9	311.332	231.652
Impostos e contribuições a recolher		3.487	3.651
Passivo de arrendamento		5.285	4.878
Provisão para contingências		1.872	1.580
Imposto de renda e contribuição social diferidos		47.818	46.803
		369.834	**288.754**
Total do passivo		**1.199.063**	**1.190.249**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	1.588.050	1.277.510
Ajustes de avaliação patrimonial		24.880	49.340
Reserva de Lucros		605.101	796.573
Total do Patrimônio líquido		**2.218.031**	**2.123.423**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.417.094**	**3.313.672**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais

	2023	2022
Receita operacional líquida	3.245.757	4.032.372
Custo dos produtos vendidos	(1.977.109)	(2.415.663)
Lucro bruto	**1.268.648**	**1.616.709**
Despesas com vendas	(401.731)	(422.426)
Despesas administrativas	(181.113)	(182.834)
Despesas com gastos de pesquisa	(125.029)	(107.346)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16.948	21.746
Participação nos lucros de controlada	(2.674)	19.401
Lucro operacional	**575.049**	**945.250**
Despesas financeiras	(36.698)	(37.987)
Receitas financeiras	112.407	89.381
Variação cambial, líquida	(10.868)	(11.938)
Resultado financeiro	**64.841**	**39.456**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**639.890**	**984.706**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(207.786)	(355.762)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.015)	38.610
Lucro líquido do exercício	**431.089**	**667.554**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**431.089**	**667.554**
Itens a serem posteriormente classificados para o resultado:		
Variação cambial de investida no exterior	(21.881)	(1.469)
Resultado abrangente do exercício	**409.208**	**666.085**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

			Reservas de lucros				
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros a deliberar	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2.021	**1.013.570**	**54.056**	**118.489**	**515.663**	**13.523**	**-**	**1.715.301**
Aumento de capital social	263.940	-	-	(263.940)	-	-	-
AGE de 04 de novembro de 2022	-	-	-	(251.723)	-	-	(251.723)
Variação cambial de investida localizada no exterior	-	(1.469)	-	-	-	-	(1.469)
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	-	(3.247)	-	-	-	3.247	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	667.554	667.554
Reserva de Incentivos fiscais	-	-	-	-	10.089	(10.089)	-
Reserva legal	-	-	33.378	-	-	(33.378)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(6.240)	(6.240)
Lucros à disposição da Assembleia	-	-	-	621.094	-	(621.094)	-
Em 31 de dezembro de 2.022	**1.277.510**	**49.340**	**151.867**	**621.094**	**23.612**	**-**	**2.123.423**
Aumento de capital social	310.540	-	-	(310.540)	-	-	-
Aprovação para distribuição de lucros conforme AGE de 08 de novembro de 2023	-	-	-	(310.554)	-	-	(310.554)
Variação cambial de investida localizada no exterior	-	(21.881)	-	-	-	-	(21.881)
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	-	(2.579)	-	-	-	2.579	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	431.089	431.089
Reserva de Incentivos fiscais	-	-	-	-	5.053	(5.053)	-
Reserva legal	-	-	21.554	-	-	(21.554)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(4.046)	(4.046)
Lucros à disposição da Assembleia	-	-	-	403.015	-	(403.015)	-
Em 31 de dezembro de 2.023	**1.588.050**	**24.880**	**173.421**	**403.015**	**28.665**	**-**	**2.218.031**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**639.890**	**984.706**
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	76.569	69.154
Resultado da equivalência patrimonial	2.674	(19.401)
Resultado na alienação do ativo imobilizado	276	169
Operações com derivativos (não realizadas)	(1.426)	(1.012)
Juros provisionados de empréstimos e passivos de arrendamento	23.717	13.613
Provisão (reversão) de PLR	(13.200)	14.940
Provisão (reversão) para baixa de ativo imobilizado	-	(7.133)
Provisão (reversão) para garantia	(8.600)	6.634
Provisão (reversão) para comissões sobre vendas	(1.095)	(1.895)
Provisão (reversão) de despesas, custos e serviços	(7.863)	6.872
Provisão (reversão) para contingências	292	548
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(19)	760
Provisão (reversão) para estoques obsoletos	165	746
Variações nos ativos e passivos:	**711.380**	**1.068.701**
Contas a receber	45.480	(106.304)
Estoques	(16.233)	(56.638)
Impostos a recuperar	13.364	108.735
Outras contas a receber	(12.916)	(3.678)
Depósitos judiciais	(202)	(1.012)
Fornecedores	(89.644)	44.185
Impostos a recolher	72.399	(46.544)
Salários, férias e contribuições a pagar	1.795	22.260
Adiantamento de clientes	(14.490)	(12.603)
Outras contas a pagar	551	(12.793)
Caixa gerado pelas operações	**711.484**	**1.004.309**
Apropriação de encargos financeiros de juros de passivo de arrendamento	2.016	(1.435)
Juros pagos por empréstimos	(22.908)	(13.300)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(208.801)	(339.937)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**481.791**	**649.637**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	2.311	(35.843)
Aquisição de ativo imobilizado	(303.362)	(432.281)
Aquisição de ativo intangível	(2.263)	(3.527)
Aquisição de participação societária	(192)	-
Recebimentos de vendas de ativo imobilizado	2.486	3.032
Caixa liquído aplicado nas atividades de investimentos	**(301.020)**	**(468.619)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(213.226)	(99.905)
Captação de empréstimos	76.712	153.425
Amortização de passivos de arrendamento	(19.219)	(13.799)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(6.650)	(10.556)
Caixa liquído gerado nas atividades de financiamento	**(162.383)**	**29.165**
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa, liquído	**18.388**	**210.183**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**639.001**	**428.818**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**657.389**	**639.001**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Máquinas Agrícolas Jacto S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Pompéia - SP, tem como objeto social a indústria, comércio, importação, exportação, representação comercial e a prestação de serviços de; a) máquinas e implementos agrícolas; b) embalagens, recipientes, vasilhames, tanques, caixas, paletes, dispositivos para acondicionamento e transporte de bens, peças componentes, acessórios e artefatos em matéria plástica, fibras de vidro, cerâmica, borrachas e compósitos, para indústria química, alimentícia, mecânica, material elétrico e eletrônico, automotiva, de máquinas agrícolas, construção civil, transporte logística, e agropecuária; c) veículos e equipamentos terrestres, hidroviários e náuticos, autopeças e acessórios em geral; d) utensílios, aparelhos e equipamentos elétricos, eletrônicos de uso doméstico ou industrial; e) produtos e substâncias químicas; e f) sistemas, aparelhos e equipamentos de tratamentos de água e efluente, bem como a participação em outras sociedades como acionistas.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para os CPCs, e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

3 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio apurada na data da transação

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Instrumentos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

5 Ativos intangíveis

Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e veículos na data de transição para CPC.

O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela diretoria, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de "Outras receitas (despesas) operacionais" no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes, em anos:

	Anos
Máquinas e equipamentos	17
Edifícios e construções	60
Ferramentas	5
Móveis e utensílios de escritório	9
Veículos	6
Equipamentos de informática	5
Embalagens retornáveis	4

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

7 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a diretoria da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável.

8 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

10 Provisões

As provisões para perdas com ações judiciais (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

12 Investimentos

	2023	2022
Em controlada - Multijacto S.A.	39.653	64.208

A Multijacto S.A. é uma empresa comercial importadora e exportadora localizada na Argentina e atua em termos gerais em todos os mercados agrícolas onde existe a necessidade de pulverização para aplicação de herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes líquidos, fornecendo equipamentos pulverizadores da marca Jacto de variadas dimensões e características, incluindo lavadoras de alta pressão.

13 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de 90.201.805 ações (2022 - 90.201.805 ações), sendo 84.622.013 ações ordinárias e 5.579.792 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal (2022 - 84.622.013 ações ordinárias e 5.579.792 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve integralização de capital social com lucros do exercício de 2022 no montante de R$ 310.540. Não houve aporte de recursos financeiros no exercício de 2023 para integralização de capital.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se às parcelas de subvenção concedida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, transferidas para a rubrica de reserva de incentivos fiscais, observando o disposto no artigo 1º da Medida Provisória 2.199/14. O benefício fiscal foi concedido à unidade operacional da Divisão Plásticos, sediada na cidade de Maracanaú-CE. Tal reserva só poderá ser utilizada para integralização de capital ou absorção de prejuízos.

Dividendos

O estatuto social, em seu artigo 41b, determina a distribuição de um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido do exercício para as ações ordinárias. De acordo com artigo 42 do referido estatuto social, a Assembleia Geral pode, desde que não haja qualquer oposição de acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao estatuto social, ou a retenção de todo o lucro líquido do exercício. A proposta feita pela diretoria será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas (AGO) a ser realizada durante o exercício de 2024.

Ajuste de avaliação patrimonial

Corresponde à ajustes por adoção da Lei 11.638/07, em decorrência da aplicação do CPC 27 - Ativo Imobilizado. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de ajuste de avaliação patrimonial para lucros e prejuízos acumulados e posteriormente para reserva de lucros.

Ajuste acumulado de conversão

Decorrente das variações cambiais de investimento de subsidiária localizada no exterior.

Lucros a deliberar

Após a constituição da reserva de incentivos fiscais, reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo remanescente de lucros do exercício são colocados à disposição para serem deliberados por ocasião da Assembleia Geral dos acionistas a ser realizada durante o exercício de 2024.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas empresas relacionadas, às quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

15 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes (informação não auditada) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

DIRETORIA EXECUTIVA

Ricardo Seiji Bernardes Nishimura - Presidente Corporativo
Jorge Nishimura - Vice-Presidente Corporativo
Fernando Gonçalves Neto - Diretor Presidente Executivo de Divisão "Agrícola"
Gabriel Pires Gonçalves - Diretor Presidente Executivo de Divisão "Plástica"
Carlos Daniel Haushahn - Diretor Presidente de Divisão "Portáteis"
Franklim Shunjiro Nishimura - Diretor Corporativo
Nilson Nilvio Schemmer - Diretor Corporativo
Marcos Antonio Ribeiro - Diretor Corporativo
Pedro Estevão Bastos de Oliveira - Diretor
Fabiano Ricardo da Costa Perez - Diretor
Sergio Sartori Junior - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Seiji Bernardes Nishimura - Presidente
Jorge Nishimura - Vice-presidente e Secretário
Franklim Shunjiro Nishimura - Conselheiro
Lyo Nishimura - Conselheiro
Martin Mundstock - Conselheiro
Roberto Naves Souza Aguiar - Conselheiro

CONTADOR

Luiz Carlos Martessi Vinholo
CRC 1SP145441/O-9

INÊS249

MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 61.090.619/0001-29

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(em milhares de reais)*

Senhores Acionistas: Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, compreendendo o período de 01 de janeiro de 2023 até aquela data acompanhado das respectivas Notas Explicativas, permanecendo a disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Sao Paulo, 18 de Abril de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	511	1.517	Fornecedores a pagar	194.887	196.239
Aplicações financeiras	44.635	79.624	Contas a Pagar	3.887	4.037
Clientes a receber	78.891	72.421	Provisão p/férias e outros passivos	2.676	2.701
Adiantamentos p/fornecedores	11	5	Impostos a Pagar	1.062	876
Impostos a recuperar	21.754	17.363	Adiantamentos recebidos de clientes	66	3.598
Estoques	102.366	96.614	Provisão IRPJ/CSLL	1.527	672
Outros ativos circulante	2.483	2.096	**Total do passivo circulante**	**204.105**	**208.123**
Total do ativo circulante	**250.651**	**269.640**			
Não circulante			**Patrimônio liquido**		
IRPJ/CSLL diferidos e Depositos Judiciais	13	279	Capital social-domiciliados no exterior	53.467	53.467
Invest. em controladas e coligadas	–	896	Reservas de Lucros	10.693	10.693
Outros Investimentos	185	155	Lucros Acumulados	13.880	29.589
Imobilizado	30.633	29.903	**Total do patrimônio líquido**	**78.040**	**93.749**
Intangível	663	999			
Total do ativo não circulante	**31.494**	**32.232**			
Total do ativo	**282.145**	**301.872**	**Total passivo e pat. liquido**	**282.145**	**301.872**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita liquida de vendas e serviços	**533.175**	**619.108**	–	**619.108**
(-) Custo das mercadorias vendidas	(465.381)	(544.012)	–	(544.012)
(-) Custo dos serviços prestados	(19.472)	(19.665)	–	(19.665)
Lucro bruto	**48.322**	**55.431**	–	**55.431**
Desp/receitas operacionais liquidas				
(-) Despesas gerais e administrativas	(26.968)	(22.017)	–	(22.710)
(-) Despesas c/honorários da administração	(10.307)	(9.914)	–	(9.914)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	–	(359)	–	–
(+) Dividendos	–	5	–	5
(+/-) Outras desp/receitas operacionais	(217)	1.164	–	1.178
(+) Resultado financeiro	10.410	14.191	–	14.272
	(27.082)	(16.930)	–	(17.169)
Lucro antes IRPJ E CSLL	**21.240**	**38.501**	–	**38.262**
(-) Provisão p/ IRPJ e CSLL	(7.127)	(13.323)	–	(13.323)
(-) Imposto de renda e CSLL diferidos	(233)	64	–	64
Lucro líquido do exercício	**13.880**	**25.242**	–	**25.003**
Participação do controlador	13.880	25.242	–	25.002
Participação não controlador	–	–	–	(239)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Ajustes Aval. Patrimonial	Participação Não Controladora	Total
Saldo em 31/12/2021	**53.467**	**10.693**	**23.887**	**459**	**614**	**89.120**
Lucro liquido do exercício	–	–	25.242	–	–	25.242
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	(459)	–	(459)
Distribuição de dividendos	–	–	(20.000)	–	–	(20.000)
Encerramento das atividades da MCES - controlada	–	–	–	–	(614)	(614)
Ganho sobre a venda das ações MUFG	–	–	460	–	–	460
Saldo em 31/12/2022	**53.467**	**10.693**	**29.589**	–	–	**93.749**
Lucro liquido do exercício	–	–	13.880	–	–	13.880
Distribuição de dividendos	–	–	(29.589)	–	–	(29.589)
Saldo em 31/12/2023	**53.467**	**10.693**	**13.880**	–	–	**78.040**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Fluxo de caixa de atividade operacionais		
Lucro liquido do exercício	13.880	25.242
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas Atividades operacionais:		
Depreciação/amortização	1.546	2.038
Vr. baixa imobilizado	2	21
Vr. baixa investimento	896	221
Impairment	–	74
Imposto de renda/csll diferidos	233	(64)
Ganho na equivalência patrimonial	–	359
Juros s/aplicações financeiras	(10.770)	(14.554)
	5.787	**13.337**
Variação de ativos e passivos		
Clientes a receber	(6.469)	13.878
Adiantamento p/fornecedores	(6)	(5)
Impostos a recuperar	(4.391)	(12.021)
Estoques	(5.752)	20.939
Outros ativos	(383)	(200)
Contas a pagar	(150)	(484)
Fornecedores a pagar	(1.352)	(115.646)
Impostos a pagar	186	(27)
Provisão de IRPJ/CSLL	855	(3.288)
Adiant.receb.de clientes	(3.532)	1.857
Outros passivos	(25)	(239)
	(21.019)	**(95.236)**
Imposto de renda na venda das ações do banco MUFG	**–**	**(237)**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(15.232)**	**(82.136)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	–	386
Retorno de capital recebido - MCES	–	180
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.943)	(571)
Valor de investimento venda - banco MUFG	–	918
Valor de investimento venda - MC Coffee	29	–
Valor de investimento - aquisição de título de golfe	(30)	–
Aplicações/resgates financeiros	45.759	98.404
Caixa gerado pelas atividades de investimento	**43.815**	**99.317**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(29.589)	(20.000)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	**(29.589)**	**(20.000)**
Aumento(diminuição) do saldo de disponibilidades	**(1.006)**	**(2.819)**
Saldo inicial	1.517	4.336
Saldo final	511	1.517
Aumento(diminuição) do saldo de disponibilidades	**(1.006)**	**(2.819)**

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Principais Práticas Contábeis: a) As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira através da Lei 6.404/76, incluindo as mudanças introduzidas pela Lei 11.638, de 28/12/2007, e pela Lei 11.941 de 27/05/2009 além dos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC; b) Em setembro de 2022, a empresa MC Comércio de Equipamentos de Siderúrgica e Serviços de Supervisão de Obras Civis e Montagem Ltda foi encerrada, motivo pelo qual as demonstrações consolidadas deixaram de ser apresentadas; c) Em março de 2022, 2.986.621 ações ordinárias do banco MUFG foram vendidas resultando na redução das seguintes contas: Outros investimentos, IRPJ e CSLL diferidos e ajuste de avaliação patrimonial; d) As ações da MC Coffee equivalentes a 7,27% foram vendidas em 29 de maio de 2023 resultando em uma perda registrada no resultado; e) Depreciação e amortização são calculadas pelas taxas anuais, método linear, estabelecida com base na vida útil econômica dos bens; f) Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre o Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante foram atualizados a data do Balanço pelos índices ou taxas oficiais; g) Os valores de Realizáveis e Exigíveis com prazo de até 360 dias são demonstradas no Circulante e h) O Capital social é representado em 31/12/2023 por 11.731.556 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

DIRETORIA

Sadahiko Haneji - Diretor Presidente **Mamoru Takeda** - Diretor Financeiro

CONTADOR

Guilherme da Cruz Martinelli - Gerente Geral Adjunto - CRC 1SP 271.304/0-5

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 240 LOTES - DIA: 19.04.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 19.04.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: YV1XZBBCFM2548267 - 94DFCAP15NB139619 - 9BFZH55LXJ8109753 - 9BGXH75X0CC117135 - 93Y5SRD04FJ880401 - 9BFZH54LXL8370336 - 93Y4SRZ85LJ130820 - 9BWJB49N65P031097 - 9BRB29BT5E2043588 - KNAPC817BD7394704 - 98RDB12B8KA001775 - 9BGKS69V0JG128943 - 9BFZH55L3K8240654 - 94DTBAL10EJ911991 - 9BGKS48U0KG190698 - 9BWAB49N79P017490 - 9BGKS69G0GG126071 - 93YLSR2VH8J972002 - 9C2KC2500PR033849 - 95V2A1H5PPM000252 - 99KTCJ7ZJPM402308 - LJ11KAAC5L1311124 - 9BD17301A74190027 - 9BFZH54L5L8367473 - LJ12FKR14C4292632 - 9BFZH54L9K8251692 - 9C2KC2210PR035691 - 93Y4SRD64FJ665772 - 9BGCA80X0DB115061 - 935FLN6A87B505758 - 9BWCA05W77P021510 - 9BFZF54P9E8035290 - 9C2KC2200KR062198 - 9BD135613A2120404 - 9BWAG45U0NT033076 - 9BFZF10A778010403 - 9362MKFWXDB026597 - 9BFZH55L8F8267449 - 9BFZF55A5B8193454 - 9BD15804AD6716497 - KNAKU813DD5324031 - 9BGTR48C0AB141368 - JMYLYV98W8JA00482 - 9BFZF10A388082796 - 9362CKFW99B019488 - 9BWAA05U5CP076473 - 9BGJB6930GB161692 - 9BWAG45U1LT056279 - 9BGPB68M0EB314939 - 9BWCA05W57T065111 - 93Y5SRD04FJ708157 - 9362MKFWXBB013500 - 9BFZF54A198372697 - 8AFFZZFFC9J209302 - 9362MKFW09B029379 - 9BD19231RA3097870 - 8BCLDRFJWAG540584 - 93YLM243HBJ474106 - 9BD19242RA3088355 - 9BWEB05W48P021312 - 94DVCGD40BJ796936 - 8AP17206LC2258300 - 93YBB0Y054J454565 - 9BWJB09N88P014282 - 9BWCA41J114078800 - 9BD17164G72810341 - 9BGSU19F0BB282650 - 9BFZE16P178782295 - 9BD17164LA5498717 - 9BGPB69M0EB301058 - 9BD17106LB5665192 - 9BGRD08X04G110230 - 93YBB0Y056J668699 - 9BGJG19H0YB152006 - 9BSTH4X2ZK3236460 - 9BFZH55L6F8157435 - 9BWCA05X05P131207 - 9BRBB48E495066957 - KNAKG812AA7673973 - JSAGYB41SD6400190 - 8AFSZZFHCEJ181194 - 9BGJC75Z0FB121853 - 9BWAB45UXGT055555 - 9BHBG41BAHP634043 - 988675126HKH04614 - 9C2ND1120HR000474 - 9BFZH54J9J8470035REM - 8BCLCN6BYDG504498 - 9BGJB69Z0DB324576 - 9BWAA05W8CP066344 - WBA5B110XFD899534 - 9BFZF55A6C8291801 - 8AWPB05Z79A309240 - WDDGF4KW6BA463348 - SALEA7BW0P2144278 - 9C6SEJ310P0003838 - 9C2JF8500KR006337 - 8AP372110F6112837 - KNAHH811BC7366918 - 9BRBC3F35P8206793 - 3N1CN7AD5EK476403 - 3CZRE28708G502877 - 9BD17164G95311078 - 93YLSR1RH8J011352 - LNNAGCBJ9PD851584 - 936CMNFNVJB026826 - 8C3GM2620E1301105 - 9BGKS48G0GG257393 - 3N1CK3CD5EL226037 - 935CHN6AVBB542431 - 95PJN81EPDB052407 - 9BD17203753123398 - 3HGRM2870CG501955 - 94DTBAL10EJ446928 - 3N1CN7AD9EK397624 - 93HGD37807Z100329 - 9BGXH19606C186501 - 3CZRE1830BG503302 - 93HGM2520AZ125051 - 9BWAB45U9NT048481 - 93YRBB001PJ359214 - 9C6SG5920P0009595 - 9BGCA8030KB229273 - KNABX514BDT323638 - 9BGSU19F0CB157370 - 9BD11811191054334 - 9BWAB45Z5E4170437 - 9BR53ZEC258590649 - 9BGXM68P0AB165245 - 93HGE6740AZ102105 - 9BGSA1910AB187829 - 9BFZH55L9J8005013 - 9BWAA05U5DP080234 - 93HRV2870MK236003 - 98861110XKK230360 - 9C2KF3420KR000351 - 9886751C6MKK28031 - WAUBYA8U7GR062626 - 98M8M7005H4A40596 - 9C6RH1140K0004496 - 98M30FV09P4018606 - 98867512WKKJ40276 - 98M8N9008H4A34610 - 98861112XKK216984 - 9BHCP51DBLP056745 - 9BGJC69X0EB259568 - 9C6RG3150K0003851 - 93YBSR7RHEJ339636 - 9BWDB05U4BT183305 - 93YBB8B158J913482 - 9BGAB69W09B174688 - 93XPRK94W8C708934 - 95PZBN7KPKB081410 - 93HFB9640GZ222791 - 95PZBN7KPEB058960 - 988611152GK030728 - 93HGM6670FZ138838 - 9BD135019D2237892 - 9C6SG5910M0013173 - 9BGKS69V0HG228601 - 9BWKA05Z264145481 - 93YLB8B056J706635 - KMHFC41DBBA524178 - 9BGCA80X0CB201222 - 9BGRG08F0CG199343 - 9BRKC3F35R8275325 - 3N1BC1AD0CK228166 - 9BD17164G72802082 - 9BFZF55A4E8041749 - 9BGJC6920LB105226 - 9BWAA05Z9A4004718 - 9BGCA80X0DB345024 - 93YBSR7UHBJ754669 - 93YRBB004PJ478178 - 9BHBG51CAKP949832 - 8AP359A1YKU010120REM - 9BHCR51BBPP346645 - 9882261PMNKE76524 - 93HRV2870JZ224600 - 9BHBH51DBEP206896 - 9BD195A6MG0767092 - 93YBSR7RHCJ979615 - 93YRBB001NJ024578 - 936CLNFNVKB035923 - JSAJTE54VC4101887 - 9BHCU51AANP247768 - 9BGKT48R0FG469786 - 9BWAA05ZXD4092652 - 93YBSR86KEJ265889 - 9BD119409D1098620 - 9BGXH68X0CC163965 - 9BM979023DS018644 - W1K5J4GW6NN293908 - 94DFCAP15NB113527 - YV1FS40CDG2401343 - 9BFZH55L3J8021210 - 9C6KG0650E0013494 - VF7UDRFJWBJ510362 - 9BFZK53A89B136774 - 935CHRFN27B519738 - 9BD178016V0225247 - 94DBCAN17JB200413 - 9C6RG3850N0001097 - 9BD376A31PYB12786 - JTDKB3FU6H3566379 - KNAJT814BE7613365 - 9C2RC9100GR000389 - 93HGE6760AZ207036 - 9C2KF2200JR008566 - 9362CKFW97B007478 - 99Z0E2002NZ906678 - 9C6RH1140K0004426 - 936ZBXMFAA2051811.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

RETI-RATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Retificamos o Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária publicado nos dias 15, 16 e 17/04/2023, para incluir na pauta o "Item 07 - Eleger os membros do Comitê de Elegibilidade", ficando ratificadas as demais informações.

JOÃO GERMANO BÖTTCHER FILHO

Presidente do Conselho de Administração

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

Salto Plaza Hotel S/A

CNPJ/ME nº 10.800.180/0001-40 – Sociedade Anônima de Capital Fechado

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas o Balanço Patrimonial, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

Balanço Patrimonial – Encerramento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 – *Em Reais – R$*

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Ativo Circulante	**260.755**	**16.931**	**Passivo circulante**	**93.258**	**408.397**
Caixa e equivalentes de caixa	34.497	662	Fornecedores	56.686	23.609
Contas a Receber de Clientes	202.165	–	Tributos a pagar	16.274	3.211
Tributos a Recuperar	7.290	7.289	Obrigações sociais e trabalhistas	20.298	26.043
Adiantamentos	16.803	8.980	Outros valores a pagar	–	355.534
Ativo não circulante	**19.666.298**	**20.026.784**	**Passivo Não-Circulante**	**10.044**	**17.096**
Contas a Receber de Clientes	96.414	–	Provisões	10.044	17.096
Depósitos Judiciais	34.693	21.318	**Patrimônio Líquido**	**19.823.752**	**19.618.221**
Imobilizado	19.529.619	19.999.893	Capital Social	30.660.845	29.433.751
Intangível	5.572	5.572	Reservas de Capital	805.173	805.173
			Prejuízos Acumulados	(11.642.266)	(10.620.703)
Total do ativo	**19.927.053**	**20.043.715**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**19.927.053**	**20.043.714**

Demonstração do Resultado do Exercício Encerramento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 – *Em Reais – R$*

	2023	2022		2023	2022
Receita Líquida	160.161	18.305	**Resultado Financeiro**	**(40.310)**	**(48.544)**
Lucro Bruto	**160.161**	**18.305**	Receitas Financeiras	1.873	7.538
Lucro/Prejuízo Operacional	**(1.141.415)**	**(1.120.248)**	Despesas Financeiras	(42.184)	(56.081)
Despesas com vendas	–	–	**Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**	**(1.021.564)**	**(1.150.488)**
Despesas administrativas	(1.264.206)	(1.126.500)	**Prejuízo Líquido do Exercício**	**(1.021.564)**	**(1.150.488)**
Outras receitas	122.791	6.252	*Prejuízo básico por ação (Expresso em R$)*	*(0,0205)*	*(0,0249)*
Prejuízo Antes do Resultado Financeiro e Impostos	**(981.254)**	**(1.101.944)**			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Encerramento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 – *Em Reais – R$*

	Capital Social	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**28.772.801**	**805.173**	**(9.470.216)**	**20.107.759**
Capital Subscrito	660.950	–	–	660.950
Prejuízo do Período	–	–	(1.150.487)	(1.150.487)
Em 31 de dezembro de 2022	**29.433.751**	**805.173**	**(10.620.703)**	**19.618.221**
Capital Subscrito	1.227.094	–	–	1.227.094
Prejuízo do Período	–	–	(1.021.564)	(1.021.564)
Em 31 de dezembro de 2023	**30.660.845**	**805.173**	**(11.642.267)**	**19.823.751**

Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício Líquido Encerramento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 – *Em Reais – R$*

	2023	2022
Lucro (prejuizo) antes do IRPJ e da CSLL	**(1.021.564)**	**(1.150.487)**
Depreciação e amortização	395.695	412.657
Juros incorridos	38.657	51.546
Perdas pela Baixa de Ativos	(122.253)	–
Provisões	(7.052)	(40.072)
Lucro (prejuizo) líquido ajustado	**(716.517)**	**(726.356)**
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a Receber de Clientes	(298.580)	–
Tributos a recuperar	(1)	(152)
Adiantamentos Fornecedores	(7.822)	(4.980)
Depósitos Judiciais	(13.375)	1
Fornecedores	33.077	5.231
Tributos a pagar	13.063	477
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.745)	106
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(995.900)**	**(725.674)**
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(36.231)	(209.796)
Recebimento pela venda de Ativos Imobilizados	233.064	–
Caixa aplicado nas ativ. de investimentos	**196.833**	**(209.796)**
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos		
Obtenção de empréstimos com partes relacionadas	–	239.499
Aumento/Integralização de Capital Social	1.227.094	660.950
Pagamentos de créditos tomados com partes ligadas	(394.191)	–
Caixa gerado pelas ativ. de financiamentos	**832.903**	**900.449**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**33.835**	**(35.020)**
Caixa e equivalência de caixa no ínicio do período	662	35.682
Caixa e equivalência de caixa no fim do período	34.497	662

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Contexto Operacional – Companhia transformada e constituída em S/A em 09/10/2009, tem sede em Salto (SP), Av. Getúlio Vargas, 444 e tem por objeto a exploração de hotelaria, bar e restaurante. **Base de preparação para elaboração das demonstrações contábeis -** As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As Notas Explicativas que acompanham estas demonstrações financeiras, bem como o parecer dos auditores independentes, datado de 25/03/2024, sem ressalvas, encontram-se à disposição dos interessados na sede da Empresa.

Paulo Roberto Marques – Diretor
Luis Antônio Simões Gouveia – Diretor
Lairton Willan Ribeiro
Contador CRC 1SP 149.697/O-3.

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

OITAVA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 46ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A.
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 46ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a FRAM Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), diante do não atingimento do quórum para instalação em primeira convocação ocorrida em 15 de abril de 2024, e consequente não instalação, conforme termo de não instalação elaborado, estão convocados a se reunirem, em segunda convocação à Oitava Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("8ª AGT"), no dia **09 de maio de 2024, às 16:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 8ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 8ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 8ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: (i) a prorrogação do prazo para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas pela Devedora, referentes ao ano contábil de 2022, onde o prazo deliberado na 6ª Assembleia Geral, realizada em 27 de outubro de 2023, encerrou em 30 de novembro de 2023 (ii) as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 8ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e agentefiduciario@framcapital.com. A 8ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 15.3.1. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Investidores que representem a maioria dos CRI em Circulação presentes à 8ª AGT, conforme cláusula 15.8. do Termo de Securitização. A 8ª AGT será instalada em segunda convocação com a presença dos Investidores que representem qualquer número dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 15.3.1 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem a maioria de votos dos presentes, de acordo com a cláusula 15.8 do Termo de Securitização e o art. 30, da Resolução CVM nº 60.

São Paulo/SP, 17 de abril de 2024. Diretora de Securitização

Hospital Beneficente Santo Antônio

Rua 03, nº 941 – Centro – Cx. Postal 96 – Orlândia – SP – CEP: 14620-000
Fone: (16) 3820-4200 – E-mail: hbsa@netsite.com.br
CNPJ: 53.311.999/0001-56

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

ATIVO	2023	2022	PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO	2023	2022
CIRCULANTE	**19.361.886,76**	**15.742.664,87**	**CIRCULANTE**	**2.622.135,51**	**2.490.399,99**
Disponibilidade Sem Restrição	15.966.506,11	12.861.974,96	Fornecedores	529.770,01	592.073,00
Disponibilidade Com Restrição	1.403.973,34	686.356,17	Obrigações Trabalhistas	604.211,49	552.072,59
Contas a Receber	986.846,55	1.371.319,76	Imp. e Contrib. A Recolher	305.654,01	245.848,53
Outras Contas a Receber	42.145,24	146.174,68	Honorários Médicos	300.524,25	271.482,52
Estoques	944.448,10	669.513,09	Credores Diversos	54.839,61	84.362,83
Desp. Exercício Seguinte	7.969,41	7.226,21	Provisões Férias e Encargos	753.249,72	663.017,26
			Honorários Laboratórios	10.615,12	13.145,42
NÃO CIRCULANTE	**8.956.424,65**	**7.779.414,09**	Honorários Radiologia	63.271,30	68.397,84
Realizável a Longo Prazo	**102.472,84**	**102.472,84**			
Contas a Receber	97.790,80	102.472,84	**NÃO CIRCULANTE**	**2.963.549,72**	**1.960.205,56**
Depósitos Judiciais	4.682,04	0,00	**Exigível a longo prazo**	**2.963.549,72**	**1.960.205,56**
			Provisão p/Conting. Passivas	704.000,00	604.000,00
Imobilizado	**8.782.345,51**	**7.586.613,74**	Receitas Difer. Subvenção	2.259.549,72	1.356.205,56
Bens em Operação	16.018.897,65	14.805.490,24			
(-) Depreciação Acumulada	-7.236.552,14	-7.218.876,50	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**22.722.626,17**	**19.071.373,41**
Intangível	**71.606,30**	**90.327,51**	Patrimônio Social	17.439.863,39	14.448.478,67
Software	116.138,91	116.138,91	Reserva de Reavaliação	1.631.510,02	1.872.292,57
(-) Amortização	-44.532,61	-25.811,40	Superavit do Exercício	3.651.252,76	2.750.602,17
TOTAL DO ATIVO	**28.308.311,40**	**23.521.978,96**	**TOTAL DO PASSIVO E PAT. LIQ.**	**28.308.311,40**	**23.521.978,96**

José Hélio Granvile – Presidente
CPF 169.068.028-87

Antonino Falchetti – 1º. Tesoureiro
CPF 028.433.048-57

José César Alves Coelho - Contador
CPF 109.046.918-70 - CRC/SP 168.956

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888